



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

André Sales dos Santos Cedro

A Violência letal intencional no Município de Luziânia – GO:

Conflitos interpessoais e a reciprocidade de vingança

São Carlos

2018



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

André Sales dos Santos Cedro

A Violência letal intencional no Município de Luziânia – GO:

Conflitos interpessoais e a reciprocidade de vingança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

São Carlos

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa da Dissertação de Mestrado do candidato André Sales dos Santos Cedro, realizada em 07/06/2016:

Prof. Dra. Jacqueline Simoretto
UFSCar

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa
UnB

Prof. Dr. Fabín José Rechara Sánchez
UFSCar

Agradecimentos

Dedico esta dissertação aos moradores de Luziânia, que tem que conviver constantemente com a violência letal. Agradeço a todos os interlocutores que contribuíram com suas entrevistas e compartilharam suas histórias de vida e percepções comigo. Aos funcionários da segurança pública do município, policiais civis e militares. Aos meus amigos e familiares que me receberam em suas casas, cuidaram de mim e ajudaram a acessar o campo, principalmente a meus primos Esequiel e Natanael, meus guias durante a pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Ereni e Sales, por sempre me apoiarem, por me ajudarem a realizar o desejo de fazer uma graduação e posteriormente cursar um mestrado. Agradeço aos meus irmãos Gabriel, Rebecca, Estevão e a sua esposa Aline e a meu sobrinho David.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Jacqueline Sinhoretto, que me acompanha desde o início da graduação, que me ajudou a evoluir como pesquisador e com quem ainda tenho tanto a aprender – que esta parceria nunca chegue ao seu fim. Agradeço também aos integrantes do Gevac, amigos e parceiros de trabalho, que contribuíram com esta dissertação, especialmente ao David Marques, Henrique Macedo, Giane Silvestre, Giuliana Bueno, Maria Carolina, Juliana Tonche, Jéssica Maia, Bruno Joly, Jade Cavalli, Maria Teresa, Paula Paschoal, Marcio Bonesso, Felipe Athayde, Nathália Ferreira, Helton Luiz, Eduardo Rossler e ao Joaquim Maloa.

Agradeço aos membros da minha banca de qualificação e dissertação, Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e ao Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa que me propuseram contribuições valiosas.

Agradeço aos meus grandes amigos de longa data, Ari Anderson e Gabi Lopes, Manoel Silva, Jerfson Costa, Tammila Novikov, Samy Tonnon, Gabrielli Canha e Dóris Aoshima. Ao Núcleo de Consciência Negra e ao Cursinho da Poli, pois foi ali o início da minha trajetória acadêmica, e o local onde tive a oportunidade de ter conhecido pessoas maravilhosas. Aos meus amigos que conheci na universidade Murilo Roldão, Davi Guimarães, Danilo Lima, Bruno Guillard, Gabriel Sanchez, Diego Thomas, Dionys Melo, Leonardo Monteiro, Cristiane Aline, Mayara Pratta, Marina Pires, Isabela Vianna, Brenda Caroline, Aninha Sabadin, Michel Barbará, Dayane Lucas, Geórgia

Vieira, Cristiane Vilma, Caio Monticelli, Hassani Santos, Erlan Carvalho, Ethore Batalha, Tamires Cristina, Maria Fernanda, Agatha Zeller, entre tantos outros.

Gostaria de agradecer especialmente à Katherine Adams que me ajudou a ingressar ao mestrado; ao Felipe Domingos, Valter Barbosa e ao Rafael Melo, grandes amigos que me acompanharam nos momentos mais complicados durante esses últimos dois anos, pois sem sua ajuda, talvez este trabalho nunca tivesse se consolidado, e a Amanda Oliveira, uma pessoa qual sou eternamente grato por suas contribuições para com esta dissertação, por me dar apoio, ânimo e força em um momento que exigia superação.

#SomosTodosMarielleFranco.

O Dina

Teu menino desceu o São Carlos

Pegou um sonho e partiu

Pensava que era um guerreiro

Com terras e gente a conquistar

Havia um fogo em seus olhos

Um fogo de não se apagar

(Com a Perna no Mundo, Gonzaguinha)

RESUMO

Luziânia é um município do Estado de Goiás e está localizado em uma das regiões mais violentas do país, segundo diversas bases de dados. Este trabalho visa compreender a violência letal que agride o município. Na medida em que a violência, sobre tudo a letal, ocorre nas interações entre sujeitos, estudou-se as relações e as interconexões de reciprocidade que produzem morte violenta. Desta forma, focou-se nas percepções que a população luzianiense atribui à violência letal, sobretudo a crimes como homicídios e latrocínios. Portanto, buscou-se descrever as causas sociais e os contextos em que estes crimes ocorrem, além de identificar os grupos sociais predominantes que compõem essas taxas. Para tal fim, foram averiguadas – através da pesquisa de campo, reportagens e entrevistas com moradores, policiais, funcionários públicos e privados próximos ao tema – questões relativas à violência letal, envolvendo os discursos e as narrativas sobre os conflitos que acarretam em morte. As representações atribuídas à violência letal também ganharam destaque, principalmente as compartilhadas em mídias digitais como Facebook e WhatsApp. Por conseguinte, conclui-se que estes conflitos, gerados nas relações interpessoais, são decididos por meio da violência física em que os sujeitos envolvidos demonstram a intenção de extinguir a vida de seu adversário, o que contribui para espirais de vingança e altas taxas de mortes violentas.

Palavras Chave: Luziânia, Violência letal, Mídias digitais, Homicídio, Reciprocidade de vingança.

ABSTRACT

Luziânia is a municipality in the state of Goiás, located in one of the most violent regions of the country, according to several national databases. This work aims to understand the lethal violence that affects the municipality. Since violence, especially lethal violence, occurs in the interactions among subjects, it was studied the relations and interconnections of reciprocity that produce violent death. Thus, we've focused on the perceptions that the Luzianian population attributes to lethal violence, especially crimes as homicides and robberies. Therefore, it was intended to describe the social causes and contexts in which these crimes occur, in addition to identifying the predominant social groups that make up these rates. To that end, we've investigated - through field research, news reports and interviews with residents, police officers, public and private officials connected to this topic - issues related to lethal violence, involving speeches and narratives about the conflicts that lead to death. Representations attributed to lethal violence are also prominent, especially those shared in digital media such as Facebook and WhatsApp. Consequently, it was concluded that these conflicts, which are generated in the interpersonal relations among the subjects, are solved through physical violence with the intention of extinguishing the life of the adversary, which contributes to spirals of revenge and high rates of violent death.

Keywords: Luziania, Lethal violence, Digital networks, Homicide, Revenge reciprocity.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Localização do Estado de Goiás e de Luziânia.	37
Figura 2: Fragmentação Territorial Na Região do Entorno/DF 1940-2009	40
Figura 3: Mapa da RIDE com destaque para a AMB.....	41
Figura 4: Mapa da RIDE	43
Figura 5: - Projeto da Caixa Econômica Federal: Minha casa, minha vida.....	47
Figura 6: Variação em % das taxas de homicídios nas unidades federativas –	61
Figura 7: O passado seguro e o presente violento.....	75
Figura 8: Assassinato em um bar - antes e depois.....	77
Figura 9: Comércio com segurança reforçada.....	78
Figura 10: Escola no Jardim Marília – Distrito do Jardim Ingá	78
Figura 11: Localização do Morro da Farinha, Chapada e residência do pesquisador	85
Figura 12: Placa em Valparaíso do Goiás evidenciando a violência no Entorno .	139
Figura 13: Vala de Indigentes no Cemitério das Três Vendas.	148
Figura 14: Cartaz do projeto #mundolegal.....	150
Figura 15: Placa na faixa da ONG Ideias na Vila São José.....	150
Figura 16: Reunião comunitária	151
Figura 17: Página do Facebook “Radar Luziânia online”	165
Figura 18: Sistematização de dados dos homicídios divulgados nas mídias digitais.	169
Figura 19: Chacina no Jardim Ingá.....	178
Figura 20: Mapa de Luziânia - Locais de observação de campo	202

Lista de gráficos

Gráfico 1: Número total de homicídios ocorridos em Luziânia (1996 a 2015) - Agressões e eventos cuja intenção é indeterminada	31
Gráfico 2: Número de homicídio segundo sexo da vítima	97
Gráfico 3: Número de homicídios entre 15 e 29 anos.....	98
Gráfico 4: Diferença entre vítimas negras e não negras	99
Gráfico 5: Óbitos por local de ocorrência	101

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Entrevistados/Sujeitos de pesquisa	27
Tabela 2 - Entrevistados/Funcionário público.....	28

Tabela 3: O Aumento Populacional em Luziânia.....	39
Tabela 4: Número de homicídios nos bairros mais violentos de Luziânia e do Distrito do Jardim Ingá em 2016	82
Tabela 5: Mortes violentas no município de Luziânia GO	170

Lista de abreviaturas

- 1° DRP – 5° Delegacia Regional de Polícia
- AABB – Associação Atlética Banco do Brasil
- AMB – Área Metropolitana de Brasília
- BO – Boletim de Ocorrência
- BOPE – Batalhão de Operações Especiais
- CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo
- CID 9 – 9° Revisão da Classificação Internacional de Doenças
- CID 10 – 10° Revisão da Classificação Internacional de Doenças
- CIOPS – Centro Integrado de Operação de Segurança
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar
- CV – Comando Vermelho
- CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
- DCA - Delegacia da Criança e o Adolescente
- DEAM - Delegacia de Atendimento as Mulheres
- DATASUS - Departamento de informática do Sistema Único de Saúde
- DF – Distrito Federal
- DPT – Departamento de Polícia Técnica
- DVD – Digital Versatile Disc
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- FDN – Família do Norte
- FNSP – Força Nacional de Segurança Pública.
- GDF – Governo do Distrito Federal

- Gepatri - Grupo Especial de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio
- GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos
- GIH – Grupo de Investigação de Homicídios
- GPT – Grupo de Patrulhamento Tático
- HFA – Hospital das Forças Armadas
- HRJI – Hospital Regional do Jardim Ingá
- HUB – Hospital Universitário de Brasília
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IML – Instituto Médico Legal.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISP-RJ – Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro
- LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- MS – Ministério da Saúde
- NEAC – Núcleo de Estatística e Análise Criminal
- Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
- ONG – Organização não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas (United Nations Organization)
- PC – Polícia Civil
- PCC – Primeiro Comando da Capital
- PERGEB – Programa da Região Geoeconômica de Brasília
- PFA – Perfuração por arma de fogo
- PIB – Produto Interno Bruto
- PM – Policial Militar
- RA – Região Administrativa

- RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
- RMG – Região Metropolitana de Goiás
- ROTAM - Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
- SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
- SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública
- SIM – Sistema de Informação de Mortalidade
- SSPAP/GO – Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Goiás
- SUS – Sistema Único de Saúde
- TRS – Teoria das Representações Sociais
- UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime)
- UPA – Unidade de Pronto Atendimento

Sumário

INTRODUÇÃO	17
CONSIDERAÇÕES PARA A LEITURA	19
MEUS ANTECEDENTES PESSOAIS	21
METODOLOGIA E MÉTODOS	24
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS QUANTITATIVOS	29
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS UTILIZADAS	32
PLANO DE DISSERTAÇÃO	32
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DE LUZIÂNIA, DA AMB E DE BRASÍLIA	35
1.1 A HISTÓRIA DE LUZIÂNIA E SEU DESENVOLVIMENTO	36
1.2 A FORMAÇÃO DE BRASÍLIA E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NA AMB ..	38
1.3 LUZIÂNIA, “A CIDADE DO NEM”: OS PROBLEMAS CAUSADOS PELOS EFEITOS MIGRATÓRIOS E CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO	44
CAPÍTULO 2 – A VIOLÊNCIA LETAL EM BRASÍLIA, NA AMB E EM LUZIÂNIA	59
2.1 – A VIOLÊNCIA LETAL NO BRASIL	60
<i>2.1.2 Violência e democracia no Brasil</i>	<i>65</i>
2.2 – A VIOLÊNCIA LETAL EM BRASÍLIA, NA RIDE E NA AMB	68
2.3 – LUZIÂNIA, O “INFERNINHO DE GOIÁS”	71
<i>2.3.1 Os bairros violentos de Luziânia: as periferias da periferia</i>	<i>80</i>
<i>Os violentos bairros de Luziânia, o local onde crueldades acontecem</i>	<i>83</i>
<i>O Distrito do Jardim Ingá, o lugar do nem da cidade do nem</i>	<i>88</i>
<i>Luziânia e seus Estabelecidos e Outsiders</i>	<i>92</i>
2.4 OS PERFIS DAS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS EM LUZIÂNIA	96
CAPÍTULO 3 – AS DINÂMICAS DOS HOMICÍDIOS EM LUZIÂNIA: UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA	104
3.1 – OS TIPOS DE HOMICÍDIOS EM LUZIÂNIA	104
<i>3.1.1 – Os “acertos de contas” e a sua relação com o tráfico de drogas em Luziânia</i>	<i>108</i>
<i>3.1.2 Linchamento e Justiça</i>	<i>111</i>
<i>3.1.3 Justiceiros e grupos de extermínio</i>	<i>114</i>
<i>3.1.4 Mortes violentas vinculadas a desentendimentos momentâneos ou sem motivo aparente</i> ...	<i>118</i>
<i>3.1.5 Vingança</i>	<i>120</i>
3.2 RECIPROCIDADE NEGATIVA E A CULTURA DA VIOLÊNCIA VIRIL MASCULINA EM LUZIÂNIA	122
3.3 PARA ALÉM DE UMA QUESTÃO CULTURAL; OS RANÇOS COLONIAIS, A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DO NEGRO COMO PRINCIPAL SUJEITO CRIMINAL	129

CAPÍTULO 4 – AS ORGANIZAÇÕES POLÍCIAS E O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS VIOLENTOS	137
4.1 AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LUZIÂNIA	138
4.2 AS FALHAS NA ENGENHAGEM DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUE LIDAM COM VIOLÊNCIA LETAL EM LUZIÂNIA: O SENTIMENTO DE INSATISFAÇÃO, INEFICIÊNCIA E DO CONTÍNUO “ENXUGAR GELO”	142
4.3 AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA MÁ GESTÃO DA VIOLÊNCIA LETAL EM LUZIÂNIA	147
4.4 A UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS E REDES SOCIAIS PARA LIDAR COM CONFLITOS VIOLENTOS EM LUZIÂNIA	152
CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO A REALIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO MEDO DA VIOLÊNCIA: AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA LETAL EM LUZIÂNIA E UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS.....	159
5.1 A RELAÇÃO ENTRE MÍDIAS E A VIOLÊNCIA	160
5.2 A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS FACEBOOK E WHATSAPP PARA A DIVULGAÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL EM LUZIÂNIA	163
<i>5.2.1 As publicações do Radar Luziânia Online.....</i>	<i>173</i>
5.3 NOVAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM LUZIÂNIA: O UNIVERSAL DIGITAL DA VIOLÊNCIA LETAL.....	180
5.4 DA “FALA DO CRIME” PARA “IMAGEM DO CRIME”: A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NOS DISCURSOS, RELAÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
BIBLIOGRAFIA.....	196
ANEXO.....	202
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA UTILIZADO NA PESQUISA.....	203

Introdução

A violência é um tema de estudo de interesse universal. É possível encontrar pesquisas em diferentes áreas do conhecimento como a das Ciências Sociais, Direito, Medicina, Psicologia, Geografia e História sobre esse assunto. O tema faz parte do cotidiano e está nas relações entre os indivíduos, nos noticiários, jornais e atualmente nas redes sociais. Visto que o termo é bastante abrangente e pode ser usado de diversas maneiras, a violência é um objeto sobre o qual os sociólogos normalmente se debruçam, principalmente quando esse conceito está associado aos conflitos entre os sujeitos. Segundo Wieviorka (2006), nos estudos clássicos, a violência já foi considerada uma conduta de crise, gerada pela frustração, pela falta de expectativa ou insatisfação dos indivíduos perante a sociedade em que viviam. Outros pesquisadores se importavam com o seu caráter funcional e instrumental, seja individual ou coletivamente, propondo a violência como uma conduta, um recurso mobilizado por atores como meio para atingir seus fins. Outra linha clássica refere-se ao vínculo entre cultura e violência, em que os autores fazem da cultura, ou da ideia de civilização, o contrário da violência (WIEVIORKA, 2006). Portanto, percebe-se que é uma problemática abordada por epistemologias diferentes. Wieviorka, por exemplo, demonstra que, assim como toda representação de um fenômeno, a violência possui um caráter mutável. Há esforços que procuram objetivá-la, mas que não conseguem fazer com que ela deixe de ser subjetiva, em vista de que “ela é aquilo que um dado momento uma pessoa, um grupo, uma sociedade considera como tal” (WIEVIORKA, 2006. p. 1151).

A violência letal é apenas mais um recorte deste grande universo complexo, sendo que, nesta dissertação é priorizada a análise das que são intencionais e produzidas nos jogos de relações ou nas interações sociais. Em consequência, os sujeitos também se tornam um tema de nossa investigação. Desse modo, a violência letal intencional é uma ação, um recurso que emprega o uso da violência na intenção de extinguir a vida do outro em conflitos que exigem a interação mínima entre dois indivíduos (CEDRO, 2016). A morte, neste sentido, seria a forma mais extrema de violência à qual os indivíduos poderiam estar submetidos (GIRARD, 1990). A violência letal intencional é um instrumento do qual os indivíduos se utilizam para chegar a um fim, no caso a morte de seu adversário. Nas sociedades ocidentais tidas como modernas e civilizadas, tal ação

é considerada uma violação ou delito, o que relaciona essa pesquisa com a esfera criminal. No entanto, nem todos os conflitos que acabam em morte são considerados violentos, podendo ser justificados ou legitimados, e nem toda violência letal intencional é considerada crime como, por exemplo, as mortes cometidas por policiais no exercício de sua função no Brasil.

Este estudo, portanto, objetiva compreender as relações interpessoais que produzem violência letal e tem o município de Luziânia, Goiás, como caso empírico. Segundo os dados do “Atlas da Violência de 2016”, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (CERQUEIRA et al, 2016), as localidades interioranas, nos últimos anos, vem sofrendo um crescimento acelerado de homicídios. Em 2014, 59.627 pessoas foram assassinadas no Brasil e os Estados do Norte, Nordeste e do Centro Oeste sofreram aumento nas taxas de homicídios, entre eles o Estado de Goiás. Atualmente, o município de Luziânia é uma das cidades mais violentas do Estado de Goiás e do Brasil, segundo os dados do sistema de tabulação Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (WAISELFISZ, 2012), e das últimas pesquisas do IPEA/FBSP. Pertencente à região que é classificada como Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do entorno de Brasília (RIDE), Luziânia, nas últimas décadas, tem demonstrado altos índices de homicídios. De acordo com Arthur Costa, entre 2000 e 2010, os municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) apresentaram aumento de 59,3% dos homicídios, sendo que três deles, Val Paraíso de Goiás, Luziânia e Águas Lindas, “concentram 54% da população da AMB e respondem por 62% das mortes violentas” (COSTA, 2015). Esses três municípios ficaram, no ano de 2010, entre os 200 mais violentos do Brasil.

Nesta dissertação serão descritas as causas sociais e os contextos de interação dos conflitos que levam à morte, como também os grupos sociais de vítimas predominantes que compõem essas taxas. O objetivo é descrever e analisar as características da violência letal, as motivações por trás das mortes e a construção da realidade social do município. A hipótese deste estudo é de que a violência letal decorre de conflitos interpessoais e de um sistema de reciprocidade de vingança, no qual os jovens¹ seriam as principais vítimas. Assim, a proposta deste trabalho é colaborar para

¹ Para este trabalho, tomamos como base o novo conceito de juventude estabelecido a partir da aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013, que considera a população jovem indivíduos entre 15 e 29

reflexões que visem à redução da violência letal em Luziânia, como também suprir a falta de estudos sobre violência nestas regiões metropolitanas e interioranas que pouco se destacam nas universidades brasileiras.

Considerações para a leitura

Algumas considerações e ressalvas devem ser feitas em relação sobre o desenvolvimento desta investigação. Há uma relação do sujeito pesquisador com o tema abordado e com o recorte da pesquisa, o município de Luziânia, que implica diretamente na metodologia utilizada. O pesquisador possui proximidade com o campo (o município de Luziânia), e com o tema abordado; à violência. Por mais que seja triste fazer tal afirmação é necessário para demonstrar o ponto em que se encontra o observador. Sou² de uma sociedade semelhante à qual pesquiso, nasci e morei durante minha infância e adolescência em uma das maiores periferias de São Paulo, o município de Carapicuíba, conhecido por ser extremamente violento, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Também possuo familiares em Luziânia, que atualmente estão convivendo com esta situação. A escolha pelo objeto de pesquisa não possui neutralidade (Weber, 2006), é motivada pela curiosidade de entender a realidade social em que me encontro.

Isto não é algo inovador na sociologia e muito menos restrito a esta pesquisa. Durante todo o curso de graduação e mestrado fazemos leituras de autores que pesquisaram e estão pesquisando temas que envolvem sua situação social. Para citar alguns exemplos, temos diversos estudos sobre raça no Brasil em que estudantes negros³, oriundos das cotas raciais e sociais buscam entender as motivações para as desigualdades entre negros e brancos. Os estudos feministas realizados por mulheres na

anos de idade. Para mais informações acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm [descarregado no dia 23/07/2017].

² Nesta seção e na seguinte, para contar a trajetória do pesquisador, será utilizada a primeira pessoa do singular.

³ Entende-se a categoria negro como a soma das categorias preto e pardo, seguindo assim a tendência da produção estatística oficial e das análises acadêmicas preocupadas em dimensionar as desigualdades raciais no país. Também seguimos as determinações empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é uma discussão ainda em andamento, mas tomaremos esta classificação como referência para o trabalho em questão. Para mais informações, acessar: <http://www.ibge.gov.br/home/> [descarregado no dia 07/01/2017].

sociologia do trabalho que buscam entender as discrepâncias de gênero no mercado ou da violência na busca da compreensão e luta contra o feminicídio. Estudantes LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), procuram evidenciar preconceitos e as desigualdades e violências que estão sujeitos. Dentro do Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), há pesquisadores realizando trabalhos que envolvem suas histórias e seus vínculos, seja em relação ao sistema prisional ou às instituições de segurança. O que é importante, para além de apontar a existência desses estudos e a sua relação com uma militância, é que este fenômeno, que não é novo, mas que talvez esteja mais intensificado é um tipo de metodologia. Isso pode ser consequência da disseminação das informações e o acesso à universidade, que no caso brasileiro, foi motivada por causa de algumas políticas progressistas que permitiram que estudantes de classes sociais mais humildes adentrassem ao curso universitário.

Nota-se uma diferença no modo de observação do sujeito pesquisador em relação ao seu campo e a sua inserção, que destoa do que foi realizado, por exemplo, por Malinowski (1976) em seus trabalhos antropológicos juntos aos trobriandeses engajados no Kula, ou por Foot Whyte (2005), em *Sociedade de Esquina*. Ao contrário destes pesquisadores, os estudantes que realizam pesquisas com as quais possuem algum vínculo não necessitam de informantes ou de interlocutores para facilitar o acesso ao campo. As familiaridades e as conexões permitem que adentrem com maior facilidade nos locais de pesquisa.

A metodologia utilizada por Howard Becker (2008) talvez seja a ideal para esses casos. Becker possuía estreita relação com o seu campo, conhecia os mecanismos e moralidades dos indivíduos e da sociedade que pesquisava⁴. Do mesmo modo, possui relações com o local e os sujeitos de interlocução da pesquisa. Minha inserção ao campo é facilitada por familiares, amigos e conhecidos que residem no município de Luziânia. Como Becker, conheço os códigos sociais e morais do meu campo, não sendo um completo desconhecido.

Não se deseja aqui invalidar as pesquisas do campo realizadas pelos autores citados, porém, pretende-se evidenciar a importância desta metodologia de inserção ao

⁴ Estamos nos referindo a seu estudo sobre o consumo de maconha e músicos de jazz em seu livro “Outsiders: um estudo de sociologia do desvio” (BECKER, 2008). A sua inserção ao campo foi facilitada por suas amizades com músicos e por suas habilidades em tocar piano.

campo e ao tema elencado. Whyte (2005) é extremamente importante para entendermos como as vivências particulares influenciam na escolha de um tema de estudo. O autor conta como os seus antecedentes pessoais, suas origens sociais e educacionais, fizeram com que as suas escolhas não fossem nem um pouco científicas, partilhando assim, da premissa de Weber (2006) segundo a qual não há neutralidade na escolha do objeto de pesquisa. Como o próprio Whyte aponta, Cornerville se ajustava à sua ideia de um distrito pobre e degradado, sendo que ele mesmo tinha uma imaginação própria sobre seu local de estudo (WHYTE, 2005, p.287). Sua perspectiva de que a história de um pesquisador pode interferir no modo de leitura sobre um determinado estudo, como o reconhecimento de qual local o pesquisador escolhe para fazer uma pesquisa, é de extrema importância para compreender o trabalho de um pesquisador.

Para os sociólogos que se encontram em uma situação oposta de Whyte e que possuem vínculos com seu tema de pesquisa, é necessária ter um tipo diferente de vigilância epistemológica. Ao mesmo tempo em que ter acesso às informações, aos interlocutores e aos locais de pesquisa pode ser considerado um “privilégio”, em contrapartida, há a exigência de um distanciamento e uma maior objetividade para produzir as condições necessárias para as análises. A busca pelo conhecimento científico e as emoções do pesquisador caminham juntas no desenvolvimento desses estudos.

Meus antecedentes pessoais

Minhas raízes familiares são nordestinas, de descendência negra, indígena e europeia, uma miscigenação que é comum a muitos brasileiros e muito debatida na literatura sociológica⁵. Como a maior parte desta população, meus antepassados viviam sujeitados a uma pobreza extrema, e fugiram do Nordeste em busca de melhores qualidades de vida. Luziânia do Goiás foi o destino de meus avós, paternos e maternos, local onde meus pais e seus muitos irmãos cresceram, antes de irem para São Paulo, novamente em busca de uma vida melhor. Em São Paulo, meus pais se alojaram nas grandes periferias, em Osasco e posteriormente em Carapicuíba, na zona oeste do

⁵ Podemos citar Freyre (1946; 2000), Holanda (1983), Fernandes (2006, 2007), Guimarães (2002) entre outros.

Estado, uma trajetória comum e marcante na vida de milhares de brasileiros, descrita em diversos estudos sobre migração como de Durham (1973), Caldeira (2011).

Mesmo meus pais sendo funcionários públicos concursados, exerciam funções subalternas, fazendo com que se alojassem definitivamente em Carapicuíba, uma grande periferia paulista, cidade tida como dormitório, que durante as décadas de 1980 e 1990 foi marcada por uma grande onda de violência e grandes taxas de homicídios. Durante a minha infância, era comum encontrar corpos alvejados por disparos deixados nos imensos terrenos baldios. Isso acontecia enquanto brincávamos pela vizinhança, quando atravessávamos os bairros do Jardim Veloso, Jardim das Pedras, Jandaia, Vila Dirce, Jardim Santa Brígida, entre outros. As brigas e a violência eram uma constante, assim como o convívio com traficantes e bandidos.

Conforme fui crescendo, presenciei muitos assassinatos que aconteciam próximo à minha casa, na rua acima ou abaixo, no bairro vizinho, na “favelinha”, no escadão ao lado, nas portas das escolas, o que fez com que me tornasse insensível com certas imagens violentas de corpos alvejados, mutilados, sem vida. Portanto, cresci em um cenário onde perder um amigo, vítima de homicídio, era algo comum, como também sofrer com abordagens policiais, me envolver em brigas, com gangues. Neste universo, a masculinidade era constantemente exigida.

O crime sempre ofereceu oportunidades lucrativas em uma comunidade pobre como a de Carapicuíba, onde era comum não ter o que fazer, e normalmente traficantes nos ofereciam trabalho nas bocas de fumo do bairro. Lembro-me que, na época, até o acesso a diferentes tipos de alimentação era algo difícil. O acesso ao lazer, esporte, educação, transporte era precário, algo comum em sociedades marginalizadas, o que nos mantinha isolados naquele meio. Hoje, este fenômeno também foi observado em Luziânia. Essa realidade começou a mudar a partir dos anos 2000, com a ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) à presidência e ao governo, o que promoveu algumas melhorias para os moradores da região. Entretanto, neste mesmo período, o Primeiro Comando da Capital (PCC) já demonstrava suas forças na cidade, e suas moralidades já haviam se difundido pelo bairro. Assistir à ação do comando fez parte da minha adolescência, as guerras entre traficantes e tiroteios corriqueiros se tornavam mais raras, e Carapicuíba uma cidade menos violenta, pelo menos em referência à violência letal.

Ao contrário do que era Carapicuíba, Luziânia sempre demonstrava ser um lugar tranquilo, uma típica cidade do interior, onde podíamos ficar à vontade, sem ter medo de que algo ruim poderia acontecer. Contudo, a partir dos anos 2000, em contraste com Carapicuíba, Luziânia manifestava um aumento nos índices de crimes de homicídios. Recordo-me que antes de entrar na faculdade, em 2012, já presenciava cenas, antes comuns em Carapicuíba, de violência, homicídios e tentativas em Luziânia, algo que aos poucos foi direcionando a minha escolha do problema de pesquisa.

Sempre que viajava para Luziânia, alojava-me no bairro Setor Fumal, na casa de meu avô, a mesma que uso para fazer o campo desta pesquisa. Era cotidiano escutar e presenciar trocas de tiros devido a conflitos entre dois traficantes locais. A casa de meu avô se encontrava entre duas “bocas de fumo”, a do Morro da Farinha e a da Chapada, o que permitiu acompanhar a batalha por um período, até que a FNSP (Força Nacional de Segurança Pública) fosse mobilizada para enfrentar os traficantes. Luziânia já demonstrava altas taxas de homicídios e boatos circulavam taxando-a como um lugar perigoso, o que fez com que o município deixasse de compor o meu imaginário como a cidade pacata do interior.

Marcado por estas imagens e por este contexto, no ano de 2014, cursei a disciplina de Sociologia da Violência, ministrada pela minha orientadora Professora Doutora Jacqueline Sinhoretto, o que me permitiu ter uma nova percepção sobre os processos de violência a que estive submetido durante toda a minha vida, como também sobre a minha trajetória. Neste mesmo período, um primo próximo de 16 anos foi assassinado em Luziânia, o que me motivou a escrever um trabalho sobre a violência na região e que posteriormente me incentivou a escrever a monografia de conclusão de curso sobre o mesmo tema⁶. Era apenas o início do trabalho que demonstrava grande potencial para pesquisa, além disso, ainda não havia estudos específicos sobre o fenômeno em Luziânia, o que permitiu dar continuidade à pesquisa no mestrado.

⁶ Trabalho de conclusão de curso finalizado no ano de 2016, intitulado “Homicídios no distrito de Santa Luzia: Diretrizes para uma pesquisa de campo”, nele foi analisada uma ampla bibliografia sobre crime, desvio e delinquência, visando identificar os principais pensadores nacionais e internacionais que discutem o tema, e as principais hipóteses a ser relacionadas com o contexto do crime violento em Luziânia.

Metodologia e métodos

A primeira estratégia metodológica utilizada neste trabalho foi multimétodo, que procura combinar métodos qualitativos, como entrevistas e pesquisa de campo, e métodos quantitativos como levantamentos e tabulação de dados estatísticos. Métodos quantitativos e qualitativos possuem limitações, e a utilização combinada dos dois métodos pode diminuir os problemas e os vieses de cada um e também do próprio pesquisador. Segundo Cresswell, o “procedimento de métodos mistos concomitantes são aqueles em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema de pesquisa” (CRESSWELL, 2010. P. 39). Segundo o autor, a busca por uma conexão dos métodos visa identificar os participantes das sociedades a serem estudadas e direcionar os questionários a serem aplicados, fazendo com que os resultados possam ser analisados conjuntamente e ambos reforçados.

No entanto, conforme o avanço durante o período em campo e também da pesquisa, alguns objetivos foram alterados e, com eles, os métodos. O trabalho possui um caráter qualitativo, sendo que a utilização de dados quantitativos é apenas secundária, embora importante para a pesquisa. Os dados quantitativos contribuíram para construir os perfis das vítimas da violência letal, através do cruzamento de categorias como raça e cor, gênero e idade. Esses dados foram extraídos da: a) da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID10) oferecido pelo sistema de tabulação de dados Sistema de Informação sobre Mortalidade do Departamento de informática do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), em que mortes violentas no Brasil estão catalogadas em um grupo denominado “óbitos por causa externa”, que correspondem a acidentes, suicídios e homicídios. Visto que a intenção desta pesquisa é debruçar-se sobre a violência letal intencional, nos inclinamos aos códigos X85 à Y09, que correspondem às agressões, (homicídios e latrocínios), e aos códigos Y10 à Y34, que correspondem a eventos cuja intenção é indeterminada, ou seja, quando o sistema não consegue identificar a causa da morte⁷; b) dados da Secretaria de Segurança Pública

⁷ Estes códigos são os que mais se aproximam do nosso problema de pesquisa, fazem parte da última revisão de estatísticas vitais sobre mortalidade do sistema de informação de saúde do governo federal brasileiro (CID-10). Os códigos X85 à Y09 correspondem respectivamente ao grupo de agressões, ou seja, envenenamento (X 85-X90), enforcamento (X91), afogamento (X92), perfuração por arma de fogo (PFA) (X93-X95), impacto (X96, Y01-Y03) e fogo (X97-X98).

e Administração Penitenciária de Goiás (SSPAP-GO), c) do observatório da Polícia Militar (PM) de Luziânia; d) Mapas da Violência dos Municípios Brasileiros de diversos anos. Devido à complexidade da tabulação de dados sobre violência letal no Brasil, o tópico seguinte será destinado a debater a utilização desses dados e as categorias utilizadas nesta pesquisa.

O observatório do 10º Batalhão da PM de Luziânia, além de não produzir tabulações de raça/cor, negou informações sobre os resumos das ocorrências de homicídios e latrocínios: “infelizmente não temos autorização para fornecer os resumos de ocorrência para não expor nem a vítima e nem o autor, somente os dados quantitativos serão disponibilizados” (responsável do observatório, diário de Campo, 28/07/2016). Esses dados são de grande importância para esta pesquisa, em vista que trazem de modo detalhado as informações das ocorrências de crimes letais em Luziânia.

O interesse/objetivo desta pesquisa é descrever as causas do aumento da violência letal no município, por isso, é necessário entender as motivações por detrás de tais fenômenos, portanto se fez necessário analisar, através de entrevistas e anotações no diário de campo, discursos nativos e institucionais. Também foi importante o recurso dos noticiários e outros meios de comunicação que trazem em suas manchetes os crimes cometidos na região. A utilização de mídias digitais, como Facebook e WhatsApp demonstrou-se pertinente, por trazer as percepções e atitudes da população civil em torno do fenômeno da violência letal. Faz-se possível discutir e debater as relações entre a violência e as mídias digitais.

Em 2016, por exemplo, foram noticiadas 57 ocorrências de homicídios/latrocínios na página do Facebook Radar Luziânia Online. No ano seguinte, mais 58 ocorrências foram relatadas até o momento. O aplicativo para celulares móveis, WhatsApp, é também uma das ferramentas digitais estudadas neste trabalho. No aplicativo WhatsApp foram analisados discursos pertinentes de três grupos de moradores de Luziânia, aos quais tenho acesso desde março de 2016. As informações sobre os homicídios são divulgadas através dessas ferramentas digitais, assim, os debates dos integrantes das comunidades virtuais acerca dos crimes puderam ser analisados neste estudo. As publicações na rede social Facebook trazem, em muitos casos, a(s) característica(s) da(s) vítima(s), demonstrando as percepções e representações da violência letal pelos participantes dos grupos. Nestas mídias digitais

são divulgadas imagens e vídeos de violência letal ocorridos no município, o que possibilita o acesso a conteúdos sobre a possível motivação do crime, como também o perfil da vítima e de alguns agressores; ainda, é possível identificar categorias como causa de morte, a localização do crime, o sexo, a cor/raça e idade das vítimas e dos agressores. Normalmente, essas publicações vêm acompanhadas de imagens dos corpos sem vida na cena do crime.

As facticidades dos relatos são questionáveis, mas como aponta Porto (2014), o termo violência está carregado de julgamentos e valores, sendo que “o que os atores sociais nomeiam como violência varia segundo as representações que esses fazem do fenômeno” (PORTO, 2014. p.67). Como apontado anteriormente, esta pesquisa tem o objetivo de compreender o fenômeno da violência letal em Luziânia, as motivações por trás dos conflitos e a partir deles, a reestruturação das dinâmicas sociais no município, portanto, todas as formas de representações da violência serão consideradas.

A primeira inserção do pesquisador em campo foi empreendida entre julho e agosto de 2016, quando foram efetuadas algumas entrevistas e realizadas aproximações com interlocutores (moradores e atores do setor público, como a PM e Polícia Civil (PC) de Luziânia). Entre março e junho de 2017, uma segunda inserção no campo foi realizada e então foi possível solicitar dados quantitativos oficiais do Observatório da PM de Luziânia, correspondentes aos períodos de 2014 e 2015 (quando a base de dados ainda não estava consolidada) e aos períodos de 2016 e 2017 (a base de dados continua em atualização neste último ano).

Os métodos qualitativos foram centralizados na observação participante e entrevistas com: a) moradores das regiões; b) policiais militares e civis e agentes de segurança; c) funcionários públicos (assistentes sociais, promotores, juízes) que tenham proximidade com a temática (Ver quadro 1 e 2). O acesso ao campo foi facilitado devido à proximidade do pesquisador com o município, bem como o conhecimento dos códigos e condutas dos moradores de Luziânia contribuiu nos processos de interação com os moradores/cidadãos da região. Logo, a observação participante permitiu ao pesquisador vivenciar as interações cotidianas dos moradores do município para, junto com as entrevistas, produzir uma melhor compreensão do significado que a população luzianiense atribui ao fenômeno da violência letal. Posteriormente, as narrativas dos

interlocutores foram transcritas e sistematizadas em um banco de dados e separadas em categorias.

Tabela 1 - Entrevistados/Sujeitos de pesquisa

Nº	Nome fictício	Perfil	Área de pesquisa
1.	Leila	Estudante	Setor Fumal
2.	Thiago	Micro empresário	Setor Fumal
3.	Cristiane	Segurança	Setor Fumal
4.	Thaís	Comerciante	Centro
5.	Repórter	Jornalista	Centro
6.	Lucas	Estudante	(P. E. D. IX)
7.	Nenê	Dona de casa	(P. E. D. IX)
8.	Marta	Desempregada	(P. E. D. IX)
9.	Darlene	Aposentada	(P. E. D. IX)
10.	Raquel	Emp. Doméstica	(P. E. D. IX)
11.	Tamires	Emp. Doméstica	(P. E. D. IX)
12.	Érika	Comerciante	(P. E. D. IX)
13.	Alessandra	Professora	Jd. Ingá
14.	Felipe	Pastor	Jd. Ingá
15.	Jailson	Estudante	Jd. Ingá
16.	Marcos	Engenheiro	Jd. Ingá
17.	Simone	Dona de Casa	Setor Serrinha
18.	Roger	Comerciante	Setor Serrinha
19.	Mônica	Dona de Casa	Setor Serrinha
20.	Bruno	Comerciante	P. E. D. III
21.	Bárbara	Dona de Casa	P. E. D. III
22.	Rafaelle	Professora	P. E. D. III
23.	Vinicius	Líder comunitário	Parque Industrial
24.	Augusto	Padre	Parque Mingone
25.	Poliana	Administradora	Parque Mingone
26.	Antônio	Professor	Jardim Mirian
27.	Daniel	Autônomo	Zona Rural

28.	Aline	Dona de casa	Zona Rural
29.	Eduardo	Estudante	Sol Nascente

Tabela 2 - Entrevistados/Funcionário público

Nome	Perfil	Área de pesquisa
Assistente Social I	Assistente Social	CREAS
Psicóloga I	Psicóloga	CREAS
Juiz (a) I	Juíza	Fórum de Luziânia
Policial (a) 1	Policial Militar	Local do crime
Delegado (a) III	Delegado	Delegacia Regional civil de Luziânia
Delegado (a) I	Delegado	Delegacia civil de Luziânia
Delegado (a) II	Delegado	Delegacia civil de Luziânia

O desenho desta pesquisa é qualitativo, com operacionalização detalhada das dimensões de interesse, métodos de observação participante e entrevista em profundidade. O objetivo geral é compreender a dinâmica das interações que produzem mortes violentas, e a partir desse, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- I. Identificar e mapear a quantidade de homicídios e latrocínios no município de Luziânia a partir dos anos 2000;
- II. Comparar quantitativamente os perfis demográficos das vítimas da violência letal entre os bairros de Luziânia;
- III. Interpretar o fenômeno da violência letal de Luziânia, a partir da revisão bibliográfica;
- IV. Analisar, através dos discursos nativos e institucionais, as interpretações e representações do fenômeno da violência letal no município, através de entrevistas e observação participante.

Considerações sobre os dados quantitativos

O SIM é um dos principais órgãos encarregados pela produção de dados sobre a violência letal no Brasil e, de acordo com Cerqueira, é a única fonte de informação confiável, com cobertura nacional, periódica e transparente, que permite a aferição dos eventos violentos com desfechos fatais (CERQUEIRA, 2014 p.7). Essa base foi desenvolvida pelo Ministério da Saúde (MS) e produz dados desde 1975. Segundo o autor, com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), coube aos Estados e aos municípios a coleta de dados sobre mortalidade. Sabe-se que até 1995 utilizava-se a 9ª Classificação de Doenças (CID-9) e após este período é empregada a 10ª Classificação de Doenças (CID-10). A CID-10 classifica as mortes violentas como acidentes, suicídios, homicídios, intervenções legais e operações de guerra; quando não é possível identificar a causa da morte violenta, essa é classificada como indeterminada.

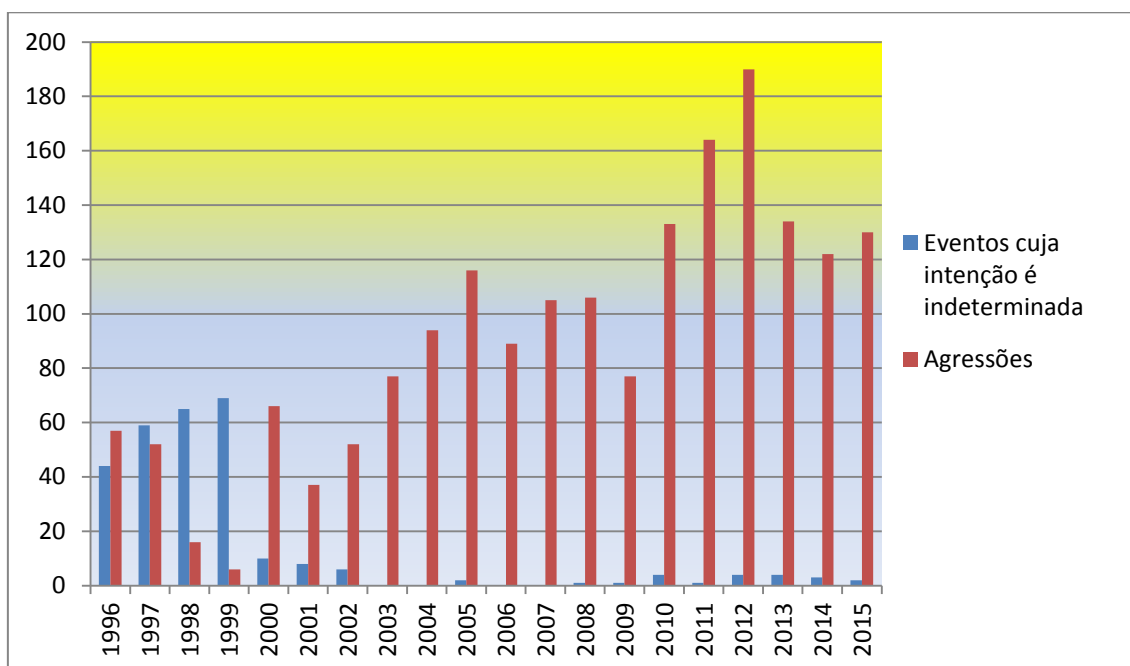
Cerqueira explica que no Brasil a lei exige que cada indivíduo morto deve ter uma declaração de óbito preenchida pelos médicos responsáveis. Quando a causa da morte não é natural, mas decorrente a uma causa externa como uma lesão provocada por violência, a declaração deve ser emitida através de um laudo cadavérico, por médico-legista do Instituto Médico Legal (IML). As informações vindas de familiares, socorristas e da PM servem como explicação da causa do óbito (CERQUEIRA, 2013. p.9). Segundo o Conselho Federal de Medicina e o Centro Brasileiro de Classificação de Doenças do Ministério da Saúde, “óbito por causa externa (ou não natural) é aquele que decorre de lesão provocada por violência (homicídio, suicídio, acidente, ou morte suspeita) qualquer que tenha sido o tempo entre o evento lesivo e a morte propriamente” (BRASIL, 2006). Esses códigos posteriormente vão preencher a base de dados SIM, o CID-10, e servirão de fonte para esta pesquisa.

Segundo Cerqueira, se não for possível esclarecer uma causa definitiva para as mortes, elas deverão ser classificadas como “mortes violentas cuja intenção é indeterminada”, o que, para o autor, é uma classificação imprecisa. Cerqueira sugere o termo “homicídio oculto” para a alta taxa de homicídios não reconhecidos no Brasil; e diz que o problema das imprecisões dos dados é referente a esta categoria, pois no Brasil o número de homicídios real é superior aos registrados oficialmente. Isso decorrente do problema na articulação das informações entre os órgãos de segurança

pública que não conseguem garantir a qualidade dos dados. Algumas categorias do SIM, como aponta Cerqueira, conseguem identificar a causa da morte, mas não a intenção como, por exemplo, as subcategorias W32 a W34 classificadas como intenção indeterminada por arma de fogo (CERQUEIRA, 2013). Outro fator importante que inviabiliza o registro de óbitos são os crimes com vítimas fatais que ocultam o corpo da vítima, o que posteriormente compromete a qualidade dos registros dos dados. Para o autor, “idealmente, um bom sistema de informação sobre mortalidade deveria ter todos os óbitos com causas bem definida, tanto o que se refere à intenção, quanto ao meio que gerou a letalidade” (p.14), o que pode ser visto em países desenvolvidos, onde mortes indeterminadas são fenômenos atípicos.

No Brasil, as mortes de causas indeterminadas constituem um problema relevante. Ainda segundo Cerqueira, entre 1996 e 2010, ocorreram 1,898 milhão de mortes violentas no Brasil. O Estado não conseguiu definir a causa básica da mortalidade em 174.233 óbitos – 9,18% dos incidentes –(CERQUEIRA, 2013. p.15). O Estado de Goiás, após os anos 2000, está entre os Estados da UF (União Federativa) com menor prevalência de mortes indeterminadas. Este mesmo fenômeno ocorre em Luziânia e pode ser observado no gráfico a seguir (1), que apresenta os números de homicídios ocorridos no município e realiza uma comparação entre os eventos cuja intenção é indeterminada e agressões, entre 1996 e 2015. De acordo com os dados do SIM, é possível notar que o número de mortes por causas externas, no período entre 1996 e 2015, diminuiu a partir dos anos 2000. Por outro lado, o número de mortes provocadas por agressões teve um significativo aumento, o que significa que houve um aumento da violência letal no município.

Gráfico 1: Número total de homicídios ocorridos em Luziânia (1996 a 2015) - Agressões e eventos cuja intenção é indeterminada



O gráfico demonstra os números de óbitos por ocorrência e por ano no Município (521250 - Luziânia). Os dados correspondem ao “Grande Grupo CID10”, com o recorte dos grupos de agressões e eventos cuja intenção é indeterminada X85-Y09 e respectivamente Y10-Y34. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Não há informações sobre a letalidade no município antes de 1996. A partir dos anos 2000, a base torna-se mais consolidada, demonstrando uma melhor qualidade dos dados e menor discrepância, o que pode ser observado no gráfico acima. Por esse motivo, serão utilizados os dados do SIM a partir dos anos 2000 nesta pesquisa

O presente estudo visa debruçar-se sobre as mortes letais intencionais e, por isso, não serão analisadas as categorias “acidentes” e “suicídios” neste trabalho. A categoria “mortes ocasionadas por intervenção legal” corresponde ao grupo de mortes violentas cometidas por agentes do Estado no cumprimento do dever, e, segundo os dados SIM, houve somente uma morte desta no ano de 2013, impossibilitando qualquer análise profunda sobre esse ponto. O mesmo problema ocorre com a categoria “mortes cometidas em operações de guerra”, em que não há nenhum registro de óbito. Para preencher tais lacunas outras fontes foram consultadas, como por exemplo, a base de dados da SSPAP/GO e o observatório da PM de Luziânia, embora os dados solicitados não foram compartilhados com o estudo.

Considerações sobre as categorias utilizadas

Na procura de prever ações e compreender as interações, os indivíduos tentam organizar suas vidas a partir de categorias. A morte, assim como o crime e a violência letal, são formas subjetivas de compreensão da realidade social que necessitam de uma classificação ou categorização para melhor serem interpretadas. De acordo com Ribeiro, a morte é um evento social, relacionado ao universo jurídico e ao sistema de saúde, em que especialistas procuram compreender e classificar para dar “um tipo de reposta estatal que será acionada em relação ao corpo sem vida” (RIBEIRO, 2017).

Tratando-se de mortes propositais ou intencionais, verifica-se que alguns órgãos públicos e privados como o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) e o FBSP adotam como indicador o conceito de letalidade violenta, que é a soma dos registros de homicídios, latrocínios e mortes cometidas por policiais militares e civis dentro e fora do serviço. A Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), por sua vez, é responsável pelo termo Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), utilizado pelos sistemas de contagem institucionais como o SIM.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime) (UNODC, 2014) da Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza o termo “mortes violentas letais” e, classifica-o em três categorias fundamentais: as mortes provocadas em relações interpessoais, ou seja, os conflitos íntimos ou resultantes de ações de proximidade; as mortes relacionadas às atividades criminais como os latrocínios ou os homicídios vinculadas ao tráfico de drogas; e as mortes sociopolíticas, que são os homicídios com motivações sociais ou políticas (RIBEIRO, 2017).

Plano de dissertação

O presente estudo procura analisar o fenômeno do homicídio sob diversos prismas. O primeiro é o prisma da perspectiva distanciada ou macrosociológica. Os

estudos macrossociológicos tendem a debater a questão dos homicídios a partir da observação dos padrões gerais da sociedade. Então, nos dois primeiros capítulos desta dissertação serão explorados os fatores estruturais em que as mortes violentas ocorrem. O recorte pode ser uma região, uma cidade, ou um país, sendo que, o foco da investigação sociológica está nas causas comuns. Assim, no primeiro capítulo é apresentado o município de Luziânia, sua história, características e a vida social de seus moradores. Em seguida, a análise fica a cargo do desenvolvimento do município e suas transformações socioestruturais, em que os efeitos migratórios e a periferização da região do Entorno de Brasília, ganham preponderância nas análises, sobre a influência da construção da Capital Federal.

No segundo capítulo, são analisados os efeitos do desenvolvimento na AMB através da construção e consolidação do Distrito Federal (DF), bem como isso modifica e contribui para a violência letal nos municípios ao seu redor. Nesta seção são apresentados os principais dados sobre violência letal em diversos níveis sociais, os novos parâmetros das mortes violentas no Brasil, nas (UFs) Unidades Federativas, RIDE, AMB e por fim, em Luziânia. Desta forma, há uma aproximação do recorte desta pesquisa, ou seja, do município de Luziânia. São apresentados seus bairros considerados mais violentos e as principais referências para compreender o fenômeno da violência letal.

Dando prosseguimento à linha de análise, no terceiro capítulo é realizado o desenvolvimento qualitativo da pesquisa, em que as anotações do caderno de campo e as entrevistas sobre o fenômeno da violência letal são trianguladas com os dados estatísticos e com a bibliografia selecionada. As observações aproximam-se das dinâmicas das mortes violentas. Esta seção, por sua vez, dedica-se à descrição e à compreensão das interações sociais que produzem morte violenta. Dentro da análise microsociológica, são investigados os fatores individuais, sociodemográficos e as relações sociais, e são apresentadas as percepções dos interlocutores sobre o fenômeno e as mudanças que a violência letal produz na sociabilidade dos moradores do município.

Em seguida, o quarto capítulo visa debater, com base no que foi apresentado nos capítulos anteriores, os papéis desempenhados pelas instituições de segurança e de justiça em sua busca pela administração de crimes violentos no município. Dessa maneira, são apresentadas as dificuldades que os funcionários das instituições de

segurança, sobretudo da PCe PM, enfrentam em suas funções rotineiras, como também o fluxo da justiça criminal. Tais funcionários acreditam que estão em contínuo processo de “enxugar gelo” (realizar uma tarefa impossível), devido à sobrecarga, ao acúmulo de tarefas e obrigações consequentes da falta de funcionários e investimentos. Para os interlocutores, as instituições de segurança configuram um sistema que opera como uma engrenagem, em que o mau funcionamento de uma das partes prejudica as demais e, por conseguinte, contribui para impunidade assim como para a violência.

O quinto e último capítulo traz um debate sobre a representação dos interlocutores sobre o fenômeno da violência letal. Portanto, à luz das representações, são analisados os discursos, falas e comentários sobre a morte violenta, bem como o medo e as transformações que esses provocam nas dinâmicas sociais e a própria estrutura física do município. Os discursos e falas circulam, produzem e reproduzem o medo da violência, estão em constantes disputas para se estabelecerem como verdade. Esse processo fica mais evidente com a modernização tecnológica e informacional, que contribui para intensificação do medo, em que as falas sobre o crime passam a ser acompanhadas de imagens e vídeos, em processos instantâneos ou momentâneos. Posto isso, o uso de redes sociais ou mídias digitais – Facebook e WhatsApp – no uso da divulgação instantânea de imagens e notícias sobre a violência ganham notoriedade. Desta forma, as plataformas digitais tornam-se ferramentas pertinentes para a pesquisa de campo e significativas para um debate inovador na sociologia da violência.

Capítulo 1 – O desenvolvimento de Luziânia, da AMB e de Brasília

Este capítulo foi dividido em três partes. A primeira tem a intenção de apresentar Luziânia ao leitor, abordar de forma resumida a história do município, o seu desenvolvimento e as suas características. Os textos que serviram de referência para descrever esta breve análise se referem ao patrimônio histórico e cultural do município⁸.

O segundo item é direcionado ao desenvolvimento de Brasília e os impactos que a construção da nova capital tem sobre os municípios da RIDE, da AMB e, portanto, sobre Luziânia. Com auxílio da literatura especializada, em que as referências são pesquisas realizadas principalmente na área da geografia e de agências e institutos do Governo Estadual do DF, deseja-se debater a situação à qual Luziânia está submetida. Observa-se que o processo de urbanização do DF extrapolou os limites geográficos de seu território, que teve como consequência a urbanização desordenada nos municípios que estão a sua volta, principalmente os do entorno mais próximo. A falta de um planejamento de urbanização provocou a periferação destes municípios, causando diversos problemas urbanos e sociais.

Desta forma, o terceiro e último item deste capítulo procura analisar como o impacto da construção de Brasília interferiu e interfere no desenvolvimento urbano do município de Luziânia, e impacta na vida social e no comportamento de seus moradores. Assim, triangulamos os dados fornecidos da bibliografia selecionada com as informações obtidas no campo e dos interlocutores, sobre seus problemas cotidianos, para, assim, melhor compreender o atual cenário em que os habitantes do município vivem. Portanto, observa-se que o aumento demográfico, a desigualdade social, problemas de infraestrutura são uma causa desta relação próxima que Luziânia tem com Brasília.

Este não é o foco principal do trabalho, com tudo é primordial entender sobre o desenvolvimento urbano e social em Luziânia, pois como veremos mais adiante, tem profundos impactos sobre o fenômeno da letalidade violenta no município.

⁸Há uma diversidade de textos que tratam sobre a história, a cultura e a religião de Luziânia, entre eles podemos citar: PIMENTAL, 1994; PEREIRA, 2013; ÁLVARES, 1978; CURADO et al.1995.

1.1 A história de Luziânia e seu desenvolvimento

A origem de Luziânia data de 13 de dezembro 1746, quando Antônio Bueno de Azevedo, um pequeno fazendeiro denominou o povoado que se formava às margens do Rio Vermelho de Santa Luzia (ÁLVARES, 1978). Na época, a população da região sobrevivia da mineração devido à riqueza de ouro das terras, mas com a escassez dos minerais a economia voltou-se para a agricultura e criação de gado. Com o aumento populacional, os pequenos arraiais se tornaram vila e posteriormente cidade, e em 31 de dezembro de 1943, o distrito de Santa Luzia passou a se chamar Luziânia – para diferenciar de outra cidade de Minas Gerais que possuía o mesmo nome (CURADO et al. 1995).

Luziânia está localizada no Planalto Central Brasileiro, no Estado de Goiás, próximo ao DF (ver figura 1) e a municípios como Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia e Cristalina. Muitas das terras do município foram desapropriadas para a construção da Capital Federal, o que posteriormente iria provocar profundas mudanças no município, principalmente com a vinda da mão de obra, sobretudo nordestina (Candangos), que migrava para a região Centro-Oeste do Brasil, devido à oferta de trabalho nas obras da nova capital e pela construção da BR 040 que liga Brasília aos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Muitos dos trabalhadores se alojaram no entorno do DF, tendo Luziânia como uma referência, já que fica em média a 60 quilômetros de distância da capital do país. O município também possuía distritos maiores como Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, que devido ao contínuo aumento populacional e ao desenvolvimento urbano, se emanciparam.

Figura 1: Localização do Estado de Goiás e de Luziânia.



Na figura acima, podemos ver a localização do Estado de Goiás no Mapa do Brasil e de Luziânia no Estado de Goiás⁹.

Luziânia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), tem aproximadamente 194 mil habitantes, e seu tamanho é de 4,495 km². Por mais que tenha perdido boa parte de seu território, ainda possui uma grande extensão, onde a zona urbana está concentrada próxima à Capital Federal e a municípios como Valparaíso e Cidade Ocidental, sendo que o restante do território é composto por zonas rurais.

Luziânia é pertencente à AMB e à região que é classificada como RIDE de Brasília, que é composta por 22 municípios, sendo 19 localizados no Estado de Goiás e três no Estado de Minas Gerais. A zona urbana é dependente socioeconomicamente de Brasília, em vista de que boa parte da população que reside em Luziânia trabalha e busca emprego, lazer, educação e serviços de saúde no DF.

Os principais setores ou bairros de Luziânia são a região Central, Setor Aeroporto, Setor Serrinha, Setor Fumal, Setor Leste, Setor Mandú, Setor Viegas e o Setor Kennedy (CURADO et al. 1995). Podemos também acrescentar o Distrito do

⁹ Para acessar os mapas, acessar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luzi%C3%A2nia#/media/File:Goias_Municip_Luziania.svg

Jardim Ingá, um aglomerado de bairros que hoje compõem metade da população de Luziânia. Na zona rural, a vegetação predominante é o cerrado, e a produção é focada na agricultura de cereais, soja e na pecuária. Em contraste, a zona urbana é marcada por comércios e pequenas indústrias.

1.2 A formação de Brasília e os impactos socioeconômicos na AMB

A formação da nova Capital Federal do Brasil teve um forte impacto social e estrutural nos municípios que mais tarde se tornariam sua periferia. Segundo um estudo realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) (CODEPLAN, 2013), o Centro-Oeste, no começo do século XX, era uma das regiões menos habitadas, com a menor densidade demográfica do país, possuindo apenas 373 mil habitantes. Até 1940, a população ainda era muito reduzida, inferior a um habitante por Km². Devido a este contexto, o Governo Federal iniciou projetos para ocupação do Centro-Oeste. Em 1940, o governo de Getúlio Vargas lançou o programa “Marcha para o Oeste”, que visava uma estratégia de desenvolvimento e ocupação do território nacional. O projeto modernizador teve continuidade durante o governo de Juscelino Kubitschek, que iniciou a transferência da capital do país, até então localizada no Rio de Janeiro, para o Centro Oeste brasileiro, processo que teve início em 1956, quando iniciou a construção do moderno centro geopolítico nacional. O desejo da elite política e econômica brasileira vislumbrava a ocupação do território, o que levou a intensos movimentos migratórios motivados pela oferta de emprego, impulsionadas pela edificação dos ministérios e outras obras. A proposta de transferência da capital para o interior do país foi estabelecida na Constituição de 1891, e a Missão Cruls¹⁰, em 1892, teve o objetivo de delimitar a área a ser ocupada (CODEPLAN, 2013).

As terras escolhidas para a instalação do DF eram grandes latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e a pecuária extensiva. Em 1960, a população regional saltou de 370 mil habitantes para três milhões, crescimento que esteve

¹⁰Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (Missão Cruls), formada pelo engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Para mais informações, acessar <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not02.asp> [Descarregado no dia 21 de dezembro de 2017].

associado à expansão da atividade agropecuária (CODEPLAN, 2013). O Centro-Oeste deixava de ser a região com menor taxa de urbanização. Segundo a CODEPLAN, em 1960, deixou o último lugar e passou para o terceiro lugar com 34% de sua população vivendo em cidades. Em 2000, essa taxa já superava os 83% (CODEPLAN, 2013).

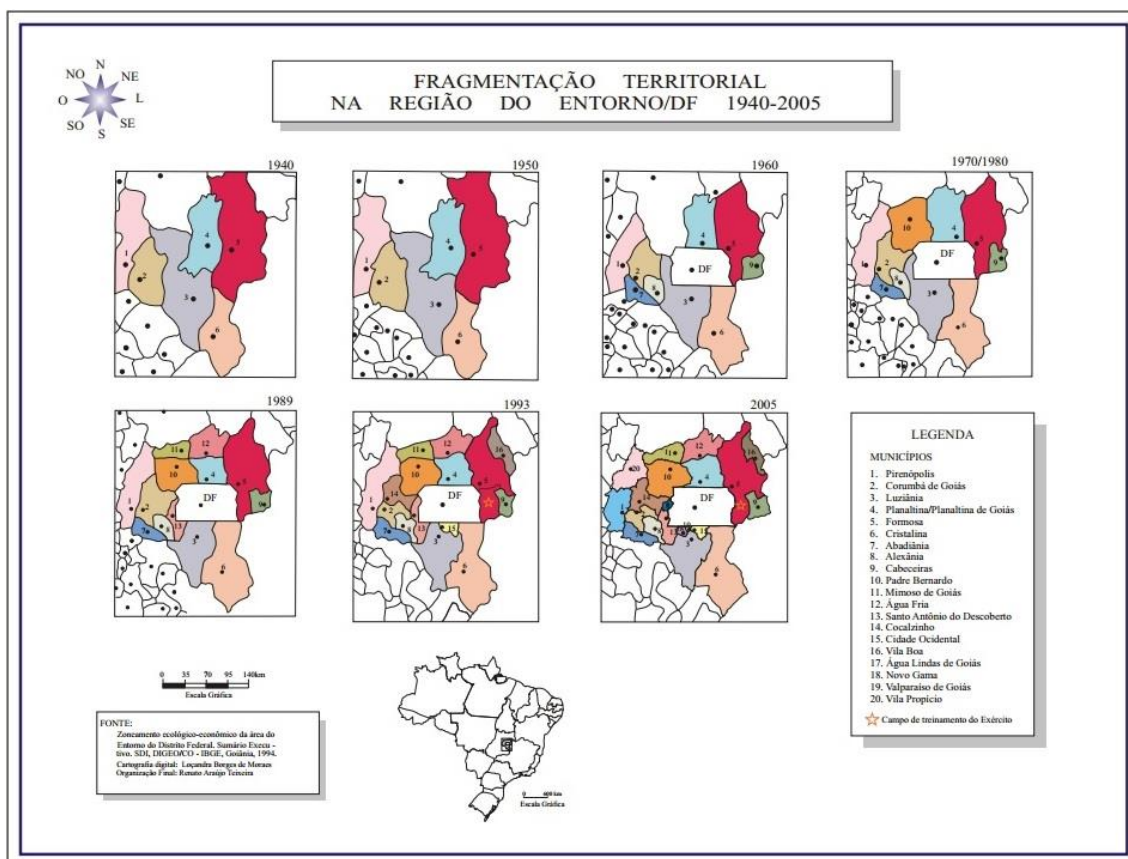
Com a construção de Brasília, houve um adensamento populacional, que não abrangeu somente o DF, mas se estendeu para os municípios limítrofes. Em 1970, com a consolidação do DF, esse processo se intensifica (CODEPLAN, 2013). Segundo Paviani (1987), a partir deste momento, o Governo do Distrito Federal (GDF) produz uma periferação e urbanização dos municípios ao redor da Capital Federal e uma expansão rumo ao município de Luziânia. A partir da construção de Brasília, a população de Luziânia sofreu grandes aumentos populacionais (ver tabela 3). Em 74 anos, a população passou de 27.884 para 191.139 moradores (CODEPLAN, 2014), ou seja, houve um aumento de 685%. Neste processo, alguns distritos que concentravam boa parte da população luzianiense emanciparam-se e tornaram-se municípios: Santo Antônio do Descoberto (1982), em seguida, na década de 1990, Novo Gama (1990) e Valparaíso do Goiás (1995). Isso reduziu parcialmente a população de Luziânia, produziu saldos negativos populacionais, mas não diminuiu o contínuo fluxo de imigração (ver figura 2).

Tabela 3: O Aumento Populacional em Luziânia

Ano	1940	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2014
População	17.249	27.884	32.807	80.089	207.674	141.082	174.000	190.000

Na tabela podemos observar o aumento populacional em Luziânia. Os Saldos negativos estão associados à emancipação de municípios como Valparaíso e Cidade Ocidental. Fonte: CONDEPLAN, 2013.

Figura 2: Fragmentação Territorial Na Região do Entorno/DF 1940-2009



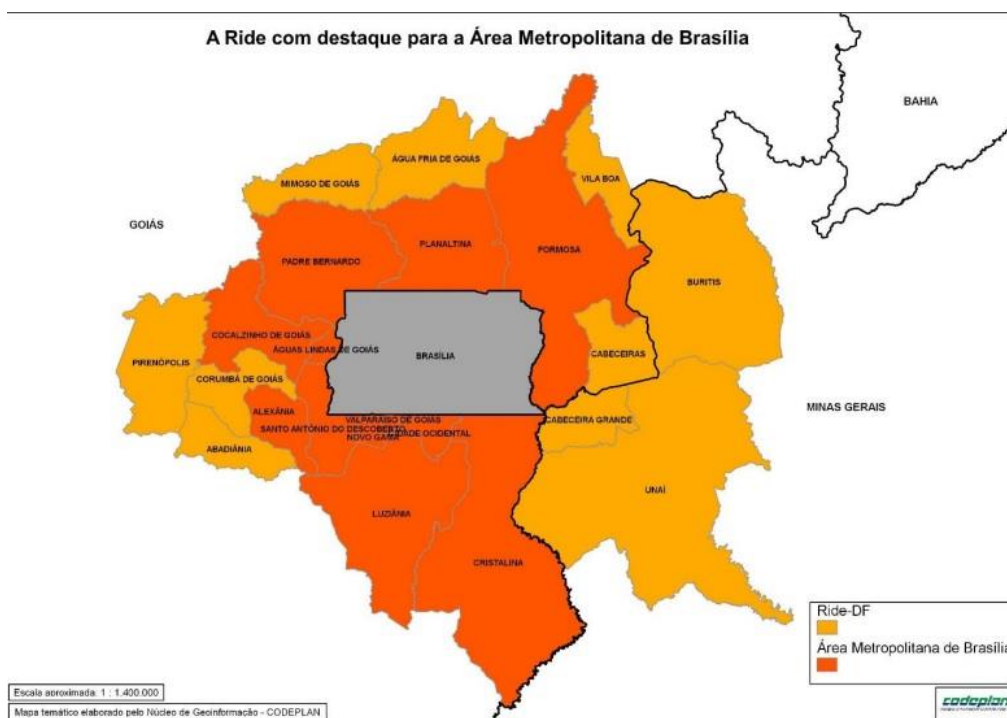
Fonte: CONDEPLAN

Dez anos após a inauguração de Brasília, o impacto já era perceptível em sua área metropolitana. O primeiro programa que trouxe a discussão sobre o desenvolvimento regional da AMB, e produziu o processo de urbanização da periferia do DF foi Programa da Região Goeconômica de Brasília (PERGEB), elaborado na segunda metade da década de 1970 (CODEPLAN, 2013). Em 1970, a população do Entorno era de 100 mil habitantes, e nas três décadas seguintes, a população praticamente dobrou, alcançando a cifra de 750 mil habitantes nos anos 2000. Nos anos seguintes, este número saltou para 1,28 milhão, quantia que corresponde aos 12 municípios goianos que integram a AMB. Em 1980, devido ao processo de conformação do espaço metropolitano de Brasília, surgiram municípios com população aproximada de 200 mil habitantes.

A expansão da área metropolitana foi de forma polinucleada, abrangendo os municípios do entorno e produzindo uma influência direta na formação de aglomerados

urbanos na AMB (CODENPLAN, 2013). Nas décadas de 1980 e 1990, o processo se intensificou, assim como os estudos sobre a delimitação do espaço metropolitano de Brasília. A partir destes estudos preliminares, e devido ao constante aumento populacional e a formação de novos núcleos urbanos em Brasília e ao seu redor, constituía-se a formação de municípios dependentes do DF. Brasília é um importante pólo regional, com grande extensão territorial, densidade demográfica, com área urbanizada e coesão interna, o que faz dela uma metrópole nacional (CODENPLAN, 2013). Ela produz nos municípios ao seu redor contínuos deslocamentos populacionais, em função da busca de serviços e mercado de trabalho. Para atender tal demanda, foi proposta a criação da Região Metropolitana de Brasília, na qual foram identificados os dez municípios mais dependentes do DF: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Posteriormente, foram adicionados à AMB os municípios de Cristalina e Cocalzinho do Goiás, em consequência do aumento dos fluxos populacionais intensos de seus distritos Campos Lindos e Girassol, respectivamente.

Figura 3: Mapa da RIDE com destaque para a AMB

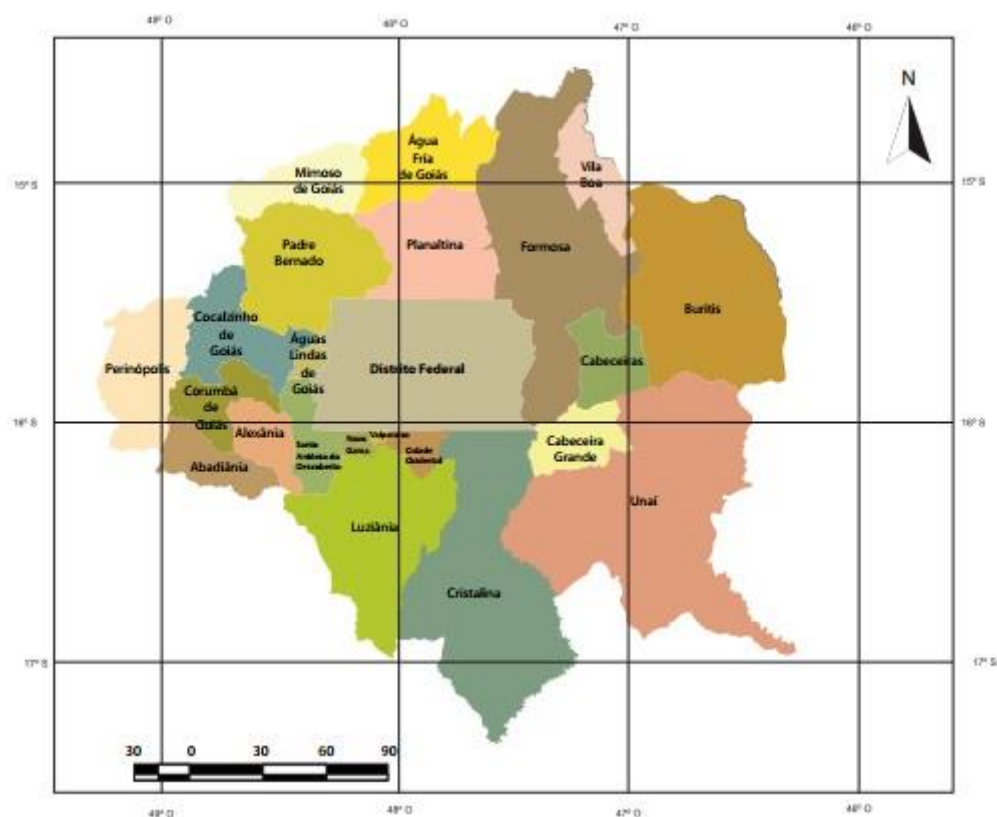


Fonte: Ministério da Integração Nacional – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan

Já a RIDE/DF foi criada em 1998¹¹. A RIDE/DF abrange 56.433,53 km² e segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), possui uma população de 3.717.728 habitantes. A RIDE/DF é constituída por 23 municípios de três unidades federativas, contando com DF, e os municípios do Estado de Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa; e do Estado de Minas Gerais: Buritis, Cabeceira grande e Unai (Ver figura 4).

¹¹ Lei complementar n° 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto n° 2.710, de 4 de agosto de 1998. (UNODC, 2011). Segundo o Ministério da Integração Nacional, consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos estados de Goiás e de Minas Gerais e aos municípios que a integram relacionados com as seguintes áreas: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública (idem).

Figura 4: Mapa da RIDE



Fonte: Ministério da Integração Nacional – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan

As RIDEs foram criadas com o objetivo de minimizar as desigualdades e incrementar o desenvolvimento em regiões que são afins geograficamente (UNODC, 2011). No caso da RIDE/DF os dados revelam grandes desigualdades entre Brasília e os municípios do Entorno e as regiões administrativas do DF. Segundo o relatório da UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), a taxa de crescimento geométrico dos municípios do Entorno é maior do que a de Brasília, indicando assim uma possível migração populacional que ocorreu do DF para os municípios do Entorno. Além disso, foi diagnosticado que no Entorno há baixa média de alunos estudando, que está mais associada à “necessidade dos jovens trabalharem para ajudar nas despesas de suas casas e conseqüentemente na redução no número de pessoas que frequentam o ensino médio” (QUEIROZ, 2006. p.8). Outros indicadores demonstram que a renda

domiciliar e per capita do DF é três ou quatro vezes maior do que a do entorno, e a infraestrutura urbana evidenciam ainda uma maior disparidade (CODENPLAN, 2013).

Nas últimas décadas, a AMB surpreendeu com altos índices de violência e de homicídios que tiveram um crescimento, entre 2002 e 2007, de 20%; enquanto os índices da RIDE aumentaram em apenas 2% (UNODC, 2006). Isso demonstra que o fenômeno da violência letal está centralizado em uma região mais próxima ao DF, ou seja, nos municípios fronteiriços. Segundo Arthur Costa (2015), entre 2000 e 2010, os municípios da AMB apresentaram aumento de 59,3% dos homicídios. Em 2010, três deles ficaram entre os 200 municípios mais violentos do Brasil: Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas.

1.3 Luziânia, “a cidade do nem”: Os problemas causados pelos efeitos migratórios e crescimento urbano desordenado

Os primeiros efeitos migratórios para Brasília eram compostos majoritariamente de trabalhadores nordestinos, outra boa parte oriunda de migrantes de Minas Gerais e do próprio Estado de Goiás. A primeira fase do processo de ocupação foi marcada pela migração de longa distância, movimento que ficou popularmente conhecido como “Marcha para o Oeste” (CODEPLAN, 2013). Após a consolidação do DF como metrópole, houve um processo redistributivo desses migrantes para os municípios do entorno mais próximo, ou imediato (CAIADO, 2005). Isso fez com que boa parte da população que se consolidasse nos municípios da AMB, fosse de origem nordestina, o que foi possível constatar nas falas de interlocutores que interagem com diversos moradores devido a funções que desempenham na comunidade em que vivem.

Se você rodar por aqui, você vai ver pouco goiano, você vai ver mais nordestino, na minha paróquia é mais nordestino, o povo, entendeu, goianos são poucos, a maioria é nordestino (Augusto, 46 anos, padre, morador do bairro Parque Mingone II).

Aqui a gente fala que Brasília é como se fosse São Paulo. Em São Paulo, há muitos trabalhadores vindos do Nordeste, em Brasília também. Aqui, nós atendemos grande parte de nordestinos, inclusive meus pais são nordestinos, são do Piauí. Eu nasci aqui em Brasília, mas meus pais são do Piauí. Querendo ou não, a gente pega esse pessoal, assim, que veio de cada canto (Antônio, 25 anos, professor, morador do bairro Jardim Marília).

Luziânia, atualmente, vem se transformando e ganhando, cada vez mais contornos de uma grande periferia de uma cidade grande. O município possui indústrias de grande e pequeno porte, lojas e shopping centers, movimentação constante de pessoas, objetos e mercadorias. As rodovias que cortam o município estão constantemente congestionadas e não suportam o fluxo de automóveis que vão e vem do DF. No município há camelôs, tráfico de drogas, desemprego e crime, características de cidades urbanas, o que nos leva a não poder mais qualificá-la como rural. Mas, por outro lado, devido ao seu vasto território, concentra imensas áreas rurais com grandes latifúndios, setores de chácaras, sítios e fazendas ao seu redor, o que faz com que muitos moradores considerem-na ainda uma cidade do interior.

Desta forma, Luziânia se encontra no limiar desta transição entre cidade grande e cidade pequena ou rural, onde é possível notar diferentes conflitos em que os sujeitos estão inseridos. O município possui diversos bairros periféricos onde, somente no sentido de Brasília, há pequenas ligações urbanas com outros municípios da região. Nas demais fronteiras, Luziânia está cercada por zonas rurais.

A migração para Luziânia é decorrência da incapacidade do DF absorver esse contingente populacional. Essa população, devido às suas posições desprivilegiadas socialmente, é forçada a procurar moradias em áreas de menor pressão exercida por segmentos de renda mais elevada (CAIADO, 2005. p.71). Este fenômeno, segundo Caiado, é decorrência da própria gestão do DF que controlou a ocupação do solo sob a prerrogativa da conservação do meio ambiente e preservação do projeto arquitetônico do plano piloto. Este fenômeno, do aumento populacional, é sentido pelos moradores mais antigos de Luziânia, sobretudo do Jardim Ingá, que é mais próximo de municípios como Cidade Ocidental, Valparaíso ou Novo Gama e, portanto, de Brasília.

Então, o custo de vida neste Entorno é mais barato. O aluguel que uma pessoa paga em Brasília é de R\$1.000,00 reais ou R\$1.200,00 reais. Aqui ela consegue pelo patamar, a mesma casa, por uns R\$400,00 reais ou uns R\$450,00 reais. Então, é isso que está levando a pessoas virem para o Entorno, porque Brasília é tida no Brasil como o lugar do dinheiro, o lugar que circula muito dinheiro. Então, muita gente vem especialmente do Nordeste para cá, visando isso, oportunidade de trabalho. Chega aqui, não consegue se manter em Brasília, porque o custo de vida em Brasília é muito caro. Então eles acabam vindo para esse Entorno. E o Jardim Ingá ficar tão próximo, e o custo de vida ser mais em conta, é perfeito, é o local ideal! (Érika, 36 anos, comerciante, moradora do bairro Parque Estrela Dalva IX).

O processo de migração regional não foi interrompido, sendo que entre 1990 e 2000, a migração de nordestinos teve um aumento de 41,6% (CAIADO, 2005). A redistribuição desses migrantes se direcionou para municípios que ficam a sudoeste da Capital Federal, ou seja, para Val Paraíso, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia¹². Entre esses municípios e a Capital Federal, há uma tendência de trocas constantes de pessoas, uma migração intrametropolitana que indica que há uma mobilidade populacional marcada pela dificuldade em adquirir moradia própria, trabalho e outros serviços. O crescimento populacional e o urbano de forma desordenada estão associados às causas dos problemas sociais e estruturais como também ao aumento da violência no município:

Entrevistador: Você notou muitas mudanças no desenvolvimento do município?

Resposta1: Sim, muita coisa, além do crescimento de indústrias que teve aqui em Luziânia, com o crescimento da cidade, tudo aumentando, aumentou a população e aumento a criminalidade também. Aumentou as pessoas e com o aumento, aumentou o índice de violência. (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Resposta2: Quando eu vim morar aqui, eram menos pessoas né, daí talvez, tinha menos criminalidade. Mas já existiam crimes, era mais comum para a gente o crime de assassinatos mesmo. Hoje não, hoje a gente tem um índice muito grande de assaltos que antes não era tão comum, como é hoje né. Porque hoje assim, se alguém falar: fui assaltado, porque hoje não é novidade, não é mesmo! Ninguém fica mais assombrado, só mais um. Então eu percebo que esse índice tem aumentado com o aumento da população. (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do bairro Parque Estrela Dalva IX).

Nos últimos anos, o município vem vivenciando um constante aumento populacional. Em 2000, o município possuía em média 141 mil moradores, sendo que a população estimada em 2016 é de 196 mil habitantes. Segundo os dados do IBGE, este crescimento é de aproximadamente 72% nos últimos 16 anos. Luziânia possui a maior população dos municípios que compõem a RIDE e estão envolvidos diretamente com a expansão do DF, mas não é o de maior densidade demográfica, em vista de seu amplo território. Com o crescimento populacional de municípios emancipados de Luziânia, como Valparaíso e Cidade Ocidental, mais precisamente, alguns bairros como o Distrito do Jardim Ingá, se tornaram o principal destino de migrantes que não conseguiram se estabelecer em Brasília ou nas Cidades Satélites. Desta forma, um mercado imobiliário se forma nestas áreas e concentra vendas de moradias populares, como por exemplo,

¹²No período 1975-1980, 33.866 pessoas deixaram o DF, já entre 1986-1991 foram 46.162 pessoas e de 1995 a 2000 o número foi de 80.942 pessoas (CAIADO, 2005).

projeto de casas financiadas pela Caixa Econômica Federal (ver figura 5), produzindo um inchamento de bairros, com moradias populares, que não possuem estrutura para fornecer serviços públicos básicos como educação, lazer e serviços de saúde.

Fugiu do controle! Nós estamos hoje no Jardim Ingá, eu sou professora e construíram dois condomínios do lado da escola, e para você ter uma ideia, os dois condomínios são grandes, mas eles estão inchando tanto assim de tanto menino que nós começamos uma turma com 26 alunos e foi para 40, e não tem a onde por. São condomínios da Caixa, eu acredito que sim, o Ingá tá enchendo demais, o Valparaíso não tem mais para onde crescer, né. Então, eu acredito que a população daqui nesses últimos meses, principalmente nesses últimos meses, desse povo que não deu conta de comprar no DF, já passou dos 100. (Alessandra, 49 anos, moradora do bairro Jardim Ingá).

A estrutura até que mudou um pouco, depois que a Caixa começou a trazer essas casinhas pra cá, até que valorizou mais o lugar, porém a criminalidade também tá aumentando. (Poliana, 23 anos, administradora, moradora do bairro Parque Mingone II).

Figura 5: - Projeto da Caixa Econômica Federal: Minha casa, minha vida



Casas da Caixa Econômica Federal, “Projeto Minha Casa Minha Vida”, são encontrados em todos os bairros periféricos de Luziânia. Na imagem consta uma casa localizada no bairro Parque Industrial. Fonte: acervo pessoal

Para Caiado (2005), a continuidade dos fluxos migratórios é decorrência das grandes correntes de migrações internas, de regiões urbanas para urbanas, o que é diferente das migrações rurais-urbanas mais características dos anos 1940-1980, que eram marcadas por fortes desequilíbrios regionais. Para a autora, após a década de 1980

as trajetórias de migrantes são alteradas pela crise e recessão financeira. Isso permitiu que as migrações passassem a ser entre curtas distâncias. Desta forma, surgiu um novo modo de sobrevivência das classes populares que resultou em deslocamentos intra-urbanos.

A forma como o Estado atuou no desenvolvimento da Capital Federal brasileira, como o gerenciador da ocupação do solo, permitiu a formação de periferias que hoje são conhecidas como cidades satélites¹³. Segundo Caiado (2005), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) ficou encarregada de distribuir lotes para abrigar a população operária migrante e os funcionários públicos com funções consideradas menos importantes nestas periferias. Conhecidas como regiões administrativas, estes núcleos foram previstos e planejados pelo governo do DF, que buscava criar projetos urbanísticos para serem implementados a partir da saturação do limite populacional estabelecido para o Plano Piloto (CAIADO, 2005. p.66).

Mas esta ocupação se estendeu até os limites dos municípios de Luziânia e outros pertencentes à RIDE, e produziu nos bairros e distritos, até então pertencentes a Luziânia – como Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental – um desenvolvimento urbano e aumento populacional, que os permitiu se emanciparem e, posteriormente, a se tornarem municípios. Como Caiado aponta, nestas regiões as condições de acesso às áreas centrais são precárias, devido à distância e a um sistema deficiente de transporte público, constituindo assim, imensos vazios urbanos e implicando em intensos deslocamentos diários (CAIADO, 2005. p. 66).

Nos diversos bairros em que o pesquisador realizou a observação de campo e entrevistas, foi possível notar este isolamento urbano. No primeiro período de campo, entre junho e agosto de 2016, em que o pesquisador não possuía um veículo próprio para se locomover, não foi possível chegar a estas localidades, devido à precariedade do transporte público do município. Isso forçou o pesquisador a centralizar sua pesquisa

¹³ Podemos considerar cidades satélites os municípios: Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960), Guará (1966) e Ceilândia; (1970) (CAIADO, 2005). Segundo Queiroz (2006) os Candangos que não podiam ficar no Plano Piloto foram deslocadas para novos assentamentos, que distantes alguns quilômetros do centro. Como o próprio autor frisa. “os primeiros candangos, em sua maioria, fixaram-se na Cidade Livre, hoje a atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Porém, muitas pessoas, principalmente os recém chegados à Capital, eram direcionados a assentamentos mais distantes do Plano Piloto, o que deu origem a Taguatinga, Gama, Guará, Sobradinho e, posteriormente, Ceilândia. Mesmo com o surgimento dessas localidades aumentava a demanda por habitação, principalmente para a população de baixa renda” (QUEIROZ, 2006. p.6).

nas comunidades mais próximas ao Centro de Luziânia. Por outro lado, os meios alternativos de transporte dentro do município, como moto-taxi e taxi convencional, também se demonstraram inviáveis, devido ao alto valor das taxas.

Já, no segundo período de campo, entre março e julho de 2017, após entender a dinâmica do transporte público em Luziânia, o pesquisador foi a campo com veículo próprio. Assim, pode acessar os bairros considerados violentos e mais distantes do Centro. Nestes bairros, ao conversar com os moradores, a questão da falta de transporte público sempre era pautada, como podemos identificar em algumas falas:

Tem gente que acorda às 04:00 horas da manhã e vai pegar o ônibus. Sai às 06:30 da manhã para ir trabalhar, ou vai pegar aquele transporte alternativo, que não tem jeito, não é verdade? Não tem o transporte sério aqui para pessoas, então elas vão... A questão do transporte aqui também é muito séria! Houve também um problema aqui quando faliu Anapolina, que ficou uma coisa séria para as pessoas trabalharem. É muito difícil! (Augusto, 46 anos, padre, morador do bairro Parque Mingone II).

O transporte público do município, ele tem a linha aqui dentro do bairro, já para Brasília não tem. Tem pessoas que andam quase um quilômetro para pegar um ônibus na BR040 para ir para Brasília. Outra coisa que a gente vai pedir na reunião também de amanhã. Transporte aqui do município de Luziânia, que é a TranscoLuz, que faz a linha circular, ela entrava nos bairros, mas parou de entrar por falta de segurança. É outra coisa que também estamos debatendo, segundo eles, o motorista diz que não vai entrar mais porque é inseguro. (Bruno, 36 anos, comerciante, morador do bairro Parque Estrela Dalva III).

Nestes bairros, há uma falta de transporte público que os interligue ao centro de Luziânia e principalmente a Brasília, o principal destino dos moradores. É comum ver nas paradas de ônibus, principalmente em horários específicos, aglomerados de cidadãos esperando por uma condução. A falta de transporte possibilita o surgimento de conduções ilegais, o que foi observado durante o campo e o que pode ser identificado nas falas dos interlocutores. Mas a falta de transporte público não pode ser associada apenas há uma má gestão do governo de Luziânia ou a falta de um vínculo que produza resultados efetivos entre os governos do Estado de Goiás e Brasília. Como relata o interlocutor Bruno, morador do bairro Parque Estrela Dalva III, o alto índice de assaltos às conduções resultou na diminuição de circulação dos ônibus em seu bairro. Durante a pesquisa de campo é comum ouvir notícias, comentários sobre assaltos a ônibus e em suas paradas¹⁴, o que ocasiona um agravamento deste fenômeno.

¹⁴ Para ilustrar este fenômeno, indico a leitura de uma notícia sobre assaltos aos ônibus em Luziânia. Disponível no Jornal Correio brasileiro.

Quando se trata dos deslocamentos diários entre Luziânia e Brasília, o fenômeno se torna mais complexo, pois a falta de um sistema integrado de transporte, que permita uma conexão entre as linhas de ônibus de Luziânia e Brasília, dificulta ainda mais a vida dos moradores destes bairros periféricos. Alguns dos municípios que compõem a AMB, além de serem dependentes de DF, como podemos observar, carecem de um transporte urbano de qualidade. Como foi dito anteriormente, não há um convênio entre o Estado de Goiás e Brasília que permita um plano de tarifa única entre linhas interurbanas dos municípios da AMB, ou até mesmo que liguem as áreas urbanas dos municípios mais próximos, como é o caso de Luziânia e do Distrito do Jardim Ingá ao DF. Isso torna os deslocamentos diários mais custosos, exaustivos e prolongados. Situação que é bem ilustrada na fala de uma interlocutora, que necessita acompanhar sua irmã diariamente para ser atendida no Hospital Universitário de Brasília (HUB):

Entrevistador: É muito caro e difícil ir para o DF de ônibus?

Resposta: Sim, até porque o custo da passagem para ir para lá é cara, igual, lá no Plano ela tem a carteirinha que dá para ela rodar lá, portanto não tem como ela usar aqui no Goiás, porque, ela paga a passagem do próprio bolso daqui para lá, e no caso, só é gratuito da rodoviária até o hospital, porque ela já tá no DF. Agora tem essa dificuldade porque se fosse, se tivesse aqui, e tivesse essa carteirinha, não precisa a gente tirar do bolso né. (Poliana, 23anos, administradora, moradora do bairro Parque Mingone II).

Entrevistador: Então o sistema não é integrado?

Resposta: Não. (Poliana, 23anos, administradora, moradora do bairro Parque Mingone II).

Entrevistador: Mesmo sendo Entorno de Brasília, não há um sistema integrado de transporte?

Resposta: Aqui, ela tem a outra interestadual. Ela tem que ter duas carteirinhas para poder andar no ônibus daqui do Goiás lá para o DF, que interestadual, que ela serve para as duas né, pra cá pro Goiás e para lá. Agora tem outra que só serve lá no DF, que é o BRT¹⁵. Aqui não tem o BRT. (Poliana, 23anos, administradora, moradora do bairro Parque Mingone II).

A distância da mancha urbana de Luziânia para Brasília é, em média, de 60 quilômetros. De automóvel, fora dos horários de picos, os trajetos duram por volta de uma hora. Já nos horários de maior congestionamento, o percurso pode durar de três a quatro horas. Nas viagens em que o pesquisador realizou entre Brasília e Luziânia, e vise e versa, foi possível notar que a rodovia BR040 está em péssimo estado de

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/26/interna_cidadesdf,629135/assaltante-e-morto-durante-roubo-a-onibus-em-luziania.shtml [Descarregado no dia 20/12/2017].

¹⁵ BRT (Bus Rapid Transit) é a empresa de ônibus encarregada de realizar o trajeto entre Luziânia e Brasília.

conservação, o que ocasiona diversos acidentes. Além disso, não há viadutos para manobras de automóveis, iluminação, passarelas para pedestres, o que ocasiona uma grande quantidade de acidentes por atropelamento. Em decorrência disto, a BR040 é conhecida como “rodovia da morte”, além de outras alcunhas como “a rota do tráfico, armamento e prostituição¹⁶”. Isso contribui para a formação de imensos congestionamentos entre Brasília e Luziânia,

Mas não é somente a falta de transporte que faz destes bairros locais considerados isolados. Durante a observação de campo, foi possível notar a falta de escolas, opções de lazer, postos de saúde e hospitais. No que tange à questão dos serviços de saúde, o município de Luziânia possui dois hospitais, um localizado na região central da cidade – o Hospital Regional de Luziânia – e outro no Distrito do Jardim Ingá – Hospital Regional do Jardim Ingá, e em alguns bairros há Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e pronto socorros. Tanto os hospitais, prontos socorros e as UPAs carecem de infraestrutura, médicos e medicamentos para atender os pacientes, como afirmar a interlocutora Erika, moradora do bairro Parque Estrela Dalva IX: “Vacinas, eu vejo que na rede pública não tem, eu já cheguei a dar vacinas particulares, porque às vezes falta”. Isso também é evidente em outras falas, principalmente quando os interlocutores se referem aos especialistas:

Olha, a gente nem hospital aqui tem, para você ter ideia. A gente tem um posto da UPA, que é determinado o dia que tem certas especialidades, que os médicos atuam, pediatra, essas coisas, então, tem os dias deles. Então, se a criança passa mal antes, igual uma criança que foi para escola e começou a vomitar sangue, sangue pelo nariz, vomitando. Teve que voltar porque não tinha pediatra na UPA, foi o neném do Lalau, não tinha pediatra lá na UPA. Então teve que voltar, mesmo não tendo pediatra, o clínico médico também não atende, teve que passar dois dias para a criança ser socorrida. (Mônica, 46 anos, dona de casa, moradora do bairro Setor Serrinha).

Você vai ao posto de saúde, e você tem que ficar, dormir, você tem que amanhecer lá 04:00 horas da manhã, porque senão você não consegue vaga em hospital, e nem posto. Não tem médico suficiente no hospital, não tem! Ou vai para Brasília ou vai pra o particular, se você for para cá, você corre o risco de morrer... (Raquel, 27 anos, empregada doméstica, moradora do bairro Parque Estrela Dalva IX).

¹⁶ O tema da prostituição foi abordado durante a pesquisa de campo e também surgiu na fala dos interlocutores durante a entrevista. Devido à complexidade do tema, não será possível fazer uma análise aprofundada deste fenômeno. No entanto, a BR040 é uma rodovia que liga três Estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás ao DF. A circulação de caminhões, viajantes é constante. Durante o campo foi possível observar que há muitos prostíbulo à beira da rodovia, e em alguns casos, jovens fazem ponto em posto de gasolina, bares e motéis da BR040.

Assim, como vimos anteriormente, este é um dos motivos para os deslocamentos diários da população luzianiense para Brasília. Esta necessidade é evidente, pois até mesmo como pesquisador, tive que fazer esses deslocamentos para poder visitar e acompanhar um familiar que estava internado no Hospital das Forças Armadas (HFA) para fazer uma cirurgia cardíaca. Como bem aponta Queiroz (2006), os serviços de saúde no DF são de melhor qualidade, e acabam sofrendo uma sobrecarga devido à dependência dos moradores. A consequência deste fenômeno é a recusa no atendimento para moradores de Luziânia e do Entorno:

Entrevistador: Você já sofreu algum tipo de preconceito em Brasília por ser de Luziânia ou do Jardim Ingá?

Resposta: A gente vê a exclusão até quando a gente vai ao hospital em Brasília: Aí? É do Jardim Ingá? Então por que você não consulta lá? (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

Desta forma, para conseguir uma vaga nos hospitais de Brasília, é necessário estabelecer contatos com pessoas que detenham grande capital econômico ou político. No caso do meu familiar, foi necessário acessar uma rede de contato com a família Roriz, conhecidos na região por serem ricos e desempenharem cargos políticos em Luziânia e em Brasília. Esta necessidade também foi relatada por outros interlocutores, mas com referência ao acesso aos hospitais de Goiânia:

Entrevistador: Quando as pessoas necessitam de especialistas, além do DF, elas são mandadas para Goiânia?

Resposta: Manda não, manda não, é mentira! Se alguém mandou disse que manda um paciente aqui de Luziânia para Goiana eu te falo, eu te falo, é mentira! Manda essa pessoa para Edna ou Ana Lúcia enviar, caso contrário, não. São dois políticos aqui do Ingá que enviam. Quem vota em Edna e Ana Lúcia tem o direito a ter saúde em Goiânia, quem não vota não tem. (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro Jardim Ingá).

Entrevistador: Então, é através só de favores?

Resposta: Tem não! Às pessoas que falam que tem é mentira! Tem irmão aqui da assembleia que Ana Lúcia conseguiu para ele uma sessão, uma cirurgia. Teve que dar os 12 votos da família todinha, porque ele não tinha dinheiro para pagar. Mas do Ingá não faz não, ou você tem dinheiro para pagar, ou aqui no Ingá você morre. Se chegar ao hospital do Gama e alguém tiver misericórdia e lhe dar medicação... (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

Muitos dos interlocutores mencionaram ter dificuldades em ser atendidos nos hospitais do DF, por simplesmente residirem em de Luziânia. Eles relatam que ao chegar às unidades de atendimento são mandados de volta para serem atendidos nos

hospitais de seus municípios. Novamente, observamos que as causas do crescimento desordenado destes bairros periféricos e falta de práticas de cooperação intermunicipal entre os governos do Estado de Goiás e DF prejudica constantemente a vida desde moradores. A dependência de serviços públicos básicos produz um sistema de favores, mediado por sistema desigual de poder que estabelece os que pedem favores e os que concedem, mesmo que os serviços de saúde sejam um direito do cidadão. Desta forma, a corrupção, se tornou um grande problema no município de Luziânia.

Os interlocutores também criticaram a falta de opções de lazer, principalmente em bairros mais afastados, como é o caso do Jardim Ingá, e acreditam que a administração de Luziânia investe somente em locais que não necessitam mais investimentos. Para os interlocutores, a falta de ocupações, sobretudo para os jovens, direciona-os para a vida do crime e ao consumo de drogas ilegais:

Lazer as crianças não tem! Tem uma quadra ali, mas são só pra os bandidos, as crianças não podem brincar. Teve um tempo que as crianças estavam brincando ali no colégio, os caras chegaram armados, as crianças tiveram que sair correndo. Botaram arma na cabeça do meu menino, mesmo botaram. Ficaram segurando quatro ali no colégio. Não tem segurança no colégio. Quadra de esporte é mesmo toda quebrada, no colégio. Não tem lazer para as crianças, nenhum. De educação não, de educação graças a Deus, de reclamar não tem, agora Lazer... (Raquel, 27 anos, empregada doméstica, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

Falta de oportunidade, eu acho que a visão dos pais também, apesar que eu conheço pais que sempre foram presentes, sempre esteve em cima, e teve que tirar o filho da cidade porque estava se envolvendo com drogas né. Começou se envolver no mundo do crime, com drogas, com roubos, então o pai teve que tirar (...) Eu acho que a oportunidade vem do Estado, do município, oferecer mais lazer, oferecer mais oportunidade de curso, ocupar. Eu penso o seguinte, cabeça vazia é oficina do diabo. (Bruno, 36 anos, comerciante, morador do Parque Estrela Dalva III).

Outro ponto importante a ser abordado está relacionado à educação em Luziânia, marcada pela alta taxa de evasão escolar. Segundo os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a evasão escolar em Luziânia começa a partir do sexto ano do ensino fundamental (1%) e se acentua nos anos posteriores, sendo que no primeiro e segundo ano do ensino médio corresponde a 3,1% e 4,1%, respectivamente¹⁷. Não são todos os bairros que carecem de escolas de ensino médio: os mais próximos ao Centro possuem escolas com melhor infraestrutura; em outros locais do município há apenas algumas unidades isoladas, o que provoca um

¹⁷Para mais informações acessar: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio> [descarregado no dia 13/09/2017].

excesso de demanda e contribui para evasão. Esta situação foi notada nos bairros mais afastados do centro de Luziânia, como no caso do Distrito do Jardim Ingá, respectivamente nos bairros do Parque Estrela Dalva IX, Parque Mingone II, onde os alunos têm que ir para o bairro do Jardim Marília ou Sol Nascente para estudar. No caso dos bairros de Luziânia, o Parque Estrela Dalva III, Jardim Sion, Vila Brasília que ficam do lado oposto à BR 040, em relação ao Centro, também demonstraram os mesmos problemas. Nestes bairros há somente escolas de ensino fundamental, sendo que os estudantes do ensino médio têm que se deslocar até as escolas que estão mais próximas ao Centro.

Escolas, a gente só tem escolas aqui para suprir a necessidade da população, a escola primária. Depois da quinta série que seria a segunda etapa do ensino fundamental, não se tem escolas. Crianças de onze anos estudam de cinco horas da tarde até às oito da noite em escolas que são emprestadas, não tem aula de vez em quando, os meninos não tem hora de sair, é uma catástrofe a educação, até falei da educação antes, mas eu não disse, porque assim... A prefeitura que se responsabiliza pela educação do ensino fundamental até essa primeira fase, essa segunda fase é do Governo Estadual, ai é uma catástrofe, não tem vagas, crianças que moram aqui nessa região tem que andar três, quatro quilômetros para chegar até a escola, não há transporte público para elas, muito menos do governo, nem se for pagando elas conseguiriam ir, porque não tem né. (Érika, 36 anos, comerciante, moradora do bairro Parque Estrela Dalva IX).

Entre Luziânia e os municípios do entorno e o DF, devido à precariedade dos serviços públicos, falta de emprego e especulação imobiliária, há uma troca constante de serviços e pessoas, o que intensifica as dinâmicas sociais e econômicas da AMB. O processo também intensificou os fluxos de pessoas entre as cidades do entorno e do DF, o que caracteriza movimentos pendulares diários e constantes. Este fenômeno é decorrente do deslocamento forçado de migrantes para os municípios do entorno, o que segundo Caiado, faz parte de um processo de estruturação intra-urbana, sendo que a:

(...) necessidade de deslocamento de pessoas em direção ao entorno (migração intrametropolitana) certamente gerou a intensificação desses fluxos por emprego e/ou atividades geradoras de renda para essa população que não consegue inserir-se no espaço do DF. A ligação entre os dois tipos de movimentos populacionais é estreita: a ocorrência do primeiro gera a do segundo. Ou seja, ao mudar para o entorno, a população passa a depender das viagens diárias em direção ao antigo local de moradia, como forma de obter renda e serviços que lhe permitam sobreviver (CAIADO, 2005. p, 73).

Os movimentos pendulares intra-urbanos revelam uma interdependência, do DF com os municípios da AMB, mas que se dá de forma desigual. Segundo os dados da CODEPLAN (2013), 45,03% dos moradores da AMB que exerciam alguma atividade remunerada, trabalhavam no DF. Em Luziânia, aproximadamente 30,75% de sua

população trabalha em Brasília, sendo que no Jardim Ingá, esta taxa é de 56,06%. A consequência deste fenômeno reflete na estrutura convencional das famílias e faz com que os habitantes do distrito se ausentem de suas moradias e da vida de seus filhos por longos períodos. Este fenômeno, da ausência dos pais, segundo alguns interlocutores, contribui para a violência no município e faz com que jovens sejam cooptados pelo mundo do crime e para o consumo de drogas. Para eles, estes movimentos pendulares são desgastantes, e melhorias nas condições do transporte público, assim como uma equiparação dos salários entre os servidores, produziriam melhor qualidade de vida na região.

Brasília carece de mão de obra especializada e principalmente não especializada dos municípios do entorno mais próximos. Nos movimentos pendulares diários é possível notar que diversas pessoas de classes sociais diferentes fazem o percurso do DF para o Entorno. Esses cidadãos passam a maior parte do seu tempo em Brasília e, por isso, boa parte da renda, dos gastos da população de Luziânia com trabalho, educação, lazer e saúde são realizados na Capital Federal. Portanto, todos os recursos adquiridos no DF acabam se mantendo no DF. Esta busca por emprego em Brasília não é apenas motivada pela falta de trabalho e oportunidades no Entorno, pois de acordo com os interlocutores a desigualdade salarial das funções, sobretudo de servidores públicos, contribui para intensificar este fenômeno:

Um professor do DF ele entra ganhando em torno de R\$3.700,00, se ele passar no concurso. O daqui ganha R\$1.600,00, e os de lá ainda recebem vale-alimentação e vale-transporte. Os daqui não tem nada disso. (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

É falta de estrutura, é falta de pessoal, falta de investimento na segurança. A polícia civil fez um concurso agora que vai entrar agentes de polícia aí, salário de R\$1.500,00 reais. A polícia militar a mesma coisa. Esse pessoal não vai ficar! Não vai ficar! Como é que você vai morar em Luziânia com R\$1.500,00 reais?! Não mora, você vai morar em um bairro ruim, em uma casa ruim. Você vai ter problemas! Você como um policial, você não pode morar mal né. (Delegado II).

A disparidade salarial entre Luziânia e DF, como aponta uns dos delegados de Luziânia, produz uma redução no efetivo da PC, o que acarretará em diversas dificuldades, principalmente na investigação de homicídios no município, o que será tratado mais pormenorizadamente adiante. Como bem aponta Costa (2015), diferente do DF, os efetivos e equipamentos de segurança pública nos municípios da AMB são insuficientes, precários e não atendem às demandas da população. A maioria dos

municípios possui apenas uma delegacia de PC ou Centro Integrado de Operações em Segurança (CIOPS), e nem todas as cidades possuem uma unidade operacional de Corpo de Bombeiros ou da PM.

Entretanto, Luziânia possui delegacias especializadas da PC como o Grupo de Investigação de Homicídios (GIH), o Grupo Especial de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (Gepatri) – encarregado dos crimes de latrocínio e o 10º Batalhão da PM. Em 2011, de modo provisório, o Governo Federal instalou uma sede da FNSP no município, visando à redução dos homicídios e dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo (COSTA, 2015). Luziânia também é o único município a possuir um Núcleo Regional da Polícia Técnico-Científica, que também é responsável pelo atendimento dos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Mimoso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (Costa (2015), APUD; UNODC 2011). Mas os dados demonstram que, mesmo com todo esse aparato policial para lidar com o crime, Luziânia ainda continua sendo um dos municípios mais violentos do Goiás.

Os homicídios são crimes complexos de serem investigados e demandam tempo de investigação, que se inicia na fase pericial. Devido às altas taxas de homicídios na AMB, a Polícia Técnico-Científica e o IML de Luziânia foram sobrecarregados. A alta quantidade de corpos, não somente de vítimas de homicídios, que ficaram expostos a céu aberto e dentro das viaturas, levou à interdição do IML, onde o cheiro dos cadáveres podia ser sentido na vizinhança¹⁸.

Tem uma coisa aqui no IML de Luziânia que os corpos estavam em decomposição do lado de fora do necrotério, no quintal, e os vizinhos vieram reclamar. Então, o corpo fica lá e as varejeiras ficam comendo o corpo lá, aí e deixa o pau quebrar, se der para fazer a perícia faz, se não der, não faz. (Felipe, 52 anos, pastor, morador do bairro Jardim Ingá).

Desta forma, com o IML de Luziânia interditado, o IML de Formosa ficou encarregado de periciar e recolher os corpos em Luziânia e nos demais municípios da AMB. A consequência desse processo é a permanência de corpos por longas horas nos locais dos crimes. Logo, a precária situação das instituições de segurança pública contribui para um cenário de horror no município. Além disso, nos últimos anos, os

¹⁸ Para saber mais sobre o processo que interditou o IML de Luziânia, acessar: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/juiza-manda-interditar-impl-de-luziania-por-causa-de-irregularidades-em-go.html> [Descarregado 22/12/17].

municípios do entorno de Brasília foram classificados como altamente violentos, sendo que Luziânia é considerado o mais perigoso entre eles, por demonstrar altos índices de violência letal e pela peculiaridade de alguns assassinatos que evidenciam um excesso de brutalidade e crueldade. Estes fatores renderam à Luziânia apelidos como “inferninho de Goiás” ou “cidade do latrocínio”. Talvez uma prática de cooperação efetiva entre o Estado de Goiás e Brasília reduzisse os problemas dos municípios do Entorno, lembrando mais uma vez que estes fenômenos são decorrentes do desenvolvimento não planejado do DF.

Neste capítulo foi apresentado o Município de Luziânia, suas principais características e uma pequena parte de sua história. O conteúdo principal, toda via, ficou a cargo dos efeitos da formação da nova Capital Federal do país, que tinha como intenção a ocupação da região Centro-Oeste e a criação de um centro geopolítico. A construção de Brasília intensificou os fluxos migratórios para a região, em um período delimitado por migrações rurais-urbanas que no primeiro momento foi marcado pela vinda de migrantes de outros Estados, principalmente do Nordeste, Norte e do próprio Centro-Oeste. Após a consolidação do DF em 1970, os fluxos migratórios não se encerraram e passaram a ser intrametropolitanos. Em consequência, há um crescimento e adensamento populacional que permitiu a formação de aglomerados urbanos em seu entorno. Esse crescimento desordenado provocou o aumento demográfico de municípios, alguns com 200 mil habitantes, bem como a formação de outros.

Com o passar dos anos, Brasília se tornou um grande polo regional, uma metrópole com grande influência nos municípios do seu entorno. Como toda a cidade grande, o DF possui uma força centrípeta que concentra pessoas, dinheiro, mercadoria, coisas, fluxos e que irradia tudo isso além dos seus limites (SIMMEL, 2005). Isso provoca um aumento na taxa de crescimento geométrico nos municípios ao seu redor como também intensos deslocamentos diários. Outros efeitos são a urbanização e a periferização destes municípios limítrofes. O contínuo fluxo migratório e as dificuldades encontradas por muitos imigrantes em adquirir moradia própria, trabalho e

serviços no DF produziram um inchaço populacional nos municípios da AMB e contribuíram para formação de conglomerados urbanos sem estrutura de serviços públicos básicos. A ocupação desordenada da região do Entorno produz, além dos imensos vazios urbanos, constantes deslocamentos diários ou movimentos pendulares de moradores em busca de serviços no DF, que por sua vez acabam sobrecarregados. Como a pesquisa de campo demonstrou, no caso de Luziânia, há localidades que carecem de escolas, hospitais, transporte, lazer e emprego. Este fenômeno é consequência da própria forma de atuação do Estado no gerenciamento da ocupação da Capital Federal, das suas Região Administrativa (RAs) e posteriormente AMB.

É evidente a necessidade de uma cooperação mais efetiva entre os governos do DF e do Goiás para diminuir estes problemas. Mesmo a criação da AMB e da RIDE não foram suficientes para minimizar as desigualdades e desenvolver essas áreas. No entanto, esta desigualdade não é incidente apenas entre DF e entorno. No capítulo seguinte, serão analisadas a violência letal e as desigualdades entre os bairros de Luziânia, que fica transparente quando observamos o acesso a serviços básicos públicos como saúde, lazer, educação e principalmente em relação à segurança.

Capítulo 2 – A Violência Letal em Brasília, na AMB e em Luziânia

Neste capítulo, será aprofundado o debate sobre a violência letal. Partindo de uma análise macrossociológica, essa discussão é iniciada no âmbito da esfera nacional. Para isso, é necessário debruçar-se sobre dados fornecidos por instituições que pesquisam o fenômeno da violência letal em diversos níveis, dentre elas, os Atlas da Violência do FBSP e do IPEA e os Mapas da Violência dos Municípios Brasileiros. Para a interpretação dos dados e do fenômeno da violência letal no país, foi analisada uma extensa bibliografia especializada. Desta forma, o foco da pesquisa foi centralizado nos movimentos da violência letal nas Unidades Federativas e suas consequências. Nesta seção, também serão abordados temas como a letalidade policial, questões sobre o tráfico de drogas e de armas, a violência contra o jovem, o negro e a mulher, e um debate sobre os problemas da consolidação da democracia brasileira e o controle do monopólio estatal da violência.

Em seguida, o cerne abordado serão os estudos sobre violência letal no DF, na RIDE/DF e na AMB, para aproximar-se do recorte deste estudo. No primeiro capítulo, foi demonstrada a importância da construção da Capital Federal para o desenvolvimento do Entorno e de Luziânia. Assim, mantendo o diálogo, é realizada uma análise estadual e municipal, com a intenção de demonstrar as disparidades e semelhanças entre essas regiões. Leituras específicas que buscam explicar o fenômeno da violência letal na região orientaram as análises que serão abordadas neste trabalho.

A pesquisa, então, é encaminhada para o seu enfoque: a violência letal no município de Luziânia. Um dos objetivos desta pesquisa é explicar por que o município é considerado um dos mais violentos da AMB, do Estado de Goiás e do país, através de análises qualitativas, observação de campo e entrevistas em profundidade, e quantitativas – análises de dados secundários. Tais análises se dão sobre o município, os bairros mais violentos e aos interlocutores que concederam as entrevistas. Desse modo, é possível observar o impacto da violência letal no município e na vida de seus cidadãos, e posteriormente triangular os dados qualitativos e quantitativos com uma bibliografia, permitindo possíveis explicações para os efeitos da violência letal em Luziânia.

2.1 – A violência letal no Brasil

Segundo os dados do “Atlas da Violência de 2016 e 2017” do IPEA e do FBSP (CERQUEIRA et al, 2016, 2017), o Brasil está entre os 12 países com maiores taxas de homicídios para 100 mil habitantes, sendo o país com maior número absoluto de homicídios. No ano de 2014 e 2015, aproximadamente 60 mil pessoas foram assassinadas em crimes de homicídio. No ano de 2014, foi registrada a maior taxa de homicídios para 100 mil habitantes (29,1), sendo que em 2015 a taxa foi 28,9. Isso representa mais de 10% dos homicídios registrados no mundo.

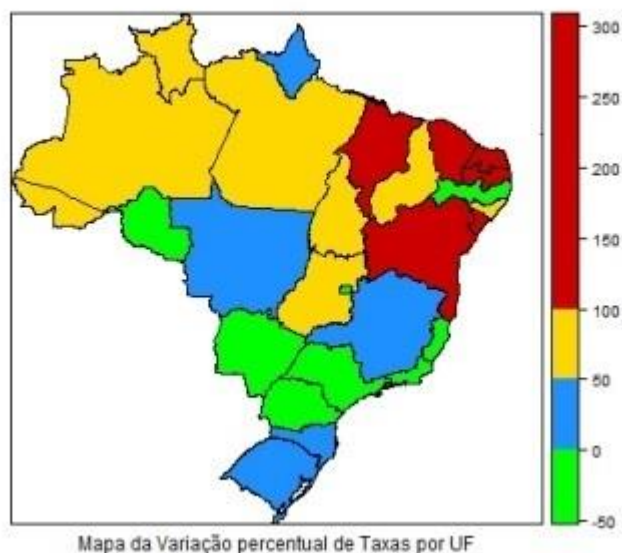
A consequência do aumento dessas taxas é uma naturalização dos homicídios e uma crise civilizatória no Brasil. Os Atlas da violência de 2016 e 2017 demonstram que, em 2008, as taxas de homicídios bateram um novo recorde, evoluindo de maneira desigual entre as unidades federativas e microrregiões brasileiras. Segundo os dados, a violência letal está atingindo cidades de menor porte localizadas no interior do país. Os mesmos estudos afirmam que o fenômeno dos homicídios ocorre de maneira heterogênea, não se referindo à dimensão territorial e temporal, mas às características socioeconômicas das vítimas (CERQUEIRA et al, 2016, 2017).

Observa-se que a evolução dos homicídios possui um novo padrão de distribuição no Brasil (ver figura 6), onde há uma redução na região Sudeste, estabilidade na região Sul, e um crescimento acentuado nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (CERQUEIRA et al, 2016, 2017). Seis Unidades Federativas, todas do Norte e do Nordeste, sofreram aumento nos indicadores de homicídios superior a 100%. Outros oito estados, incluindo o Estado de Goiás, tiveram aumento entre 50 e 100%, e cinco apresentaram aumento de 50%. Já os estados que apresentam redução nas taxas são pertencentes às regiões Sul e Sudeste, com exceção do Estado do Pernambuco¹⁹. Entre os municípios menos e os mais violentos há diferenças demográficas, culturais,

¹⁹A redução das taxa/s de homicídios em algumas Unidades Federativas é devido à implantação de programas que visam à redução dos homicídios, como em Pernambuco há o “Pacto pela Vida”. Nos estados do Sudeste, sobretudo o Espírito Santo, é devido ao programa “Estado Presente”, que o permitiu sair da lista dos cinco estados mais violentos do país. (CERQUEIRA et al, 2016 p. 08-09).

socioeconômicas, o que pode ser expressado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Figura 6: Variação em % das taxas de homicídios nas unidades federativas – Brasil, 2004 a 2014



Fonte: Atlas das Violência 2016. (CERQUEIRA et al, 2016 p.09).

Esta nova configuração da violência letal no Brasil evidencia um crescimento acelerado dos homicídios em localidades interioranas, que até então, eram consideradas pacíficas. Dos 30 municípios mais violentos do Brasil, 22 pertencem às regiões Norte e Nordeste. Outros quatro municípios pertencem ao Estado de Goiás, sendo Luziânia um dos integrantes (CERQUEIRA et al, 2017).

De forma semelhante, Adorno e Dias, apontam que “a escalada da violência e dos crimes urbanos não se limitou às metrópoles brasileiras, sendo também verificada nas pequenas e médias cidades do interior do país” (ADORNO; DIAS, 2014. p.190). Nestas cidades, há formação de bolsões de pobreza onde a população está exposta a situações de risco. São localidades em que explodem conflitos violentos associados ao universo da delinquência e à violência institucional, sobretudo das instituições policiais nas suas funções de controle social.

Paralelamente a esses avanços e essas conquistas modernas, foram desenvolvidos os “bolsões” de pobreza urbana, enclaves no seio dos centros

urbanos ou na periferia das cidades, constituídos por áreas onde a precariedade dos serviços urbanos avançou *pari passu* a uma baixa oferta de trabalho, à escolarização deficiente e à precarização do suporte social e institucional no interior de famílias, recém-constituídas (ADORNO; DIAS, 2014. p. 190-191).

Em 2015, segundo o FBSP, apenas 111 municípios responderam por metade dos homicídios no Brasil, sendo que 10% concentram 76,5% das mortes violentas. Nestes municípios, em contraste com os menos violentos, notaram-se diferenças demográficas, sociais e socioeconômicas. De acordo com os especialistas, o papel que o estágio de desenvolvimento humano tem sobre a criminalidade violenta letal é de extrema importância, mesmo que não explique todo o fenômeno. A forma e a velocidade do crescimento econômico, rápido e desordenado, têm implicações sobre o nível de criminalidade local. Assim, a falta de oportunidade de trabalho para uma população específica faz com que uma parcela da sociedade tenha mais possibilidades de participação no mundo do crime. A geração de renda, de forma desordenada, nestas pequenas cidades, a partir dos anos 2000, permitiu uma maior circulação de dinheiro e a abertura de mercados ilícitos, sobretudo, o de drogas. Em algumas localidades, as expansões desses mercados estão associadas à violência letal, na cobrança de devedores e trabalhadores desviantes do narcotráfico (CERQUEIRA et al, 2017).

Esses fatores, associados ao desempenho econômico, podem levar indiretamente à desorganização social, a partir da migração de trabalhadores e pessoas em busca de oportunidades, como é o caso da AMB, demonstrado no capítulo anterior. A ausência de políticas públicas de ordenamento social (educação, saúde, assistência social, lazer e cultura) são elementos cruciais que contribuem para o aumento das taxas. As consequências são as alterações no espaço urbano e nas áreas residenciais, e a frouxidão do controle social do crime (CERQUEIRA et al 2016; 2017). Como observam Adorno e Dias (2014), a violência é utilizada tanto como meio de repressão como de reação, e faz parte da história social e política dos indivíduos. Ela explode nesses bolsões de pobreza, em que as condições em que as pessoas vivem as expõem a constantes situações de risco.

Esses bolsões, formados por populações expostas às situações de risco, criou condições diretas ou indiretamente para a explosão de conflitos violentos tanto no mundo da delinquência quanto da violência institucional em suas formas múltiplas, sobretudo a exercida pelas instituições policiais na sua função de controle social (ADORNO; DIAS, 2014. p.191).

Em vista da ação policial, o número de incidentes de mortes decorrentes de intervenção policial já ultrapassa o de latrocínio (CERQUEIRA et al, 2016). Segundo o Atlas da Violência, entre 2004 e 2014, 20.418 pessoas foram mortas em decorrência de intervenção policial, sendo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia os detentores das maiores taxas. Contudo, ao devido alto grau de subnotificação, esses dados não retratam a realidade, havendo inclusive discrepâncias nos dados coletados pelo SIM e pelas Secretarias de Segurança Pública.

Os dados apontam que as principais vítimas são homens, jovens e negros. Entre 2005 e 2015, observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídios entre 15 e 29 anos, período no qual mais de 318 mil jovens foram assassinados, sendo que a idade de risco é de 21 anos. As mortes de jovens entre 15 e 29 anos do sexo masculino correspondem a 47,8% dos óbitos causados por homicídio (WAISELFISZ, 2014; CERQUEIRA et al, 2016; 2017). O Estado Brasileiro ainda não foi capaz de formular e implementar um plano nacional de redução de homicídios de jovens. Essas mortes, em muitos casos, estão associadas à falta de oportunidades educacionais e laborais, que provocaria uma restrição material e impulsionaria a criminalidade violenta.

Sobre a questão racial, sabe-se que um indivíduo afrodescendente possui maiores probabilidades de ser vítima de homicídio no Brasil do que indivíduos não negros (WAISELFISZ, 2012). Segundo os dados do Atlas, os negros têm 23,5% mais chances de serem vitimados. Na idade de risco, aos 21 anos, um jovem negro tem 147% a mais de chance de ser assassinado do que as outras categorias (CERQUEIRA et al, 2016; 2017). Entre 2004 e 2014 a taxa de homicídios de afrodescendentes teve um aumento de 18,2%, enquanto a de não negros teve uma redução de 14,6%. Os dados também demonstram que os homicídios diminuíram nas Unidades Federativas onde há proporcionalmente menos negros (regiões Sul e Sudeste) – lembrando que nesses estados, com exceção do Estado do Paraná, os negros ainda são a maior parte das vítimas – e cresceram em estados com maior população negra (vários estados do Nordeste). Em 2012, o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio era 2,6 vezes maior do que jovem branco.

Os homicídios de mulheres, por sua vez, se deram numa marcha menos acelerada quando comparados aos dos homens, embora também apresentaram crescimento de 7,3% entre os anos de 2005 e 2015. No ano de 2014, constatou-se que

13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil, sendo que neste mesmo ano 4.757 mulheres foram vítimas de morte por agressão. No ano de 2015, a mortes sofreram uma tímida redução (4.621), e a taxa de vitimização de mulheres por 100 mil habitantes foi de 4,5 (CERQUEIRA et al, 2016, 2017). As taxas seguem o padrão dos homicídios em geral e as variações das Unidades Federativas, apresentando redução nos Estados do Sul e Sudeste e aumento nos estados do Nordeste. Mesmo que os números de letalidade violenta de mulheres sejam inferiores aos de homens, é necessário um tratamento através de uma política pública específica, devido à particularidade dos casos que envolvem mulheres:

Trata-se de fenômeno distinto da violência letal que atinge os jovens do sexo masculino e exige, necessariamente, ações específicas que considerem os vínculos estabelecidos entre vítima e agressor, relações de dependência financeira e/ou emocional (...) (CERQUEIRA et al, 2016).

Segundo os dados do Atlas, em 80% dos casos de agressões contra mulheres, o agressor tinha vínculo afetivo com a vítima. Porém os dados, tanto do SIM quanto das Secretarias de Segurança Pública, não fornecem a informação sobre a quantidade correspondente às vítimas de feminicídio²⁰. Articulando-se desigualdade de gênero e racismo, os dados demonstram que a proporção de mulheres negras vítimas de mortes por agressão foi de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Já, para as mulheres não negras, constata-se uma redução de mortalidade no mesmo período de 7,4% (CERQUEIRA et al, 2016, 2017).

Para todos os crimes de homicídios, a arma de fogo é o principal meio empregado. Entre 2004 e 2014, houve um crescimento de 23% no número de HAF (homicídios por arma de fogo), representando, em média, 70% do total dos homicídios. Esses dados estão relacionados ao aumento da taxa de homicídios no Brasil e nas UFs, demonstrando maior incidência nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (WAISELFISZ, 2016).

Portanto, esses dados demonstram que a violência letal incide com maior ênfase sobre uma população específica, concentrada nas grandes periferias brasileiras, onde o recorte de raça, classe e gênero define qual o tipo de indivíduo está sujeito a ser

²⁰ A Lei 13.104 de 2015 prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o incluir no rol dos crimes hediondos, ou seja, quando envolve violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm [descarregado no dia 06/02/2018].

vitimado. Isto se configura como um desafio no processo de consolidação democrática e de um efetivo Estado de Direito no Brasil. O monopólio legítimo da violência física pelo Estado no país permanece incompleto, como também a própria legitimidade da democracia como modelo de organização social, de resolução de conflitos e de pacificação social (ADORNO; DIAS, 2014. p.195).

2.1.2 Violência e democracia no Brasil

Esta fragilidade da democracia relacionada à violência no Brasil é discutida por muitos autores como Caldeira (2011), Adorno e Dias (2014), Silva (2014), Zaluar (1999; 2009), Peralva (2001), Bueno (2014), entre outros. Segundo Adorno e Dias (2014), esta fragilidade, em parte, é reflexo da onipresença do tráfico de drogas concentrado nos bairros periféricos das regiões metropolitanas. De acordo com os autores, há uma substituição da autoridade moral das instituições reguladoras em que as leis do Estado perdem legitimidade e são substituídas pelas regras dos traficantes. Nessas áreas, há uma espécie de estado de exceção, constituídas por criminosos que exercem o controle sobre as atividades ilícitas, mediam e regulam os conflitos entre os indivíduos, as instituições de normas, seu monitoramento e a definição e aplicação de punições (ADORNO; DIAS, 2014. p.191).

Outro fator que se demonstra como obstáculo ao monopólio estatal da violência é representado pela letalidade policial. As instituições policiais são o principal mecanismo do Estado moderno de garantir a manutenção da lei e da ordem, têm o privilégio e a legitimidade do uso da força (BUENO, 2014. p.511). Cabem às polícias militares as funções de policiamento extensivo e a preservação da ordem pública, e à Polícia Civil as funções de polícia judiciária, a apuração, a elucidação, o esclarecimento de crimes e de sua autoria. Esta violência policial remonta a tradições autoritárias (ADORNO; DIAS, 2014). Mesmo a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugurou a transição democrática do país, não significou uma mudança na atuação violenta e autoritária das polícias. A consequência desse processo é a persistência do emprego abusivo da força física, por parte das polícias militares, na contenção do crime e da violência (Op. cit. p.192). Nas periferias brasileiras, esquadrões da morte,

organizações paramilitares, emprego abusivo da força física na contenção do crime e da violência vitimam constantemente um número considerável de indivíduos, tendo como as principais vítimas, jovens negros de baixa renda (BUENO, 2014). Esse é um obstáculo que impede o Estado de deter o monopólio do poder de governar, julgar e punir a violência, sendo que:

A letalidade policial é a expressão mais dramática da falta de democratização das instituições responsáveis pela segurança pública no país, e o controle do uso da força deveria ser a essência de qualquer estado que se pretenda democrático e de direito (CERQUEIRA et al, 2016).

Em conjunto com as instituições de segurança pública, a falência do sistema de justiça criminal produz uma impunidade penal. A falta de eficácia da ação do poder público faz com que o cidadão procure outras formas para administrar seus conflitos, apelando, em diversos casos, ao mercado privado (ADORNO; DIAS, 2014). Segundo Sinhoretto (2014), o problema do acesso à justiça atinge principalmente grupos sociais com menos recursos. As instituições judiciais têm preferências em tratar certos tipos de crimes em detrimento de outros. A autora aponta que há uma seletividade penal que privilegia a perseguição de certas condutas, de certos grupos de criminosos ou é tolerante com outras condutas e grupos sociais (SINHORETTO, 2014. p.401). De acordo com a autora, há filtros institucionais que produzem uma desigualdade ao acesso à justiça e na defesa de garantias contra a repressão penal. Isso permite aos bem afortunados que suas demandas transitem facilmente pelas instituições judiciais, e produzam pouca atração de suas infrações para a repressão penal, enquanto que os desfavorecidos encontram diversas dificuldades, atraindo fortemente a repressão penal.

Portanto, o tratamento igualitário da justiça penal é uma das fundações da democracia moderna, “mais um princípio formal do que uma experiência concreta” (SINHORETTO, 2014. p. 401), um tipo ideal a ser atingido. Segundo Adorno e Dias (2014), há um sentimento de que a justiça não funciona, funciona mal ou produz injustiças. Os autores identificam este fenômeno como uma “dupla justiça”, separadas entre a pequena delinquência e a grande delinquência (Op. cit. p.194-195), o que favorece modalidades privadas de punição como a vingança, linchamentos, execuções sumárias, praticadas por agentes de segurança pública e privadas, por indivíduos associados ao crime, e pelo próprio cidadão comum. A morosidade dos procedimentos legais, os excessos de formalidade e burocracias dos rituais judiciários, a alta taxa de impunidade penal no Brasil provocam relações assimétricas entre os que decidem as leis

e os que estão submetidos às leis, o que mais tarde irá refletir no sentimento de insegurança da população, surgimento de enclaves fortificados, aumento do uso da segurança privada e esvaziamento dos espaços públicos (CALDEIRA, 2011).

Estas reflexões podem ser relacionadas com o enfoque metodológico de Becker (2015), em que os impositores da lei e da moralidade muitas vezes contemporizam e permitem que alguns atos infracionais passem despercebidos, os quais ficam livres de punição pela dificuldade em averiguá-los, por possuírem recursos limitados ou porque os agentes de segurança pública não conseguem encarcerar e julgar todos os infratores. Ainda, alguns infratores podem ter influencia nas instituições de justiça para se protegerem contra suas incursões, bem como os agentes de segurança muitas vezes recebem suborno para ignorar atos infracionais.

Como observou Becker (2015), a imposição de uma regra é um empreendimento que está situado em um campo de disputas, que é mobilizado de diversas formas, mas normalmente ocorre quando aqueles que querem a regra imposta levam sua infração ao público ou quando a delação é movida pelo interesse. As regras não são impostas porque dois grupos ou mais competem pelo poder, mas pelo desejo de encontrar vantagens mútuas em ignorar as infrações. Segundo o autor, há regras que são promulgadas na forma de lei, e o poder de polícia do Estado é usado para impô-las. Por outro lado, novas formas de condutas podem ser formuladas e não necessariamente estão ligadas à esfera do Estado. Assim, os impositores de regras enfrentam um duplo problema, pois devem impor algum sentido às regras que desejam instituir e demonstrar que o problema ainda existe; devem mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e adequadas. Ademais, necessitam constantemente afirmar que em decorrência de seus esforços podem resolver os problemas, ou que o problema é mais grave e o esforço tem que ser mantido ou intensificado.

Segundo Adorno e Dias, “o que está em causa no caso brasileiro mais do que o lugar da lei e da ordem, é a legitimidade da democracia como modelo de organização social, de resolução de conflitos e de pacificação social” (ADORNO; DIAS. 2014. p.192). Atualmente, o Brasil convive em contínuas crises políticas e sofre com constantes atos de corrupção de seus governantes, o que são duros golpes ao Estado democrático. Em consequência, a representação do Estado e sua legitimidade tornam-se debilitadas e questionáveis.

Desse modo, os dados quantitativos e a literatura nacional apontam que o monopólio legítimo da violência física pelo Estado permanece incompleto, principalmente em determinados territórios nacionais. Nestes locais, as regras estatais não fazem sentido ou não representam boa parte da população. Para estes cidadãos, seus direitos foram negados, sendo que o Estado produz uma atuação desigual, apresentando-se, nestas localidades, de forma repressiva e autoritária (MACHADO DA SILVA, 2014). Em decorrência, formas privadas de resolução de conflitos concorrem com a autoridade estatal na aplicação de lei e de ordem. O uso abusivo, violento, por parte da polícia é cotidiano, tendo como consequência a perda de legitimidade e do reconhecimento das instituições de segurança pública por parte da população. O Estado Brasileiro continua sendo uma nação extremamente desigual, que não consegue garantir os meios de subsistência básicos e igualdade aos meios de justiça para parcelas significativas da população.

2.2 – A Violência Letal em Brasília, na RIDE e na AMB

Um novo desafio se apresenta para estudiosos e pesquisadores que procuram entender a violência no Brasil. Como foi demonstrado na seção anterior, o fenômeno da violência letal hoje vai além das localidades centrais e metrópoles do país, atingindo as regiões interioranas. O Estado de Goiás é uma delas que, segundo os dados do Atlas da Violência, apresentou crescimento de 50% em suas taxas de homicídios (CERQUEIRA et al, 2016; 2017). O Estado possui localidades consideradas extremamente violentas, como a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e os municípios que integram a AMB. Por Luziânia estar distante da capital de seu Estado e mais envolvida com Brasília, a análise será centrada no DF e em seu entorno.

Brasília é considerada uma região bastante violenta. Em 2010, apresentou uma taxa superior a 50 óbitos por 100 mil habitantes. Os homicídios se concentram nos municípios limítrofes como Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Paranoá, Samambaia, Gama, Riacho Fundo, Santa Maria e Recanto das Emas, onde foram registrados os maiores números de homicídios absolutos no ano de 2008 (CODEPLAN, 2011). Entretanto, a região administrativa do Guará, localizada na área central do DF, em 2009,

apresentou a maior taxa de homicídios entre as RAs, influenciada pelos eventos violentos na Vila Estrutural (COSTA; SOUZA, 2012). Este local é conhecido por possuir um enorme lixão a céu aberto e uma população extremamente pobre.

Segundo Costa e Souza (2012), nestas localidades a violência está associada às desigualdades socioespaciais, sendo que, quanto menor a renda média familiar da localidade, maior é a taxa de homicídios. As periferias apresentam índices mais elevados de homicídios e são as regiões com menor renda familiar. Esses bairros possuem infraestrutura precária e ausência de serviços públicos básicos para atender à população. Em contraste, o Centro e as RAs como Brasília, Cruzeiro, Lago Sul e Lago Norte, onde há uma elevada renda, apresentam índices de mortalidade violenta baixos. Nas RAs do DF, as principais vítimas da violência letal seguem o padrão nacional, sendo homens, jovens, de raça/cor negra.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi demonstrado que nos primeiros processos migratórios para o DF, os migrantes que possuíam posições desprivilegiadas socialmente foram realocados para as RAs. Todavia, devido ao contínuo fluxo migratório, o inchamento destes locais e a impossibilidade de se estabelecerem nas RAs, fez com que esses migrantes, posteriormente, seguissem forçadamente para o Entorno. O eixo Brasília-Goiânia é um dos principais polos de desenvolvimento econômico do país, juntos, concentram o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e quase 70% do PIB de toda região Centro-Oeste (COSTA; SOUZA, 2012). Esse desenvolvimento intensificou os fluxos de migrantes para a região. Estudos indicam que o fenômeno dos homicídios acompanha esse processo reforçando a teoria de periferação do AMB e RIDE/DF. As regiões próximas ao centro do DF são as consideradas melhores para a habitação e as que contêm a melhor qualidade dos serviços públicos. Por outro lado, nas RAs, consideradas as primeiras periferias de Brasília, é possível notar um aumento significativo nas taxas de homicídios.

Os dados da Codeplan (2011) demonstram que entre anos 2000 e 2007, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes tiveram um crescimento de 20% na região do Entorno de Brasília, enquanto o DF apresentou uma redução de 5%. Segundo o estudo, esse crescimento foi diagnosticado principalmente em dois agregados, o primeiro constituído pelos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás, que possuem a maior parte da população da RIDE/DF (480.102 habitantes) e

possuem as maiores taxas de homicídios totais (10,71) e de adolescentes (21,03). O segundo agregado, formado pelos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Novo Gama e Formosa, apresentou taxas de homicídios totais de 7,67 e de adolescentes de 14,55.

O fator que diferencia as RAs da AMB e da RIDE/DF, além das taxas de homicídios, é que a sua população ainda pode se beneficiar dos recursos do DF. Não há uma afirmação de que as populações de outros municípios não tenham acesso aos serviços públicos no DF, pois como foi atestado no capítulo anterior, a dependência e a procura por esses serviços são constantes. Os interlocutores que participaram da pesquisa informaram que enfrentam imensas barreiras e preconceitos para acessar tais serviços.

Recentemente, um pacto pela redução de homicídios²¹ foi criado, sendo direcionado aos 81 municípios mais perigosos do Brasil, no qual três municípios da AMB, Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás, eram integrantes deste seletto grupo, ao lado de outros como Simões Filho e Lauro de Freitas na Bahia, Ananindeua no Pará, Pilar em Alagoas. No entanto, esse pacto foi cancelado após o impeachment da Presidenta Dilma e a ascensão do novo governo de Michel Temer.

Entre 2000 e 2010, esses três municípios, Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás, concentravam 54% da população da AMB, apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios e respondiam por 62% das mortes violentas (COSTA, 2015). Esses locais, com exceção de Valparaíso de Goiás, contam com os maiores números de Delegacias Especializadas e conselhos comunitários de segurança para a construção de políticas locais, contudo, não possuem guarda municipal.

Sabe-se que o perfil das vítimas é de homens (94%), jovens entre 18 e 25 anos (16%), embora em 61% dos casos de homicídios não há registro de idade das vítimas, também não consta nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Goiás informações sobre raça/cor das vítimas. Com relação aos recursos empregados nas mortes violentas, a arma de fogo é o principal meio (74,6%), seguido pelo uso da arma

²¹ Para mais informações sobre os 81 municípios que compõem o pacto pela redução dos homicídios, acesse o site do IPEA disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27406&Itemid=6 [descarregado no dia 15/08/2016].

branca (14,7%). Sobre o local de ocorrência dos crimes letais violentos, os dados evidenciam que esses ocorrem preferencialmente nas vias públicas (57,4%), seguido pela residência (19,1%), estabelecimento comercial (11,1%) e local ermo (10,4%). A faixa horária dos registros das mortes é entre às 18h e 00h (41%) e entre 00h01min e 6h (25%) (COSTA, 2015).

O crescimento populacional é um fator considerável no aumento dos índices de violência nestas regiões que não possuem infraestrutura para suportar a alta demanda migratória. O que comprova a hipótese de que as taxas de homicídios vão apresentando um vertiginoso crescimento gradativo conforme se toma distância do Centro de Brasília, com exceção de RA Estrutural, e que posteriormente, só irão apresentar redução à medida que se afasta da AMB.

Para compreender o fenômeno da violência letal em Luziânia, os dados, gráficos e tabelas auxiliam somente a caracterizar o evento e dizem muito pouco acerca de sua dinâmica (COSTA, 2015). No próximo subcapítulo, será realizada uma análise dos homicídios em escala local, centralizando a investigação na cidade de Luziânia e utilizando-se da pesquisa qualitativa em busca de um “fio condutor” (Op. cit. p.14), que permita fazer possíveis generalizações e assim contribuir para a melhor compreensão do fenômeno da violência letal em Luziânia.

2.3 – Luziânia, o “inferninho de Goiás”

Número assustador, vamos vendo, 19 assassinatos em 25 dias, e não é uma rebelião de presídio não, 19 assassinatos em 25 dias é o que está acontecendo em Luziânia. É uma verdadeira guerra civil, nós mostramos o caso do jovem decapitado. Ontem você viu o desespero de uma mãe que perdeu o filho de 15 anos com seis tiros enquanto jogava futebol, esse é o retrato do entorno e das dificuldades que enfrenta... A quase 60 quilômetros da capital do país, Luziânia com quase 200 mil moradores ainda guarda características do interior. Ruas de pedras tombadas, construções históricas. Só que a tranquilidade do passado não existe mais, há quem diga que a cidade pacata se transformou em um cenário de guerra (Luziânia, a cidade do medo: Matéria do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) Brasília²²).

²² Luziânia, a cidade do medo: reportagem do jornal SBT Brasília que foi ao ar no dia 26/01/2017. Para acessar o conteúdo completo da reportagem, acessar – <https://www.youtube.com/watch?v=CHGzdGtpoqw> [descarregado no dia 12/04/17].

Esta reportagem é uma descrição da atual situação de violência letal em Luziânia, também comum às cidades que estão no entorno da Capital Federal, marcadas por um alto índice de homicídios. Pertencente ao Estado de Goiás, mas socioeconomicamente dependente de Brasília, Luziânia está entre as cidades mais violentas do país segundo os dados do SIM, do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (WASELFISZ, 2012; 2014), e do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al, 2016; 2017). É comum que notícias sobre crimes sejam divulgadas nas mídias de massa e nas digitais, fazendo com que o município seja visto como perigoso e violento, uma noção que é compartilhada pela população luzianiense, de outras cidades goianas, de Brasília e até mesmo de todo o Brasil.

A reportagem acima foi ao ar no dia 26 de janeiro de 2017, e retrata a problemática que esta pesquisa se propõe analisar: o fenômeno da violência letal intencional no município. Além de oferecer notícias sobre os homicídios ocorridos na região, a matéria traz algumas perspectivas de moradores sobre o fenômeno em questão. Há de se notar uma noção de um passado tranquilo e um presente violento, de uma Luziânia que já foi pacata e calma, ou menos violenta, para uma cidade que é apelidada de “cidade do medo” ou, como mencionaram alguns interlocutores, “o inferninho de Goiás”. O atual cenário descrito na reportagem expressa esta contradição, entre passado e presente, pacífico e violento, os tempos de paz e os novos tempos de guerra. Essa representação traz a percepção de que a violência em Luziânia está em processo de desenvolvimento.

Luziânia atualmente é considerada uma grande periferia de Brasília ao mesmo tempo em que é vista como interiorana em referência à capital Goiânia. O município é o oitavo PIB do Estado do Goiás, embora careça de infraestrutura básica para suportar o crescimento demográfico e urbano, demonstrando grandes desigualdades sociais e diversas contradições. Com o surgimento do DF, o município passou a carregar algumas características de cidades que ficam nas periferias de grandes metrópoles brasileiras, como os municípios da grande São Paulo, uma vez que está submetido a processos econômicos e sociais semelhantes. Esses municípios do entorno são marcados por serem cidades consideradas dormitórios, totalmente dependentes e carentes de infraestrutura para garantir o bem-estar de sua população.

Durante os últimos anos, Luziânia vem demonstrando aumento em suas taxas de homicídios, estando sempre entre os municípios mais violentos do Brasil. Segundo Costa (2015), Luziânia é o município mais populoso do Entorno e apresenta a taxa mais alta de homicídios da região, com tendência de aumento ao longo dos anos. Em 2010, dos municípios da AMB, Luziânia era responsável por 25,6% dos homicídios (133 homicídios) e possuía um total de 174.531 habitantes (WASELFISZ, 2014).

Raquel é uma das antigas moradoras do Parque Estrela Dalva IX, um dos bairros que compõe o Distrito do Jardim Ingá, considerado um dos lugares mais violentos do município. A interlocutora, que mora no bairro desde que nasceu, relata suas experiências em relação à evolução da violência no local. Para ela, há um aumento considerável da violência na região, o que interfere no modo de criar seus filhos, destoando da sua própria criação.

Mudou, antigamente não tinha assalto, as crianças podiam brincar na rua, não tinha estupro, agora é o que mais está tendo. Mudou muito, muito mesmo, se mudasse e voltasse o que era antes era bem melhor. Antes as crianças podiam brincar na rua, eu mesmo podia brincar até tarde, até 9h da noite eu estava brincando na rua, nós podíamos estar brincando, não tinha essa preocupação – há menino vamos entrar pra dentro! Se criança hoje se ficar pra brincar na rua, corre o risco de levar bala, de ser atropelada, de levar um tiro, ou vir alguém roubar, matar, estuprar. Antigamente não tinha isso! (Raquel, 27 anos, dona de casa, Parque Estrela Dalva IX).

A percepção de que a violência hoje está estruturando as formas de relações sociais em Luziânia é estabelecida em um ideal que remete a um passado tranquilo em contraposição ao presente violento. Esta noção é compartilhada por boa parte dos moradores, como também as lembranças de antigamente, quando era possível “ficar na rua até tarde da noite”, “dormir com a porta aberta”, “sentir-se seguro ao ponto de não se preocupar com seus filhos serem assediados pelo crime”. O que era comum para a maioria dos antigos moradores de Luziânia não é mais para uma nova geração. Isso não significa que anteriormente em Luziânia não havia crimes, ou regiões que poderiam ser consideradas violentas, como podemos verificar nas falas de outros interlocutores:

Olha, eu cresci em Luziânia, e cresci em um bairro chamado Setor Fumal e morei lá até os meus 20 anos, e eu sempre ouvi sobre a violência lá, sempre, eu sempre escutei, cresci escutando isso né. Hoje eu consigo ter uma consciência da gravidade disso como não tinha antigamente, mas assim, eu acredito que Luziânia ela sempre foi marrenta, acabou crescendo esse índice de violência hoje né, mas eu cresci ouvindo isso, principalmente lá na parte do Setor Fumal. (Leila, 24 anos, estudante, moradora do Setor Fumal).

O aumento da violência letal e patrimonial no município produziu uma sensação de medo e cautela nos moradores. É possível notar que o temor de ser vítima de um crime instituiu uma espécie de toque de recolher associado a uma moral que separa “cidadão de bem” e bandidos. Ao andar em Luziânia à noite, em determinados bairros como o Setor Fumal e Parque Estrela Dalva III e IX, foi possível verificar, durante a pesquisa de campo, que esses ficam desertos. Talvez a sensação de terror seja produzida pelas informações dos homicídios e assaltos que ocorrem nestas localidades, e que circulam constantemente nas mídias digitais e de massa. Essas mudanças de comportamentos da população, de acordo com alguns interlocutores, possuem um recorte temporal, e iniciam-se a partir dos anos 2000 que, de acordo com os dados, é o momento de maior circulação de dinheiro nestas localidades e de aumento da violência em regiões interioranas do país.

Entrevistador: Quando vocês notaram que houve aumento da violência em Luziânia?

Resposta 1: Desde... Tem tempo, a partir de 2000, de 2002, 2003 adiante. (Raquel, 27 anos, empregada doméstica, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

Resposta 2: A partir de 2000, acho que aumentou uns 60%. Com o crescimento de Luziânia, aumentou mais a população e aumentou o crime também, e os desempregados (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Resposta 3: Sim, por aí no começo dos anos 2000, 2003 e para frente, começou umas situações indesejáveis. (Antônio, 25 anos, professor, morador do Jardim Marília).

Resposta 4: Não! Até 1990 era tranquilo, até... até 1993, 1991, 1993 ainda era tranquilo, porque ia pra BR uma hora da manhã, eu trabalhava aqui nos correios, chegava aqui no Ingá era uma hora da manhã, eu ainda conseguia vir a pé até aqui próximo, sem ter sido assaltado, sem a gente ouvir aquela, não tinha essa epidemia de assaltos, de roubos, antes era mais difícil. (Felipe, anos, morador do Bairro do Jardim Ingá).

Nas falas dos interlocutores, fica evidente que o aumento da violência está associado ao crescimento populacional, à falta de infraestrutura e ao desemprego, sobretudo para os jovens. O medo da violência produziu mudanças na dinâmica da vida dos moradores do município. Até mesmo a esquina, hoje considerada “local para desocupados e usuários de drogas”, em uma época anterior, os interlocutores descrevem como um local de confraternização entre amigos (ver figura 7).

Figura 7: O passado seguro e o presente violento

Assim era a vida antes. Você sentava com seus amigos em uma esquina para conversar sem nenhum problema



A imagem foi retirada de um grupo de WhatsApp monitorado durante a pesquisa, e representa o imaginário de alguns moradores de Luziânia. Fonte: Acervo pessoal.

No período de campo, foi possível ouvir diversos relatos sobre crimes violentos na região, alguns surgiram em entrevistas, outros em conversas informais. A violência está no cotidiano, nas narrativas dos moradores, nos meios de informação de massa e principalmente nas redes sociais (Facebook e WhatsApp). Em alguns casos, ao circular pelo município, foi possível presenciar situações desagradáveis de corpos alvejados estendidos nas ruas, o que permitiu a análise das cenas de alguns homicídios, por exemplo:

Em 2014, recorde-me que voltava com meus primos de São Gabriel de Goiás para Luziânia. Ao chegar ao bairro do Setor Fumal, escutamos disparos de arma de fogo, o que nos fez parar por um momento antes de prosseguirmos com a viagem. No caminho nos deparamos com um corpo estendido no chão de um bar, que fica a uns 200 metros da casa de meu avô, onde costumo me alojar para fazer o campo. O corpo estava coberto com lençóis brancos, onde somente o braço da vítima estava exposto. A cena de um crime comum no Brasil, onde havia cadeiras reviradas, copos quebrados no chão, garrafas de cerveja, maços de cigarros sobre a mesa e um carro branco parado ao lado. O bar estava aberto e a polícia já havia cercado o lugar, paramos o carro em um lugar próximo, e descemos a fim de saber o que tinha acontecido. Havia receio em mim e em meus primos de ser algum conhecido ou parente. Ao conversar com a polícia e com alguns moradores, constatamos que era um morador do bairro, mas que não possuía vínculos próximos conosco. No momento em que chegamos ao local, a rua já estava repleta de curiosos, nos

juntamos a eles e adquirimos informações. Segundo alguns relatos, a vítima foi assassinada por outro homem que havia adentrado o bar, comprado cigarros e logo depois teria alvejado a vítima. O agressor evadiu-se do local a pé, segundo os moradores, da forma mais calma possível (Caderno de campo, Março, 2015).

No local supracitado no trecho do caderno de campo havia crianças, jovens e adultos que observavam e comentavam sobre o ocorrido. Esta cena, que normalmente causaria uma comoção em qualquer indivíduo, já não abalava com intensidade os moradores do município, segundo os relatos de entrevistados. Alguns acreditam que a população de Luziânia tenha se acostumado ou naturalizado a violência letal, resultante da alta quantidade de homicídios que ocorrem no município.

Entrevistador: Você acha que as pessoas já se acostumaram com a violência em Luziânia?

Resposta 1: Eu acho que a pessoas elas se acostumaram, porque normal não é, mas elas acabam se acostumando porque vê, porque todos os dias aparece alguém que aconteceu alguma coisa, que foi assaltado, que apareceu alguém morto, mas normal não é, que essas coisas nunca vai ser normal, mas acaba se acostumando (Aline, 32 anos, dona de casa, moradora da zona Rural).

Resposta 2: As pessoas da igreja se incomodam, ali naquele momento, de rezar por ela, mas depois parece que passa, e parece que vira uma coisa rotineira né. É tipo assim, matou alguém ali, matou alguém ali, pronto! A polícia veio, tirou o corpo e depois dali, tudo normal. É igual jornal da Globo, você dá uma má notícia e depois dá uma boa. O negócio é como, se morreu tantos né, agora vamos mudar de assunto. Às vezes fica nessa visão mesmo, essa falta de sensibilidade né, com a vida (Augusto, 46 anos, Padre, morador do Parque Mingone II).

No caso do homicídio do bar, depois de um tempo, descobri que a vítima era suspeita de ter cometido um latrocínio e que estava em liberdade condicional. As explicações para a motivação do homicídio, segundo os moradores, indicam vingança. Ao voltar um ano depois para Luziânia, para iniciar a pesquisa de campo vinculada ao mestrado, notei que o bar não existia mais, que havia dado lugar a uma igreja e uma oficina de motos (Caderno de campo, julho de 2016). Os interlocutores afirmaram que o dono do bar “tentou tocar o comércio por uns dois meses”, mas, sem sucesso, resolveu fechar o estabelecimento (ver figura 8).

Figura 8: Assassinato em um bar - antes e depois



Na imagem à esquerda, a foto de um corpo alvejado em um bar no Bairro Setor Fumal (2015). Na foto ao lado, nota-se que o bar deixa de existir para dar lugar a uma igreja e uma mecânica de autopeças para motos (2016). Fonte: Acervo pessoal.

A violência letal, de acordo com René Girard (1990), apresenta-se como uma impureza ritual. O sangue derramado contamina as pessoas e os locais que estão envolvidos com crimes violentos. Os contatos com os indivíduos, objetos e locais que tiveram experiências com a violência letal são vistos como contagiosos e tendem a ser evitados até que o episódio de violência manifesto enfraqueça com o tempo e o espaço. Este fenômeno também se apresenta como a experiência pós-crime violento que desestrutura o mundo, reordena as interações sociais e as estruturas de significado, em que o crime estabelece marcas temporais e causa profundas mudanças (CALDEIRA, 2011). A experiência com a violência letal em Luziânia levou os moradores a cercarem suas casas, que anteriormente possuíam simples cercas de arame farpado ao redor e agora estão muradas, e sobre eles cacos de vidros, cercas elétricas e concertinas. As famílias que possuem mais recursos instalam sistemas de segurança com monitoramento por câmeras, contratam segurança privada ou vão morar em condomínios fechados. Bares e mercearias são protegidos por grades onde a circulação

dentro do estabelecimento não é permitida (ver figura 9). Até mesmo escolas são fortificadas, tornando-as mais parecidas com um presídio do que uma instituição de ensino (ver figura 10).

Figura 9: Comércio com segurança reforçada



Em Luziânia vários comércios tem sua segurança reforçada, são cercados por grades e cercas elétricas, alguns possuem sistema de vigilância. Em alguns estabelecimentos a entrada de consumidores não é permitida, e o comércio dos produtos é realizado através das grades.

Fonte: acervo pessoal

Figura 10: Escola no Jardim Marília – Distrito do Jardim Ingá



Esta escola no Jardim Marília está altamente reforçada. Além do portão de entrada, o portão adjacente é coberto por concertina conhecida usualmente por ouriço perfurante ou cerca cortante.

Fonte: Acervo Pessoal

Caldeira (2011) demonstra que a reordenação social que o crime provoca abrange os níveis social e individual, e pode afetar toda a estrutura física de uma comunidade como também as relações sociais entre os indivíduos. A autora aponta que esse fenômeno pode refletir no aumento do aparato de segurança pública e privada, nas construções de enclaves fortificados e nas relações sociais entre indivíduos, segregando-os e discriminando-os (CALDEIRA, 2011). Essas mudanças podem ser observadas no caso do homicídio no bar que levou às pessoas a pararem de frequentá-lo, forçando o dono a fechar as portas. Outros casos semelhantes foram citados por interlocutores, e não pareceu ser algo incomum, o que demonstra uma limitação da ideia de naturalização da morte violenta, que pode também estar associada às noções de “puro e impuro” analisadas por Girard (1990). Porém, segundo as informações coletadas, a maior motivação de insegurança da população não é devida somente aos homicídios cometidos na região, mas a crimes patrimoniais.

Nas queixas dos interlocutores, o furto de celulares aparenta ser o crime mais comum. Pois, esses assaltos ocorrem em paradas de ônibus e em horários específicos como, por exemplo, aqueles em que os moradores vão ou voltam do trabalho. Por sua vez, as mortes violentas são mais incidentes em regiões onde residem pessoas de baixa renda, como foi citado anteriormente, com exceção do Centro, local habitado por pessoas de classe média. Esses bairros de Luziânia são considerados dormitórios, conceito que não pode ser aplicado ao município, mesmo que ele apresente todas essas dificuldades. Em Luziânia é possível identificar uma grande diversidade econômica, sendo que aproximadamente 65% da sua população trabalha e realiza suas compras e serviços no próprio município. Assim, para os interlocutores, o desenvolvimento urbano não produziu apenas melhorias, mas diversos problemas, sendo que o maior deles é a violência letal, antes fenômeno atribuído a cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro.

(...) Aqui é uma cidade dormitório, as pessoas passam o dia em Brasília a trabalho, e os ônibus vão em forma sardinha mesmo, as pessoas sendo enlatadas ali dentro. (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

Atividade que eu realizo aqui? Eu fico muito pouco, praticamente eu... é mais um local só para eu dormir. A grande maioria faz isso, é uma cidade dormitório. (Leila, 24 anos, estudante, moradora do Setor Fumal).

Aqui é uma cidade dormitório na verdade, a gente passa o dia inteiro lá e só volta aqui para dormir. (Antônio, 25 anos, professor, morador do bairro Jardim Marília).

Luziânia possui seus próprios contrastes e demonstra uma grande desigualdade social. O município não é um todo homogêneo, pelo contrário, é possível identificar bairros considerados ricos como a região Central da cidade e bairros pobres, como o Distrito do Jardim Ingá e seus bairros correspondentes, onde se concentram os principais índices de homicídios. Em Luziânia, há condomínios fechados, setores reservados para a construção de mansões, prédios luxuosos, clubes privados, regiões que aparentemente estão isentas de sofrer com a violência letal intencional. As periferias se encontram distantes destas áreas centrais, nos limites urbanos, e frequentemente próximos à Zona Rural. Esses locais são territórios que estão abandonados pelo poder público, áreas que ainda estão em formação, onde há diversos lotes não ocupados, invasões, precarização e falta de serviços básicos como rede de água e esgoto, escola de ensino fundamental e médio, transporte, delegacias e hospitais.

2.3.1 Os bairros violentos de Luziânia: as periferias da periferia

O fenômeno do homicídio, no Brasil, é bastante concentrado em determinadas localidades. Os processos de violência são endêmicos devido à vastidão de seu território e à heterogeneidade cultural e populacional, que em conjunto com as desigualdades sociais, econômicas e políticas direciona as pesquisas às unidades territoriais (estados, municípios, bairros).

Não somente a sociologia brasileira tem essa percepção sobre o fenômeno da violência. Na sociologia americana, a Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais direcionado à investigação dos fenômenos sociais, que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana (Chicago). A Sociologia Urbana era um novo ramo de estudos especializados que inaugurava um novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos (COULON, 1995).

A elaboração de novas teorias, conceitos sociológicos e procedimentos metodológicos (o “como” fazer pesquisa) utilizou-se da ‘etnografia’ nos estudos que surgiram no período de ascensão da Escola de Chicago. O indivíduo torna-se um importante objeto de análise para os pesquisadores, assim como as “microsociologias” das interações entre sujeitos.

Tratando-se de violência urbana, um dos conceitos elaborados pela escola de Chicago foi o de ecologia humana, que serviu de base para o estudo do comportamento humano tendo como referência a posição dos indivíduos no meio social urbano. A abordagem ecológica questiona se o habitat social determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos. A centralidade das análises visava saber até que ponto os comportamentos desviantes (por exemplo, as várias formas de criminalidade) são produtos do meio social em que o indivíduo está inserido. Em conjunto com a Escola de Chicago, também há o surgimento do interacionismo simbólico, um marco decisivo para a formação de um campo de estudos sobre criminologia que se dividiu entre a escola do consenso, que concebia o crime como uma falha das instituições e pelos indivíduos, e a escola do conflito, em que o pressuposto da natureza coercitiva da ordem social é um princípio heurístico e não um juízo factual. Esses estudos inauguram uma nova forma de fazer pesquisas relacionadas à violência, em que a análise centra-se em locais menores como bairros, guetos ou comunidades (COULON, 1995).

Para compreender o fenômeno da violência letal em Luziânia, uma observação mais próxima à interação entre os indivíduos foi realizada. Os bairros de Luziânia são unidades territoriais específicas que estão sujeitas a constantes mobilidades populacionais. Esta mobilidade, associada à heterogeneidade da população, produz um enfraquecimento dos laços entre vizinhos e nas interações sociais (SAMPSON, 1999). No entanto, as fronteiras também podem definir redes de laços densas, principalmente entre jovens marginalizados, que originam gangues e conflitos entre bairros.

No caso de Luziânia, Costa (2015) aponta que os bairros que tiveram os maiores números de homicídios foram: Jardim Ingá, com 44 homicídios, em seguida a Zona Rural com 11 homicídios; Parque Estrela Dalva IX com sete homicídios; o Centro com cinco homicídios; e Parque Estrela Dalva III com quatro homicídios. Sete bairros responderam por 51,7% dos homicídios, com destaque para o Jardim Ingá com 30,3% do total dos homicídios ocorridos na cidade (COSTA, 2015).

Contudo, ao verificar dados recentes fornecidos pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal (NEAC) de Luziânia, foi diagnosticado que alguns bairros citados no estudo anterior passaram a ser considerados menos violentos, e outros passaram a compor o ranking (ver tabela 4); o Distrito do Jardim Ingá continua a ser a região mais violenta do município.

Tabela 4: Número de homicídios nos bairros mais violentos de Luziânia e do Distrito do Jardim Ingá em 2016

Luziânia		Distrito do Jardim Ingá	
Bairro	Nº de Homicídios	Bairro	Nº de Homicídios
Zona Rural	7	Jardim Ingá	16
Parque E. D. IV	7	Parque E. D IX	11
Setor Fumal	6	Jardim Zuleika	9
Parque E. D.	5	Parque Mingone	7
Centro	5	Jardim Marlia	4
Setor Norte	3	Sol Nascente	4

Fonte: 10º batalhão da Polícia Militar de Luziânia. 2016

Além dos dados apresentados, algumas entrevistas também direcionaram a observação de campo para esses respectivos bairros, como por exemplo, uma conversa com o delegado I²³ da PC de Luziânia, em que foi apresentada a hipótese da existência de duas “Luziânias”: uma composta por bairros próximos ao Centro e a outra, o Distrito do Jardim Ingá (diário de campo, 12/07/2016). Outro fator relevante foi percebido em uma entrevista realizada com um Juiz, em que foi informado o local onde se realizavam mais prisões de adolescentes.

²³ Os entrevistados que são funcionários públicos serão identificados por suas funções na intenção de preservar suas identidades e evitar qualquer constrangimento.

Entrevistador: Você sabe de qual bairro os adolescentes costumam ser presos?

Juiz I: Jardim Ingá, Serrinha e Fumal; são as três localidades que sempre pergunto em audiência, mas uma boa parte do Jardim Ingá (...) Nós temos Serrinha, temos Americanos, tem o Jardim São Paulo. Então, vários outros locais onde ocorrem atos infracionais.

É comum notícias de homicídios e latrocínios serem divulgadas e circularem em mídias locais e nas redes sociais, o que faz com que o município ganhe “má fama”. Porém, somente alguns bairros são responsáveis por essas alcunhas, principalmente o Distrito do Jardim Ingá e seus bairros correspondentes, como o Parque Mingone I e II, Parque Estrela Dalva VIII e XI, Jardim Marília e Jardim Sol Nascente, mencionados pela maioria dos interlocutores como os mais violentos. Outros bairros citados, estes mais próximos ao Centro, foram o Setor Fumal, Setor Serrinha, Parque Estrela Dalva II, III, Vila Guará, Vila São José, também são responsáveis pelos estigmas atribuídos ao município.

Portanto, a partir dos dados fornecidos, foi possível traçar uma metodologia de observação de campo e de entrevistas. Desta forma, várias incursões foram realizadas nos bairros considerados mais violentos de Luziânia (Ver figura 20 no Anexo).

Os violentos bairros de Luziânia, o local onde crueldades acontecem

Hoje cheguei em Luziânia depois de passar dois dias em Vicente Pires – BR. A viagem de Brasília para Luziânia durou por volta de uma hora, porque não tinha trânsito. Inicialmente a ideia era ficar na casa de um primo mais próximo, mas devido às necessidades de um espaço para desenvolver a pesquisa resolvi ficar na casa de meu falecido avô no Setor Fumal. Depois de me alojar, me encontrei com alguns primos e fomos para a casa de uma amiga no bairro. Lá pude assistir ao projeto que procura educar crianças através da arte marcial jiu-jitsu, com intenção de afastá-las do mundo do crime. Nesta mesma noite fomos jogar uma partida de futebol, e consegui me aproximar de outras pessoas que não eram familiares, e assim, pude observar alguns tipos de comportamentos, e tentar me enturmar com alguém que não fosse familiar. Após o jogo, visitei a casa de meus primos, que fica duas quadras distante da casa de meu avô. Ir até lá foi uma situação complicada; faz poucos meses que um deles matou um rapaz a golpes de faca junto com outro conhecido da rua. A casa ainda carrega uma sensação negativa, pois o crime chocou a cidade e fez com que todos ficassem apreensivos com uma possível vingança contra a família, inclusive eu, mesmo os demais não tendo

envolvimento com nenhum tipo de atividade considerada criminosa (Caderno de campo 11/07/2016).

Em Luziânia, a proximidade com o espaço e o contexto familiar facilitou a inserção em campo, mas também trouxe alguns reveses. O estudo da violência letal é complexo, porém, de acordo com grau de envolvimento do pesquisador com este assunto, a investigação pode tornar-se enviesada. Ter parentes que foram assassinados em crimes violentos foi a motivação para dar início a essa pesquisa, e ter um parente que cometeu um crime de homicídio produziu um novo olhar. Portanto, qualquer neutralidade já deixava de existir a partir da escolha do tema, sendo que a investigação transpassou os limites da observação e descrição, adquirindo um significado para o pesquisador na compreensão da sua própria realidade sem que a pesquisa perdesse sua objetividade (WEBER, 2006).

A malha urbana de Luziânia, excluindo o Jardim Ingá, possui seus próprios bairros considerados mais violentos. Entre eles, o Centro e os bairros que estão mais próximos, o Setor Fumal, Setor Serrinha, Parque Estrela Dalva, Vila São José, Setor Norte e os que ficam do lado oposto da BR040 como o Parque Estrela Dalva III, IV, Vila Guará, Jardim Sion, Vila Brasília e Parque Industrial. A Zona Rural também é tida como violenta e deve-se considerar que ela está em volta de toda a malha urbana de Luziânia. Semelhante ao Centro, a Zona Rural possui suas próprias especificidades quando se trata da violência letal.

Em conjunto com as entrevistas em profundidade, as observações de campo, permitiram entender porque esses bairros são considerados violentos. Por exemplo, o Setor Fumal, local de residência do pesquisador, recebeu alcunha de bairro violento, não somente pela quantidade de homicídios, mas pela existência de duas localidades com intenso tráfico de drogas: o Morro da Farinha²⁴ e a Chapada²⁵ (Ver Figura 11). O Morro da Farinha é uma área onde há um constante tráfico de drogas e a Chapada, que fica do lado oposto, seria o local de concorrência. Estas “duas bocas de fumo²⁶”, durante um grande período, entre 2010 e 2012, travaram constantes batalhas. Como o local de

²⁴ Farinha no Brasil, na gíria popular pode significar cocaína.

²⁵ Chapada é o antigo no do bairro que vem das características geografias do local. Recebeu o nome de Setor Fumal posteriormente em função da existência de uma fazenda de plantação de fumo.

²⁶ “Boca de Fumo” é um ponto de drogas, geralmente um barraco ou botequim, onde é feita a venda de drogas ilícitas tais como maconha, cocaína e crack.

residência do pesquisador se encontrava entre esses dois locais, foi possível observar estes conflitos armados, homicídios e tentativas.

Figura 11: Localização do Morro da Farinha, Chapada e residência do pesquisador



Fonte: google maps – Luziânia: Setor Fumal.

O conflito permaneceu por alguns anos, até a intervenção conjunta de FNSP, PM e PC que resultou na prisão de envolvidos, ou pelo menos de parte do que restou deles, sendo que muitos já haviam sido mortos. Porém não é possível reduzir o fenômeno da violência letal apenas à questão do tráfico de drogas. As informações coletadas nas entrevistas demonstram que há diversos casos de crimes violentos, que necessariamente não possuem relação com drogas, ou possuíam motivações diferentes:

(...) Outro caso foi de festa mesmo, foi em Luziânia, no bairro Fumal mesmo, briga de festa mesmo, aconteceu uma briga mesmo, acho que por causa de mulher. O cara foi no carro dele, começou discutir um com o outro, o cara começou a ameaçar o outro falando que ia matar, que ia matar, pegou e saiu correndo, foi na casa dele buscou a arma, chegou e sacou e matou o cara. (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Alguns crimes que abalaram os moradores do município e de todo país e marcaram ainda mais o bairro do Setor Fumal como um local violento, foram o caso do

“Maníaco de Luziânia²⁷”, que matou, estuprou e enterrou seis jovens no ano de 2010, e o recente assassinato de criança de 12 anos em 2016, em uma possível tentativa de vingança. No bairro Setor Serrinha, assim como nos outros mencionados, há uma crença, na visão dos interlocutores, que o envolvimento com o tráfico de drogas produz a alta quantidade de homicídios na região. Porém, semelhante aos crimes que ocorreram no Setor Fumal, o Setor Serrinha possui um histórico de crimes extremamente violentos, como o caso do assassino que desmembrava partes dos corpos de suas vítimas. O Setor Serrinha ficou estigmatizado por esse crime bárbaro que ocorreu no ano de 2010. Pessoas conhecidas do pesquisador relataram que encontraram partes de corpos dentro de caixas, cabeças em sacolas de lixo, corpos sem cabeça em terrenos baldios²⁸:

(...) Tinha uma época também que o menino estava arrancando as cabeças do povo, era o Tiaguinho se não me engano. Acontecia direto, direto eles encontravam cabeças no saco de lixo, cotovelo, corpo sem cabeça (Roger, 20 anos, comerciante, morador do bairro Setor Serrinha).

A Zona Rural é considerada pelos interlocutores que ali residem como pacífica, contrariando os dados encontrados, pois é um local utilizado para desovas de corpos ou para algumas execuções, o que a torna uma das localidades mais violentas de Luziânia. Não informações sobre homicídios motivados por disputas territoriais, as narrativas indicam que os conflitos são originários de outras localidades. Por ser um local ermo, com pouca densidade demográfica, iluminação e vigilância é comum que agressores procurem a Zona Rural para enterrar corpos e cometer assassinatos.

(...) Teve um período que teve aquele rapaz que estava solto, cortava a cabeça dos outros, pais de família, mãe de família, mulher grávida (Mônica, 46 anos, dona de casa, moradora do bairro Setor Serrinha).

Entrevistador: Ele matava mulher grávida também?

Resposta: Ah, matou! Teve um caso ali, no muro de Jericó. Então, do lado de cá, eles mataram lá, acho que vai fazer um novo loteamento. Teve os meninos brincando de bola. Você ficou sabendo? Os meninos estavam brincando de bola (...) Ele matou uma mulher grávida, aí ele enterrou a

²⁷O Maníaco de Luziânia (Adimar Jesus da Silva) ficou conhecido nacionalmente após ser preso por assassinato de sete jovens no município de Luziânia-GO. Adimar confessou os crimes e indicou o local onde as vítimas estavam enterradas. Em abril de 2010, Adimar cometeu suicídio na cela em que se encontrava. Para mais informações <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/pedreiro-presos-por-assassinato-de-jovens-em-go-e-encontrado-morto.html> [descarregado no dia 15/03/2017].

²⁸Este caso foi relatado por diversos interlocutores. Segundo os relatos, o autor dos crimes conhecido como Tiaguinho já está preso. As motivações para os assassinatos eram diversas, variavam desde rixas, acertos de contas, vingança e até mesmo desentendimentos banais como simplesmente um “olhar atravessado”. Ele era considerado um dos assassinos mais “brutos” (gíria local para designar criminosos violentos) e respeitados no universo criminoso em Luziânia.

mulher, só que a barriga, eu não sei a gota d'água que foi, a terra cedeu. O menino jogou a bola de longe, viram e foram correr para pegar pensando que era bola, chegando lá viram que era a barriga da mulher, tinha ficado por fora da terra. Isso não é lenda, aconteceu mesmo! Se você, eu sei que você tem acesso aos boletins de ocorrência (BO), as coisas daqui, vocês vão ver lá essa história, não é mito, tá lá, você tá entendendo (Mônica, 46 anos, dona de casa, moradora do bairro Setor Serrinha).

Os bairros que ficam do lado oposto da BR040, em relação ao centro de Luziânia, além do crime violento, outros fatores fazem com que sejam considerados perigosos. No caso do Parque Estrela Dalva III e seus bairros vizinhos, é decorrência de estarem nas imediações da BR040, local pejorativamente conhecido como a rota do tráfico de drogas, de armas e a prostituição. Ao circular pelo bairro, principalmente em sua entrada, é possível notar usuários drogas, atividades de tráfico e prostituição. A região ficou conhecida como “o bairro do zumbi”, que é uma forma difamatória de reconhecer os usuários de craque após a utilização da droga.

Todos os bairros mencionados até então carecem de infraestrutura em serviços públicos para atender sua população, com exceção do Setor Fumal, um dos poucos bairros que possui um melhor controle de ordenamento urbano. O Parque Industrial, bairro que fica distante cerca de 12 quilômetros do Centro e da malha urbana, foi o único local que, ao contrário do que foi mencionado pelos interlocutores, pode ser considerado pacífico. Sua comunidade foi formada recentemente e possui um total de 500 habitantes. Não há dados sobre homicídios no bairro e seus moradores não se queixam de problemas relacionados a crimes violentos na região.

O Centro de Luziânia, por sua vez, é uma zona de classe média e onde estão concentrados os principais serviços públicos da região. De modo semelhante ao que ocorre em Brasília em relação às RAs e ao Entorno, quanto maior a distância do Centro e maior a proximidade dos bairros mais pobres (periferia do município) há um aumento das taxas de homicídios. O Setor Fumal é um bairro considerado heterogêneo economicamente, diferente dos outros bairros mencionados; o Jardim Ingá é considerado a região mais carente.

O Centro do município é intensamente frequentado por diversas pessoas de vários bairros de Luziânia, conhecido pela grande quantidade de bares e comércios recreativos, sobretudo próximos ao ginásio de esporte. O local é frequentado por um grande número de jovens e concentra certa quantidade de crimes como furtos, roubos de

carros, latrocínios e homicídios. Há uma rua que circula o ginásio apelidada de “curva do babaca”, devido à constante circulação de automóveis entorno do ginásio. Segundo alguns informantes, são comuns as ocorrências de homicídios no local, em virtude de que muitos jovens resolvem seus conflitos originários em outras regiões de Luziânia nos arredores do ginásio.

Teve um homicídio que ocorreu lá no centro. Um rapaz que estava passando com sua namorada e alguns meninos aqui do Ingá começaram a mexer com ele. Aí o rapaz foi embora, pegou uma arma, voltou e matou os dois meninos que estavam lá sentados. Os meninos eram aqui do Sol Nascente (Eduardo, 27 anos, estudante, morador do bairro Sol Nascente).

Os conflitos entre os frequentadores dos comércios que circundam o ginásio são motivados por diversas causas. No local, foram citadas mortes violentas por ciúmes conjugais, brigas por excesso de ingestão de álcool ou até mesmo por esbarrões. Em contraste ao Centro, os bairros mais violentos não possuem um determinado local que concentra as mortes violentas.

O Distrito do Jardim Ingá, o lugar do nem da cidade do nem

Em Luziânia, as regiões que mais cresceram nos últimos anos são as consideradas periféricas. Destaca-se o Distrito do Jardim Ingá e seus respectivos bairros que tiveram um grande crescimento populacional nos últimos 20 anos. Hoje, o Distrito comporta praticamente metade da população luzianiense e também seu crescimento e, assim como outros bairros de Luziânia, está associado à expansão do DF.

O Jardim Ingá é um distrito localizado entre os limites de Cidade Ocidental e Luziânia, e fica a 14 quilômetros do centro de seu município, às margens da BR040. O Distrito, que no ano de 2010, respondeu por 30,3% dos homicídios da região (COSTA, 2015), é considerado por muitos moradores e funcionários que lidam com a questão da letalidade violenta como o local mais violento de Luziânia. Porém, outras questões relevantes fazem do Jardim Ingá uma peça central deste estudo. O Distrito tem em média 70 mil habitantes (CENSO, 2010) e possui muitos comércios, fábricas importantes e agroindústrias que geram uma boa participação na arrecadação de renda

para o município. O Ingá também possui uma unidade hospitalar, o Hospital Regional do Jardim Ingá (HRJI) e uma base do CIOPs da PM.

Segundo os funcionários públicos que lidam com a questão de segurança pública no município, o Jardim Ingá é “apenas um bairro como os demais”. Não há nenhuma referência no site da prefeitura de Luziânia sobre o distrito, no entanto, pode-se verificar que o Ingá possui sua própria administração, que está vinculada à prefeitura localizada na região central. O Distrito é composto por vários bairros, entre eles, o Parque Estrela Dalva VIII e IX, Parque Industrial Mingone I e II, Jardim Marília, Parque Sol Nascente, que segundo os interlocutores e os dados das secretarias de segurança pública são os mais violentos. Nesses locais, o pesquisador realizou observação de campo e diversas entrevistas (Ver figura 20 no anexo). Esses bairros e outros formam o Distrito do Jardim Ingá, contudo, não há entendimento entre os interlocutores a respeito do pertencimento destas regiões ao distrito.

Entrevistador: O que é o Jardim Ingá?

Resposta: O Jardim Ingá é um quadrado de poucas casas e de poucas quadras. O Jardim Ingá é só isso aqui até a padaria Pão Quente, dessa rua aqui que nós estamos até o hospital. Para lá é o Zuleica, Ipê do outro lado, o resto tudo é Dalva IX, até lá depois da ponte é o Parque X. Da pista para lá é o Faro, Mingone II, e mais um pouquinho Mingone I (...) Eles, na realidade são bairros, porque o Jardim Ingá é considerado distrito. Esses bairros são do Distrito do Jardim Ingá, mas que juntando tudo é de Luziânia, bairros de Luziânia. (Alessandra, 49 anos, moradora do Jardim Ingá).

Resposta: Pois é, até a gente que mora aqui é bem estranho! É porque, onde nós estamos aqui é Parque Estrela Dalva IX, temos o Dalva VIII e temos o Dalva X, seguindo aqui a esquerda. Do lado de lá, temos o Jardim Ingá. Do lado de lá da BR040, temos Parque Mingone I e Parque Mingone II, só um que é de lá, o outro é de cá. E depois a gente tem ai para frente Ipê, Jardim Planalto, Parque Faro. Todos isso são bairros, e todos esses bairros formam o Jardim do Ingá. Então se alguém de fora me perguntar onde eu moro, e eu disser Parque Estrela Dalva IX, ninguém sabe onde é. Eu preciso dizer que moro no Jardim Ingá, ai todo mundo sabe onde é. (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

Conforme alguns informantes, o Jardim Ingá é um dos bairros considerados mais antigos de Luziânia. O Distrito teve como origem uma antiga parada de ônibus na BR040 na ligação entre Luziânia e Brasília (BORTOLO, 2017). A oferta de lotes baratos ou irregulares e a aproximação com o DF atraiu boa parte de populações que buscavam a aquisição da casa própria, principalmente migrantes. Os bairros do Distrito do Jardim Ingá estão localizados em um imenso vazío urbano, sendo que a conexão entre eles aos poucos foi se estabelecendo conforme o aumento populacional. Segundo

os interlocutores, o Distrito do Jardim Ingá está abandonado pela prefeitura de Luziânia, e acusam as gestões municipais de utilizarem as arrecadações do distrito para o desenvolvimento de áreas próximas apenas ao Centro da cidade.

Entrevistador: Você acha que prefeitura de Luziânia trata o Jardim Ingá de modo diferente?

Resposta: Sem dúvida, sem dúvida, tem a questão com praças né. A gente não tem praças aqui no Jardim Ingá. Luziânia tem, foi revitalizada e está linda. A praça vale a pena que você conhecer, você que é paulista né, vale a pena você conhecer a praça das três bicas, é muito bonita realmente. Aqui a gente não tem nada, a gente só paga impostos, a gente não vê retorno (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

O Ingá teve uma expansão rápida e desordenada em um curto período, assim como todo o município de Luziânia. O Distrito é considerado o culpado pela “má fama violenta” do município, rotulado como o “Lugar do Nem”. Isto é um reflexo do aparente não pertencimento do município de Luziânia em relação ao Estado de Goiás, por estar distante da capital Goiânia e do DF, como demonstrado anteriormente, o que deu ao município o rótulo de “Cidade do Nem”.

(...) O Jardim Ingá, na realidade, ele é considerado o lugar do nem. Ele não é Luziânia, ele não é Ocidental, que faz divisa praticamente, ele não é Valparaíso. Só que ele é de Luziânia, mas se tirar o Jardim Ingá de Luziânia, Luziânia não sobrevive. Mas eles não aceitam a emancipação do Ingá, porque se o Ingá for emancipado o prejuízo para eles é grande. Se a divisa for feita pelas águas, o prejuízo é grande, porque eles vão perder muito imposto daqui. Então eles não fazem porque não querem! Por causa do imposto o Ingá oferece (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

Muitos habitantes do Jardim Ingá e de Luziânia já consideram que o distrito não faz parte do município. No Ingá, alguns interlocutores acreditam que a emancipação produziria melhorias para a qualidade de vida dos moradores e diminuição nas taxas de homicídios. Esse sentimento dos cidadãos origina-se dos conflitos políticos entre as duas localidades. Para os interlocutores, a existência de uma administração própria é apenas uma “fachada”, pois ela não produz melhorias efetivas nos bairros correspondentes com à arrecadação de impostos.

O Jardim Ingá quer ser emancipado, o pessoal do Jardim Ingá diz que eles não são de Luziânia, eles não concordam que moram em Luziânia, mas o Jardim Ingá é Luziânia, ai tem esse conflitos. Eles do Jardim Ingá não se reconhecem como Luziânia, mas o Jardim Ingá é Luziânia. (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do Setor Fumal).

De acordo com os interlocutores, o Distrito do Jardim Ingá está abandonado pela prefeitura de Luziânia, sendo último lugar para receber as “benfeitorias públicas”. Eles

acusam as gestões municipais de utilizarem as arrecadações do distrito para o desenvolvimento de áreas próximas apenas ao centro da cidade. A emancipação tornaria o bairro independente de Luziânia, e assim sua população poderia eleger seus governantes e utilizar-se dos recursos adquiridos no distrito.

Entrevistador: Porque o Ingá deve se emancipar?

Resposta: Porque teria inicialmente os primeiros vereadores... Primeiro, o prefeito seria do Bairro, e a família dele moraria aqui no bairro, e a verba que viria para o município, para o bairro emancipado, seria para ser utilizado só ali. No caso do Ingá, o FPM que é o Fundo de Participação do Município, ele é distribuído per capita, e no Jardim Ingá a densidade demográfica é bem maior do que nos outros municípios, e aí renda viria para o Ingá e seria administrada só no Ingá. Hoje pega-se a verba do Ingá e aplicam em Luziânia. (Felipe, 52 anos, Pastor, morador do bairro Jardim Ingá).

Essa não é uma visão homogênea, pois há pessoas que discordam e acreditam que a emancipação do Ingá poderia provocar uma piora socioeconômica no distrito, principalmente em relação à violência. Para os interlocutores, ser parte de Brasília ou do Goiás, ser de Luziânia ou de um distrito emancipado, não interferiria na atual situação em que se encontram, pois a observação dos municípios vizinhos como Valparaíso do Goiás e Águas Lindas do Goiás, que anteriormente eram distritos de Luziânia, são exemplos de que sem uma política honesta e íntegra nada mudaria, já que eles possuem problemas semelhantes e taxas equivalentes de violência letal.

Assim, a dimensão política coloca-se como um dos pilares fundamentais para a configuração de uma territorialidade violenta, pois diante da ausência de uma política de segurança clara representa uma condição imprescindível para o estabelecimento de ações e programas. Vale lembrar que o conflito político também transpassa a própria concepção das ações, redefinindo objetivos e criando novos sentidos para as estratégias de enfrentamento da violência homicida. Tais constatações revelam um quadro em que, tanto a população quanto os agentes de segurança são reconhecidos como vítimas de um sistema dependente do compromisso político. Constitui-se, portanto, um sistema que é estéril pelas suas próprias condições de funcionamento (BORTOLO, 2017. p. 195).

O Jardim Ingá é considerado um segmento negativo de Luziânia, o responsável pelas altas taxas de mortes violentas, o local onde não se deve ir, onde moram as pessoas que deve-se evitar o relacionamento. Nota-se uma relação de impureza, estigmas e preconceitos com os moradores do Ingá ao entrevistar moradores de outros bairros de Luziânia.

Entrevistador: Quando você vê uma pessoa e você reconhece que é do Jardim Ingá, como é que você reage?

Resposta: Ah, já fica meio estranho, é que o povo de lá não vem para cá, e quando vem é para ir no hospital, é para fazer alguma coisa, até porque lá tem hospital, porque geralmente quando vem do Jardim Ingá para cá é para roubar alguma coisa (Roger, 20 anos, comerciante, morador do bairro Setor Serrinha).

Assim como a maioria dos bairros periféricos de Luziânia que estão próximos ao Centro, o Distrito do Jardim Ingá carece de infraestrutura em serviços públicos básicos para atender à população, sobretudo para os jovens que não tem opções de lazer e alternativas culturais. Suas atividades se resumem em ir para a escola, trabalho e ficar dentro de casa ou na igreja. As quadras de futebol, em alguns bairros, são as únicas opções de lazer segundo relatos, e frequentemente estão ocupadas por usuários de drogas e bandidos.

A única opção que tem aqui, que eu vejo aqui é a igreja. A gente tenta devolver algum movimento que atrai o jovem para poder ajuda-los, orientá-los. Agora em questão de uma atividade social, eu não vejo nada disso aí, uma atividade social, eu não vejo não (Augusto, 46 anos, Padre, morador do Parque Mingone II).

Então para os meus filhos, eu não tenho atividade aqui. Inclusive a gente está em busca, eu estou em busca de atividades. (...) A gente tem uma quadra de esportes, que ultimamente deu uma melhorada boa porque antes era frequentada somente por usuários de drogas. Hoje a gente ainda vê, mas tá vendo muita família lá também, mas fica muito longe, não dá para crianças, da idade que são os meus filhos irem. Eles até vão, mas comigo junto. (Erika, 36 anos, comerciante, moradora do Parque Estrela Dalva IX).

O medo de ser vítima de um crime patrimonial, sexual ou de um homicídio compõe o cotidiano dos moradores dos bairros do Distrito do Jardim Ingá, o que se configura em um estilo de vida que é enclausurado nos enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011). É limitada a circulação de pessoas nos espaços públicos, como foi observado durante a pesquisa de campo, resultando em ausência de pessoas nas ruas, principalmente durante a noite, o que dá a esses bairros um ar de morbidade (Diário de Campo, 17/05/2017).

Luziânia e seus Estabelecidos e Outsiders

A violência letal, como dito anteriormente, é uma forma de impureza contagiosa, que tem a capacidade de atingir pessoas, objetos e lugares, além de ser uma forma de uma forma de geração de estigmas e preconceitos (GIRARD, 1990). Esse fenômeno

deveria enfraquecer com o tempo, mas, devido às constantes mortes violentas, a violência é renovada, sobretudo pelas narrativas divulgadas em mídias de massa e digitais que a potencializam.

Estabelecidos e outsiders são identidades sociais (ELIAS, 2000), que se baseiam em códigos de honra para legitimar manifestações de superioridade, são penalizados judicial e moralmente, e que demonstrando relações diferentes de poder. Sabe-se que as interações entre estes tipos sociais constituem uma forma singular e também uma teoria geral da relação de poder.

Os estabelecidos são grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder, que se autoprecedem e são reconhecidos como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor. Esses fundamentam o seu poder em um modelo moral e em uma identidade social construída a partir de uma combinação de tradição, autoridade e influência. Por outro lado, os outsiders são os não membros da boa sociedade, os indivíduos que são de fora, que possuem laços sociais menos intensos, que não constituem um grupo social e que estão associados com a anomia²⁹, delinquência, violência e desintegração. Entre essas identidades sociais há diferenciações raciais, de gênero ou linguísticas que servem apenas como um sinal, tornando o grupo estigmatizado mais fácil ser reconhecido³⁰.

Elias (2000) demonstrou em sua pesquisa na cidade de Winston Parva que os estabelecidos eram antigos residentes com um estilo de vida comum. Havia um conjunto de normas e alta coesão em que as pessoas tinham um passado comum e eram estreitamente integradas. Os outsiders eram recém-chegados que não eram integrados e nem possuíam coesão, considerados uma ameaça ao estilo de vida dos estabelecidos, não observantes das normas e restrições, e vistos, coletiva e individualmente, como anômicos.

Em Luziânia, de forma semelhante, foi notada a existência de grupos de estabelecidos e outsiders, que interagem em diversos níveis e de maneiras diferentes.

²⁹Elias recupera o conceito de anomia do livro “O Suicídio” de Durkheim, e compara-o com o conceito de anomia que vem do anglo saxão que se refere à ausência, falta de regras, ordem, não estrutura, que por fim acaba sendo o estigma dos outsiders.

³⁰As relações podem ser de poder e as pessoas fisicamente indistinguíveis, e um símbolo ou uma demarcação pode servir para distingui-los, como no caso dos judeus na Alemanha durante o nazismo (ELIAS, 2000).

Nos interiores dos bairros foi possível notar que entre os moradores antigos há uma coesão e uma forma de comportamento a ser seguido. Os antigos cidadãos (estabelecidos) associam a violência ao contínuo fluxo migratório de novos moradores, que não encontrando emprego e habitação na Capital Federal, acabam direcionados para o Entorno. Portanto, a falta de políticas públicas para a integração destes novos migrantes produz uma falha na inserção nas novas comunidades, produzindo assim uma falta de coesão entre os antigos e novos moradores.

Os bairros considerados mais violentos de Luziânia são aqueles mais distantes do Centro e os que mais receberam migrantes, expressando uma relação entre estabelecidos e outsiders na escala de bairro. Grande parte dos interlocutores mencionou outros bairros como os mais violentos como, por exemplo, os moradores do Parque Estrela Dalva IX indicaram o Mingone como mais violento, e vice e versa. De modo semelhante, foi possível observar essa situação nos bairros próximos ao Centro de Luziânia, demonstrando assim que os moradores possuem uma ligação com seus bairros, e por mais que acreditem que a comunidade onde moram seja violenta, responsabilizam outros bairros e seus respectivos moradores pelos estigmas atribuídos ao município. O Distrito do Jardim Ingá é geralmente tido como o principal responsável e o mais citado entre os interlocutores.

Eu estava conversando com os meninos hoje sobre um preconceito horrível que a gente sofreu bem longe daqui. Nós fomos para Pernambuco, e nós fomos almoçar em um restaurante, quando nós chegamos lá ninguém queria atender a gente, placa de Luziânia (...) Nós sentamos à mesa e todo mundo lá cochichando (...) Ai veio um moço e disse (...) nossa, mas vocês são da cidade do pedreiro. Ai eu, cidade do pedreiro? Ai ele sim! Que pedreiro moço?! O pedreiro que matou seis em Luziânia. Eu lá lembrava? De tantos casos que a gente vê todos os dias, tira a cinco de dentro de um poço, dois dentro de um buraco, tem cinco que mataram, agora tem uma professora lá que sumiu que foi estuprada e violentada, ai gente chega e pergunta do pedreiro, a gente nem... (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

Segundo Elias (2000), a figuração entre estabelecidos e outsiders mostra em muitos contextos diferentes, características comuns e constantes. A nivelção que o grupo de estabelecidos atribui ao conjunto de outsiders é sempre a partir de suas características “ruins”, de sua porção pior, enquanto a autoimagem dos estabelecidos é nivelada nos integrantes mais exemplares. Por isso, em Luziânia, as variáveis migração e distância do Centro seriam as primeiras características ruins, seguidas pelo histórico de crimes na região.

A expansão de Luziânia, impulsionada pelo desenvolvimento do DF, teve como resultados alterações nas dinâmicas sociais do município que produziram desigualdades e estigmas entre os cidadãos atingindo diferentemente os grupos etários. A população mais jovem encontra-se em um contexto urbano e moderno e gera novos tipos de comportamento, enquanto a população mais velha está no processo de adaptação e recusa das novas formas de sociabilidade (SIMMEL, 1979; 2005).

De acordo Elias (2000), a delinquência é incentivada pela falta de coesão e interação social e não há uma comunicação, mas evitação de contato entre estabelecidos e outsiders. Na cidade grande, a delinquência é tratada como um fenômeno normal urbano, sendo que “todas elas produzem e reproduzem, repetidamente, grupos de pessoas que se adaptam mal ou não se adaptam à ordem estabelecida e a seus papéis prefixados” (ELIAS, 2000. p.139). Assim, os conflitos de gerações abalam a moral estabelecida da sociedade e evidenciam uma divergência de interesses que, por conseguinte, influencia nos números e nos tipos de homicídios. Os dados consultados mostram que os homens (92,3% das vítimas de homicídios), principalmente jovens (56% das vítimas de homicídios), tendem a resolver seus conflitos por meio da violência física. Isso é um reflexo de padrões coletivos de honradez, tradicionais e hereditários que são um ranço histórico de comportamento social masculino brasileiro (FRANCO, 1969). A existência de um *ethos* masculino no Brasil é proveniente de tempos em que eram mais comuns os conflitos armados perpetrados por coronéis, capangas e pistoleiros.

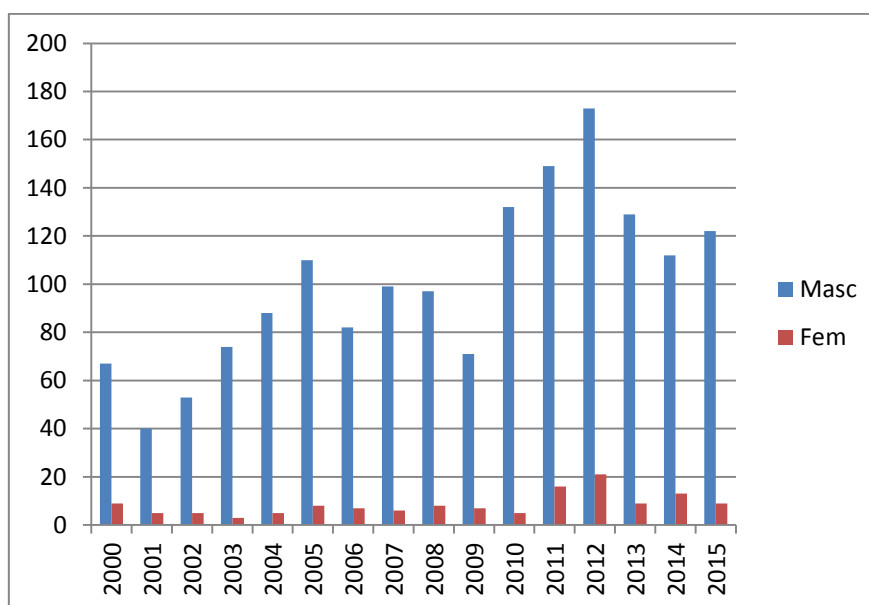
O conflito de geração evidencia que há um novo tipo de *ethos* masculino. Em Luziânia é possível identificar diversos tipos de *habitus* (ELIAS, 2014) ou identidades que se relacionam e que estão em constantes disputas, o que fica mais claro quando se observa diferentes grupos etários. Os moradores mais antigos ainda preservam comportamentos, moralidades e tradições que estão relacionados a um período mais tranquilo e pacífico, ligados à cultura regional e rural; por sua vez, a população mais jovem está relacionada a uma cultura urbana, consumista, tecnológica, em suma, moderna. Esse *ethos* masculino, associado à violência, refleti no alto índice de homicídios de jovens, decorrente também da escassez de oportunidades para atender às necessidades dessa população.

As imagens dos jovens outsiders são construídas antes mesmo de seu nascimento, devido à pertença grupal de seus familiares; às condutas que são hereditariamente assimiladas por eles são os impulsos socialmente inacessíveis (ELIAS, 2000), pois lhes falta o controle coletivo, os modelos de conduta estáveis, os núcleos para o desenvolvimento da auto-imagem e uma ideia de seu valor. Segundo o autor, os jovens vivem buscando sua personalidade individual e sabe-se que é imensamente difícil escaparem da posição de outsider, já que não possuem a visão de si mesmos em longo prazo dedicando-se apenas a viver o presente.

Para Elias (2000), há uma herança sociológica em vez de biológica, pois as chances de exercitar o poder social são hereditárias. Esse poder social são os modos de monopolização de posições-chaves em instituições de maior coerção, solidariedade, elaboração de normas e crenças, disciplina interna e externa (ELIAS, 2000. p.170). Assim, grupos de outsiders que tenham poucas oportunidades hereditárias de poder, podem ser estigmatizados conforme suas características sociais e tradicionais, resultando em déficits intelectuais e afetivos específicos para esses sujeitos.

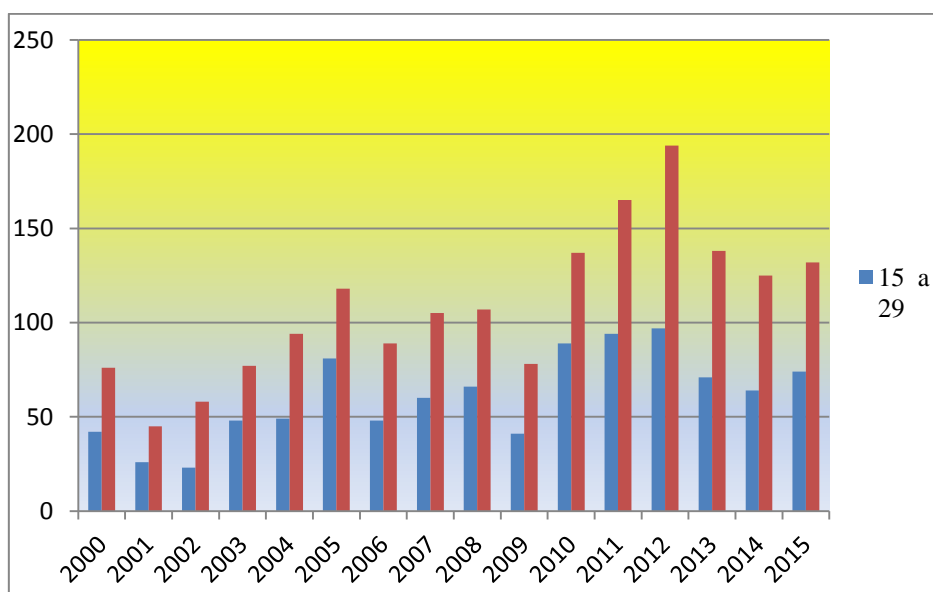
2.4 Os perfis das vítimas de crimes violentos letais em Luziânia.

De acordo com os dados SIM, as principais vítimas de crimes de homicídio em Luziânia, aproximadamente 90% das mortes por ano, são homens (ver gráfico 2). Este primeiro dado já demonstra que a violência letal está associada ao universo masculino.

Gráfico 2: Número de homicídio segundo sexo da vítima

Óbitos por Causas Externas, óbitos por Ocorrência no Município Luziânia. Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões; Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

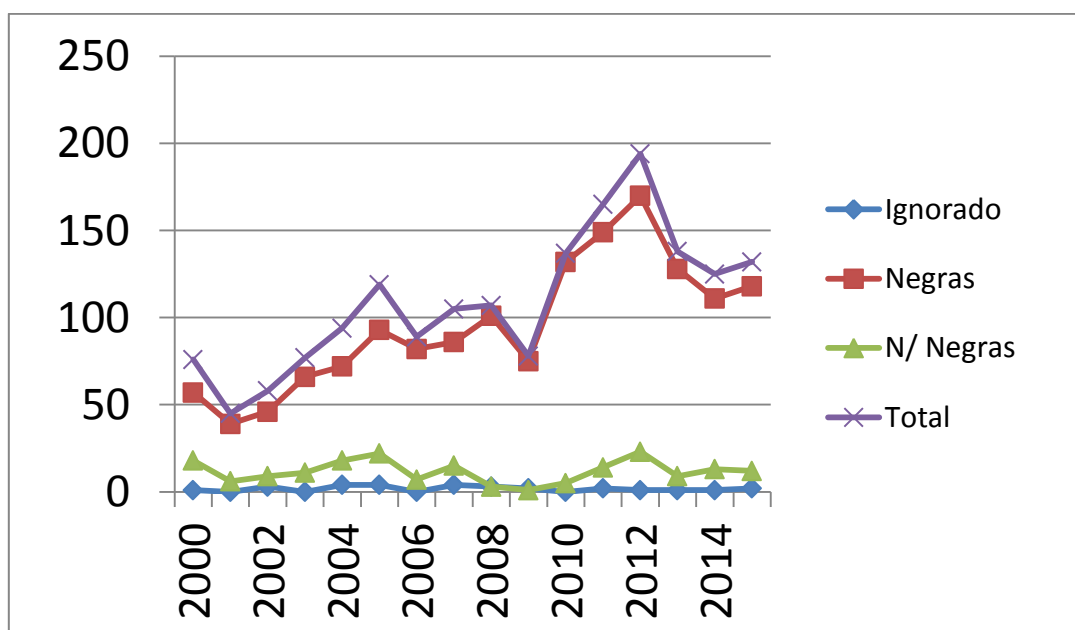
As mortes violentas atingem pessoas do sexo masculino, preferencialmente jovens entre 15 e 29 anos idade. Segundo os dados do SIM, nos últimos 15 anos, das 1738 pessoas assassinadas em Luziânia, 973 eram jovens. Isso corresponde aproximadamente a 56% dos homicídios do município (ver gráfico 3). Durante todos os anos, a vitimização dos jovens sempre se manteve acima dos 50%.

Gráfico 3: Número de homicídios entre 15 e 29 anos

Óbitos por Causas Externas, óbitos por Ocorrência no Município Luziânia. Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões; Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

A cor das vítimas dos homicídios é também um dado relevante (ver gráfico 4). É possível observar que a quantidade de negros assassinados em crimes violentos praticamente acompanha o aumento dos homicídios em Luziânia. Do total de homicídios ocorridos entre 2000 e 2015, 88% correspondem a vítimas negras, 11% a vítimas não negras e 2% foram ignorados.

Entre os jovens assassinados em Luziânia, nos últimos 15 anos 93% eram homens e 89% eram negros, enquanto brancos somam 4% das vítimas de crimes violentos. Em relação aos adultos, com idades entre 30 e 60 anos, 565 pessoas foram assassinadas (aproximadamente 33% dos homicídios totais). Desses adultos, 92% são homens, 88% são negros, enquanto brancos somam 12%.

Gráfico 4: Diferença entre vítimas negras e não negras

Óbitos por Causas Externas, óbitos por Ocorrência no Município Luziânia. Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões; Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Os dados apresentados demonstram que a violência letal, além de estar relacionada ao universo masculino, atinge preferencialmente indivíduos negros e jovens. Em 2008, por exemplo, Luziânia ficou no 15º lugar no ranking dos municípios mais violentos do Brasil para os adolescentes (CODEPLAN, 2011. p. 29). Porém, não são apenas os dados quantitativos que revelam esta situação. Durante a pesquisa de campo e nas narrativas dos interlocutores, principalmente os que lidam com os jovens, há uma previsão de que grande parte destes jovens continue a ser vitimada em crimes violentos. Desta forma, é possível prever e afirmar a continuidade deste fenômeno.

Entrevistador: Então, quer dizer que os jovens vão continuar morrendo, seguindo o mesmo caminho e o mesmo processo?

Resposta: Eu tinha uma turma de 16 alunos em 2004, essa turma eu sabia que era tudo projeto de bandido, era uma turma do 6º ano. Desses 16 alunos de 2004, hoje só existe um. A gente tinha duas turmas de projeto em 2012, de 12 alunos, cada turma dava 24 alunos, uma de manhã outra à tarde, desde 24 alunos hoje só tem dois, desses 24 alunos só tem dois. (...) de 1999 até hoje eu perdi aí uns 70 alunos. Daqui a dois anos vai ter 70, 80 no Jardim Ingá, você pode ter certeza que se for daqui dois anos, quando você voltar aqui, pode ver que vai ter 60, 70 que vão morrer aqui. (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

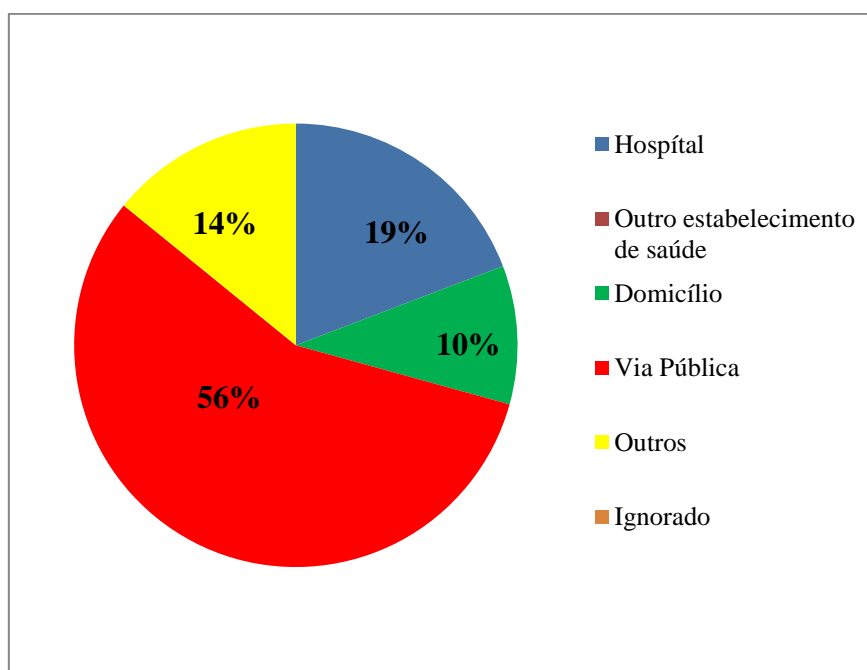
Entrevistador: Esses seus alunos foram todos os assassinados?

(...) Para não dizer que todos morreram assassinados, tem um, pegou a menina da mesma sala, eu acho que ele matou ela, deu umas facadas e ele tá aí. A mãe dele não consegue encontra-lo... Seis filhos homens que ela tinha... Então é muito, é muito jovem que morre. Eu acho que eu já perdi do primeiro ano ao oitavo ano, eu acho que eu já perdi e 70 alunos. (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

Os dados apontam que as vítimas preferencialmente são negras, o que direciona a pesquisa para o debate nacional sobre as relações raciais e a fragilidade da segurança da população negra do Brasil, com atenção especial sobre os jovens. O tema é amplamente abordado na sociologia nacional³¹ e por movimentos sociais que nomeiam este fenômeno como o “genocídio da população negra no Brasil” (RAMOS, 2015; FERNANDES, 2006; 2007; SINHORETTO et al., 2014). Segundo esses autores, a violência letal incide com maior ênfase sobre uma população específica, concentrada nas grandes periferias brasileiras. O recorte de raça, classe e gênero define qual o tipo de indivíduo está sujeito a ser vitimado. Mesmo o número de vítimas de mulheres sendo inferior comparado ao de homens, prevalece a vitimização de mulheres negras, aproximadamente 72,2% dos casos, enquanto as mulheres brancas somam 14,8%.

Segundo os dados do SIM, o principal local de mortes violentas são as vias públicas (56%), seguidas pelos centros hospitalares (19%), domicílios (14%) e outras localidades (10%) (Ver gráfico 5). No caso das mulheres, os dados apontam que o principal local de morte são as vias públicas (50%), mas que diferente dos dados totais, os domicílios ocupam o segundo lugar (24%), seguidos respectivamente pelos centros hospitalares (13%) e outras localidades (12%). No caso dos homens, o principal local de ocorrências são as vias públicas (57%), seguidas pelos centros hospitalares (20%), outras localidades (14%) e domicílios (9%). Tratando-se das mortes dos jovens, 58% foram assassinados em vias públicas, 21% faleceram em hospitais, 13% em outros locais e 7% em seus domicílios.

³¹ Entre os autores temos: (RAMOS, 2015; SINHORETTO, et al. 2014; LIMA, 2010; MISSE, 2014; FERNANDES, 2006, 2007).

Gráfico 5: Óbitos por local de ocorrência

Óbitos por Causas Externas, óbitos por Ocorrência no Município Luziânia. Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões; Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

As mortes violentas de mulheres estão associadas a relacionamentos com homens agressores. As causas de homicídios de mulheres esta relacionadas ao universo masculino (ZALUAR, 2014), em que homens assassinam mulheres em defesa de uma honra ou moral masculina, uma herança patriarcal machista que coloca uma mulher em situações subalternas na sociedade, que posteriormente vai sujeitá-la a agressões. De acordo com estudos que relacionam violência e gênero no Brasil, como os da criminologia feminista (PORTELLA, 2014) ou os da violência contra mulher (PASINATO, 2014; MOURÃO, 2014) e ainda outros como o de Fausto (1984), Lima (2001), Silva (2006), as mortes estão relacionadas a agressões desferidas por pessoas que mantinham certo grau de relacionamento com a vítima, principalmente ex-companheiros ou cônjuges. O feminicídio é o crime violento mais comum contra a mulher no Brasil, mas devido à baixa taxa de elucidação dos crimes no país e em Luziânia, como visto anteriormente, não é possível traçar um perfil dos agressores. Essa questão necessita de mais investigação e dados para confirmar a hipótese de que as mortes violentas de mulheres em Luziânia são cometidas por homens.

Partindo de uma análise macrossociológica, neste capítulo foram abordados os efeitos da violência letal no Brasil, um país que, em média, quase 60 mil pessoas são assassinadas por ano. Consta-se que a violência letal vem evoluindo de modo desigual nas UFs, demonstrando assim, um novo padrão de distribuição, e que os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tornaram-se as localidades com maior incidência de violência letal. Nesses estados, alguns municípios acabam sendo responsáveis por esse aumento nos indicadores, sobretudo por conta das taxas de homicídios. Nessas áreas, foram diagnosticados problemas estruturais como o surgimento de bolsões de pobreza, ausência de políticas públicas e de ordenamento social, como também se observou que a violência faz parte da história e da dinâmica social dos indivíduos. Entretanto, não são apenas esses fatores que irão explicar o fenômeno da violência letal, mas eles indicam que apenas uma parcela da sociedade, aquela sujeita às mazelas sociais, tem maiores probabilidades de participar e sofrer com a violência letal. Tanto os dados estatísticos, como a observação de campo, entrevistas com interlocutores e a literatura nacional apontam que a população que está exposta à violência letal é de homens, negros e jovens.

Luziânia é mais um exemplo destas inúmeras localidades nacionais que necessitam de uma investigação específica para a compreensão da violência letal. Assim, este capítulo deu prosseguimento ao modelo de investigação proposto, direcionando-se às análises, em um primeiro momento, do DF e de seu entorno e, posteriormente, ao município de Luziânia. Na AMB, notou-se que os contínuos efeitos migratórios produziram um aumento demográfico na região, que em conjunto com a incapacidade do DF em absorver o contínuo fluxo populacional – sobretudo em decorrência das desigualdades sociais e ao alto custo dos imóveis – e a falta de planejamento para habitação no Entorno, contribuíram para a periferização dos municípios da AMB e RIDE e conseqüentemente para o aumento da violência letal.

Em Luziânia, alguns bairros receberam a maior parte desses migrantes, com destaque ao Distrito do Jardim Ingá. Nessas localidades, a pesquisa de campo demonstrou que há carência de serviços públicos básicos para atender à população,

sobretudo de educação, lazer, saúde, emprego e segurança. Os bairros citados pela pesquisa são considerados os mais violentos pela população de Luziânia, e os que respondem majoritariamente pelas taxas de homicídios, segundo os dados oficiais. Esta pesquisa procurou expor as principais particularidades de cada bairro considerado violento e o que é significativo para a compreensão dos conflitos letais. Há falta de coesão entre os moradores mais antigos e novos nessas comunidades, o que permite que diversos conflitos eclodam, porém, a diversidade das motivações para as mortes violentas está associada a outros fatores culturais e estruturais, não podendo, de modo algum, atribuir-se apenas uma causa ao fenômeno.

A violência letal que ocorre em Luziânia é mais um exemplo que demonstra a fragilidade democrática brasileira e a ilegitimidade do monopólio do uso da violência pelo Estado. Este estudo constatou que no município há formas alternativas de exercer a violência, como o tráfico de drogas, os esquadrões da morte, as organizações paramilitares e o uso abusivo da força por instituições de segurança pública. Outros pontos que confirmam tal situação são o aumento de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011), segurança privada e processos de auto-justiçamento (SINHORETTO, 2009). A falência do sistema de justiça criminal e a seletividade penal também podem ser consideradas causas desse problema. Esses fatores aqui elencados contribuem para a perda de reconhecimento, por parte da população, das instituições de segurança pública e se demonstram como um desafio para a consolidação da democracia brasileira, assim como do estabelecimento de um verdadeiro Estado de direito.

No próximo capítulo, seguindo o modelo proposto de investigação, a pesquisa voltar-se-á às dinâmicas e operações das mortes violentas em Luziânia. A análise será centralizada nas interações sociais que produzem conflitos violentos que acabam em morte. Serão identificadas as principais motivações para as mortes violentas, como também os efeitos culturais e históricos que contribuem para a formação de uma sociedade de indivíduos, que prioriza a resolução dos conflitos por meio da violência física, ou seja, por uma reciprocidade negativa.

Capítulo 3 – As dinâmicas dos homicídios em Luziânia: uma tragédia anunciada

Neste capítulo será discutida a principal evidência que os dados estatísticos, as observações de campo e as entrevistas apontaram: os homicídios estão associados ao universo masculino juvenil e a grande maioria das vítimas são homens, negros e jovens. No presente estudo, foram observadas as dinâmicas das mortes violentas a partir das interações entre os indivíduos e as motivações dos homicídios em Luziânia foram agrupadas em tipos ideais, com base nos relatos dos interlocutores e de acordo com a classificação do UNODC (2014). Então, os homicídios foram categorizados em a) relacionados às atividades criminais, acertos de contas e a sua associação com o tráfico de drogas; b) os sociopolíticos: linchamentos e assassinatos provocados por ações de justiceiros e grupos de extermínio; C)mortes provocadas em relações interpessoais, mortes violentas vinculadas a desentendimentos momentâneos ou sem motivo aparente, e D) à vingança.

As evidências apontam que a violência em Luziânia participa de um contexto social e é influenciada por um fator cultural, social e histórico. A partir de alguns estudos de caso, será demonstrado como um simples conflito por motivo improvável pode resultar em morte, devido, sobretudo, a um *ethos* masculino que exige práticas violentas nas resoluções dos conflitos. Essa forma de sociabilidade foi denominada de reciprocidade negativa, em que não é esperada uma convivência saudável nas interações entre os indivíduos, principalmente do sexo masculino. Na reciprocidade negativa, a relação entre os sujeitos é marcada pela hostilidade e esta é proporcional ao *status* social.

3.1 – Os tipos de homicídios em Luziânia

A compreensão da dinâmica dos homicídios em Luziânia deve considerar dados importantes como o meio empregado para cometer os homicídios, o local do crime, os antecedentes criminais de agressores e vítimas e a quantidade de autuações em

flagrante. As armas de fogo são os principais recursos utilizados nos assassinatos, seguidas pelas armas brancas. No ano de 2016 e 2017, segundo os dados do observatório da PM, 75% das mortes violentas intencionais foram cometidas com auxílio de armas de fogo, as armas brancas respondem apenas por 13%. Há outras categorias com pouca incidência como envenenamento, encontro de ossadas³² e os meios não identificados.

O local do crime também traz informações importantes sobre o fenômeno: os dados mais recentes do observatório demonstram que a maioria dos crimes ocorreram em vias públicas (31%), seguidas pelas residências (13%), outras localidades (10%), Zona Rural (6%) e o presídio (1%). Por outro lado, há uma porcentagem importante (30%) de locais não caracterizados. Os dados sobre antecedentes criminais trazem que apenas 11% das vítimas tinham passagem pela polícia e 89% não possuíam fixa criminal. Ademais, há baixa quantidade de flagrantes de homicídios (em 2016 chegou a 0%).

Qual a importância desses dados sobre as dinâmicas dos homicídios em Luziânia? As baixas taxas de flagrantes demonstram que a polícia não tem ações efetivas, preparo e inteligência para a preservação da vida e, conseqüentemente, a atribuição das mortes violentas é dada às instituições de segurança pública de cunho investigativo. Ademais, pressupõe-se que os crimes são planejados, premeditados, cometidos com intenção de evitar os flagrantes e que os assassinos não desejam ser identificados. Os homicidas armam emboscadas, usam motos e capacetes, máscaras ou capuzes para esconder a face. Porém, como apontam alguns relatos, há assassinos que não se importam de serem reconhecidos e sentem-se orgulhosos de cometerem crimes de homicídios com a intenção de que seus nomes sejam vinculados às ocorrências, e assim angariam prestígio social: “o cara faz questão de mostrar o rosto” (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal). Nesses casos, os agressores evitam o flagrante evadindo-se do local, escondendo-se na Zona Rural ou migrando para outros municípios da AMB.

(...) o autor de crime de homicídio em Luziânia ele planeja o crime dele, ele sabe a hora que ele vai matar, ele sabe a hora que a vítima está vulnerável, ele sabe o momento que o policiamento é mais fragilizado naquele momento ali,

³² Encontro de grande quantidade de ossos de um cadáver.

naquela região, naquele horário específico. Então raramente a PM consegue prender um autor de crime de homicídio em flagrante (Delegado III).

A utilização da arma de fogo como principal instrumento para cometer homicídios indica que os agressores têm a intenção de eliminar seus adversários. Ao estabelecer uma relação do uso da arma de fogo e local do crime, é possível notar que esse tipo de instrumento é utilizado em todas as localidades. Em conjunto com a observação de campo, foi possível notar que os crimes ocorridos em vias públicas, cometidos por homens (99%) e com uso da arma de fogo (78%) possuem características de execução; são crimes em que o agressor descarrega toda a munição da arma a fim de assegurar a morte da vítima, se evadindo do local após o crime para evitar o flagrante.

Os dados demonstram que, nas residências, a arma de fogo também foi o principal meio empregado. Segundo relatos, isto é decorrência de execuções associadas ao tráfico de drogas, principalmente quando há chacinas em que muitas vítimas são assassinadas em uma mesma residência, como por exemplo, no caso de quatro jovens executados no Jardim Ingá (ver figura 19)³³. Os homens respondem também pela totalidade das mortes na Zona Rural, que, de acordo com os interlocutores, é um local comum de execuções devido à facilidade de abandonar, enterrar e queimar os corpos: “tiram cinco de dentro de um poço, dois dentro de um buraco” (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá). Na Zona Rural, todas as mortes no ano de 2016 foram cometidas com auxílio de arma de fogo e segundo as informações coletadas, é uma área muito utilizada por traficantes, justiceiros e grupos de extermínio para a desova dos corpos e para execuções.

As mortes em estabelecimentos comerciais também apresentam um padrão: geralmente são mortes violentas vinculadas a desentendimentos momentâneos ou sem motivo aparente, que ocorrem em bares, festas em locais privados e públicos, cometidas com auxílio de arma de fogo. Nesses casos, é possível notar nos relatos que houve brigas e discussões que antecederam os assassinatos, que em muitos casos estão associados ao consumo de álcool e drogas.

Entrevistador: Você já presenciou algum tipo de crime violento?

³³ Para mais informações acessar: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/07/interna_cidadesdf.526118/chacina-de-jovens-no-jardim-inga-expoe-falta-de-lei-no-entorno-do-df.shtml [Descarregado no 20/06/2017].

Resposta: Sim, já sim, briga de bar, os caras estavam brigando em um bar, um cara arrancou um revólver, estava passando na frente e vi, o cara sacou uma arma deu uns tiros na cabeça do cara e pronto. Eu já vi uns quatro aqui já, no Setor Fumal e no Centro da cidade acontece também(Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Em contraposição, mesmo em número inferior, as mortes violentas de mulheres ocorrem preferencialmente em suas residências (33%). Ao contrário do esperado, a principal arma utilizada não são as armas brancas, pois as mortes são causadas, em 90% dos casos, por armas de fogo. Estudos sobre mortes violentas de mulheres apontam que as causas seriam desentendimentos afetivos entre cônjuges, em que homens assassinam suas ex-companheiras por não aceitarem o fim de um relacionamento, por ciúmes ou traição.

O último dado apresentado demonstra que não apenas pessoas envolvidas com o crime acabam sendo vítimas de homicídio. Em 2016, somente 11% das vítimas (todas do sexo masculino) tinham registro criminal. Isso demonstra que a violência letal não está associada apenas ao universo do crime e do tráfico de drogas, mas que todos os moradores do município estão sujeitos a ser vítima de um crime violento letal.

Portanto, para uma melhor compreensão do fenômeno, a partir da triangulação dos dados quantitativos com as entrevistas e as observações de campo, estes homicídios foram classificados em tipos ideais (WEBER, 2006), não puros, mas entendidos como instrumentos de análise de um fenômeno social. Contudo, devido à grande quantidade de dados, somente algumas ocorrências mais ricas em informações foram selecionadas. Os dados foram adquiridos através dos meios de comunicação (mídias digitais e de massa) e através de relatos colhidos dos interlocutores durante o período de campo.

Desta maneira, conforme os dados e relatos, é possível compreender que os “acertos de contas” entre sujeitos estão relacionados ao tráfico de drogas e ocorrem com auxílio de arma de fogo, a mando ou pelos próprios traficantes, e as mortes geralmente ocorrem em vias públicas ou nas residências das vítimas. Os assassinatos motivados por vingança, de acordo com os relatos, possuem motivações iniciais diversas como furto de bens materiais, ofensas e brigas entre vizinhos. Nesses casos, os conflitos não se encerram com a morte e prisão dos envolvidos cabendo a outros familiares vingarem a morte do ente querido, criando posteriormente uma espiral de homicídios que acaba envolvendo pessoas que não possuíam relação com o conflito inicial. Além disso, nos relatos, os cidadãos mencionaram o uso de tortura e crueldade nesses casos. As mortes

violentas sem motivo aparente ocorrem em bares ou em festas em que normalmente são antecedidas por conflitos momentâneos, enquanto o linchamento é cometido por uma população revoltada, que na ânsia por justiça, aplica a pena capital a um ou mais indivíduos. Essas vítimas, geralmente, são pessoas suspeitas de crimes patrimoniais, homicídio, latrocínio ou estupro. Nos linchamentos, a cólera da comunidade se torna uma vingança em que o uso de paus, pedras, socos, chutes ou mesmo qualquer objeto são os meios usados para agredir o linchado. As mortes violentas cometidas por pistoleiros, justiceiros ou grupos de extermínio são realizadas de modo sigiloso, com auxílio de pistolas e podem ocorrer em diversos locais e formas.

3.1.1 – Os “acertos de contas” e a sua relação com o tráfico de drogas em Luziânia

Em Luziânia, os “acertos de contas” são as explicações utilizadas, não só pelas instituições de segurança pública, mas também para a população para quase todos os homicídios de autoria desconhecida. Quando os interlocutores mencionaram casos de homicídios durante as entrevistas, foi solicitado que explicassem as motivações de tais crimes e foi possível perceber que, quando não sabiam dos detalhes que antecederam os homicídios, o “acerto de contas” era uma resposta genérica para o desencadeamento dos assassinatos.

O “acerto de contas” não é um conceito definido e nem uma tipologia jurídica, é uma definição popular, também utilizada por policiais militares e civis, para explicar o fenômeno da violência. O “acerto de contas” designa um compromisso informal que tem como intenção liquidar as contas pendentes. Quando está relacionado ao crime, assume um sentido figurado de uma vingança ou represália com desfecho fatal. O termo pode sofrer modificações conforme o tempo e o local, por exemplo, segundo os interlocutores mais idosos, os “acertos de contas” eram motivados por dívidas não pagas, traição, defesa da honra ou vingança de sangue. Atualmente, os “acertos de contas”, estão basicamente relacionados a um contexto urbano e associados quase automaticamente ao tráfico de drogas. Em Luziânia, é comum que as vítimas e agressores sejam considerados pessoas de índole duvidosa e que suas mortes sejam justificadas e relacionadas ao “acerto de contas” vinculados a dívidas de tráfico:

Entrevistador: Qual é o principal motivo para assassinatos aqui em Luziânia.

Resposta 1: A maioria é drogas, outro dia morreu um, ele era vigia desses predinhos da caixa, mataram ele lá dentro, e ai disseram que era “**acerto de contas**”, falaram que ele tinha uma arma, mas se era por conta de drogas, eu não sei... (Poliana, 23 anos, administradora, moradora do bairro Parque Mingone II).

Resposta 2: O motivo mesmo é a droga, “**acerto de contas**”! Eu acredito que sim, ninguém nunca sabe o motivo. Uns disseram que eles tinham matado um cara no salão de festa aqui (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

A relação com o tráfico está associada à ideia de “acertar a conta” entre usuários e traficantes, ou seja, quando os consumidores do tráfico não pagam suas dívidas para os credores, que após realizarem empréstimos e cobranças para aqueles, decidem liquidar seus devedores. Esta é uma explicação usual, um senso comum que não pode ser comprovado, pois como mostrado anteriormente, a taxa de elucidação de crimes é muito baixa. Outro fator está relacionado aos dados da PM, que demonstram que apenas uma pequena parcela das vítimas de homicídios possuía alguma ficha criminal. Por isso, não é possível afirmar que as vítimas de homicídios em Luziânia foram mortas a mando ou por traficantes.

Contudo, a expressão “acerto de contas” representa a morte violenta como parte de uma relação conflituosa prévia entre a vítima e o autor e dá margem a justificar a morte violenta como consequência de uma “conta” contraída pela vítima. O “acerto de contas” é uma forma de co-responsabilizar a vítima ao vincular suas ações prévias ao desfecho violento e, com isso, a representação da violência como injustiça fica amenizada.

Os “acertos de contas” foram mencionados em todas as entrevistas, quando questionados os motivos para as causas de mortes violentas em Luziânia, e nas estatísticas ficam apenas atrás das vinganças. Contudo, pode-se notar que esse termo é normalmente confundido com outras prováveis motivações, não possuindo algo que o determine.

Eu acredito, no meu entender, que 50% dos crimes que tem em Luziânia, a maioria é vingança, o restante a gente divide, sei lá, com envolvimento com droga, comprou e não pagou, que agora isso é rotina, o “**acerto de contas**” (Vinícius, 44 anos, técnico em informática, morador do bairro Industrial).

Por estar associado especificamente ao tráfico de drogas, o “acerto de contas” é considerado crime de pistolagem, ou seja, cometido por um pistoleiro, bandido ou homicida que utiliza pistolas para cometer os assassinatos (BARREIRA, 2014). Os agressores geralmente são os próprios credores, assassinos contratados ou os funcionários do tráfico, que podem ser outros devedores, “aviõezinhos” e “olheiros” das “bocas de fumo”.

Em São Paulo, durante as décadas de 1980 e 1990, Lima (2000) demonstrou que havia uma crença de que o tráfico de drogas tinha uma grande contribuição para o aumento das taxas de homicídios, mas que esta noção não passa de um senso comum. Desta mesma forma, em Luziânia, as drogas são consideradas as motivadoras para os conflitos fatais.

Entrevistador: Você acredita que a droga influencia na evolução dos homicídios em Luziânia?

Respostas: Eu acho que influencia, porque acaba tendo rixa com uma pessoa com outra, com uns traficantes com outro, se existe muitos traficantes, e alguém deve alguém... A gente ouve muita história né, de fulano tá devendo alguém e “**acertou a conta**” e acaba ajudando nesses dados de homicídios. A gente ouve muito isso no jornal, ah, foi “**acerto de conta**” (Aline, 32 anos, dona de casa, moradora da zona Rural).

O estudo realizado por Lima (2000) em São Paulo demonstra que o tráfico de drogas não era a principal razão que levava ao acontecimento de homicídios. Pelo contrário, há uma diversidade de motivações e uma maior complexidade do fenômeno. Em Luziânia, a associação do tráfico de drogas com os “acertos de contas” serve como justificativa para os assassinatos sem explicação ou de autoria duvidosa como, por exemplo, de um jovem morto por arma de fogo em uma viela, rua ou esquina. O senso comum classifica essa morte com “acerto de contas” por dívida de drogas devido à maneira comum de agir dos agressores que eliminam suas vítimas atingindo-as em pontos vitais e com uma grande quantidade de tiros. Tanto a polícia quanto os moradores fazem essa associação e acreditam que qualquer vítima de um homicídio com essas características, sobretudo das chacinas nos bairros pobres de Luziânia, foram mortas pelo envolvimento que tinham com o crime.

3.1.2 Linchamento e Justiça

Um homem morreu na cozinha de casa após ser linchado na noite desta segunda-feira (2/11), em Luziânia (GO), no Entorno do Distrito Federal. Segundo informações da Polícia Militar, um grupo de pessoas invadiu a casa da vítima após ele supostamente tentar abusar de uma criança da vizinhança. Ele foi morto a golpes de pauladas e pedradas. Os suspeitos utilizaram também uma roda de carro para praticar o crime. O caso ocorreu por volta das 20h20min, na quadra 24 do Setor Jardim Brasília Sul. Testemunhas relataram à Polícia Militar que o homem, identificado apenas como Lazir, teria mostrado as partes íntimas para uma garota que mora em frente à residência. A mãe da criança contou para vizinhos e eles se revoltaram com a situação. Depois da suposta tentativa de abuso, o grupo invadiu a casa do suspeito. De acordo com a Polícia Militar, os moradores tentaram quebrar parte da residência. Além de pauladas, pedras e roda do carro, o grupo também fez uso de pé de cabra e martelo. Todos os objetos foram recolhidos pela Polícia Civil³⁴ (Correio Brasiliense, 03/11/2015).

Esta reportagem do Correio Brasiliense, compartilhada na mídia digital do editorial, representa um ato comum de linchamento, um exemplo característico de uma ação comunitária que ocorre nas periferias urbanas brasileiras. Nesses tipos de linchamento, é comum que a relação próxima entre vizinhos ou as redes de vizinhança se unam em busca de vingança e justiça contra um indivíduo suspeito de cometer um crime.

Segundo Sinhoretto (2009), os linchamentos são “tipos de assassinatos de pessoas consideradas criminosas praticados coletivamente em bairros onde se observa a importância das redes de vizinhança” (SINHORETTO, 2009. p.11). Segundo a autora, a definição para o termo é abrangente, mas podemos caracterizá-lo como uma natureza de vingança ou uma justiça punitiva à margem de julgamentos ou normas legais. É comum que os linchamentos comunitários sejam praticados por pessoas de classe média baixa e trabalhadores na ânsia de justiça para um crime considerado grave, em que normalmente o criminoso é conhecido pela comunidade.

Ainda segundo Sinhoretto, há um segundo tipo de linchamento que ocorre geralmente em cidades pequenas e é praticado por pessoas de classe média. Nesses casos, há uma contestação das normas judiciais e policiais, em que os envolvidos se orientam a partir de uma moral conservadora para exercerem a violência. Esse segundo tipo de linchamento é caracterizado como anônimo, pois os indivíduos envolvidos não

³⁴ Para a leitura de todo conteúdo da matéria jornalística, acessar: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/03/interna_cidadesdf,504859/homem-e-linchado-ate-a-morte-em-luziania-por-tentar-abusar-de-crianca.shtml [descarregado no dia 27/01/2017].

foram atingidos diretamente pelo suposto delinquente e se envolvem no tumulto pela cólera coletiva na busca de reprimir o bandido (SINHORETTO, 2001).

Os linchamentos são atos litigiosos, conflitos que atravessam toda uma rede de relações sociais que podem assumir formas de conflitos de classe, étnicos, raciais, de gênero, geração ou conflitos intersubjetivos que tem como resultado um sentimento de aplicação e distribuição da justiça (ADORNO, 2010). O fenômeno ocorre em situações consideradas insuportáveis por um determinado grupo ou comunidade, que é exercido através de agressões, na maior parte das vezes ritualizado, desferido contra um indivíduo responsabilizado por tal sentimento.

O linchamento compreende modalidades de ação coletivas, com o propósito de executar sumariamente um ou mais indivíduos aos quais é imputada a responsabilidade pelo cometimento de crimes e violências de toda sorte, inclusive ameaças, que perturbam a vida e a rotina de bairros populares ou espaços urbanos de extensa e intensa circulação de pessoas (ADORNO, 2010. p.72).

De acordo com Adorno (2010), os linchamentos são experiências concretas de desordem social sem as mediações das instituições de segurança pública. O fenômeno necessariamente não evidencia ou produz situações hierárquicas, entretanto, evidencia uma relação de rupturas hierárquicas entre cidadãos e o Estado, um ato de desobediência civil (ADORNO, 2010. p.85). Esses crimes também são uma forma de contraposição ao Estado, seja pela desconfiança sobre a efetiva eficiência das instituições de segurança pública ou de justiça (SINHORETTO, 2009).

Em Luziânia, foi observado que o primeiro tipo de linchamento supracitado é o mais comum. No Jardim Brasília Sul e em outros bairros em que ocorreram casos de linchamento foi possível observar estas características. Geralmente as motivações para tal ação foram desencadeadas por um crime cometido pela vítima, como o ato de abusar de uma criança, cometer um homicídio contra uma pessoa querida da vizinhança, um estupro, contínuos assaltos, algo que extrapola a “moral suportável” da comunidade (ADORNO, 2010). Os linchamentos são ações coletivas violentas, em que a exacerbação da violência física no corpo do outro é o centro da ação (SINHORETTO, 2009. p.78), embora não possam ser caracterizados como simples atos irracionais de revolta e protestos coletivos, pois em alguns casos demonstram organização coletiva em busca de um desfecho pré-determinado, tendo como prerrogativa o “fazer justiça com as próprias mãos” (SINHORETTO, 2009).

Outros casos similares foram noticiados como, por exemplo, o de um homem linchado pelos moradores de seu bairro após matar um vizinho³⁵, ou do recente caso noticiado pela página do Facebook Radar Luziânia online, onde pode-se acompanhar o vídeo do linchamento de um suspeito de homicídio de uma jovem na região do Jardim ABC³⁶. Segundo os interlocutores, a prática é comum na região, e normalmente as vítimas são suspeitas de crimes considerados graves, como o estupro e o assassinato.

O fenômeno pode ocorrer em vias públicas, nas residências das vítimas, estabelecimentos comerciais, prédios públicos e até mesmo em locais como os transportes públicos urbanos, como em um caso de um assaltante que foi linchado após a tentativa frustrada de assalto a uma condução³⁷. No entanto, há diversas tentativas que não causaram a morte, sendo que, nessas situações a polícia dispersa a multidão e faz o resgate da vítima encaminhando-a para uma unidade hospitalar ou delegacia. Notou-se que neste processo há confrontos entre PMs e a comunidade enfurecida, e em alguns casos, os atos de linchamento continuam nos estabelecimentos públicos, sendo o linchado retirado de dentro das delegacias e agredidos nas vias públicas (SINHORETTO, 2009).

A manifestação da ação coletiva de linchar é uma construção cultural de intolerância (SINHORETTO, 2009), da qual a vítima de linchamento é normalmente um sujeito que detém pouco prestígio social, suspeito de algum crime de homicídio, latrocínio ou patrimonial. As vítimas dos sujeitos linchados são pessoas conhecidas, moradores do bairro, consideradas de “bem”, trabalhadoras e idôneas, que não são passíveis de identificação criminal.

Em um estudo sobre linchamentos na cidade de São Paulo, Sinhoretto (2009) percebeu que raramente nos casos de linchamentos os envolvidos são levados à justiça para responderem por homicídio ou lesão corporal. A autora afirma que são muito raros os casos de julgamento ou prisão de linchadores. As explicações seriam a não incriminação dos linchadores, pois o linchamento se trata de uma modalidade de justiça

³⁵ Para mais informações, acessar: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/03/homem-suspeito-de-matar-vizinho-e-linchado-por-populares-em-luziania.html> [descarregado no dia 27/01/2018].

³⁶ Para mais informações, acessar: <https://www.facebook.com/1708994492682297/videos/2051188865129523/> [descarregado no dia 27/01/2018].

³⁷ Para mais informações, acessar: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/passageiros-de-%C3%B4nibus-reagem-a-roubo-e-lincham-assaltante-em-goia-1.1203207> [descarregado no dia 27/01/2018].

privada e imperativa que não permite recurso ou apelação da vítima, seja pela dificuldade de identificar os participantes, ou pela legitimidade e conveniência das autoridades com tal ação.

Geralmente, os linchados são arrastados de suas casas para as ruas e praças públicas fazendo com que a justiça privada seja aplicada no espaço público, local usado como espetáculo punitivo e exemplar (ADORNO, 2010. p.85). Para o autor, o espaço público contribui para diluir a responsabilidade penal e não permite a identificação dos participantes das ações (agressores e testemunhas), o que posteriormente inviabiliza a individualidade penal.

3.1.3 Justiceiros e grupos de extermínio

Diferente dos Linchamentos, as mortes cometidas por justiceiros e grupos de extermínio são execuções sumárias. Em Luziânia foi confirmada a existência de indivíduos ou grupos organizados que tem como objetivo eliminar suspeitos ou inimigos, com provável contrato firmado com particulares ou comerciantes. Estes crimes são conhecidos popularmente como crimes de pistolagem, devido ao uso comum de pistolas (BARREIRA, 2014).

Em Luziânia, durante a pesquisa de campo, foi possível se deparar com pistoleiros. De forma oposta a uma construção idealizada de cangaceiros ou jagunços que remonta a séculos passados, os atuais pistoleiros de Luziânia são homens que aparentam uma fisionomia comum. Poucas pessoas sabem de suas ações e muitos exercem outras funções na sociedade, sendo a pistolagem mais uma entre elas. Pode-se afirmar que alguns são polícias e outros trabalhadores comuns. A observação de campo em conjunto dos relatos de interlocutores demonstrou que alguns pistoleiros são ao mesmo tempo justiceiros ou integrantes de grupos de extermínio, sobretudo quando são policiais. Isso demonstra uma complexidade do fenômeno, mas não permite considerar essas categorias separadamente.

Hoje fui jantar com meus primos em um restaurante especializado em servir diversos tipos de pastas e molhos. Sentamos à mesa, e enquanto aguardávamos os pratos notamos um senhor, aparentando ter entre 35 e 40

anos de idade, branco, alto, acompanhado de uma mulher adentrar o estabelecimento. De longe pudemos notar que ele estava armado. A arma estava na cintura de forma exposta para que todos percebessem. Não à toa, o assunto tomou conta da mesa. Ele é policial, uns diziam. Foi ele que matou aqueles “pebas” que estavam roubando motos aqui, respondeu outro rapaz. Perguntei se ele era um justiceiro. E me responderam que sim, que ele matava por dinheiro, mas que se fosse peba, ele fazia até de graça (Diário de campo, 15/06/2016).

Segundo Barreira (2014), em uma taxinomia mais clássica, esse tipo de homicídio é definido como pecuniário, que é o assassinato por encomenda, sob retribuição de certa quantidade de dinheiro (Barreira, 2014. p.309). Os crimes de pistolagem são muito comuns no Brasil, e no passado, esses assassinatos eram encomendados a jagunços e capangas a mando de um coronel (FRANCO, 1997). A autora demonstra que nesta época os crimes estavam associados aos grandes proprietários de terra, latifundiários que tinham como objetivo eliminar possíveis concorrentes políticos, ou por alguma disputa entre famílias. Atualmente, os pistoleiros estão dissociados das atividades agrícolas e não são mais agregados das grandes fazendas; a perda do vínculo com os proprietários rurais, a contínua urbanização e a profissionalização dos pistoleiros levou-os a habitar as grandes periferias brasileiras. Não é mais possível delimitar espacialmente essa categoria, ou prever suas atuações (BARREIRA, 2014).

De acordo com Barreira, os crimes de pistolagem possuem uma característica comum, pois são crimes que recorrem às práticas de emboscada em que o agressor desfere uma alta quantidade de disparos visando os pontos vitais das vítimas. Nesses casos, os agressores não conhecem a vítima e utilizam algum meio de transporte auxiliar na ação e na fuga, sendo que os incidentes ocorrem geralmente em lugares públicos com participação de cúmplices. No Brasil, os pistoleiros aparecem em diversas situações e desempenham um importante papel nas resoluções de amplos conflitos sociais que envolvem práticas de justiça ou “justiça paralela”, ocupando hoje “lugar central nos enfrentamentos de conflitos sociais, mas relacionados à sociabilidade cidadina” (BARREIRA, 2014. p.314).

Em Luziânia, há pistoleiros tradicionais, ocasionais e profissionais. O mais comum são os ocasionais como visto no relato anterior. Alguns deles carregam alguma moral ou ética própria, na qual há uma valorização de atributos pessoais e da coragem. Alguns, além de assassinos de aluguel são justiceiros considerados restituídores da

justiça, que tem suas ações legitimadas socialmente, ainda mais quando a vítima é desqualificada socialmente.

Entrevistador: Já viu crimes violentos aqui onde vocês estão?

Resposta: Já! Depois que nós estamos aqui, nesses últimos três anos, teve três assim bem violentos. Morreram três assim, contados. Foi o moço que mataram, era um puxador de carro que mataram bem aqui. Mas ele era bem perigoso mesmo... (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

Resposta: Tiveram mais dois também, aqueles bichos que ficavam aqui na esquina... (Jailson, 23 anos, estudante, morador do Jardim Ingá).

Resposta: Os dois açougueiros? (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

Resposta: Não, os que bebiam aqui na esquina. (Jailson, 23 anos, estudante, morador do Jardim Ingá).

Resposta: Os dois que bebiam aí na esquina, que mataram. Mais aí é porque eles roubavam demais e aí a população não aguentou e linchou (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

Entrevistador: Foi linchamento?

Resposta: Foi golpe mesmo, deram seis tiros na testa (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

Entrevistador: Então foi um justiceiro que foi lá em matou?

Resposta: O povo não podia sair de casa, na minha casa mesmo ele arrombou, entrou duas vezes, e aí foi com o tempo eu fiquei sabendo que morreu, que o tinham matado (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do bairro do Jardim Ingá).

A conversa anterior exemplifica esta ação. No primeiro momento, a interlocutora justifica a morte das vítimas pela quantidade de furtos que cometiam no bairro e a atribui ao linchamento, mas se contradiz ao afirmar que ambos foram encontrados baleados em alguma rua do bairro. Segundo algumas testemunhas, essas duas vítimas de homicídios foram assassinadas em um crime que carrega características de execução e, de acordo com a fala da interlocutora, é possível entender que foi cometido por um justiceiro, mesmo não havendo uma afirmação. Em outro relato, ao contrário do anterior, o interlocutor afirma conhecer justiceiros na região:

Entrevistador: Você conhece justiceiro em Luziânia?

Resposta: Eu conheço um, não vou citar nomes, não vou citar detalhes, eu conheço um que ele é o seguinte, sempre que ele souber ele toma a dor, ele vai atrás da pessoa, e diz: você tem a pista mais ou menos de quem é? Aí passa o tempo quando você mesmo espera só vê falar. Agora é assim, antigamente eles matavam e deixavam esticados no meio da rua. Agora eles

levam para um lugar, mata e queimam, porque você sabe, enquanto não tiver corpo não tem crime (Vinícius, 44 anos, técnico em informática, morador do bairro Industrial).

Como o interlocutor relata, a ação dos justiceiros destoa das práticas realizadas por pistoleiros anteriormente, há uma mudança no modo de operação das execuções, na busca de evitar a identificação dos autores. As práticas de mortes cometidas por justiceiros em Luziânia também está associada ao crescimento de roubos a comerciantes. Assim como demonstra Manso, em alguns bairros de São Paulo, os justiceiros são vistos como alternativa mais correta e eficaz para lidar com a ameaça de desordem vigente (MANSO, 2012. p.153). Os justiceiros reproduzem a técnica da limpeza social usada por policiais militares e matam pela experiência cotidiana a partir das informações coletadas em seus bairros. As ações de justiceiros que em São Paulo se iniciou na década de 1980, segundo Manso, encerraram-se na metade da década 1990. O fim dos justiceiros na cidade de São Paulo, segundo o autor, é devido ao fim da diferenciação entre bandidos e trabalhadores que deixa de justificar e orientar as ações de justiceiros. Nas periferias o bandido deixa de ser apontado como o inimigo preferencial e a carreira criminal passa a ser considerada como fonte de renda e *status* social. O surgimento do PCC também influencia nesta dinâmica no momento em que cria um gerenciamento dos conflitos em diversas periferias e cidades de São Paulo - o chamado “proceder”, ou seja, as regras da vida do crime, o qual deve ser obedecido na comunidade. O desrespeito a essas regras pode levar à execução dos envolvidos, por matadores de aluguel (MANSO, 2012).

Em Luziânia, as ações de justiceiros são similares ao fenômeno descrito por Manso em São Paulo das décadas de 1980 e 1990. Durante a pesquisa de campo, não se notou e não foi mencionada qualquer existência de um grupo organizado ou facção que gerisse os crimes ou os conflitos letais violentos. Ao questionar os interlocutores sobre a existência de grupos criminosos organizados, as repostas resumiam-se em identificar os jovens como os culpados pela violência. O tráfico de drogas, de acordo com os relatos, é descrito como organizado quando no modo de atacado, quando se refere a distribuição externa de drogas para as “bocas de fumo da região”, enquanto o varejo é considerado desorganizado.

Entretanto, se não é considerada a existência de crime organizado em Luziânia, foi possível identificar a existência de grupos de extermínio ou esquadrões da morte. A

prática também é similar ao que ocorria em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990 apresentadas por Manso (2012), em que grupos de policiais civis ou militares formavam equipes para praticar homicídios como forma de controlar o crime:

Entrevistador: Você já presenciou algum crime violento em Luziânia?

Resposta: Eu já vi uns quatro aqui já, no Setor Fumal e no Centro da cidade acontece também. No ginásio de esporte, que é o ponto de encontro da galera. Esse do ginásio eu vi todo o processo, esse do Centro aí foi mais completo, esse eu estava na hora, o do bar eu estava passando. Esse do ginásio, estavam dois caras na cadeira assistindo o jogo e de repente desceu um carro, acho que era um gol, um gol preto, e desceu dois caras encapuzados, os dois que desceram primeiro estavam com a pistola, o que desceu primeiro estava com a pistola sacou a arma e deu o tiro nos dois rapazes que estavam sentados, aí caíram no chão, desceu mais um cara do lado que estava do motorista né, desceu mais um cara com uma escopeta e conferiu, viu se estava morto mesmo e deu mais um tiro em cada um, pra conferir, conferir se estava morto mesmo. Acredito que foi polícia que fez isso, porque bandido não usa capuz, nem pistola, usa 38, os “acertos de conta” usa 38, o cara faz questão de mostrar o rosto e estava de capuz (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Esse é apenas um dos relatos que confirmam a existência de grupos formados por policiais que visam cometer homicídios na região. Mas diferente de São Paulo, estes grupos não expressam claramente o objetivo de colocar em prática a solução da limpeza social (MANSO, 2012). Em Luziânia, as mortes provocadas por grupos de extermínio formado por policiais são sigilosas e evitam qualquer reconhecimento dos envolvidos. As suspeitas ficam em torno das características das execuções, como foi mencionado no relato anterior. Nesses casos, os assassinatos são planejados, e os agressores são duas ou mais pessoas que se utilizam de automóveis e usam máscaras para evitar qualquer identificação. As mortes ocorrem dentro das residências das vítimas, em estabelecimentos comerciais, locais ermos ou em vias públicas, provocadas geralmente com auxílio de armas de pequeno e grosso calibre em regiões vitais das vítimas. Assim, atribuem-se algumas mortes coletivas ou chacinas às ações dos grupos de extermínio do município.

3.1.4 Mortes violentas vinculadas a desentendimentos momentâneos ou sem motivo aparente

As mortes violentas por desentendimentos momentâneos ou sem motivo aparente ocorrem em diversos locais e por diversas motivações. Muitos relatos apontaram bares, festas em áreas privadas ou públicas como os principais locais de ocorrências. As mortes normalmente não são planejadas, podem ser antecedidas por confrontos verbais, ameaças ou lutas corporais produzindo feridos e ofendidos. Estes conflitos podem ter desfechos fatais que necessariamente não apresentavam motivo anterior. Os relatos mencionados pelos interlocutores resumem os confrontos como ato de defesa da honra em que envolve masculinidade. Os sujeitos inseridos trocam ofensas antes de se agredirem e posteriormente matam seu rival.

Entrevistador: Você poderia me contar os outros dois casos que você presenciou?

Resposta: Outro caso foi de festa mesmo, foi em Luziânia, no bairro Fumal mesmo, briga de festa mesmo, aconteceu uma briga mesmo, acho que por causa de mulher, o cara foi no carro dele, começou discutir um com o outro, o cara começou a ameaçar o outro falando que ia matar, que ia matar, pegou e saiu correndo, foi na casa dele buscou a arma, chegou e sacou e matou o cara (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Muitos casos semelhantes foram mencionados pelos interlocutores, em que o agressor, não possuindo os meios para matar quem lhe ofendeu, busca arma em casa ou no carro e comete o assassinato nas imediações onde o conflito se originou. Destaca-se a participação de jovens nesse tipo de crime e a essência da virilidade masculina da violência. Este tipo de crime reafirma a hipótese de que alguns conflitos em Luziânia são solucionados através da violência física que podem provocar mortes, estando associado a um novo tipo de “*ethos* masculino guerreiro” (ELIAS, 2014) e a um ranço histórico cultural brasileiro em que há um processo competitivo, em que os participantes procuram afirmar-se uns em detrimento dos outros, um sistema de valores em que são prezadas a bravura e a ousadia (FRANCO, 1997), que serão abordados com ênfase nos próximos subcapítulos.

Em outro caso, por exemplo, dois amigos consumiam bebidas alcoólicas juntos no Jardim Marília e, por algum motivo que não foi explicado, tiveram uma desavença que os levaram a discussão e posteriormente à agressão. Durante o embate corporal um deles se utilizou de uma faca para desferir golpes no colega, que veio a falecer a metros do local de origem do conflito (Diário de campo 08/05/2017). Mesmo quando há envolvimento de mulheres, a violência deflagrada normalmente não é contra elas, pois essas assumem mais o papel de espectadoras e cúmplices nestes conflitos que de defesa

da honra do companheiro. Um exemplo para este caso ocorreu no Centro da cidade, em que um grupo de jovens do Jardim Ingá mexeu e ofendeu um casal que passava por perto. Depois de discutirem, o ofendido foi embora e voltou armado com intenção de assassinar os integrantes do grupo. Dos quatro jovens, dois morreram no local e mais um ficou ferido (Relato informal anotado em diário de Campo 20/07/2016).

Esse é um procedimento comum deste tipo de homicídio que está totalmente vinculado a uma cultura e a história violenta e masculina do Brasil. O que o diferencia de outras mortes violentas são apenas as motivações momentâneas, que podem ser um esbarrão, um “olhar atravessado” ou desentendimento. As armas de fogo e as armas brancas são os meios mais utilizados para a execução dos adversários. Esses crimes também podem evoluir para disputas contínuas até tornarem-se um “acerto de contas” ou uma vingança.

3.1.5 Vingança

Muitos relatos mencionaram a vingança como um dos principais motivos das mortes violentas em Luziânia. As motivações são diversas, podendo ser associadas aos bens materiais, relações afetivas ou por motivos considerados triviais. Assim como em outros crimes, a arma de fogo é o principal meio empregado para a execução dos indivíduos, o que destaca a facilidade ao acesso a armas de baixo calibre no município, como demonstrado nos relatos a seguir:

Entrevistador: Quais as causas que você atribui para violência em Luziânia?

Resposta: Mais por guerra de gangue, vingança de família (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Entrevistador: Como acontecem essas vinganças?

Resposta: Mas entre de família mesmo, uma família, uma pessoa mata um familiar, esse familiar quer vingar o outro, um irmão que vingar do cara que matou o irmão dele e começa a onda de vingança. Essas mortes acontecem na rua, em festas durante a noite. Vira aquela bola de neve (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Entrevistador: Você poderia me dar um exemplo de algum caso que você conheça?

Resposta: Precisa citar nome? (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Entrevistador: Não!

Resposta: Hum, aconteceu há um tempo, tem uns quatro meses eu acho, pra baixo um pouco aqui do Fumal. O rapaz foi na boca de fumo comprar a droga lá e gerou uma discussão, não sei por que, mas gerou uma discussão entre o consumidor e o cara, o rapaz que foi comprar e o vendedor. Ele foi embora sem comprar e o pai dele voltou para reclamar, começaram a brigar entre o pai de um e o pai de outro, acabou que um arrancou a arma e matou o pai do moleque (**do consumidor**). Matou o pai do moleque e foi embora. Os filhos do cara que morreu (**do consumidor**) foram vingar a morte do pai deles, voltaram lá na casa do cara para atirar lá, acertar os pontos lá, só que ele não estava. Ai esse moleque (**filho do traficante**) ficou sabendo que o cara foi lá, que os meninos foi lá para vingar, ai ele voltou e matou mais um filho (**do consumidor**). Ai sobrou mais três filhos do cara (**do consumidor**), aí voltaram para achar ele, o rapaz que tinha matado o irmão, e ele não estava, estava na casa dos familiares dele, que mora mais em cima, mas não tinha nada ver. Chegou lá, apontaram a arma na cabeça de todo mundo e queria, queria saber do rapaz que tinha acertado o irmão. Ficou atrás, ficou atrás, ameaçou a família toda, trancou a família no quarto. Eles falavam que não tinham nada a ver, que não tinham nada a ver, e no fim acabou soltando eles. Mas ai os caras acabaram matando o pai dele também (**o traficante**), morreu os dois pais, um irmão (**filho do consumidor**) e outro acabou sendo preso (**filho do traficante**). Ele está preso, mas disse quando sair vai matar todos da família (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Este é um típico caso de vingança de sangue, que é ato de vingar o parente, amigo ou cônjuge assassinado anteriormente. Nesse caso, a origem do conflito foi um desentendimento em uma venda de drogas. A descrição do relato, um pouco confusa devido ao receio do interlocutor de que os envolvidos fossem identificados, demonstra como certos conflitos podem gerar espirais de mortes e assim envolver famílias inteiras. Normalmente, os homens acabam assumindo o compromisso de vingar o parente morto, como se fosse esperado do comportamento masculino tal ação, ou seja, um *ethos* masculino em que a violência se faz presente. Ser homem é estar em uma posição privilegiada socialmente, por outro lado, este *habitus* masculino também exige deveres em que a virilidade e a honra são cobradas, sobretudo em relação a conflitos violentos (BORIS, 1996).

A vingança é um processo infinito ou interminável que quando surge em uma comunidade pode se alastrar e ganhar corpo social, ameaçando gerar uma verdadeira reação em cadeia (GIRARD, 1990. p.28). Desta forma, a vingança pode extrapolar o núcleo familiar e atingir pessoas que não tem vínculos com o conflito inicial e com os indivíduos que a iniciaram, tornando-se assim uma espiral de homicídios. Mesmo a

justiça condenando alguns dos envolvidos, o processo tende a continuar, pois como demonstra o relato, a vingança se torna um dever.

Tem outro caso também que aconteceu aqui embaixo de casa, esse foi por motivos banais mesmo, não foi por causa de drogas, foi por briga mesmo, briga de vizinhos. Aconteceu por causa de som automotivo. O cara ficava curtindo o som na casa dele, o som estava muito alto, e o vizinho do lado foi reclamar, por causa do som muito alto gerou uma discussão. Mas depois apaziguou tudo, passou um tempo e aí de novo, aconteceu de novo. Aí sempre reclamavam do som alto, até que aí começou uma briga entre eles mesmos, brigavam por causa disso aí. Aconteceu que a mãe do cara estava passando mal e o cara com o som alto, ele pegou a arma lá e entrou lá e matou o cara dentro da casa dele, matou o cara por causa do som alto! Todo mundo saiu, teve que sair da casa, e começou com troca de tiro. Essa guerra dura até hoje entre as famílias (Thiago, 27 anos, microempresário, morador do bairro Setor Fumal).

Esse segundo relato demonstra outra motivação desencadeadora do conflito que se torna um processo de vingança. Isso demonstra que não se pode associar as drogas como a grande deflagradora dos conflitos interpessoais em Luziânia. Mais uma vez, não houve uma busca por alternativas para uma resolução pacífica do conflito, ou muito menos por uma intervenção do Estado. Isso reforça a hipótese de que os conflitos em Luziânia evoluem para ações mais marcadas de violência e que tem como o desfecho a morte violenta. Dessa forma, há uma grande probabilidade de que estes conflitos fatais tornem-se processos de vingança. As vítimas da violência letal possuem relações sociais diversas sendo impossível recorrer à violência contra um indivíduo sem expor-se a represálias de outros indivíduos, seus próximos, que considerariam seu dever vingá-lo (GIRARD, 1990. p. 26). Nas sociedades modernas não há ritos sacrificiais como nas antigas etnias, que procuravam evitar os processos de vingança através do sacrifício. Para conter a vingança, de acordo com Girard, é necessária a existência de um organismo soberano e independente que substitua a parte lesada e que detenha a exclusividade da vingança (GIRARD, 1990. p.32). No caso das sociedades modernas, é necessário um sistema judiciário legítimo que desempenhe de forma de regular a vingança, ou seja, uma racionalização dos princípios da vingança, a fim de dominá-la e limitá-la.

3.2 Reciprocidade negativa e a cultura da violência viril masculina em Luziânia

Vitor foi assassinado no ano de 2014 na casa de sua tia entre as 12:00 e 13:00 horas. Foram feitos dez disparos com uma pistola e dois tiros o acertaram, sendo que os restantes distribuíram-se pela casa, um atingindo o sofá onde a sua avó estava sentada assistindo televisão. Vitor morreu no local, nos braços de seu primo Fernando, após esperar por cerca de dez horas pelo socorro. Fernando na época possuía mesma idade que Vitor, 16 anos, e viria a ser preso por homicídio alguns anos depois. A morte Vitor foi desencadeada por uma desavença enquanto brincava de pipa em um terreno baldio perto de sua casa. Ao ganhar uma disputa contra outro rapaz em um jogo em que se deve cortar a linha do outro com auxílio de cerol, Vitor começou a chacoatear o seu adversário. Ambos começaram a ofender-se mutuamente até que partiram para a agressão. A briga encerrou por intervenção de adultos que ali transitavam, mas ambos ameaçaram o outro de morte. Toda vez que os dois se encontravam agrediam-se e intensificavam as ameaças. Vitor planejava matar seu adversário, mas foi surpreendido na casa de sua avó enquanto almoçava. Seu assassino pediu para que outro jovem, conhecido do rapaz, o chamasse e assim realizou os disparos que ceifaram a sua vida (Relato informal anotado em diário de campo, 08/06/2016).

O caso da morte de Vitor é um bom exemplo da dinâmica da reciprocidade negativa entre os indivíduos em Luziânia. As motivações para a sua morte não podem ser atribuídas apenas a um fator cultural. Assim como tantos outros jovens que faleceram em Luziânia, vítimas da violência letal, Vitor era de origem humilde, morador de um dos bairros considerados mais violentos do município, não possuía perspectivas futuras, tinha parado de estudar na sexta série do ensino fundamental e apresentava uma fragilidade em sua estrutura familiar. Em uma visita anterior ao município, antes de Vitor falecer, o pesquisador teve a oportunidade de conversar com a vítima que me relatou que já estava envolvido com o tráfico de drogas e a prostituição.

Segundo Vitor, o dinheiro que arrecadava não servia para manter suas necessidades básicas ou mesmo da sua família, mas para desfrutar de outras coisas que desejava e assim estabelecer um *status* social. A sua clientela da prostituição, como mesmo afirmou, eram mulheres mais velhas que vinham do DF em busca de relação sexual com jovens. A vida do crime era mais um mercado concorrencial para ele, sendo que os empregos que lhe eram ofertados eram exaustantes, braçais e pagavam pouco. Por seu desejo de ascensão social e por influência de amigos, além da prostituição, o mercado das drogas também se tornou atrativo e fez Vitor ingressar na vida do tráfico.

Entretanto, por mais que tivesse uma vida de crimes e, por conta disto muitos parentes aguardassem sua morte, Vitor foi assassinado em um conflito que não está relacionado com sua carreira delincente. Seu assassinato foi provocado por um desentendimento em uma brincadeira considerada inofensiva muito praticada nas periferias brasileiras, o jogo de soltar pipa. A competição consta de regras estabelecidas,

que podem ser diferentes dependendo da região, mas que basicamente se trata de cortar a linha da pipa adversária no céu com auxílio de cerol. O jogo possui normas como qualquer outro e fugir à regra pode gerar conflitos, pois há diversos contratos sociais pré-estabelecidos (BECKER, 2014). Essas normas e regras não estão ligadas à esfera do Estado ou jurídica, elas fazem parte de todo um complexo social e são definidas a partir de moralidades de grupos sociais. No caso de Vitor, além das chacotas que incentivaram o seu adversário a quebrar as regras do jogo, há uma regra social oculta nas sutilezas das interações sociais que determinam que os conflitos entre homens devam ser solucionados através da violência física. Esse é apenas um exemplo genérico, pois em outras interações sociais, envolvendo jogos ou não, quando conflitos surgem, as ações aparentam sempre evoluir para uma forma mais violenta e hostil. Esta seria a essência do que aqui é nomeado de reciprocidade negativa.

O jovem que matou Vitor, segundo o relato dos familiares, está internado no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Luziânia, e alguns acreditam que provavelmente algum familiar ou amigo vá vingar a morte de Vitor. Alguns consideram que o crime é imperdoável e esperam o fim da medida socioeducativa liberar o jovem para realizar a vingança. Assim, os crimes de homicídios em Luziânia podem ser considerados uma tragédia anunciada e novas notícias sobre vinganças similares, como também mais mortes violentas envolvendo jovens, surjam nos próximos anos.

A ideia de reciprocidade pode ser resumida nas relações mútuas que contribuem para a conservação das normas sociais e que buscam uma convivência saudável. É a ação de retribuição positiva que permeia as interações entre sujeitos nas trocas, no “dar e receber”. A reciprocidade negativa seria o oposto, pois nela é esperado que as interações sejam marcadas pela hostilidade entre os indivíduos, todavia, não deixa de ser norma social, pois também é orientadora das ações dos indivíduos, um código comum de conduta. Nesse sentido, a reciprocidade negativa possui características tradicionais de combate singular como meio de resolver disputas em que o uso da violência se constitui enquanto regra.

A reciprocidade negativa tem origens em gerações passadas e está relacionada principalmente ao *status* histórico social da masculinidade, ou melhor, da virilidade. De acordo com um estudo feito por Dejours (2000), a virilidade é medida pela capacidade de infligir violência a outrem, especialmente àqueles que se tem domínio. Um homem

viril é aquele que não hesita em desferir sofrimento ou dor a outro, e que procura demonstrar domínio e poder se utilizando, em alguns casos, da força. A virilidade é diferente da masculinidade, sendo a primeira um valor, uma atitude, um comportamento, uma conotação sexual, um atributo da identidade sexual masculina e uma expressão da capacidade de poder. As suas formas de expressão e ações estão associadas à agressividade, hostilidade e violência e os homens que deixam de praticá-las correm o risco de serem considerados por outros homens como um ser inferior, alguém que não pertence à comunidade dos homens.

(...) a falta de virilidade está de tal modo arraigada em nossa cultura, que homem e mulheres, em sua maioria, estabelecem uma associação entre identidade sexual masculina, poder de sedução e capacidade de se valer da força, da agressividade, da violência ou da dominação (DEJOURS, 2000. p.86).

Os estereótipos aos quais os homens podem estar submetidos por não exercerem a virilidade vão desde a covardia, “frouxidão”, “frescura” e “viadagem”. Assim, há a produção de um medo e de defesas para não serem estereotipados e reconhecidos por outros homens como seres desprezíveis. A virilidade sustenta a luta contra as manifestações do medo prometendo prestígio e sedução a quem enfrenta a adversidade e a ameaça; de modo contrário, aqueles que fogem, estão sujeitos a perder sua identidade sexual de macho (DEJOURS, 2000. p.100). O relato a seguir, assim como a história do homicídio de Vitor, é um exemplo de como a virilidade direciona comportamentos violentos:

Estava acompanhando uma classe de Jiu-Jitsu em uma Organização não Governamental (ONG) que busca através das artes maciais reduzir a letalidade violenta entre jovens. Durante os exercícios escutei dois meninos de 14 anos conversando sobre uma possível briga que iam ter com outro da mesma idade na escola. O motivo da briga era uma possível calúnia que um dos meninos havia sofrido. Questionei um dos meninos e perguntei se haviam procurado conversar antes de pensar em agredir fisicamente o outro jovem. A resposta que obtive foi que ali, em Luziânia, as coisas eram resolvidas deste jeito, que do contrário, eles seriam considerados menos homens: “Aqui é assim, nós resolvemos é na porrada, senão vão pensar que você é bicha” (Diário de Campo, 03/05/2017).

Esta narrativa reproduz o comportamento viril que está associado à coragem e a ação de infligir violência ao outro, em alguns casos, da forma mais cruel possível. Para esses jovens, não agir desta forma significa o mesmo que perder a virilidade ou o seu *status* masculino, uma “castração simbólica” (DEJOURS, 2000. p.87). A virilidade, além de evidenciar uma conduta, demonstra que há uma necessidade de validação,

reconhecimento e ocasiões que permitam exibir a coragem viril, como contar para alguém à ação que vai desempenhar, ameaçar publicamente e resolver o conflito em um local onde a comunidade viril possa assistir ao confronto, no caso dos jovens do relato anterior, a escola.

Em contrapartida, uma virilidade escassa, além de levar ao desprezo e estereótipos pejorativos por outros homens, também é justificativa para a deflagração de preconceitos homofóbicos. Não ser viril é um quase uma condição *sine qua non* para fragilidade e vulnerabilidade, características histórica e socialmente atribuídas à condição de ser mulher. A dominação pode se exercer sobre as mulheres, consideradas o “sexo frágil”, mas também sobre os homens que carecem de virilidade, sendo que, sob esse prisma, o homem que não consegue controlar seus medos é considerado pertencente à classe feminina.

De acordo com Moraes (2001), no decorrer da história, as mulheres aparecem como seres incompletos e imperfeitos, cujas anatomias revelariam uma realização inacabada da natureza. As mulheres seriam seres inacabados, carregados de características negativas, desprovidas de alguma capacidade ou órgão indispensável na própria qualificação do humano, um acidente natural, o desvio da natureza, a monstruosidade, o homem incompleto. A autora demonstra que esta concepção vem de autores clássicos que viam no homem a perfeição e na mulher a falha, pois a natureza não tende jamais a engendrar a fêmea. Nessa visão, a anatomia da mulher é uma realização inacabada, imperfeita, porém necessária.

Mesmo com o passar de séculos, a mulher ainda é vista como ser inferior, para o universo masculino, visto que ser qualificado como mulher é algo pejorativo. Elas estão isentas da castração social e devem estar dissociadas de qualquer indício de virilidade, assim como podem recusar o uso da violência, pois não serão taxadas como covardes; todavia, a sua condição sugere aceitar a dominação ou mesmo a violência. Assim como a virilidade, a condição da mulher também é uma construção social que produz dois antagonismos, em que um sobrepuja o outro e que na atualidade vai deflagrar diversos conflitos. Isso fica explícito quando mulheres são vítimas de homicídios, principalmente quando a causa está associada às relações afetivas. A virilidade também exige a defesa da honra masculina e serve como justificativa para as mortes violentas de mulheres.

Assim, “*a fragilidade do sexo frágil não é não poder suportar o sofrimento, mas não poder infringi-lo a outrem*” (DEJOURS, 2000. p.132).

Em Luziânia, os valores que são exaltados, sobretudo entre os sujeitos que estão em conflitos, são os comportamentos viris masculinos da coragem de matar pela honra, de arriscar a vida em um conflito violento. A virilidade invariavelmente é convocada para fazer frente ao medo de não ser mais considerado homem e comparado a uma mulher. A violência na sociedade brasileira habilitou o homem que era fisicamente mais forte ou mais capaz no uso dos meios de violência a impor sua vontade ao menos forte. O combate físico, como demonstra Franco (1997) é, ou era, integrante do estabelecimento da posição de um homem, mesmo que isso significasse matar seu adversário.

Em sociedades guerreiras, para estabelecer suas posições masculinas, os homens necessitavam provar o seu valor através dos combates físicos, que em alguns casos eram letais (ELIAS, 2014. p.58). O duelo³⁸ vem do uso da violência como regra para a resolução desses conflitos, surge de uma prática remota, em que os guerreiros da própria nobreza ou submissos à vontade dela resolviam suas pendências através da força física – no que toca a honra pessoal (ELIAS, 2014). No Brasil pós-colonial, Franco (1997) demonstra que esses duelos ou disputas eram encarados como um assunto privado, cabendo aos adversários decidi-los. A violência é concebida como algo “normal”, e todos que viviam nessa sociedade possuíam situações análogas e não hesitavam em cria-las ou sofre-las (op. cit. p.56).

Os conflitos não podem ser considerados atos irracionais motivados pela ira e comoção momentânea, é necessário reconhecer que há um código de honra e moral, e a existência de um contexto histórico e social que conduz e direciona as ações ao embate

³⁸Elias (2014) percebeu que o código guerreiro, na Alemanha, se manteve entre as gerações, mas traduzido em duelos, que era um meio de resolver conflitos entre pessoas do mesmo nível nas classes altas. Sendo legalmente proibido, representa a onipresente possibilidade de combate singular, um tipo socialmente estratégico de comportamento que estava generalizado nas sociedades menos pacificadas de pregressas épocas, e agora, circunscrito por um ritual formalizado que ainda permanecia vivo em sociedades mais adiantadas e mais fortemente pacificadas. Através do duelo, os indivíduos submetiam-se à coerção de uma norma especial que fazia uso formalizado da violência, possivelmente com consequências letais. Em alternativa, a briga seria a forma de lidar com os conflitos pessoais entre as classes “inferiores”, sendo esperado que o conflito tenda a evoluir para formas mais acentuadas de violência, onde a plena força das paixões entra em cena – ira, raiva e ódio.

físico. Pode-se até considerar que o jogo³⁹ de empinar pipa é uma forma de duelo ou disputa entre seus praticantes e nela estão em jogo prestígio, honra e satisfação. Entretanto, formas alternativas, mais pacíficas, de competição e estratégia social, especialmente a arte do debate verbal através da argumentação e persuasão, são consideradas, portanto, de menor valor ou virtualmente desprezíveis (ELIAS, 2014. p. 70).

A diferença entre a espécie de ato de violência minuciosamente formalizado num duelo e a briga comparativamente informal entre pessoas dos estratos mais simples, fica a cargo da extensão do gradiente formalidade-informalidade que essa diferença demonstra. Os indivíduos se encontram divididos entre essas áreas que podem servir como critério da distância social entre os respectivos estratos, uma relação entre estabelecidos e outsiders (ELIAS, 2000). Nessa configuração, o duelo é um modelo de violência formal que promove a integração de grupos considerados superiores, enquanto membros dos grupos decadentes se utilizam das brigas, modelo informal de resolução de conflitos. Em tal situação, é quase impossível para os membros das classes abastadas recorrer a outro código que os habilite a regular suas vidas de um modo que considerem igualmente significativos e valiosos (ELIAS, 2014. p.77).

A violência que ocorre em Luziânia não é semelhante ao duelo observado por Elias entre os nobres alemães e tão pouco com as brigas das classes intitulada pelo autor como inferiores. Está mais próxima de uma junção entre as duas formas, não há uma formalização dos conflitos que também não são apenas motivados pelas forças das paixões. O ponto observado por Elias (2014) que mais se aproxima do fenômeno letal no município é a convivência constante com a violência como potencializadora de conflitos. Para o autor, em sociedades onde a guerra era praticada constantemente, em que os choques violentos faziam parte da vida cotidiana, não raro havia uma transição para a batalha. Em contrapartida, nas sociedades-Estados industriais, em que a violência física é mais inibida, esta transição precisa de incentivos.

Sob esta ótica, o Brasil, além de não ter consolidado sua democracia, também não pode ser considerado um Estado Industrial. No país, em determinados territórios nacionais, mesmo que não haja guerra, a violência física e letal está vinculada ao

³⁹Elias (2014) percebeu que o esporte viria a substituir as lutas e embates de uma sociedade guerreira.

cotidiano das pessoas. No caso de Luziânia, foi possível observar tal fenômeno em bairros específicos, como foi demonstrado anteriormente no capítulo II. Nesses locais, jovens e adultos convivem constantemente com a violência de diversas naturezas, conseqüentemente, isso permite que seus moradores, principalmente os jovens, realizem a transição para a batalha.

Há um ideário de masculinidade viril historicamente construído que determina que a força física seja a forma de reação para a resolução de conflitos, também ligado a uma tradição histórica e social vinculada a uma descolonização e abolição tardias. Ao que tudo indica, os modelos viris de comportamento existem na sociedade brasileira desde sua constituição, e tornaram-se um padrão tradicional de comportamento que perduram até os dias atuais. A ausência de organismos soberanos e de um sistema judiciário legítimo contribui para formas privadas de resolução de conflitos. A função de monopólio da força no país se deu de um modo peculiar, permitindo que uso violência, justiça e a punição, em um primeiro momento, fossem executadas por indivíduos que possuíam privilégios, como coronéis e fazendeiros, e posteriormente, pelo Estado e seus agentes como forma de controle social.

3.3 Para além de uma questão cultural; os ranços coloniais, a formação do Estado brasileiro e a consolidação do negro como principal sujeito criminal

Para compreender o processo de violência no Brasil, não se pode analisar o fenômeno apenas através das questões culturais e socioestruturais. A partir dos estudos de Franco (1997) e Fernandes (2006) observa-se que ponto de partida para compreensão do fenômeno da violência no país possui relação com a colonização, escravidão, abolição e a formação do próprio Estado Nacional. Nessas progressas épocas, a violência era constitutiva das relações sociais e comunitárias (FRANCO, 1997), em que a violência entre os sujeitos, principalmente homens, eram processos de auto-afirmação que se repetiam com regularidade nas relações de vizinhança e cooperação, atravessando toda a organização social.

O processo de ocupação do território brasileiro, segundo a autora, deu-se em grandes extensões de propriedades ocupadas pela agricultura mercantil que era realizada

por escravos e alguns homens livres (tropeiros, caipiras, capangas), o que possibilitou a existência de homens destituídos da propriedade e dos meios de produção. As pressões econômicas, que com o tempo se tornavam grandes mercados fez com que nem os homens livres e escravos fossem inseridos na nova configuração econômica capitalista, produzindo assim uma “ralé” (Op. cit. p.14). A consequência do processo de não integração de homens livres e escravos em uma nova economia de mercado produziu uma quantidade de homens que não conseguiam encontrar possibilidades monetárias para prover-se, o que permitiu a competição por ganhos por meios violentos.

Após a abolição da escravidão, o negro passou por um difícil processo de adaptação à sociedade como um cidadão, e não mais como um escravo. De acordo com a análise de Florestan (2006), é possível perceber que a integração do negro no mercado de trabalho livre foi maximizada junto ao projeto nacional desenvolvimentista. Segundo o autor, é possível observar uma heteronomia do negro em relação ao branco, mesmo após a abolição, o racismo persistiu na organização das relações sociais dos indivíduos, sendo que a cor da pele era fator determinante para a aquisição de um emprego, para o relacionamento social entre os indivíduos e determinava a maneira como o sujeito iria ser tratado. A integração do negro na sociedade brasileira foi pensada pela elite branca dirigente como uma integração gradativa, segundo Florestan, isso fez com que o negro mesmo em sua condição de liberto não fosse tratado como um cidadão com direitos, e consequentemente impedindo a existência de uma democracia racial.

Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da ‘população de cor’, fecharam-se as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica desse padrão histórico de justiça social. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna. (FERNANDES, 2006)

Isto posto, em vez de uma igualdade entre negros e brancos, era a própria sociedade racista quem reprimia as manifestações autênticas do povo negro, seja dificultando um acesso igual ao mercado de trabalho, seja impedindo ou marginalizando as próprias manifestações culturais, ou até mesmo exterminando-os. Esta proscrição ao povo negro fez com que sua inserção no mercado de trabalho tendesse ao acesso aos piores empregos, com os piores salários. Esses fatores em conjunto com a marginalização do negro fez com que este permanecesse em uma condição subalterna

(FERNANDES, 2006). Desse ângulo, é possível constatar que os negros foram obrigados a instalar-se – a fixar residência – nas áreas periféricas das cidades, áreas que são as mais marginalizadas e mais afetadas pela violência, principalmente a violência policial, a qual contribuiu fortemente com o genocídio do povo negro. Assim, a situação marginal que negros e os homens livres pobres enfrentaram durante toda a história brasileira fez com que estes ficassem sujeitos aos conflitos letais, fenômeno que permanece até os dias atuais.

No Brasil, nota-se que o recurso à violência aparece institucionalizado, com padrão de comportamento (FRANCO, 1997 p.39), porém, a violência está relacionada a um sistema de valores centrados na coragem pessoal e a uma estrutura de dominação tradicional que definia papéis de autoridades, hierarquias e distâncias sociais. A violência tradicional associada a um conjunto de valores como a bravura, valentia, ousadia, orientavam as ações dos sujeitos, o que tornava a violência legítima e imperativa. De acordo com Franco (1997), a violência era concebida como normal, uma disputa encarada como um assunto privado, sendo a violência física um meio de regulação normativa das relações sociais em que as pessoas agiam de forma semi-automática em função das normas socialmente estabelecidas (Op. cit. p.58). Para a autora, não havia a presença de um código de justiça que coibisse tal práticas, consequência de um sistema de dominação de fazendeiros e coronéis sobre homens livres, ex-escravos e escravos. A dominação são laços de dependência que levaram o homem pobre a se incorporar a grupos rurais autossuficientes, colocando-os em uma situação de subalternidade e deveres com o “senhor de terras”. Para os homens livres, havia ausência de privilégios jurídicos estabelecidos, a justiça e as funções policiais na época, estavam sobre a tutela de fazendeiros, se configurando no âmbito privado, fazendo dos senhores de terras, os legítimos executores da justiça.

Com o fim da escravidão e o surgimento de uma ordem competitiva na sociedade – uma ordem capitalista, liberal – há uma mudança, nos costumes, na economia da sociedade para um novo modelo concorrencial que permite a ascensão social de negros e homens livres. No caso dos escravos, em específico, Florestan Fernandes (2006), notou que o negro se mantém marginalizado permanecendo de certa forma ainda nas sociedades tradicionais como as de casta ou a estamental. O negro estaria em desvantagem no acesso a oportunidades em relação ao branco imigrante, e não conseguindo se inserir de igual forma nessa nova ordem competitiva. Além disso, o

negro ainda viria a sofrer com a construção do mito da igualdade racial freyriana que está baseada em conceitos culturais pós-abolicionistas e que acaba fundamentando a construção de uma discriminação institucional.

Mesmo após a Abolição os negros não foram integrados à sociedade em um nível de igualdade, e como se pôde constatar, isso trouxe diversos problemas de sociabilidade na sociedade brasileira. Mesmo que haja uma diferença entre negros e homens livres, as pesquisas recentes mostram que a violência tende a atingir esses grupos historicamente subalternizados. Isso fica mais claro quando se observa a violência institucionalizada aplicada por órgãos representantes do Estado.

Em 2010, por exemplo, foram contabilizados 192.804 casos de homicídios no Brasil. Números superiores à somatória de homicídios ocorridos em países que estiveram em conflito armado, como Israel/Territórios Palestinos, Iraque, Afeganistão, Colômbia, Paquistão, Índia, Somália e Sudão, que entre 2004 a 2007 somavam 157.332 (WAISELFISZ, 2012). Segundo dados das pesquisas feitas pelo “Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil”, no período de 2002 a 2008, do total da população, o número de vítimas de homicídios de cor ou raça branca diminuiu em 22,3%. Entre os negros (pretos e pardos), o percentual de vítimas de homicídio aumentou em 20,2% no mesmo período. Em 2002, foram vítimas de homicídios, proporcionalmente, 45,6% mais negros do que brancos. Em 2005, pelo mesmo motivo, morreram 80,7% mais negros que brancos e, em 2008, morreram 111,2% mais negros que brancos.

Um recente estudo do GEVAC, “Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante”, demonstrou que há mecanismos de produção de desigualdade racial na atividade policial em São Paulo (SINHORETTO, 2014). O estudo faz uma análise sobre segurança pública e relações raciais através de dados quantitativos sobre a letalidade e prisões em flagrante. O trabalho aponta que entre “os anos de 2009 e 2011 de todos os casos coletados o perfil das vítimas são predominantemente negras (61%), homens (97%) entre 15 e 29 anos de idade” (op. cit. p.9). Ao realizar o cruzamento das variáveis cor/raça (conforme registro no BO) e idade, é possível perceber que a maioria das vítimas é formada por jovens negros. As vítimas negras são maioria inclusive nos casos onde não foi informada a idade, sendo que no ano de 2011, ao calcularmos as taxas de mortos por 100 mil habitantes, é possível observar que negros são

mortos três vezes mais do que brancos. Além dos dados de vitimização por violência letal, os dados sobre encarceramento apontam “que há maior vigilância policial sobre a população negra, e que se reflete na concentração do número de prisões em flagrante sobre este grupo” (SINHORETTO, 2014. p. 24). O artigo demonstra que negros são flagrados com mais frequência e mais visados pela ação policial conforme o trecho apresentado a seguir:

Estes dados expressam que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, ao passo que os brancos, menos visados pela vigilância policial, gozam de menor visibilidade diante da polícia, sendo surpreendidos com menor frequência em sua prática delitiva. É possível também que as atividades criminais mais frequentemente cometidas por negros sejam mais vigiadas, ao passo que atividades criminais mais comuns entre brancos despertem menor atenção da polícia. (op. cit. p.28).

Logo, esses dois personagens marginalizados históricos brasileiros vão constituir preferencialmente o que Misse (2014) classifica como sujeito criminal. Na construção do sujeito criminal, o autor aponta que o nível hierárquico e as construções sociais são inerentes ao negro e ao imigrante. Elas vão cedendo lugar aos poucos, lentamente, e sempre de forma contraditória aos valores individuais morais, igualitários e modernos, processo que ainda não foi concluído e que fez com que a sujeição criminal se constituísse no Brasil em tipos criminais. Assim há uma construção de dois sujeitos sociais, um que é o sujeito mal, que não possui direitos, e o homem de bem, o trabalhador, que possui direitos como exemplificado no trecho a seguir.

Esse processo fez com que a sujeição criminal se constituísse no Brasil em “tipos sociais”, que se metamorfosearam seguindo a mesma direção do processo desnormalizador nas áreas urbanas. No Rio de Janeiro, a capital do país durante o período constitutivo da sociedade nacional (1763-1990), esses tipos sociais (por exemplo, o “malandro, o “marginal”, o “vagabundo”) se tornarão sucessivamente um “modelo” negativo, em oposição ao qual são apresentados os valores positivos do caráter ideal do cidadão, daquilo do topo-limite oposto às pessoas de bem, A sujeição criminal é constitutiva do tipo-limite oposto às pessoas de bem, os “do mal”, aqueles que viverão na “sociabilidade violenta”. (op. cit. p. 207. APUD Machado da Silva, 2008).

Segundo Misse, a sujeição criminal é constituída de uma “regra de experiência” de sujeitos ou grupos que “podem nos fazer mal”. O autor diz que a sujeição criminal é semelhante a diversas categorias como preconceito, estereótipo, que identificam um sujeito ou um grupo, são categorias de acusação social que classificam indivíduos ou grupos moralmente e cognitivamente através de quem qualifica e de quem é qualificado. Já o rótulo e o estigma marcam indivíduos ou grupos negativamente para a perspectiva igualitária baseada em um sistema de crenças.

Misse aponta que o processo de incriminação moderno transferiu para o Estado o controle desses indivíduos que possam ser perigosos através do sistema prisional, processos criminais, visibilidade pública desses indivíduos ou grupos e pela demanda moral de se “fazer justiça”. O autor aponta que “a sujeição criminal é um processo alimentador da resolução violenta de conflitos, um fator importante da acumulação social da violência. É um conceito que não pode ser separado, analiticamente, do conjunto do processo de criminalização em uma determinada sociedade” (MISSE, 2014, p. 210). Assim o conceito de sujeição criminal pode nos levar ao entendimento das altas taxas de violência no Brasil e seu significativo recorte racial.

Dessa maneira, os dados apresentados demonstra que na sociedade brasileira os negros estão mais sujeitos a sofrer com as mazelas sociais e podem ser considerados os principais “sujeitos criminais” (MISSE, 2014). A hierarquia entre “raças” – partindo do entendimento de que devemos buscar compreender a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2004, p.3) – demonstrada ao longo do texto apontam que o nível hierárquico e as construções sociais de sujeição da violência são inerentes ao negro. Mesmo após a Abolição da Escravatura, devido as grandes dificuldades enfrentadas pelos negros, a maior parte deles teve que instalar-se nas áreas periféricas, áreas estas que hoje sofrem de uma violência extrema. Ora, com isso é possível constatar que os homicídios no Brasil possuem, sim, uma cor, onde há uma parcela da população que é alvo deste crime.

Embora a demanda da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude tenha sido a Campanha contra o Genocídio da Juventude Negra e apesar de todos os esforços dos Movimentos Negros, Movimentos de Juventudes, Fórum Nacional de Juventude Negra, entre outras entidades ainda não foi possível acabar ou reduzir consideravelmente os números de jovens negros mortos no país.

Neste capítulo, foram apresentadas as dinâmicas da violência letal e os principais tipos de mortes violentas que ocorrem em Luziânia. Para uma melhor compreensão, as mortes foram categorizadas, a partir dos dados coletados, em quatro tipos comuns; os acertados de contas, linchamentos, mortes violentas sem motivos aparentes e a vingança. Notou-se que a arma de fogo é o principal instrumento utilizado nos assassinatos para todas as categorias mobilizadas. As mortes violentas têm características de execuções planejadas, ocorrem preferencialmente em vias públicas e nas residências das vítimas, sobretudo no caso de crimes violentos contra mulheres. Outro dado relevante é a baixa taxa de antecedentes criminais das vítimas, o que contradiz a crença compartilhada pelo senso comum e pelas instituições de segurança de que as maiorias das mortes violentas estão relacionadas ao universo criminal, sobretudo, ao tráfico de drogas. Por outro lado, a baixa taxa de flagrantes demonstra que a polícia não possui ações efetivas, preparo e inteligência para lidar com crime na região e assim, preservar a vida.

Nesta seção, também foi possível constatar que ainda é tímida a intervenção por parte do Estado nas resoluções dos conflitos violentos. Em Luziânia, as formas de violência tendem a se acentuar para formas letais, o que ficou claro ao observar as motivações para alguns casos de homicídios. Esse comportamento está associado a uma construção sociocultural e histórica da virilidade em que homens valorizam a violência física em detrimento de outras formas de resolução de conflitos. Esse hábito está relacionado à códigos ou condutas padronizados que direciona a violência entre homens que não hesitam em desferir sofrimento a outros. Essas condutas se transformam em duelos ou disputas são nomeadas neste trabalho de reciprocidade negativa, que são as formas de interação marcadas pela violência e a hostilidade.

Neste capítulo, também observou-se que a violência letal incide com maior ênfase sobre uma população específica, concentrada nas grandes periferias brasileiras, onde o recorte de raça, classe e gênero define qual o tipo de indivíduo está sujeito a ser vítima da violência letal. Os dados demonstram que as populações negras e pobres estão mais expostas, seja através de homicídios e latrocínios ou do uso abusivo da violência do Estado por meio da violência policial. A literatura mobilizada aponta que há um processo historicamente construído de que no Brasil há um racismo velado, que é reproduzido tanto pelos indivíduos quanto pelas instituições estatais. Os negros e homens pobres são construídos como sujeitos indesejáveis, frutos de um contexto

histórico, onde suas vidas demonstram-se hierarquicamente reduzidas ou desvalorizadas perante outras “raças”.

Capítulo 4 – As organizações policiais e o uso das mídias digitais na administração dos conflitos violentos

O crescimento do fenômeno da violência letal produziu mudanças na forma de atuação dos agentes de segurança pública em Luziânia. Na última década, o aumento do aparato de segurança pública é notório, devido às políticas de segurança pública que visam dar resposta à percepção de aumento da violência na região. Essa sensação de crescimento da violência está relacionada, segundo os interlocutores, ao aumento do tráfico de drogas; do número de guerras travadas entre traficantes (como aquelas entre o Morro da Farinha e a Chapada, citadas nos capítulos anteriores) e do número de crimes violentos com requintes de crueldade⁴⁰.

Devido ao aumento da taxa de crimes violentos em Luziânia, no ano de 2010 e nos posteriores, a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Grupo de Patrulhamento Tático (GPT) e as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM) foram mobilizados pelo poder público para controlar o crime na região. Comparado ao policiamento convencional, os equipamentos utilizados por esses grupos assemelham-se aos das Forças Armadas. As viaturas são caminhonetes pretas ou camufladas e as vestimentas dos agentes seguem o mesmo padrão de coloração dos veículos. A imagem vinculada à narrativa do crime em Luziânia é de um cenário de guerra, de corpos estirados nas ruas, policiais portando armamento pesado e territórios controlados por gangues e traficantes.

Portanto, neste capítulo serão apresentadas as instituições de segurança pública que lidam com a violência letal no município, as dificuldades que estas enfrentam e as representações dos agentes sobre o fenômeno da violência letal que se tornam orientadoras de condutas e políticas públicas. Foram analisados relatos de funcionários

⁴⁰ Um exemplo de um caso o famoso é o do Maníaco de Luziânia, responsável pelo assassinato e desaparecimento de seis jovens entre 14 e 16 anos em 2010, ganhou as páginas dos jornais de todo o país e rendeu matérias que colocaram a violência de Luziânia em evidência; além desse caso, outro crime, não tão divulgado nas mídias, mas bastante citado por interlocutores, fez com que Luziânia fosse reconhecida em todo entorno como o local onde crueldades ocorrem. Trata-se de um criminoso que executava as suas vítimas e desmembrava seus corpos distribuindo as partes por todo o município. Para mais informações sobre o caso do Maníaco de Luziânia, acessar: <http://noticias.r7.com/cidades/noticias/maniaco-de-luziania-e-encontrado-morto-na-prisao-20100418.html> ou <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1572994-5598,00-MANIACO+DE+LUZIANIA+E+ENCONTRADO+MORTO+EM+CELA.html>. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/juiz-que-liberou-maniaco-de-luziania-diz-que-nao-mudaria-decisao.html> [Descarregado no dia 06/02/2018].

públicos como policiais civis e militares, assistentes sociais e juízes. Os relatos apontam uma grande precariedade destas instituições que ocasionam falhas em seu sistema de funcionamento e, conseqüentemente, no trabalho de redução do crime violento. Observa-se que as conseqüências dessa má gestão produzem um cenário de descaso e completo abandono das vítimas e seus familiares, o que contribui para a manutenção da violência letal no município. Em contrapartida, além dos esforços dos poucos funcionários das instituições públicas que precisam trabalhar em uma situação precária para prever, evitar e reduzir o crime violento na região, há organizações não governamentais, projetos comunitários e associações de bairro que produzem ações que visam o bem comum e também merecem destaque.

4.1 As instituições de segurança pública de Luziânia

Em comparação com outros municípios do entorno, Luziânia conta com a maior infraestrutura de segurança, de equipamentos públicos e unidades de prestação de serviços sociais públicos básicos. O município possui cinco comandos regionais da Polícia Militar, um batalhão da Polícia Militar, duas companhias independentes da Polícia Militar e um Batalhão de Bombeiros Militar (COSTA, 2015; UNODC, 2011; PORTO; MACHADO, 2015, 2016); além de possuir delegacias distritais, regionais e especializadas da Polícia Civil e outras delegacias específicas como a Delegacia de Atendimento as Mulheres (DEAM) e a Delegacia da Criança e o Adolescente (DCA). Muito embora haja diversas delegacias em Luziânia, nem todas estão em pleno funcionamento, pois a falta de efetivo e a precariedade em que essas instituições se encontram dificultam o trabalho dos agentes e o atendimento ao público.

Identificou-se que além das bases das polícias militares e civis, houve a mobilização de outras polícias para o município de Luziânia, entre elas a FNSP, o BOPE, a GPT e a ROTAM. Este fato ocorre devido ao aumento da violência na AMB que chegou a níveis alarmantes, bem como às dificuldades que a PC encontra para lidar com os crimes violentos. Em 2012, por exemplo, a própria PC montou um outdoor na entrada do Município de Valparaíso de Goiás (ver figura 12) para evidenciar os problemas da corporação e do sistema de justiça.

Teve uma época no Valparaíso que colocaram uma placa bem grande: você está entrando na cidade mais violenta do país! Você chegou a ver isso? Foi bem na época do pedreiro também, Luziânia a cidade mais perigosa do país, vizinha de Valparaíso, as duas cidades mais perigosas, Luziânia era primeira e Valparaíso era segunda. Eu acredito que fez a gente se sentir excluído, aquilo que eles colocaram mais de 20 metros, uma faixa enorme. Todo mundo que vinha de Brasília via. A gente não sabe nem quem foi que fez, eu sei que depois de um tempo, que essa placa ficou seis meses lá, aí a justiça mandou retirar. A justiça foi lá e mandou retirar a faixa porque falou que era um preconceito contra cidade do entorno (Alessandra, 49 anos, professora, moradora do Jardim Ingá).

Figura 12: Placa em Valparaíso do Goiás evidenciando a violência no Entorno



Fonte: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/forca-nacional-cumpre-cerca-de-mil-mandados-de-prisao-no-entorno-do-df.html>

Nos anos decorrentes foi notório o aumento com gastos em segurança pública no DF e Goiás (UNODC, 2011), porém ainda insuficientes para lidar com a demanda dos crimes violentos na região. Um exemplo é a discrepância entre a média de policiais por habitantes em Brasília e do Goiás. De acordo com um dos delegados da PC, a instabilidade em que a corporação se encontra é devido à falta de recursos financeiros para contratação de efetivo para instituição. A equiparação salarial também é um problema, em vista de que a Capital Federal é o local de melhor remuneração, sendo que seus PMs ganham oito vezes mais e PCs dez vezes mais do que em outros estados (COSTA, 2015). Isso produz uma migração tendenciosa de PMs e PCs para o DF, que

prestam concursos em Luziânia visando uma transferência para uma melhor localidade com menos crimes e com melhores salários.

É falta de estrutura, é falta de pessoal, falta investimento na segurança. A polícia civil fez um concurso agora que vai entrar agente de polícia ai, salário de R\$ 1500,00 reais. A polícia militar a mesma coisa. Esse pessoal não vai ficar! Não vai ficar! Como é que você vai morar em Luziânia com R\$ 1500,00 reais?! Não mora, você vai morar em um bairro ruim, em uma casa ruim. Você vai ter problemas! Você como um policial, você não pode morar mal né (Delegado II).

Mesmo a criação de delegacias especializadas não fez com que este problema da demanda fosse suprimido. No caso dos crimes contra a vida, há duas delegacias específicas da PC; o GIH e o Gepatri que lida com os latrocínios. Os crimes de latrocínio compõem uma pequena parte da violência letal em Luziânia, sendo que a maior parte é constituída de homicídios. Isso faz com que o GIH seja responsável pela investigação de boa parte das mortes violentas.

A polícia (**Civil**), só para você ter uma ideia, da minha equipe, no ano passado a gente teve 150 homicídios para investigar, isso só eu e mais cinco agentes de polícia, entendeu? Isso só em Luziânia! São cinco agentes de polícia mais um delegado para investigar 150 homicídios. E homicídio, é umas das investigações mais complexas que tem né, você demora três, quatro meses para conseguir fechar uma investigação, para concluir o inquérito, e a nossa realidade é essa (Delegado II - GIH).

Na visão deste delegado, esta realidade influencia a criminalidade e contribui para o aumento e a formação de “conjuntos de criminosos”, ou seja, o provável aumento de grupos de pessoas que irão aderir à vida do crime devido à impunidade. O tipo de policiamento exercido influencia nesta situação, enquanto a PM exerce o policiamento preventivo e ostensivo, a PC exerce o policiamento repressivo e investigativo e estabelece relações burocráticas com o judiciário. A falta de efetivo faz com que as investigações não sejam concluídas e eleva o tempo de conclusão de um inquérito. Segundo o interlocutor Delegado II – GIH, “seria humanamente impossível”

A gente trabalha muito, a gente poderia fazer mais. Aqui em Luziânia, eu acredito que deveria ter mais um ou dois delegados, cada delegado com duas ou três equipes, para gente poder chegar em um número satisfatório de elucidação de crime. Então muito se critica a Polícia Civil, mas não se enxerga a realidade, né. Se eu te falar, se eu falar com uma pessoa, quantos delegados você acha que tem lá que investiga homicídios, qual é que é a equipe? Duvido que a pessoa vai falar que são cinco e um delegado. É um número surreal, é surreal isso! É, pois é, ai você vai em Goiana, são quatro ou cinco cartórios. Se você considerar a proporção de pessoas para delegados de polícia aqui, a minha demanda é muito maior. Aqui tinha que ter uma demanda especial, e infelizmente não tem, não tem delegado assim, para atender a demanda do Estado (Delegado II).

Segundo este delegado, o GIH consegue concluir normalmente cinco ou seis inquéritos por mês, o que provavelmente daria 50 a 60 por ano, em uma cidade que apresenta em média 150 homicídios anualmente. É clara a necessidade de mais efetivo para suprimir a demanda, pois além do número baixo do efetivo, os agentes ainda possuem seus períodos de férias e afastamentos. Mesmo com uma razoável elucidação de crimes, como aponta o interlocutor, em Luziânia ainda à precariedade das provas técnicas e periciais. No município, constata-se que há predominância das provas testemunhais, como aponta Costa:

Há um percentual significativo de solicitação de exames e perícias na fase policial. Em todos os casos analisados (100%) houve exame de corpo de delito e em 55% dos casos houve perícia de local de crime. Contudo, apesar da arma de fogo ter sido a mais usada no cometimento da maior parte dos crimes não houve casos de realização de exames residuográficos, e identificação de armas e de microcomparação balística (COSTA, 2015. p. 112).

É possível notar um ceticismo por parte dos próprios agentes em relação aos mecanismos e instituições que lidam com a segurança pública e a resolução de conflitos. O crime, de acordo com Porto e Machado (2015), assim como a violência são construções e representações sociais, e interrogar essas representações possibilita analisar as crenças e valores atribuídos à realidade social. As representações sociais, segundo os autores, constroem, reconstroem, orientam e informam condutas, formam blocos de sentido articulados, redes de significação, que estão sintonizados ou em oposição a outros blocos. Elas justificam e orientam práticas dos atores sociais, e também podem ser apropriado pelas instituições públicas orientando suas políticas revelando-se um importante instrumento para a compreensão dos fenômenos sociais (Op. cit. p. 301).

Dentro das instituições públicas, como aponta Porto e Machado (2015), multiplicam-se as narrativas de ineficiência, descontrole e conflitos entre os atores que integram essas organizações. Associado aos problemas mencionados anteriormente, cria-se uma lógica militarizada de guerra instruída pela ideia de extermínio do inimigo (SILVESTRE, 2016), ou seja, contra as pessoas que são identificadas como conjunto de criminosos, criados pelos problemas sócioestruturais e pela crença da ineficiência do sistema de justiça.

4.2 As falhas na engrenagem das instituições públicas que lidam com violência letal em Luziânia: o sentimento de insatisfação, ineficiência e do contínuo “enxugar gelo”

Conforme supracitado, a taxa praticamente nula de casos em flagrante torna o homicídio um crime que necessita de investigação para a identificação dos autores. Isso direciona a pesquisa às polícias investigativas ou judiciárias, que no caso brasileiro são as polícias Civil e Federal, que ao contrário da PM, suas atribuições não possuem um caráter ostensivo e preventivo. Os dados demonstrados no capítulo três evidenciam que a PM não consegue prever e reprimir os crimes violentos, principalmente os de homicídios. Em decorrência, esses crimes acabam se tornando atribuições específicas da PC, que tem como incumbência a identificação e interrogação de suspeitos, produções de provas jurídicas e construção dos processos criminais.

É a partir deste momento, em que a Polícia Militar não consegue prender o autor de homicídio em flagrante, que não consegue prevenir, não consegue evitar que aquele crime de homicídio ocorra, entra o trabalho da Polícia Civil, que é o trabalho de investigação. (Delegado III).

A função da PM, nesses casos, é a de manter a ordem pública e preservar o local da ocorrência, trabalho que ocorre principalmente em vias públicas e exige habilidade e treino, já que normalmente as cenas de crimes violentos estão cercadas por curiosos, familiares, do atendimento médico e em alguns casos da imprensa, o que dificulta a realização da perícia e a conservação do local (PORTO; MACHADO, 2016). Não são todos os policiais que estão preparados para exercer tal atividade, e são necessárias equipes especializadas em homicídios que compreendam os processos técnicos para assim poderem ter mais eficiência e articulação com o sistema de investigação da PC.

A Polícia Técnico-Científica, órgão independente da PC, tem como função produzir laudos e perícias para complementar o trabalho de investigação da PC na produção de evidências e dos inquéritos policiais. Devido à precária situação em que se encontra o IML de Luziânia (hoje totalmente interditado) e à Polícia Técnico-Científica possuir um número limitado de agentes e médicos legistas para realizar as perícias das mortes violentas na região, os corpos permanecem por longas horas nos locais dos crimes, o que contribuiu para que um cenário de horror se estabeleça no município. Ademais, a Polícia Técnico-Científica de Luziânia é um centro regional, assim como o IML, e tem o compromisso de atender outros municípios do entorno, como Valparaíso

de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Domiciano Ribeiro, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Cristalina, além de Luziânia (UNODC, 2011). Isso contribui para um excesso de demanda, lembrando que os municípios como Cidade Ocidental, Novo Gama, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás também demonstram altas taxas de homicídios.

Segundo Costa, a abrangência da perícia é grande e exige longos deslocamentos, porém o quadro dos peritos é insuficiente para uma área geográfica muito extensa e com grande densidade demográfica e populacional (COSTA, 2015. p.115). Os crimes de homicídios são prioridades das perícias, mas não são os únicos que demandam provas técnicas. Há registros de chamadas simultâneas e diversidade entre os casos, exigindo dos técnicos um rápido acesso ao local das ocorrências para poderem ter melhor probabilidade de resolução do caso. Como aponta Porto e Machado (2006):

Embora reconheçam a necessidade de procedimentos diferenciados para a realização de exames, de acordo com as características do local do fato, não existe um protocolo formalizado de atuação. Na prática, segundo a experiência, percebe-se a necessidade de diferentes procedimentos em razão dos vestígios encontrados, como sugerem os trabalhos técnicos, em locais fechados e abertos. Nestes, muitos inconvenientes e pressões externas aparecem e normalmente dependem da colaboração da Polícia Militar, que não raramente exige rapidez, muitas vezes pela dificuldade em lidar com a pressão de populares e pela necessidade de atender outras ocorrências. A peculiaridade dos locais dos fatos na região também é um complicador. Eventualmente os cadáveres são deixados em locais de difícil acesso, áreas isoladas, proximidade de cachoeiras e riachos. Muitos corpos, em estado de decomposição, também dificultam a realização dos exames (OP. cit. p.230).

Devido aos fatores citados anteriormente, há uma sobrecarga de trabalho dos técnicos, o que mais tarde produzirá problemas na preservação dos locais das ocorrências e conseqüentemente nas investigações, levando a interferências na taxa de elucidação de crimes de homicídios. O trabalho da Polícia Técnico-Científica é essencial para o desenvolvimento do trabalho investigativo da PC, visto que, através desse trabalho, são produzidas as provas técnicas ou periciais em busca de evidências e de vestígios deixados durante os delitos. A ausência de estrutura material e de laboratórios para a realização de balísticas faz com que a Polícia Técnico-Científica seja incapaz de atender às necessidades dos municípios da AMB, sendo que os exames complementares são realizados em Goiânia (COSTA, 2015). A falta de luminol, por exemplo, atrasou o trabalho de investigação da PC no caso de um jovem que foi

decapitado em Luziânia⁴¹. A página do Facebook Radar Luziânia online transmitiu ao vivo o processo de investigação que foi interrompido por mais de três horas enquanto os agentes da polícia técnica aguardavam a vinda dos instrumentos de Goiânia para realizar as análises.

Essa questão do luminol é deles, da Polícia Técnico-Científica. Eles buscaram em Goiânia, tinha e fizeram. Pediu uma outra vez, uma segunda vez, aí buscaram e fizeram. Teve que vir de Goiânia porque não tinha aqui. Aí a gente está tendo um problema também, o IML foi interditado (...) (Delegado II).

A interdição do IML corrobora o agravamento dos processos de investigação e justiça em vista que os institutos de criminalística, polícia científica e médico-legal são vinculados a ele. No IML são realizados os serviços de identificação e laudos de cadáveres, necrópsias, exames papiloscópicos e de odontologia legal. Por exemplo, segundo alguns relatos de funcionários da PC, a demora na produção de laudos e exames afeta o rendimento do levantamento de elementos de convicção o que posteriormente atrapalha o andamento das investigações e o fluxo da justiça criminal:

(...) por exemplo, foi detectado vestígio de sangue na camisa do autor e a gente pede uma perícia daquela camisa, o DNA para fazer o confronto naquele material biológico do sangue que foi encontrado na camisa do autor com material biológico da vítima, esse DNA demora séculos aqui, séculos! Demora mais de ano para o laudo chegar, enquanto esse laudo não chega o delegado não tem condições de provar tecnicamente que aquele cidadão é culpado ou não. (...) Então, isso atrapalha de sobremaneira, atrapalha muito as investigações (Delegado III).

Os problemas destas instituições públicas afetam a fluidez dos processos judiciais, por outro lado, assim como a PC, as comarcas de juízes estão sobrecarregadas de trabalho, gerando lentidão nos andamentos dos processos e idas e vindas dos inquiridos nas delegacias, onde ficam por meses ou anos sem qualquer diligência ou retorno das investigações. Luziânia é o município da AMB com os maiores números de registros e sentenças proferidas, mas não de denúncias do Ministério Público no ano de 2010, dos 145 homicídios, apenas sete foram denunciados e quatro sentenciados (COSTA, 2015). Em Luziânia, segundo este autor, há um déficit de mais 100 magistrados e a existência de 145 unidades à espera de lotação (Op. cit. p.118).

Em contrapartida, por mais que haja poucas prisões em flagrante e de denúncias, o sistema carcerário está sobrecarregado, sendo que nos últimos anos foram registradas

⁴¹ Para mais informações sobre o crime, acessar: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/01/pai-encontra-cabeça-do-filho-apos-ser-achado-na-rua-em-luziania.html> [Descarregado no dia 06/02/2017].

diversas fugas⁴² e rebeliões⁴³. No Brasil, entre 2005 e 2013 o encarceramento cresceu 81%, com um acentuado recorte racial, social e de gênero (SILVESTRE, at al. 2015). Os homens, jovens e negros compõem a maior parte de encarcerados, como também de vítimas da violência letal e da letalidade policial (SINHORETTO, at al. 2014). Esta situação também é encontrada nas unidades de internação para jovens. No caso de Luziânia, que dispõem da principal comarca que possui um polo do CASE, que recebe adolescentes para internação de todo Estado de Goiás, é evidente a sobrecarga da instituição.

Em Luziânia, no CASE, nós recebemos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação de todo o Estado de Goiás. Uma boa parte desses adolescentes internados, em verdade, é do município de Luziânia, e do entorno aqui. Tanto de Cidade Ocidental, Val Paraíso, Novo Gama, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, por isso é chamada justamente a comarca polo. Só que a demanda né, por vaga ela é muito maior do que as vagas efetivamente existentes. Nós tínhamos na unidade de internação 60 vagas, destas 60, dez já estavam bloqueadas em razão de uma ação civil pública em que foi pleiteada a reforma da unidade de internação. No último dia nove de fevereiro, houve uma rebelião na unidade de internação e foram interditadas mais vinte vagas. Então hoje nós contamos com 30 vagas e uma estrutura física totalmente deficiente, na unidade internação (Juiz D).

A rebelião no CASE de Luziânia ocorreu no dia 09 de fevereiro de 2017 e, segundo alguns relatos, foi devida à superlotação da unidade de internação e às condições precárias em que essa se encontrava. Durante a pesquisa de campo, após a rebelião, o pesquisador teve a oportunidade de visitar o CASE e ver de perto a situação da unidade.

Hoje tive a oportunidade de visitar o CASE. Ao adentrar a unidade de internação fiquei abismado, não sei como eles não chamam aquilo de presídio. A situação em que os jovens vivem é extremamente precária, para não dizer desumana. Não há iluminação, banheiros com vasos sanitários e chuveiros. Dá para se notar de longe as fissuras no telhado que provocam constantes infiltrações dentro do presídio. Os detentos dormem em cima de camas de concreto e tem que urinar e defecar dentro de garrafas de refrigerantes ou em baldes e bacias para depois despejar nos buracos no chão dos banheiros. A mesma precariedade de dentro do prédio pode ser constatada no lado de fora. Um dos agentes penitenciários veio conversar comigo, e fez comentários sobre a alarmante situação em que se encontram. Circulamos pelos setores do presídio e pude ver o resultado da rebelião, celas totalmente destruídas com nenhuma condição de uso. Posteriormente acompanhei alguns responsáveis pela instituição em suas rotinas, e em um momento chegamos a algumas celas onde se encontravam alguns menores, eles reclamaram da comida e perguntaram sobre o andamento dos seus

⁴² Para mais informações, acessar: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/presos-fogem-de-presidio-de-luziania-apos-detento-responsavel-por-limpeza-serrar-cadeados.ghtml> [descarregado no dia 22/02/2018].

⁴³ Para mais informações, acessar: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/menores-infratores-fazem-rebeliao-em-centro-de-internacao-de-luziania-go.html> [descarregado no dia 22/02/2018].

processos criminais. Notei que ali havia jovens de 12 a 17 anos, somente um deles estava preso por cometer um crime de homicídio, o restante por crimes contra o patrimônio. (Caderno de campo, 06/06/2017).

A superlotação em presídios ou o hiperencarceramento, de acordo com Sinhoretto (2014), é devido à prisão de uma clientela que está em vulnerabilidade social, principalmente de homens que são presos em flagrante por cometerem pequenos delitos como crimes patrimoniais e de drogas. Há uma necessidade de escapar da realidade penal e procurar alternativas para o sistema de justiça, e já circula uma nova proposta de gestão de conflitos chamada justiça restaurativa, que tem como intenção desviar o foco da punição para a restauração das relações de conflito (TONCHE, 2016).

Esses controles formais do crime, das instituições estatais, são uma grande engrenagem. Silvestre (2017), em uma pesquisa sobre os operadores do controle do crime no Estado de São Paulo, realizou uma tipificação das representações sobre o controle do crime e, embora sua análise seja sobre o crime organizado em São Paulo, seus dados podem ser elencados no presente estudo. A primeira linha de análise é de que o Estado faz ações políticas negociando o controle do crime com maior ou menor intensidade em acordos mais ou menos velados, em que as próprias atividades criminais geram capitais para as ações dos controladores do crime (SILVESTRE, 2017. p.26). Os conflitos seriam resultado de um desacordo das negociações, que sempre são reajustadas, renegociadas e retomadas. A segunda linha, de acordo com a autora, seria a leniência do Estado, ou seja, a falta de eficácia e a frouxidão em controlar o crime, o que faz com que o problema não seja político e sim de ordem legal (Op. cit. p.26). A terceira e última linha está ligada ao fracasso do Estado, em que os operadores do controle do crime percebem em seu cotidiano a ausência de diretrizes institucionais e a pouca articulação entre as diferentes instituições estatais de controle da criminalidade (Op. cit. p.27).

Então, é tudo uma engrenagem, uma engrenagem que depende de poder judiciário, depende do Ministério Público, depende da polícia técnico-científica, depende de laudos, depende de uma quantidade razoável de vagas disponibilizadas no presídio. O sistema é muito complexo! (...) A gente tem percebido hoje em dia que envolve toda questão complexa de legislação, de políticas públicas, de desencarceramento que são adotadas no Brasil. (Delegado III).

As instituições de segurança tem como pressuposto a ideia de que o crime em uma sociedade deva ser controlado por essas diferentes corporações, concepções que são consequências das representações e imaginários construídos em frente das

dificuldades cotidianas enfrentadas pelos agentes de segurança, o que acaba por orientar ações e decisões convergentes e divergentes, formais e informais, (SILVESTRE, 2016). Assim, em Luziânia, há a sensação por parte dos agentes de segurança de estarem “enxugando gelo⁴⁴”, da mesma forma que a autora exemplifica em São Paulo, ou seja, em que policiais civis e militares acreditam que estão reproduzindo um trabalho repetitivo e inócuo, conseqüentes de problemas não relacionados às instituições de segurança.

É como eu coloquei para você, a polícia ela não é causa, a polícia é consequência da criminalidade. As causas são outras, enquanto essas causas, e causa o próprio nome já diz, é aquilo que faz nascer a criminalidade, é a fonte da criminalidade, enquanto essas causas não forem resolvidas a gente vai continuar enxugando gelo, você entendeu (Delegado III).

Então, são assim fatores que ou a gente conserta a base, ou a gente vai ficar enxugando gelo. A base eu te falo, emprego, educação, saúde, segurança pública. O principal que eu acho hoje é saúde, educação e emprego (Delegado II).

As falhas na engrenagem de todo este sistema de justiça que visa controlar o crime produz, sob a ótica dos interlocutores, um descrédito das instituições, o que posteriormente vai legitimar o uso da violência e incentivar os meios privados de justiça, ou seja, “o fazer justiça com as próprias mãos”. “Em crimes que deixam vestígios, como no caso de morte violentas, o sucesso depende da ação dos agentes públicos” (PORTO, MACHADO, 2016 p.233), que necessitam trabalhar em conjunto para produzir melhores dados de elucidação e serem mais eficientes. A ausência de estrutura adequada foram observadas em todas as instituições de segurança, porém percebe-se que as falhas são atribuídas mais há umas organizações do que outras. Assim, alguns relatos indicam falta de comprometimento de alguns agentes, porém, todos reconhecem os problemas estruturais existentes, o que reforça a ideia de omissão do Estado nas políticas de segurança.

4.3 As conseqüências de uma má gestão da violência letal em Luziânia

As falhas na engrenagem das instituições públicas que visam o controle do crime em Luziânia, em conjunto com os problemas sociais elencados nesta dissertação, além

⁴⁴Realizar uma tarefa impossível como especificado na página 31 da introdução.

de contribuírem para o aumento da violência letal, produzem outros fenômenos que devem ser levados em consideração, como por exemplo, a existência de enormes valas nos cemitérios de Luziânia destinadas a indigentes ou pessoas não identificadas.

Em Luziânia, devido à atual interdição do IML os corpos estão sendo levados para o município de Formosa do Goiás. Consequentemente, há atraso da produção dos laudos periciais e cadavéricos como também da liberação de corpos, o que causa diversos transtornos para os parentes das vítimas. O resultado desta “má gestão da morte” é o surgimento de cemitérios com imensas valas para indigentes, principalmente no adro das Três Vendas, inaugurado no início dos anos 2000 (ver figura 13).

Figura 13: Vala de Indigentes no Cemitério das Três Vendas.



A imagem acima foi capturada no Cemitério das Três Vendas em Luziânia. Segundo os coveiros, as valas que possuíam apenas uma cruz com a data da morte são de indivíduos não identificados. Em contraposição, há lápides feitas de mármore que contêm os nomes dos falecidos. Fonte: Acervo próprio.

A declaração de óbito é um importante processo burocrático para a comprovação da morte dos indivíduos legalmente, “um documento público detentor de fé pública onde a morte de um indivíduo é transformada em dado oficial” (MEDEIROS, 2012, p. 90). Por meio deste documento é possível adquirir a Certidão de Óbito no cartório,

documento oficial que certifica a morte de uma pessoa. Os processos de identificação são registrados em documentos oficiais para assim validar a morte dos indivíduos e, somente após esses procedimentos é que o Estado reconhece que tal pessoa falecida é declarada morta (MEDEIROS, 2012). Este é um processo intitulado pela autora de “matar o morto”, em que a validação da morte, assim como a do corpo morto, deve-se ao conjunto de técnicas de governo que têm por finalidade o controle e a manipulação da população.

Alguns interlocutores mencionaram a existência de valas de indigentes devido ao grande número de homicídios no município e à incapacidade do poder público em produzir laudos para a liberação de corpos. Também chama atenção a alta quantidade de jovens enterrados neste cemitério, que em menos de 20 anos já necessita de expansão.

Luziânia não tem condições de fazer exame de DNA e arcada dentária porque a gente não tem IML. O IML está fechado, todo o presunto, no sentido figurado que é morto aqui é levado para Cristalina ou Formosa. E lá não tem perito, não tem o cara que faz necropsia né. Então assim, são vários fatores que leva a isso, aí chega um ponto lá que o cara vai estar lá inchado dentro daquele frigorífico, o cara vai dizer: tem que abrir espaço para botar outro, vamos lá para cova e vamos colocar no cemitério de indigente, pronto! O cara foi enterrado como indigente (Vinicius, 44 anos, técnico em informática, morador do bairro Parque Industrial).

Outra consequência das falhas na engrenagem das instituições públicas são as formas de controle informal do crime, não somente por organizações criminosas, mas pela comunidade civil. Durante a pesquisa de campo foi possível notar que há algumas ONGs e projetos que visam à redução da violência letal no município como, por exemplo, o projeto #mundolegal (ver figura 14), programa do Juizado da Infância e da Juventude direcionado aos jovens que estão cumprindo medida socioeducativa em regime meio aberto. Há também a ONG IDEIAS (Ver figura 15) (Instituto de Desenvolvimento de Educação e Implementação de Ações Sociais) localizada na Vila São José que realiza atividades complementares à escola como aulas de arte, capoeira e inclusão digital para jovens. Além das ONGs cadastradas, existem mobilizações comunitárias e projetos que são realizados pelos próprios moradores dos bairros que, notando a ausência de atividades para os jovens, reuniram-se e mobilizaram ações a fim de ocupá-los. No Bairro do Setor Fumal, por exemplo, alguns moradores se reuniram em um espaço comum para promover aulas de Jiu-jitsu em uma das residências da vizinhança. O projeto ganhou proporção e hoje é ministrado na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) e recebe alunos de diversos bairros de Luziânia.

Figura 14: Cartaz do projeto #mundolegal



Fonte: Acervo próprio

Figura 15: Placa na fachada da ONG Ideias na Vila São José



A Vila São José é uns dos bairros considerados violentos de Luziânia. Perto do local está a região conhecida como “Buracão”, área comum onde corpos são encontrados. Fonte: Acervo próprio.

Além destes projetos citados, outras ações ou reações foram diagnosticadas como, por exemplo, reuniões comunitárias (ver figura 16) e manifestações contra a violência letal. Nestas ocasiões, os cidadãos, motivados por recentes casos de

criminalidade, se organizaram e buscaram dialogar com as instituições públicas solicitando melhores condições de segurança pública.

Figura 16: Reunião comunitária



A reunião comunitária dos bairros Parque Estrela Dalva III, Jardim Sion, Jardim Brasília Sul, Copaibas e Vila Guará ocorreu no dia. Fonte: acervo próprio

A violência letal, observada a partir de um microcontexto, permite perceber o surgimento de redes familiares ou de vizinhança em uma sociedade marcada pela dicotomia entre sujeitos de “bem” e “bandidos”, as quais buscam maneiras alternativas de lidar com a criminalidade. Isto ficou perceptível ao analisar conjuntos de vigilância comunitária nos bairros em que se realizou a etnografia durante o período em campo. Nesses bairros, além da vigilância privada, outros meios foram adotados, como a utilização do WhatsApp e Facebook, que permitiu aos moradores criarem um sistema de compartilhamento de informações instantâneas para o monitoramento de suspeitos através dessas mídias digitais. Esse novo fenômeno observado nas relações e representações da violência pode ser considerado como a digitalização da narrativa da violência letal.

4.4 A utilização de mídias digitais e redes sociais para lidar com conflitos violentos em Luziânia

As mídias digitais como Facebook e WhatsApp são utilizadas por muitos indivíduos e estão ao alcance de boa parte da população brasileira através de celulares (smartphones) e computadores portáteis. Os propósitos para seu uso são variados, mas a principal função desse tipo de mídia é transmitir informação. Em Luziânia, notou-se que, para além dos usos recreativos, estas mídias digitais servem para propagar notícias sobre a violência letal, como também são utilizadas como ferramentas pelos cidadãos e agentes de segurança pública para controlar o crime na região.

O período de campo demonstrou que moradores, pessoas vinculadas ao crime e policiais se utilizam constantemente de redes sociais como meio de informação. Em certas localidades, como nos bairros Parque Estrela Dalva III, Jardim Sión, Vila Guará e Vila Brasília, os moradores, juntamente com a PM, utilizam o WhatsApp como sistemas de vigilância e comunicação. Nestas comunidades, a falta de policiamento e a alta quantidade de assaltos levaram os moradores a criarem uma rede digital de autovigilância, na qual um vizinho informa ao outro sobre possíveis ocorrências de crimes em andamento em comunidades privadas do WhatsApp.

Igual, essa ideia da reunião partiu de grupo de WhatsApp, grupo da comunidade livre que é assim, criaram um grupo em que um vigia o outro: um carro verde e o outro na rua tal; olha tem um carro assim, assim, assim, já tem duas horas que está parado, tem três elementos dentro, um deles está com arma de fogo; eu vi um carro entendeu, entra em contato com a polícia. E a polícia vem fazer abordagem, e por aí. E aí começou o pessoal muito reclamando: meu Deus o que a gente faz? É muito assalto, é muito roubo, eu não sei o quê! Aí eu falei: gente tem que falar para quem precisa ouvir, não adianta a gente ficar aqui dentro do bairro, um falando para o outro né. (Bruno, 36 anos, comerciante, morador do P.E.D III).

No relato exposto acima, há uma descrição do funcionamento desta rede de autovigilância. Os moradores identificam suspeitos a partir de seus estereótipos, ou seja, indivíduos que possuem características socialmente construídas para serem classificados como criminosos. Normalmente são sujeitos “estranhos” à comunidade, os que não pertencem à rede da vizinhança. O relato também indica uma junção da autovigilância comunitária com a segurança pública. Ter uma rede social de autovigilância não é garantia de segurança, há a necessidade da presença das instituições públicas de segurança, por isso, nas comunidades privadas do WhatsApp, há integrantes que fazem

parte das corporações policiais, PM e PC. Isso ficou claro em uma reunião comunitária realizada no P.E.D. III, em que o Tenente Coronel do 10º Batalhão da PM incentiva a prática da “autovigilância solidária” e a participação dos PMs nestas comunidades digitais.

O bairro, a vizinhança solidária, cria lá uma comunidade no WhatsApp, um exemplo, comunidade do Parque Estrela Dalva III é um WhatsApp, comunidade do Jardim Sión é outro WhatsApp, comunidade do Jardim Brasília Sul, e assim por diante (Tenente Coronel da PM, reunião de bairros no Parque Estrela Dalva III, Diário de Campo 09/06/2017).

A aproximação entre a comunidade civil e as instituições de segurança pública através das mídias digitais já é uma realidade. Os moradores relatam que o contato com os agentes de polícia através do WhatsApp é muito mais rápido do que utilizar o canal telefônico da PM, 190. Isso se configura como mais um modelo alternativo de administração de conflitos, que assim como outros citados anteriormente [os linchamentos, justiçamentos, construções de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011)], são processos naturais incentivados pelo medo da violência que criam mecanismos tecnológicos que visam a contenção do crime, mas que ao mesmo tempo produzem outros fenômenos sociais como o preconceito e o estigma. As informações compartilhadas sobre suspeitos demonstram que há um padrão de rotulação dos indivíduos, ou seja, uma construção social de um sujeito criminal (MISSE, 2014). As informações sobre os supostos delinquentes são transmitidas em grande velocidade e em alguns casos são compartilhadas imagens – vídeos e fotografias – dos suspeitos. As notícias vinculadas nestas mídias digitais também acabam por vitimar pessoas inocentes, como no caso que ocorreu no litoral paulista em que Fabiane Maria de Jesus⁴⁵ foi espancada até a morte por conta de um boato espalhado na rede social Facebook, no qual a vítima se assemelhava com a imagem do suspeito divulgada.

Em Luziânia, o que ocorre no P. E. D. III também foi diagnosticado em outros bairros, em alguns locais de forma mais desorganizada e sem apoio institucional. Há de notar que essas redes superam limites geográficos e se estendem por vários municípios, e promovem uma troca de “saberes” (FOUCAULT, 1995) abrangentes, superando os limites das informações trocadas oralmente sobre o crime.

⁴⁵ Para mais informações sobre o caso, acessar: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html> [descarregado no dia 24/02/2017].

Você pode parar para pensar assim, eu não percebi isso, mas só que como eu sou meio curiosa, e aí eu tenho um grupo de Valparaíso e grupos de Cidade Ocidental, vários grupos de WhatsApp que a gente mantém. Por exemplo, eu tenho um grupo aí que Unidos na Cidade, e quem tá lá no ABC. A gente troca informação daqui com eles (Alessandra, 49 anos, moradora do Jardim Ingá).

O WhatsApp também é utilizado pelas instituições de segurança em suas ações rotineiras no auxílio tecnológico de suas funções. Na PC, a falta de aparelhos técnicos de comunicação, como o rádio comunicador, levou os agentes a utilizarem seus celulares smartphones com internet móvel para acessar o WhatsApp e assim cumprirem um mandado de prisão. O aplicativo possui uma rede de contato criptografado em que somente o(s) remetente(s) e o(s) destinatário(s) podem ler e compartilhar as mensagens. Neste ponto, o WhatsApp é mais seguro e sigiloso do que os rádios comunicadores convencionais.

Infelizmente, nossas viaturas vieram sem rádio comunicador, que é um absurdo para fazer operação, uma dificuldade muito grande. Você precisa cercar a casa por trás, pela frente, você precisa se comunicar. (Delegado II).

O Facebook também é utilizado pelas instituições de segurança pública, mas não no apoio tático. A rede social é usada para a divulgação dos trabalhos realizados por essas instituições em que os próprios agentes se beneficiam da rede e criam comunidades das companhias em que trabalham. Ao acessar o Facebook e digitar palavras chaves como PM e PC no campo de busca desta rede social, é possível encontrar uma diversidade de comunidades e páginas destas corporações policiais. Em Luziânia, a PC criou uma página para divulgar o trabalho realizado pela corporação em que há uma tentativa de modificar as impressões que a população tem sobre a instituição. Para o delegado III, a PC não ganha o reconhecimento devido ao tipo de trabalho que exerce, sendo as redes sociais apenas mais um modo de contribuir para a divulgação das prisões realizadas pela instituição.

Falando em rede social, eu tenho um Facebook também, que assim, o meu papel é divulgar o nosso trabalho, então assim, eu divulgo muito nas redes sociais o trabalho da PC, até para tentar mitigar um pouco essa sensação de impunidade que existe, você entendeu. Tenho uma fanpage, que é essa aqui, se eu não me engano já tem mais de 6.000 pessoas seguindo. Eu acabei montando uma fanpage que já passou de 20.000. Mas também é só divulgação do trabalho da polícia, porque eu percebo o seguinte, como você colocou, hoje em dia nas mídias televisivas, você vê que não é à toa a eclosão de vários programas policiais. Hoje em dia quase toda emissora tem um programa policial, e ela trabalha exatamente aquilo que é interesses delas né, elas vão mostrar o caso que repercutiu. Esse aqui, por exemplo, está com 22 mil, você tá vendo? Eu estou aqui só divulgando o trabalho nosso da polícia, é só para isso. Então você vê que tem uma aceitação muito boa. Aquilo que a

mídia não mostra, aquilo que a imprensa não mostra, nós demonstramos aqui, o volume e a quantidade que a gente aprende aqui (Delegado III).

As redes sociais evidenciam um campo de disputa por legitimidade entre as instituições de segurança pública, que através do apoio populacional, buscam por melhores investimentos para a melhoria das condições de trabalho nas corporações. Segundo os agentes da PC, por conta das características de seu trabalho, sigiloso e investigatório, a população civil não dá importância a suas ações, o que acaba por refletir na distribuição de recursos e no sucateamento da instituição. A PM, de acordo com os interlocutores, devido a suas atribuições sempre estarem em evidência, tem o seu trabalho reconhecido. Assim, as mídias digitais, em um campo discursivo, ajudariam a minimizar essas discrepâncias, contribuindo para a desconstrução dos estereótipos atrelados às instituições.

Não somente as instituições de segurança pública e as redes de vizinhança que utilizam as redes sociais e as mídias digitais. Recentemente organizações criminosas promoveram ações de extrema crueldade com intenção de demonstrar a um público ou rival o seu poder. Um exemplo é o recente conflito entre facções deflagrado nos presídios do Norte e Nordeste do Brasil, em que a ruptura do acordo de paz entre as facções rivais PCC e Comando Vermelho (CV) causou 56 assassinatos cometidos pela facção Família do Norte (FDN), aliada ao CV, de supostos integrantes do PCC na Penitenciária Anísio Jobim na capital amazonense⁴⁶. Nesta ocasião, diversas imagens e filmagens da eliminação dos rivais foram amplamente divulgadas nas redes sociais WhatsApp e Facebook. As imagens percorreram o Brasil e o mundo e houve até mesmo a gravação e comercialização de DVDs (Digital Versatile Disc) com as cenas da carnificina em camelôs brasileiros.

Casos semelhantes ocorrem em todo o país, sendo possível notar o uso das mídias digitais também em ações individuais. O advento de smartphones com câmeras acopladas fez com que agressores gravassem, fotografassem e divulgassem as suas execuções nas redes sociais. Em Luziânia, foi possível observar esse fenômeno, no qual vídeos e imagens de execuções, feitas pelos próprios assassinos, foram compartilhadas no WhatsApp.

⁴⁶ Para mais informações, acessar: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/entenda-o-que-a-disputa-nacional-entre-faccoes-tem-a-ver-com-a-barbarie-no-presidio-do-amazonas.ghtml> [Descarregado no dia 26/01/2018].

Como aponta Miskolci (2016), as novas tecnologias fazem com que seus usuários trabalhem constantemente na sua própria imagem, com a intenção de conseguir prestígio, status social e visibilidade dentro e fora das redes sociais. Nas palavras do próprio autor:

A convergência de tecnologias não uniu apenas a computação e o telefone, mas também a câmera fotográfica e de gravação de forma que – por meio de equipamentos como telefones inteligentes – passamos a poder registrar e compartilhar imagens de nosso cotidiano e de nós mesmos, ampliando a percepção sobre nossa inserção social (MISKOLCI, 2014. p.285).

Neste sentido, no universo criminal, as redes digitais também são uma forma de adquirir um prestígio, status social ou de angariar visibilidade para um indivíduo ou sua facção. Esse é um novo fenômeno social que carece de mais investigação, pois as mídias digitais influenciam sobremaneira o modo de interação entre os indivíduos e também as relações sociais mediadas pelos conflitos violentos.

A violência letal produziu mudanças na vida cotidiana dos cidadãos de Luziânia e também nas atuações das instituições de segurança pública e de seus agentes. Além do aumento de investimento no setor, outras organizações militares foram mobilizadas para o município com a intenção de controlar o crime violento na região. Isso não é apenas consequência do aumento da criminalidade, mas também resultado da precariedade em que essas instituições se encontram. Assim, nesta seção, foi possível identificar no relato dos interlocutores (agentes de segurança pública) os problemas que esses enfrentam cotidianamente para lidar com a demanda de crimes violentos, sendo o homicídio o mais comum entre eles, o que direcionou esta pesquisa às polícias investigativas, sobretudo a PC e Polícia Técnico-científica.

Notou-se que a prevenção, investigação e contenção do crime violento dependem de um trabalho integrado das instituições de segurança pública, que formam uma espécie de engrenagem, em que o mau funcionamento de uma das peças (agências de segurança) prejudica outras. Em Luziânia, esse processo ficou mais claro a partir da análise das dificuldades que a polícia Técnico-Científica, que carece de estrutura e contingente para realizar as perícias, e do IML, que está interditado, enfrentam. A

precariedade destas duas corporações atrapalha posteriormente o trabalho de investigação da PC, segundo o relato de alguns delegados, embora a PC possua problemas semelhantes. Observa-se que mesmo a criação de delegacias especializadas não conseguiu suprir a alta demanda de investigação de ocorrências de crimes violentos, devido principalmente à falta de efetivo e investimento.

O problema no funcionamento integrado dessas instituições de segurança produz uma morosidade na investigação dos crimes e no fluxo de justiça, o que ocasiona um sentimento nos agentes de estar constantemente “enxugando gelo”, um ceticismo com relação às instituições às quais prestam serviços. A consequência é a criação de uma lógica militarizada contra um inimigo estereotipado, marcado por um recorte de classe e raça, em que os negros acabam sendo as principais vítimas da violência letal, da letalidade policial, da seletividade da justiça penal e do sistema prisional.

Ademais, observa-se que esse fenômeno contribui para outros moldes de controles informais do crime. O primeiro a ser considerado são as organizações criminosas que desafiam o monopólio estatal da violência em seguida, a privatização da segurança pública, o auto-justiçamento, linchamentos, surgimento de grupos de extermínio e as tentativas de controle comunitárias.

Um fator inesperado, que surgiu durante a investigação, é a utilização das mídias digitais como forma alternativa de administração de conflitos e controle do crime. As redes sociais como Facebook e WhatsApp são usadas para propagar informações e disseminar notícias diversas, entre elas, a violência letal. Porém, a observação de campo demonstrou que as mídias digitais também se tornaram ferramentas nas mãos dos cidadãos e agentes de segurança na busca de monitorar e regular o crime. Devido ao medo de ser vítima da violência, moradores de diversos bairros de Luziânia criaram sistemas de autovigilância nas redes sociais que, em alguns casos, têm participação de agentes de segurança.

Esses novos modelos alternativos de administração de conflitos são mecanismos tecnológicos que superam limites geográficos com um poder de disseminar informação muito maior do que as mídias convencionais. As mídias digitais também são disseminadoras de notícias falsas que, em conjunto com interpretações conservadoras, podem levar à criação de preconceitos e estigmas sobre um indivíduo, comunidades ou localidades, além de influenciarem, através dos discursos, ações de

autojustiçamento, linchamento e legitimação de ações violentas das instituições de segurança pública.

Durante a observação de campo, notou-se que os funcionários que lidam com a segurança pública utilizam os smartphones e as mídias digitais em seu apoio tático e para a divulgação do trabalho que realizam, evidenciando um campo de disputa por legitimidade e arrecadação de fundos para as organizações. Desse mesmo modo, delinquentes e organizações criminosas utilizam as redes sociais para a aquisição de um *status* social em um campo de disputa pelo poder.

A relação entre mídias digitais e violência é um novo fenômeno sociológico que carece de mais investigação. Por conseguinte, no próximo capítulo serão analisados os efeitos dos discursos disseminados nas redes sociais e os impactos que produzem na vida cotidiana dos moradores de Luziânia.

Capítulo 5 – A construção a realidade social através do medo da violência: as representações da violência letal em Luziânia e utilização das mídias digitais

Nos capítulos anteriores foram apresentados os processos urbanos, históricos e sociais que levaram Luziânia a ser considerada entre as cidades mais violentas do Brasil. Observa-se que a violência faz parte da vida cotidiana dos moradores, principalmente dos que residem em áreas periféricas do município como o Distrito do Jardim Ingá. No município, percebe-se que o medo de ser vítima da violência orienta as condutas dos moradores e dos agentes de segurança pública, que acreditam que a violência é um problema social e político, sobretudo no que se refere aos investimentos em serviços básicos para o atendimento à população e nas instituições de segurança. Porém, também associam o fenômeno a uma parcela da população que supostamente teria envolvimento com alguma atividade criminal, especialmente com o tráfico de drogas. É evidente que o medo de ser vítima da violência modificou a vida cotidiana dos moradores do município, o que pode ser observado através dos relatos adquiridos em campo e da observação das mudanças nas estruturas das casas e dos bairros.

Assim, nesse capítulo serão apresentadas as produções discursivas e a representação atribuída à violência letal em Luziânia, dando continuidade ao que foi apresentado no capítulo anterior. A utilização de mídias digitais como Facebook e WhatsApp se demonstraram pertinentes para a pesquisa, pois trazem percepções e atitudes da população civil em torno do fenômeno, além de possibilitarem um debate que relaciona os estudos da violência e de mídias digitais. Dessa forma, foi realizada uma netnografia⁴⁷ com o objetivo de compreender as representações individuais e coletivas atribuídas à violência letal em Luziânia; descrever e analisar a disseminação desses conteúdos em redes sociais e como elas influenciam na construção da realidade social.

Durante a pesquisa, percebeu-se que as mortes violentas são constantemente divulgadas em mídias digitais como Facebook e WhatsApp. Através delas, diversas

⁴⁷Netnografia é uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais etc (SILVA, 2015. p.339).

informações são divulgadas, sendo possível analisar os debates dos integrantes das comunidades virtuais acerca de crimes que ocorrem em determinados locais. Assim, a pesquisa analisou publicações e a divulgação de vídeos, imagens e comentários em comunidades do Facebook e WhatsApp relacionados ao tema.

5.1 A relação entre mídias e a violência

Com o surgimento da internet e o seu alcance mundial, novos modelos de interação surgiram e, com eles, novas formas de disseminar informação. As pessoas além de serem receptoras, agora são, ao mesmo tempo, emissoras de dados e conhecimentos. Entre os conteúdos mais disseminados nestes meios de informação, a violência é um dos principais assuntos. Ramos (2014) demonstra que, em um passado recente, diversos jornais e canais de televisão tinham uma forte tendência por notícias sensacionalistas carregadas de conteúdo sobre crimes violentos. Em programas policiais e jornais é comum que os conteúdos sejam histórias sobre crimes de homicídios e latrocínios, em alguns casos, acompanhados de imagens das vítimas. Atualmente, a internet se tornou mais um meio de propagação deste tipo de tema, sendo possível acessá-lo através de sites, blogs e comunidades como o Facebook e WhatsApp. Para autor, houve um aumento do acesso às informações sobre crime e segurança, onde as pessoas podem emitir suas opiniões mais abertamente, fazendo com que um debate sobre a relação entre violência e mídias surgisse.

A comercialização massiva de computadores e o maior acesso à internet fez com que uma nova realidade social de relações em rede atingisse um maior número de pessoas, “vimemos a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas que não podem mais serem compreendidas em separado, assim como suas consequências econômicas e políticas”. (MISKOLCI, 2016. p.277). Para Miskolci, surgiu uma nova área, ainda não consolidada, da sociologia que tem como intenção estudar os aspectos metodológicos da influência das novas tecnologias nas relações sociais. Segundo o autor, a sociologia digital é um novo campo investigativo, que precisa de atualizações metodológicas, e que é marcada por transformações sociocomunicacionais. Neste sentido, o autor afirma que precisamos rearticular as

teorias e os conceitos sobre o social no momento em que as relações sociais estão cada vez mais mediadas e moldadas pelas mídias.

Segundo o autor, “a vida conectada tem ampliado, intensificado e modificado nossas relações sociais assim como induzido nossa progressiva auto-compreensão como verdadeiros sujeitos digitais” (MISKOLCI, 2014. p. 285). Assim, a internet não produz uma redução nas relações sociais, isso seria, segundo autor, uma visão pessimista em contraposição às evidências que demonstram que as pessoas ampliam suas redes e mantém relações em todos os locais que frequentam. O surgimento de celulares, por exemplo, possibilita os indivíduos ficarem conectados frequentemente. O acesso à banda larga, melhorias na qualidade e na velocidade da rede, junto com o barateamento dos equipamentos permitiram um alcance maior de usuários, inserindo pessoas de classe populares no universo das mídias digitais.

Este processo, segundo o autor, vem se desenvolvendo desde os anos 1990, e fez com que os usuários passassem a ser criadores de conteúdo através da chamada Web 2.0, que ao lado do uso de smartphones – telefonia inteligente – gerou uma popularização das tecnologias comunicacionais em rede. Este processo ampliou o acesso ao universo e permitiu o compartilhamento de mensagens instantâneas em redes sociais e sites de compartilhamentos de fotos (MISKOLCI, 2016). Desta forma, quando nos referimos às mídias digitais, sintetizamos as transformações tecnológicas e sociais, para uma nova forma de socialidade ou “sociabilidade técnica”.

Em termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios tecnológicos de forma que digital se opõe ao analógico enfatizando o aprimoramento técnico enquanto a conexão em rede por meios comunicacionais baseados em plataformas enfatiza a maneira como se constroem relações sociais (MISKOLCI, 2014, p. 283).

Para os autores, Ramos e Miskolci, não significa que as mídias digitais sejam democráticas, mesmo possuindo um caráter globalizante, pois há muitos lugares em que pessoas não possuem acesso. Por outro lado, segundo Miskolci (2014), incentiva a criação e compartilhamento de culturas locais e permite aos indivíduos acrescentarem seus próprios conteúdos de notícias no seu tempo, demonstrando assim uma maior liberdade de comunicação, ao mesmo tempo em que, demonstra ser heterogênea. Boa parte da população já está conectada, o que para o autor, permite refletir sobre essa realidade em que as relações são mediadas em um contínuo “on-offline” (Op. cit. p.

284). Seguindo no mesmo sentido das mídias de massas, como a televisão, rádio e o jornal, e as mídias digitais se tornam objetos de análise sociológica. Mas “com a internet e a sociedade em rede, vivemos um momento paradoxal em que o público é segmentado diferenciado e seletivo, não mais se apresentando com uma audiência maciça, simultânea e homogênea” (RAMOS, 2014. p.180-181).

As mídias digitais, assim como as mídias de massas têm um grande interesse pela violência, sobretudo a letal. Isto posto, serão analisados nesse capítulo os discursos disseminados em redes sociais – Facebook e WhatsApp – sobre a violência letal e como interferem na construção da realidade social. Assim, nos guiamos através dos estudos da construção social (teoria social simbólica), nos papéis sociais representados por atores sociais e nos processos de interação entre indivíduos (Goffman, 1975)⁴⁸, que atualmente foram modificados pelos avanços tecnológicos, sendo que, a internet provocou profundas mudanças na realidade social e na forma de interação entre os indivíduos.

As mídias digitais foram uma ferramenta importante durante a pesquisa de campo, além de terem se tornado um instrumento para realização da etnografia, observou-se que os discursos disseminados nas redes sociais têm uma significativa influência nas transformações das dinâmicas sociais dos moradores de Luziânia. A internet contribui para alterar o processo de representação da realidade (RAMOS, 2014), sendo que as informações sobre crimes violentos que anteriormente circulavam em falas orais agora são acompanhados de imagens e vídeos. A “fala do crime” conceituada por Caldeira (2011), por exemplo, configura-se de modo particular, é intensificada, deixa de ser apenas uma fala, sendo complementada por uma “imagem do crime”.

Portanto, esta seção se dedicará a compreender as representações que a população de Luziânia atribuem à violência letal. Essas representações se exibem em formas discursivas, como por exemplo, a fala do crime, teorizada por Caldeira (2011). Desta forma, os discursos e narrativas sobre a morte violenta reordenam a estrutura social e as formas de interação da população do município. Durante a pesquisa de

⁴⁸ Em seu texto “A Representação de Si Mesmo na Vida Cotidiana” (Goffman, 1975), o autor analisa as relações sociais dos indivíduos, como eles se preocupam e formalizam uma ideia do indivíduo no qual está se relacionando, uma atitude que produz na pessoa analítica uma previsibilidade. Goffman estava interessado nas questões de interação, elementos teatrais da teoria (ator, palco, cena, atuação), porque, para ele, os papéis sociais são representados por atores sociais e processo de interação entre indivíduos.

campo, observou-se que duas plataformas digitais, Facebook e WhatsApp, tornaram-se uns dos principais mecanismos tecnológicos e informacionais de proliferação das representações, da fala do crime e, conseqüentemente, dos discursos sobre a violência letal, sendo imprescindíveis para a análise do fenômeno.

5.2 A utilização das mídias digitais Facebook e WhatsApp para a divulgação da violência letal em Luziânia

Os crimes de homicídio e latrocínio divulgados em mídias digitais como Facebook e WhatsApp se mostraram pertinentes como fonte de dados, pois eles trazem muitas informações sobre as mortes violentas que acontecem na região, como também as percepções da população luzianiense em torno do fenômeno. Os dados coletados são audiovisuais (fotografias e vídeos) e textuais que têm a letalidade violenta como tema. As mídias digitais são ferramentas que ajudam na interação com os moradores e no acesso ao campo; através delas, as informações dos homicídios e latrocínios são divulgadas, sendo possível analisar os debates dos integrantes das comunidades virtuais acerca dos crimes que ocorrem no município. As publicações trazem, em muitos casos, a(s) característica(s) da(s) vítima(s), as motivações das mortes e as percepções dos participantes dos grupos. Devido às dificuldades em acessar os BOs (Boletins de ocorrência), os processos judiciais sobre crimes violentos na região e à impossibilidade do compartilhamento dos resumos das ocorrências por parte do observatório da Polícia Militar com a pesquisa, a utilização das mídias digitais para a compreensão dos crimes violentos ocorridos no município se tornou necessária.

A veracidade dos fatos é questionável, mas por outro lado, a divulgação de vídeos, imagens e comentários de publicações de crimes de latrocínio e homicídio são representações do fenômeno da violência letal no município. Estas representações orientam o modo de agir, são orientadoras de condutas e admitem a existência de uma conexão de sentido (solidariedade), não sendo tomadas como falsas ou verdadeiras, mas como matéria-prima para o fazer sociológico (PORTO, 2014. p. 64). Concordando com Porto, é mais sensato dizer que interessa tanto o fato quanto sua representação, ou seja:

(...) mais relevante do que saber se tais ou quais representações são falsas ou verdadeiras importa questionar por que os indivíduos ou grupos de indivíduos as concebem dessa e não de outra forma e que efeitos ou desdobramentos acarretam, em termo de orientação de conduta. (PORTO, 2014. p. 62).

Através das redes sociais, foi possível agendar entrevistas com moradores e agentes públicos, participar de eventos sociais e organizações filantrópicas, inserções em grupos e páginas do Facebook relacionados à violência em Luziânia, sendo a página Radar Luziânia Online uma das principais e de grande importância para pesquisa, devido à constante divulgação de mortes violentas ocorridas na região.

No que tange a questão do compartilhamento de crimes violentos, o WhatsApp se mostrou menos pertinente na coleta de dados do que o Facebook para a pesquisa. Muitas das imagens compartilhadas no aplicativo foram retiradas da própria página do Radar. Entretanto o WhatsApp foi utilizado por moradores como ferramenta de vigilância, por policiais civis e militares no compartilhamento de informações e até para a comunicação no apoio tático em ocorrências, como demonstrado no capítulo anterior.

2.2.1 O Radar Luziânia online

*Está é a página Radar Luziânia Online, em cima do fato,
triplo homicídio hoje aqui em Luziânia*

A página do Facebook “Radar Luziânia online”⁴⁹ (ver figura 17) foi uma das mídias digitais mais utilizadas durante a pesquisa, pois na página diariamente são divulgados imagens, vídeos e textos de crimes ocorridos em Luziânia. Através dela, é possível acessar conteúdos sobre a motivação dos crimes e o perfil de algumas vítimas e de alguns agressores, ou seja, as representações que os cidadãos de Luziânia atribuem à violência letal. A página do Radar é organizada e idealizada por apenas uma pessoa, e durante a pesquisa de campo, foi possível entrevistar o idealizador do projeto, e acompanhar seu trabalho pelo município.

⁴⁹ A página do Facebook Radar Luziânia online contém imagens e vídeos de assassinatos. Para mais informações sobre a página, acesse: <https://www.facebook.com/Radar-Luzi%C3%A2nia-on-line-1708994492682297/?fref=ts> [descarregado entre o período 2016 e 2017].

Figura 17: Página do Facebook “Radar Luziânia online”



Fonte: A imagem foi retirada da página do Facebook Radar Luziânia Online.

Utilizando apenas um celular ou uma câmera digital, o jornalista sai pelos bairros de Luziânia registrando homicídios, latrocínios, acidentes, ações da PM e PC. Morador há dois anos em Luziânia, o repórter veio do Paraná para o município e desde que chegou em 2015, trabalha com programas policiais nas mídias digitais e em rádios locais cobrindo diversas ocorrências no município.

Eu já sou repórte policial né, trabalhava em rádio, aqui em Luziânia, na rádio comunitária aqui da cidade, e eu agreguei! Eu vou montar uma página, que se eu não to aqui na rádio, o pessoal pode acompanhar aqui pelo Facebook, pode acompanhar o que está acontecendo aqui na cidade, em questão não só de homicídios ou latrocínios, mas também tudo o que acontece sobre crimes né, como sou repórter policial. E a página foi crescendo, a expectativa não era tanta. Hoje é uma das páginas mais vistas do entorno (Repórter, Radar Luziânia Online).

Suas principais ferramentas são as próprias mídias digitais, utilizando-se principalmente do WhatsApp e das comunidades criadas pelos moradores de diversos bairros do município que usam o aplicativo para trocar informações. Os grupos são variados, alguns são redes de vizinhança outros têm como membros PMs e PCs, que fornecem ao jornalista diariamente informações sobre crimes ocorridos na região. Assim, a internet e o telefone celular são o seu principal meio de comunicação com seus

informantes. A utilização do smartphone com uma câmera acoplada é fundamental para realizar transmissões ao vivo, no qual as matérias não têm edição, tudo é feito no momento do sucedido, como por exemplo, no dia 03/05/2017 em que o pesquisador pode observar e analisar o trabalho do jornalista, em que o acompanhou até o Jardim Marília em Luziânia, para noticiar um homicídio:

Estava sentado com o repórter fazendo sua entrevista, logo após acompanhar uma manifestação contra a violência na cidade devido a um latrocínio ocorrido no dia 01 de maio. Enquanto gravava nossa entrevista, o repórter recebeu uma mensagem em seu celular sobre um homicídio no Parque Mingone. Assim que encerramos a entrevista, ele me convidou a ir ao local e ver como realiza o seu trabalho. Saímos da biblioteca no centro da cidade, entramos em seu carro e seguimos para o local da ocorrência. Percorremos uma distância de 10 quilômetros pela rodovia BR040 até chegar no Parque Mingone, lá fomos informados que o homicídio havia acontecido no Jardim Marília, local muito próximo de onde estávamos. Fomos para o local da ocorrência e de longe vimos várias pessoas cercado um terreno baldio. Ao se aproximar, encontramos as viaturas da polícia resguardando o ambiente. O repórter estacionou o carro bem perto da faixa de restrição colocada pelos policiais, descemos do carro, passamos por debaixo dela e os cumprimentamos. Logo em seguida nos explicaram o caso, o homicídio foi motivado por uma desavença entre colegas que consumiam bebida alcoólica próximo ao local do crime. A vítima, que aparentava ter uns quarenta anos, negra, estava estirada, sem camisa, e com algumas perfurações de faca pelo corpo. Aproximei do jornalista enquanto ele gravava a cena e transmitia ao vivo para a página do Radar. Após, observei ele entrevistar o policial, que pegou as anotações da ocorrência dentro da viatura e explicou o que tinha dentro do boletim. Nele continha o resumo da ocorrência, o nome da vítima e do agressor. Permanecemos no local por alguns minutos, até que o DPT (Departamento de Polícia Técnica) chegou para fazer a perícia, e fomos obrigados a nos distanciar. O repórter sabia que o agressor tinha sido preso em flagrante, o que o motivou a ir à delegacia civil, a 1º DRP de Luziânia (Delegacia Regional de Polícia), para entrevistá-lo. O jornalista, conhecido por todos, entrou na delegacia, subiu ao segundo andar e pediu ao delegado a autorização para a entrevista. Com a autorização, fomos até o agressor, que estava preso, acorrentado a uma barra de ferro e sentado em um banco de concreto. Era um homem negro, que aparentava ter a mesma idade de sua vítima e ainda estava embriagado. O repórter sentou-se ao seu lado, com o celular em punhos, e começou a gravar a sua entrevista, mas foi interrompido pelo escrivão que afirmava que o interrogatório ainda não tinha sido feito (Caderno de campo 03/05/2017).

Através do contato com o jornalista e da sua boa relação com os policiais militares ou civis, foi possível estabelecer uma aproximação com vários agentes de segurança, como também realizar diversas entrevistas. O repórter consegue informações precisas e privilegiadas sobre ocorrências de crimes letais em Luziânia através da PM, PC e de moradores, compartilhadas preferencialmente através do WhatsApp.

WhatsApp! O meu meio principal de comunicação é o WhatsApp. Outro meio que chega muito rápido para mim é na própria página. Como eu tenho 65 mil curtidas, vamos supor que 50 mil sejam da região e 15 mil para fora. Chega muito rápido, mensagens inbox, mensagens né que mandam privado para mim, é muito rápido, aconteceu já mandam até foto! Aconteceu, às

vezes eu não preciso ir até o local. Chega foto, já chega o histórico inteiro, já chega o nome da pessoa, idade, se ele tinha passagem, se não tinha, é uma questão muita rápida. O meio de comunicação via internet é muito rápido, WhatsApp é muito rápido né. O que aconteceu na hora, o pessoal já manda foto, manda um áudio: oh teve um homicídio! Então quer dizer, a internet hoje é o meio de comunicação mais rápido do mundo, funciona mais que telefone celular, funciona mais que tudo, a gente vê que tem Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, Telegram né, vários meios de comunicação que é na hora (Repórter, Radar Luziânia Online).

Isso demonstra que o jornalista divulga em suas páginas do Facebook o discurso vinculado às instituições policiais, ou seja, a linguagem institucional que vê o fenômeno da violência apenas sobre uma ótica conservadora de repressão violenta ao crime. As matérias não possuem neutralidade, mesmo que o repórter tenha tal pretensão, são sensacionalistas, o que fica óbvio quando o mesmo faz matérias ao vivo onde os corpos sem vida são expostos. Em alguns casos, há questionamentos sobre a índole das vítimas, que na maioria das vezes são associadas ao vínculo com o tráfico de drogas e a vida desviante. O repórter policial também se utiliza do registro criminal das vítimas, compartilhado pelos agentes de segurança, expondo seus antecedentes para justificar as mortes, demonstrando que suas matérias estão associadas às explicações dadas pelas organizações de segurança pública.

Como vimos anteriormente, as mídias digitais e sociais são redes de informação e interação, ferramentas que permitem a aproximação com os interlocutores e com os fenômenos dos crimes violentos que ocorrem na região. A utilização destes instrumentos permitiu ao pesquisador, por exemplo, manter contado constante com diversos interlocutores via WhatsApp e Facebook.

O jornalista que realiza seu trabalho no entorno de Brasília, faz suas reportagens em cidades como Cidade Ocidental, Novo Gama, Val Paraíso de Goiás, e em municípios do DF como Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Gama e Santa Maria. Mas Luziânia é a sua principal referência, não somente porque reside no município, mas devido à grande quantidade de homicídios e latrocínios ocorridos na região. Segundo o interlocutor, os bairros que mais costuma frequentar para realizar as matérias sobre crimes violentos são Setor Serrinha, Setor Fumal, Parque Estrela Dalva III, VII, VIII e o distrito do Jardim Ingá. O pesquisador residiu no bairro do Setor Fumal durante todo o período de campo, e não presenciou nenhum homicídio. Mas através da página pode acompanhar os crimes violentos nas localidades supra citadas.

A página é elaborada nos moldes do jornalismo policial sensacionalista, que além de noticiar crimes, traz informações de utilidade pública e anúncios de comércios locais. Neste sentido, a morte se torna um produto de mercado, em que comerciantes anunciam na página do Radar seus produtos e têm interesse que as informações sejam sensacionalistas para atrair “os cliques” e as visualizações. Assim, os registros de crimes violentos de forma impactante geram mais cliques e curtidas, e conseqüentemente mais anunciantes. A página do Radar tem aproximadamente 62 mil seguidores e curtidas – uma forma de dimensionar o impacto que as comunidades do Facebook possuem – o que leva a considerar que a página possui um número razoável de adeptos, considerando que a maioria dos acessos vem de moradores do município de Luziânia. Como o próprio autor diz:

(...) pelo notebook eu consegui ver que a página é curtida em mais de 70 países. Então minha página tem um alcance de 800 mil pessoas, curtidas diretas mais ou menos uns 65 mil, mais o alcance com os compartilhamentos chega a 700 a 800 mil pessoas que acessam a página em uma semana. Então quer dizer, tudo começou com o envolvimento com setor policial e rádio, e divulgar, fazer uma página para divulgar o visual, que é muito impactante. Inclusive as matérias que tem mais visualizações são as próprias que tem latrocínios e homicídios e crimes hediondos né. Então quer dizer, é uma parte da página que me dá mais audiência, e eu gosto de fazer isso, é o que eu gosto de fazer, é mostrar a realidade, principalmente na área de crimes.

A página foi monitorada pela pesquisa durante os anos de 2016 e 2017. As informações coletados foram apenas de crimes violentos intencionais letais ocorridos no município. Mas há notícias de crimes patrimoniais, acidentes e incidentes, informes políticos, comerciais e esportivos. O Radar não mostra todos os crimes violentos ocorridos na região, e as escolhas de quais serão noticiados é definida pela possibilidade do interlocutor chegar ao local do crime antes que o IML venha retirar o corpo. Não há uma escolha, segundo o interlocutor, simplesmente noticia o que está mais perto. O repórter afirma que consegue registrar todos os homicídios na região, por mais que aconteçam no mesmo dia, no mesmo horário e em localidades diferentes. Isso é devido principalmente ao IML de Luziânia estar interditado por falta de alvará sanitário⁵⁰, o que tem como consequência a permanência de corpos por longos horários na cena do crime.

⁵⁰ O IML de Luziânia foi fechado no dia 09/02/2017 devido a sua precária situação. Segundo relatos e a reportagens, o IML não estava suportando a demanda de atender cidades de quase todo entorno de Brasília, e os corpos estavam ficando a céu aberto e em viaturas funerárias, fazendo com que vizinhos sentissem o cheiro de carniça. Para mais informações acessar: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/juiza-manda-interditar-impl-de-luziania-por-caoa-de-irregularidades-em-go.html> [descarregado no dia 11/05/17].

Não tem! A gente vai chegando, vai fazendo, e geralmente não consegue fazer todos... O que está mais perto. Por exemplo, chegou para mim um homicídio que aconteceu um às 8h, um às 9h e um às 10h, eu tento ir no primeiro, para pegar as imagens antes que o IML recolha o corpo, antes que a perícia, para não perder nenhuma matéria, e geralmente, raramente a gente perde uma matéria, raramente, devido também ao IML hoje está longe aqui de Luziânia, está na cidade de Formosa, e demoram muito para vir buscar. Se tiverem dez homicídios, eu consigo cobrir os dez (Repórter, Radar Luziânia Online).

Para uma melhor compreensão do trabalho realizado pelo interlocutor, todos os dados foram sistematizadas em uma tabela (ver figura 18), semelhantes aos que foram fornecidos pelo Observatório da Polícia Militar de Luziânia, contendo o tipo de crime mencionado (homicídio, latrocínio e lixamento), data e horário da publicação da ocorrência, provável horário da ocorrência, bairro da ocorrência, cidade, local da ocorrência (via pública ou privada), sexo (feminino ou masculino), arma utilizada no crime (arma branca ou arma de fogo), faixa etária (jovem ou adulto)⁵¹, cor/raça⁵², antecedentes criminais, resumo da ocorrência, fonte e tipo de imagens vinculada (fotografia ou filmagem).

Figura 18: Sistematização de dados dos homicídios divulgados nas mídias digitais.

NATUREZA	DATA	ANO	MES	DIA DA SEMANA	FX HORARIA	Horario	Bairro	Cidade	Local	Sexo	FX ETARIA	COR/RAÇA	Antecedente	Tipo de Arma	RESUMO	FONTE	IMAGEM/VIDEO
HOMICIDIO	27/01/2016	2016	JANEIRO	QUARTA-FEIRA	NC	NC	BRO40	SANTA MAR	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AF	Facebook	PG FACEBOOK RADAR 1	IMAGEM
HOMICIDIO	11/02/2016	2016	FEVEREIRO	TERÇA-FEIRA	NC	NC	NC	GOAS VERO	VIA PUBL M	NC	20	NEGREO	NC	AF	Facebook	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	20/02/2016	2016	FEVEREIRO	SABADO	NC	15:00	BR040	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AF	Na BR 040 após	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	17/03/2016	2016	MARÇO	QUINTA-FEIRA	NC	21:00	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AF	Homem assassin	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	24/03/2016	2016	MARÇO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	MAIOR	NEGREO	NC	NC	AF	Três homens a	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO E IMAGEM
HOMICIDIO	24/03/2016	2016	MARÇO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	MAIOR	NEGREO	NC	NC	AF	Três homens a	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO E IMAGEM
HOMICIDIO	24/03/2016	2016	MARÇO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	MEJOR	NEGREO	NC	NC	AF	Três homens a	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO E IMAGEM
HOMICIDIO	01/04/2016	2016	ABRIL	QUINTA-FEIRA	NC	NC	SÃO CAE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	40	NEGREO	NC	AF / AB	No São Caetan	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
LATROCINIO	04/04/2016	2016	ABRIL	SEGUNDA-FEIRA	DE MANHA	NC	PARQUE	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	NC	NC	NC	AF	Mais um homici	PG FACEBOOK RADAR 1	NC
HOMICIDIO	31/04/2016	2016	ABRIL	QUARTA-FEIRA	NC	NC	SETOR F	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	NC	NC	NC	AB	A PÁGINA RAD	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO/ENTREVISTA
HOMICIDIO	19/05/2016	2016	MAIO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	BRANCO	NC	NC	AF	HOMICIDIO NO	PG FACEBOOK RADAR 1	IMAGEM
HOMICIDIO	20/05/2016	2016	MAIO	SEXTA-FEIRA	MADRUGADA	NC	PARQUE	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	NEGREO	NC	NC	AF	DUPLO	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	20/05/2016	2016	MAIO	SEXTA-FEIRA	MADRUGADA	NC	PARQUE	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	NEGREO	NC	NC	AF	DUPLO	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	20/05/2016	2016	MAIO	SEXTA-FEIRA	MADRUGADA	NC	PARQUE	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	NEGREO	NC	NC	AF / AB	Raposo	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	04/06/2016	2016	JUNHO	SEGUNDA-FEIRA	NC	NC	SANTA FI	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	38	NEGREO	S	AF	HOMICIDIO EM	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	11/06/2016	2016	JUNHO	SABADO	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	25	NEGREO	NC	AF	Facebook	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	13/07/2016	2016	JULHO	QUARTA-FEIRA	NOITE	18:30	SETOR P	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	21	NC	S	AF	Mais um homici	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	27/07/2016	2016	JULHO	QUARTA-FEIRA	TARDE	13:00	PARQUE	LUZIANIA	HOSPITAL M	NC	NC	NC	NC	AF	PARQUE BALEA	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	28/07/2016	2016	JULHO	QUINTA-FEIRA	NOITE	NC	SETOR L	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Facebook	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	08/08/2016	2016	AGOSTO	SEGUNDA-FEIRA	TARDE	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	15	NEGREO	NC	AF	Homicidio	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	09/08/2016	2016	AGOSTO	TERÇA-FEIRA	NOITE	NC	JARDIM A	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Mais um jovem	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	15/08/2016	2016	AGOSTO	SEGUNDA-FEIRA	TARDE	NC	JARDIM B	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	S	AF	Mais um homici	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO	
HOMICIDIO	24/08/2016	2016	AGOSTO	QUARTA-FEIRA	NOITE	21:00	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	22	NEGREO	NC	AF	Mais um homici	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	31/08/2016	2016	AGOSTO	QUARTA-FEIRA	NC	NC	SETOR V	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	23	NEGREO	NC	AF	Estivemos no l	PG FACEBOOK RADAR 1	NC
HOMICIDIO	06/09/2016	2016	SETEMBRO	TERÇA-FEIRA	NOITE	23:00	JARDIM B	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Duplo homicid	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	06/09/2016	2016	SETEMBRO	TERÇA-FEIRA	NOITE	23	JARDIM B	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Indivíduos não	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	12/09/2016	2016	SETEMBRO	SEGUNDA-FEIRA	DE MANHA	12:30	???	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AF	Mais um	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	14/09/2016	2016	SETEMBRO	QUARTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Homicidio e ter	PG FACEBOOK RADAR 1	IMAGEM
HOMICIDIO	15/09/2016	2016	SETEMBRO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	ZONA RU	LUZIANIA	RESIDEN M	NC	34	NEGREO	NC	AF	uma fazenda	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO E IMAGEM
HOMICIDIO	15/09/2016	2016	SETEMBRO	QUINTA-FEIRA	NC	NC	ZONA RU	LUZIANIA	RESIDEN M	MAIOR	BRANCO	NC	NC	AF	uma fazenda	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	18/09/2016	2016	SETEMBRO	DOMINGO	NC	NC	JARDIM C	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AB	primeiro homici	PG FACEBOOK RADAR 2	VIDEO
HOMICIDIO	25/09/2016	2016	SETEMBRO	SEGUNDA-FEIRA	NOITE	01:38	PEDREGF	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	NC	NC	NC	AB	HOMICIDIO DOL	PG FACEBOOK RADAR 1	IMAGEM
HOMICIDIO	26/09/2016	2016	SETEMBRO	TERÇA-FEIRA	NOITE	NC	SETOR F	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	20	NEGREO	NC	AF	Homicidio setor	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	26/09/2016	2016	SETEMBRO	QUARTA-FEIRA	NC	NC	SETOR S	LUZIANIA	VIA PUBL F	NC	NC	NC	NC	NC	cadáver setor	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	25/10/2016	2016	OUTUBRO	TERÇA-FEIRA	NOITE	NC	MINGONE	LUZIANIA	VIA PUBL M	JOVEM	NEGREO	NC	NC	AF	Facebook	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	02/11/2016	2016	NOVEMBRO	QUARTA-FEIRA	NOITE	20:00	SETOR F	LUZIANIA	RESIDEN F	NC	12	NC	NC	AF	Homicidio a pol	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	08/11/2016	2016	NOVEMBRO	QUARTA-FEIRA	NC	NC	PARQUE	LUZIANIA	ZONA RU F	NC	34	NC	NC	NC	http://globo.c	GT COM	VIDEO E MATÉRIA JORNALI
HOMICIDIO	10/11/2016	2016	NOVEMBRO	QUINTA-FEIRA	DIA	NC	PARQUE	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	16	NC	S	AF	Homicidio a	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO
HOMICIDIO	23/11/2016	2016	NOVEMBRO	QUINTA-FEIRA	NOITE	NC	SETOR S	LUZIANIA	VIA PUBL M	NC	28	NC	NC	AF	Mais um	PG FACEBOOK RADAR 1	VIDEO

Fonte: Acervo pessoal.

⁵¹ A faixa etária foi dividida entre jovens e adultos, pois muitos dos crimes mencionavam jovens ou senhores, mas não a idade exata, em outros casos a visualização das imagens foi utilizada para identificar, a partir da percepção do pesquisador, a possível idade das vítimas.

⁵² Da mesma forma da questão anterior, as definições de cor e raça foram realizadas pelo pesquisador, que utiliza das classificações do IBGE, considerando pretos e pardos como negros. Novamente as imagens de assassinatos foram utilizadas para fazer esta análise, entretanto, nas tabulações do observatório não constam dados sobre cor/raça.

No período de 2016, em Luziânia, a Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás (SPPAP-GO) registrou 152 mortes violentas, entre latrocínios e homicídios, enquanto a página do Facebook “Radar Luziânia online” divulgou 38 crimes violentos, isso significa 24% do total das mortes letais. Já no ano de 2017, página relatou 58 mortes violentas, enquanto a SSPAP/GO registrou 126, isso corresponde a 46% dos crimes violentos. A tabela a seguir (5) traz a ordenação dos dados oficiais e da página “Radar Luziânia online” sobre a violência letal no município dos anos de 2016 e 2017, ou seja, desde o período de sua criação.

Tabela 5: Mortes violentas no município de Luziânia GO

Crimes violentos intencionais letais no município de Luziânia – GO													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Radar Luziânia online – 2016	0	1	4	3	4	2	3	5	10	1	5	0	38
Dados oficiais – 2016	7	12	21	11	15	8	14	9	13	13	16	13	152
Radar Luziânia online – 2017	8	5	6	4	12	5	3	1	1	6	4	3	58
Dados oficiais – 2017	23	10	11	7	15	4	9	11	6	13	10	7	126

Fonte: SSPAP/GO e Página Radar Luziânia online⁵³.

Considerando que o jornalista trabalha sozinho, notamos que ele consegue cobrir uma significativa parcela das mortes violentas ocorridas em Luziânia. Podemos também verificar que de 2016 para 2017 houve um significativo aumento das reportagens sobre homicídios na região, passando de um quarto dos crimes publicados para em média 50% até o momento. Isso é decorrência do sucesso da página, e dos recursos que recebe de comerciantes locais, que segundo o próprio interlocutor, tem aumentado no decorrer desses dois anos. Para o repórter, são os crimes violentos letais intencionais, homicídios e latrocínios, que alavancam a popularidade da página, mesmo que haja outros tipos de notícias. O interlocutor acredita que está fazendo um favor à comunidade, “mostrando a realidade assim como ela é”, e por isso gosta de fazer seus vídeos sem edição:

⁵³ Os dados foram coletados da SSPAP/GO e da página Radar Luziânia Online.

Não tem edição, nenhum vídeo tem edição! É nu e cru, do jeito que ta vai! Chegou pra mim, gravei, do jeito que eu gravei eu mando pro ar. A gente não tem essa de ficar maquiando problemas da cidade não (Repórter, Radar Luziânia Online).

Para ele, isto é um fator que o diferencia das mídias convencionais, por demonstrar o que o “povo deseja ver”, por “não editar” suas matérias, por “falar a língua do povo”:

A gente fala a língua do povo, a gente mostra o que o povo quer ver. Claro que, a gente não vai chegar e mostrar uma criança morta, não, a gente tem sensibilidade também, mas a gente mostra o que o povo quer ver, o povo por incrível que parece que ver desgraça. Se você botar lá uma receita de bolinho de chuva e resumo de novela tem 100 visualizações, bota um homicídio você fazendo ao vivo do local, você acompanhou comigo agora aqui, ao vivo, transmissão ao vivo, 250, 300 pessoas (...). Quando é problema, tem muita visualização. Então a diferença é essa, a gente mostrar, como diz, a verdade é nua e crua. A gente não edita, do jeito que esta vem, a gente arca com as consequências, a gente recebe processo, a gente recebe ameaça, bandido ameaça toda hora, é carro com perfuração de bala. É tiro, a gente sofre tentativa de homicídio, tentam matar, mas a gente está ai. É o trabalho que eu gosto de fazer, é o meu ganha pão, e eu não vou deixar de fazer isso por medo de intimidação. É uma página muito conceituada, tem uma credibilidade muito grande. A gente tem patrocinador que mantém a página, que mantém a gasolina, que mantém a manutenção do carro, que mantém o celular, que mantém a internet. A gente precisa... Ninguém trabalha de graça, mas em compensação a troca é o que, a gente fazer a propaganda dessas empresas, e as empresas tem uma visibilidade muito grande (Repórter, Radar Luziânia Online).

Como podemos perceber no relato anterior, o jornalista, além receber apoio da polícia para a divulgação dos crimes na região, também recebe de pequenos comerciantes locais para pagar seus custos com combustível, internet e para se sustentar. Mesmo afirmando ser registrado oficialmente como jornalista, não aparenta ter um empregador, sendo seu trabalho considerado autônomo. Esses comerciantes apoiam a iniciativa do interlocutor, e veem na sua atitude uma possibilidade de “denunciar” à violência na região. Desta mesma forma, a PM e a PC utilizam-se da página para divulgar operações policiais, com a intenção de melhorar a imagem da corporação para com a população luzianiense. Além disso, o repórter afirma que sofre ameaças e que já sofreu várias tentativas de assassinato devido ao tipo de trabalho que efetua, e muitos dos moradores da região acreditam que o mesmo seja um policial. Segundo o interlocutor, é normal ter que lidar com processos devido às reportagens que faz e arcar com os custos. O que não seria necessário, segundo ele, se as mídias convencionais, que se utilizam de suas imagens para divulgar crimes considerados mais relevantes na região, remunerassem o seu trabalho.

O repórter acredita que sua forma de reportar o crime em Luziânia destoe totalmente das grandes mídias de massa, considerando-se mais democrático e justo. Por outro lado, acredita ter contribuído para o aumento da sensação de insegurança após as suas publicações. Porém, para a o interlocutor, a violência sempre existiu independente de existir uma página, sendo que o seu trabalho é apenas “transmitindo a realidade”.

Nota-se que para o interlocutor é importante que as notícias sobre mortes violentas circulem na página e que sejam constantemente renovadas. A exibição sem edição, “mostrar a realidade como ela é”, reforça o sensacionalismo e serve com ferramenta para atrair mais espectadores. A morte, neste sentido, é um atrativo para que a audiência se mantenha, e assim, cativar comerciantes e angariar fundos. Expor crimes violentos ou “denunciá-los” de forma chocante gera mais “curtidas”, visibilidade e lucros, mas também faz circular a moral acrimoniosa e política que dissemina ideias conservadoras e preconceituosas, como por exemplo, a de “bandido bom é bandido morto”, partilhada tanto pelo interlocutor quanto pelos financiadores da página. Não é à toa que o interlocutor tente, constantemente, afirmar sua neutralidade e assim legitimar suas narrativas e seu trabalho, porém, seus discursos demonstram que o mesmo está totalmente inserido no universo que retrata, principalmente ao que se refere a um *ethos* masculino e viril que caracteriza as relações que produzem violência. Suas narrativas estão carregadas de moralidades e interesses de terceiros que lhe permitem adentrar na cena de um crime ou interrogar um suspeito, mesmo que isso vá contra os direitos e contra os desejos de familiares.

Por outro lado, há quem aprove e reforce o tipo de jornalismo da página, demonstrando assim dois grupos no interior da população, o que concorda com suas ações e o que é contra. O interlocutor procura homogeneizar os pontos de vistas contraditórios com a pretensão de representar o povo dentro das disputas discursivas sobre violência. Sua neutralidade controversa é revelada, sendo sua intenção veicular imagens de *bandidos* mortos, legitimando através dos antecedentes criminais das vítimas a exibição dos corpos, reproduzindo assim, a mesma prática de jornais policiais sensacionalistas que circulam em mídias convencionais.

5.2.1 As publicações do Radar Luziânia Online

Para entender melhor as publicações feitas na página Radar Luziânia, serão apresentados alguns exemplos de divulgação de homicídios ocorridos em Luziânia:

- a) HOMICÍDIO DOLOSO + HOMICÍDIO TENTADO. Às 01h38min do dia 25/09/2016 a equipe policial estava realizando patrulhamento bancário na Quadra 482 - Pedregal quando o COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar) repassou uma solicitação de disparos de arma de fogo na Quadra 606 - Pedregal. Que, de imediato, deslocamos no local, ao qual deparamos com (Nome da primeira vítima) caído no chão, solicitando socorro, informando que foi vítima de pedradas e facadas e, afirmando ainda, que alguns indivíduos estavam esfaqueando o seu colega no interior do veículo GM/KADETT GL, Placa: (do carro), Cor: Branca. Que, no intuito de capturar os autores, deslocamos até o referido veículo, momento em que visualizamos (nome da segunda vítima) agonizando ao chão, onde foi requisitado o socorro através do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). Que, (Nome da primeira vítima) foi conduzido até o Posto de Saúde 24hs com o estado de saúde estável e diversas perfurações de arma branca. Que, foi constatado o óbito no local de (nome da segunda vítima), sendo acionado o Instituto Médico Legal por meio do perito (nome do perito). Que, em ato contínuo a guarnição iniciou as buscas nos arredores da densa mata fechada obtendo êxito ao encontrar (nome do agressor), DN: (data de nascimento do agressor) com as mãos sujas de sangue. Que, providenciamos o reconhecimento do suposto autor através de imagens, sendo identificado rapidamente pela vítima (nome da vítima) e testemunhas (nome da primeira testemunha) e (nome da segunda testemunha), onde alegaram haver uma desinteligência numa festa em residência entre o autor e possíveis autores não identificados. Que, diante dos fatos e da flagrância delitiva o autor e testemunhas foram encaminhados para o CIOPs do Céu Azul. Que, foi confeccionado Auto de Prisão em Flagrante n. (número do processo) em desfavor de (nome do agressor) com fulcro no art. 121, _caput_ (homicídio doloso) e art. 121, c/c art. 14, inciso II (homicídio tentado) do Código Penal. Vtr 7614 (19* BPM - Novo Gama) - Cb PM (Nome do cabo da PM) - Cb PM (Nome do Cabo da PM); (Página do Facebook Radar Luziânia online).
- b) Mais um homicídio ocorrido no Parque Mingone 2 ontem à noite. Até o momento que estivemos no local o rapaz não havia sido identificado. Esse crime ocorreu por volta das 21h (Página do Facebook Radar Luziânia online).

Como pode-se notar no primeiro relato, anunciado com letras garrafais, há uma transcrição literal do BO, da sua linguagem típica, que inclui uma narração dos fatos, nomes dos policiais, vítimas, agressores, testemunhas, o processo de incriminação e as delegacias envolvidas. A publicação contém imagens do local do crime, mas não é

possível ver a vítima, somente marcas de sangue espalhadas pelo chão e dentro do carro onde o crime ocorreu. Já a segunda descrição, ao contrário da anterior, o qual o interlocutor não teve acesso ao BO, possui poucas informações, constando apenas a localidade do crime, data e horário. Mas em compensação, o relato é publicado com fotografias e vídeos. Nestas imagens, um homem, jovem, negro tinha sido alvejado por arma de fogo, onde é possível ver, nitidamente e sem censura, o corpo estendido no chão.

Esses são dois tipos de relatos encontrados na página do Radar. Algumas ocorrências são completas e trazem todas as informações precisas do evento, outros são informações compartilhadas pela PM e PC, que portam o discurso oficial das instituições de segurança. Em outros episódios, as descrições são vagas, não trazem muitas informações, mas possuem imagens e vídeos que proporcionam a visualização do crime, e ajudam a identificar as características das vítimas e em alguns casos dos agressores. Raramente as publicações das mortes violentas não vêm seguidas de fotografias ou filmagens. Algumas são realizadas à distância, onde não é possível ver o corpo, somente curiosos, o local do crime e a PM. Outras já demonstram toda a violência do ocorrido, sendo que há casos, quando se trata de vídeos, em que é possível ver a vítima agonizar antes de morrer. Isso demonstra que o repórter está atrás da espetacularização do corpo vitimado, pois quanto mais intensa a brutalidade das mortes, mais “curtidas” o jornalista ganha em sua página do Facebook. Há um espetáculo punitivo do corpo supliciado (FOUCAULT,1987), sendo que nestas situações o espetáculo deixa de ser oculto e o sofrimento do corpo retoma ao centro das atenções como alvo principal da repressão penal e da punição física legitimada, em alguns casos, por um suposto envolvimento com o crime.

Nas mídias sociais, é comum termos acesso às imagens e vídeos que contém conteúdo de extrema violência. Isto fez com que o Facebook procurasse restringir conteúdos de violência letal criando sistemas de controle e punido páginas e seus respectivos organizadores⁵⁴. O próprio interlocutor afirma que já foi punido e que sua página foi tirada do ar quando passou dos limites estipulados pelo Facebook, ao demonstrar conteúdos de extrema violência, por exemplo, em vídeos em que é possível

⁵⁴ O Facebook começou a colocar advertências sobre vídeos postados em seu site, identificando conteúdos que possam "chocar, ofender ou indispor" seus espectadores. Para mais informações acessar: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_facebook_videos_violencia_pai [descarregado no dia 12/05/17].

ver a vítima agonizando antes de morrer ou sendo incinerada, o que o obrigou a mudar a sua forma de relatar os crimes violentos:

(...) Inclusive me tiraram do ar durante um tempo, devido a uma postagem que eu fiz. Eu cheguei na cena de um crime e gravei um vídeo, mas só que eu não vi que o rapaz estava dentro do carro sendo queimado, e o Facebook me tirou uma semana do ar. O que que aconteceu? Com isso entrei em contato com Facebook e pelo notebook eu consegui ver que a página é curtida em mais de 70 países (Repórter, Radar Luziânia Online).

Com as punições o interlocutor procurou se adaptar às novas regras estipuladas pelo Facebook, o que não se aplica ao aplicativo WhatsApp. As imagens agora são feitas à distância, como pode ser averiguado durante a observação do trabalho do jornalista. Mas não é somente a empresa Facebook que limita suas ações. Em muitos casos, as famílias das vítimas impedem a realização das imagens ou procuram o interlocutor para fazer reclamações, o que obriga retirada de vídeos e fotografias de crimes letais de sua página, porém não o impede de relatar a ocorrência e divulgar os nomes das vítimas. Isso evidencia um conflito discursivo entre interlocutor e familiares em que o primeiro se ampara em uma justificativa de expor a criminalidade no município, mesmo que violenta e sanguinária, e tem o suporte de empresas e das instituições de segurança. Já as famílias buscam legitimar seus argumentos revelando o constrangimento que sofrem com a exibição de parentes vítimas de crimes violentos, além procurar dissociar a imagem da vítima ao crime, lutando contra a visibilidade e os transtornos, estigmas e preconceitos que podem trazer.

Estivemos no local do homicídio no Setor Viegas. Rapaz aproximadamente 23 anos identificado como (nome da vítima), mas com apelido de negão, foi alvejado por vários disparos de arma de fogo. A princípio 1 no rosto 1 na costelas e vários nas costas. Não temos fotos e imagens, pois a família pediu que nós não fizéssemos (Página do Facebook Radar Luziânia online).

Isso demonstra que as imagens e filmagens são feitas à revelia de autorização prévia de familiares, basta apenas que o corpo não seja reclamado no momento do crime. A família, neste caso pode ser considerada um impedimento para a divulgação das imagens. Mas como afirma o próprio interlocutor, as fotos de longe ou de corpo cobertos sempre são mantidas. O relato a seguir demonstra o descontentamento de um familiar ao saber que a página “Radar Luziânia online” tinha divulgado a morte de seu irmão:

Ele é meu irmão, morreu por causa de uma briga. Engraçado meu irmão no chão e nós querendo joga um lençol nele, não podia agora um filho da puta de um policial faz uma porra de um vídeo desse e posta nas redes sociais sem autorização da família 🤔🤔🤔🤔🤔, nem respeita a dor das pessoas 🤔. Ainda nem sabia do que ele tinha sido morto, falou que nem era tiro e na verdade

era porque não tinha sangue no chão na hora, o policial até falou no WhatsApp pra outro que o dia que ele não ver sangue da vontade de furar o próprio dedo pra ver sangue, isso é coisa pra falar, queria ver se fosse alguém da família deles 😊 (Usuária do Facebook).

A reclamação faz parte da mesma publicação em que Radar exhibe imagens do corpo da vítima, nos campos em que os usuários do Facebook podem comentar sobre exposição das notícias. Neste caso, podemos notar que a mesma mídia digital que causa dor no usuário serve para que ele manifeste seu sofrimento e indignação. Isso significa que, ao contrário das mídias massivas de comunicação, como rádio e televisão, os receptores de informação tem muito mais probabilidade de se manifestar sobre o conteúdo das informações que recebem, principalmente quando estão totalmente envolvidos. As imagens das mortes que são relatadas na página, por mais que possuam filtros de conteúdo, é acessada por qualquer pessoa maior de idade ou não, em vista de que basta ter apenas 13 anos para abrir uma conta no Facebook. As postagens, na maioria das vezes, são bem recebidas pelos seguidores. Regularmente os comentários sobre os crimes explanam a noção que a população tem sobre a violência letal no município. Normalmente são lamentações pelas vidas perdidas, orações pelas vítimas e críticas dirigidas aos órgãos de segurança pública, além das direcionadas às práticas de exposição da própria página.

Isso mostra que as mídias digitais não são democráticas, pois os indivíduos que não querem a visibilidade do corpo não são respeitados, mesmo fazendo parte “do povo” que para o jornalista é representado na página. Há pelo menos dois pontos de vista, em que um tem o interesse em homogeneizar os discursos e os outros a contradizê-los.

Para ilustrar este fenômeno, apresento dois casos de crimes violentos que ocorreram na região. O primeiro é sobre um crime de triplo homicídio que foi divulgado pela página no dia 24/03/2016, no Parque Estrela Dalva VIII, onde três pessoas foram assassinadas com a utilização de arma de fogo, todas do sexo masculino. A notícia vinha com o vídeo e fotografias dos corpos das vítimas, o que permitiu identificar que dois dos indivíduos eram jovens e negros.

Muito bem amigos da página Radar Luziânia Online, estamos aqui no Parque Estrela Dalva VIII, onde foram encontrados três corpos, um triplo homicídio aconteceu aqui na nossa cidade hoje, a Polícia Militar está no local e chegou agora a Polícia Civil. Parece que o nome dos rapazes ai, foram identificados dois (nome da vítima) e também (nome da vítima), ambos foram identificados, o outro não foi ainda. Então três corpos ai, encontrados nesta casa, a princípio a polícia, os corpos estão bem rígidos, a princípio foi feito

de madrugada o serviço aí, eles foram mortos de madrugada, e um vizinho veio bater palma na casa aqui, e encontro dois corpos pra fora e um corpo atrás da casa. A polícia adentrou o local e encontrou drogas dentro da casa aí, então provavelmente aí seja um acerto de contas. Está é a página Radar Luziânia Online, em cima do fato, triplo homicídio hoje aqui em Luziânia (Página do Facebook Radar Luziânia online).

Nesta publicação, houve 68 comentários, 567 curtidas, 393 compartilhamentos e 69.098 visualizações. Os comentários se centralizaram em debater qual o verdadeiro local da ocorrência, marcar outras pessoas para ler a notícia, lamentar alta quantidade de violência letal no município e fazer julgamentos morais sobre as vítimas como podemos ver a seguir:

Misericórdia senhor tenha piedade da população de Luziânia (Usuário do Facebook).

Meu Deus! Nossa cidade está entregue, não temos saúde, nem educação, nem segurança. Cadê a Guarda Municipal senhor... (Usuário do Facebook).

Se eu bem ouvi o repórter falou que foi encontrado drogas na casa então certamente boas peças não eram (Usuário do Facebook).

Esse é o fim quando se envolve com coisa errada!! Cadeia ou morte!!! Infelizmente (Usuário do Facebook).

E né mais quem somos nós pra julgar umas pessoas? As vezes não teve oportunidades ou até mesmo o apoio da família ou do governo com uma clínica de recuperação de dependentes químicos que não temos em Luziânia. E outra muitas vezes aparece umas Clínicas ruins que só levam essas pessoas pra lá para bater e até judiar delas. E também temos que lembrar que eles também são filhos de Deus igual a gente! (Usuário do Facebook).

Em outro caso, no dia 05/04/2016, quatro pessoas foram assassinadas no Jardim Ingá em uma chacina que ganhou páginas nos jornais locais e do entorno. Destas quatro vítimas, três eram irmãos, jovens e negros (Ver figura 19). A página do Radar traz os nomes e fotos dos corpos das vítimas, de todos os três executados no mesmo cômodo da casa. Em outras postagens, divulga fotos de cada vítima antes do homicídio e vídeos da grande mobilização da PM e da PC em resolver o caso.

Chacina no Jardim Ingá. Na madrugada de terça feira 05/04/2016, quatro pessoas foram assassinadas, entre eles três irmãos por volta das 2 horas da manhã. (Nome das quatro vítimas)... Fotos das vítimas da chacina no Jardim Ingá. A última foto IMAGEM FORTE (Página do Facebook Radar Luziânia online).

Figura 19: Chacina no Jardim Ingá



A imagem acima é de uma chacina ocorrida no Jardim Ingá. A fotografia foi editada com intenção de respeitar as vítimas e não causar nenhum constrangimento ao leitor, porém é importante apresentar as contribuições que as imagens das mortes violentas produzem nas análises sobre as representações e os discursos através das mídias digitais. Fonte: Página do Facebook Radar Luziânia Online, 2016.

Neste caso, devido à gravidade do crime, além da grande movimentação dos órgãos de segurança pública na captura dos suspeitos no Jardim Ingá, muitos jornais divulgaram o episódio, entre eles o Correio Braziliense em seu editorial impresso e digital, que traz informações completas do ocorrido⁵⁵. O jornal afirma que os irmãos eram usuários de drogas e foram assassinados por terem dívidas com traficantes, informação que não foi reproduzida na página do Radar. Mas o fato de serem mortos com extrema violência é representado como um pressuposto de delinquência, por outro lado, também uma forma de atenuar comentários severos:

Que imagem mais triste dói tanto em saber que hoje uma família sofre a perda de seus filhos sendo marginais ou não são seres humanos acima de tudo (Usuário do Facebook).

⁵⁵Três irmãos morrem em chacina no Parque Estrela Dalva: jornal Correio Brasiliense, para mais informações acessar: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/06/interna_cidadesdf.526033/tres-irmaos-morrem-em-chacina-no-parque-estrela-dalva-no-jardim-inga.shtml[descarregado no dia 25/04/2016].

Conheci Todos: Muito triste jovens com um futuro imenso lembro me que preguei o evangelho a eles e convidava sempre pra ir a igreja, pena que nunca ouviram. Independente de tudo o que fizeram de errado é doloroso ver jovens se perdendo dessa maneira. Que Deus tenha Misericórdia dos que ficam! (Usuário do Facebook).

Precisam pagar pelos erros cometidos mas esta cena não pode causa alegria em ninguém.... por isso as vezes prefiro a companhias de animais do que muitos que se dizem humanos (Usuário do Facebook).

Hoje são uma ou três mães que choram, mais imagina quantas mães poderiam chorar por culpa deles... Não podemos desejar a morte mas seria pior se fosse um pai de família... (Usuário do Facebook).

O fato de uma mãe perder três filhos gerou uma comoção maior nos comentadores da notícia, abrandou certos comentários conservadores como, por exemplo, a frase “bandido bom é bandido morto”, mesmo havendo suas exceções. Este caso é emblemático se comparado ao anterior, em que supostamente jovens teriam sido assassinados pelo contato com as drogas e tráfico. O fato de uma atrocidade ameniza comentários mais ríspidos, e faz com que os usuários se compadeçam, mesmo que legitimem as mortes, com a situação dos familiares das vítimas. Mas se comparado a um latrocínio em que a vítima é considerada inocente, o “sujeito de bem”, as reações dos usuários tende a se tornar mais virulentas. Nestes casos, uma fúria é direcionada ao(s) suspeito(s) do crime, motivando um sentimento de vingança e revolta nos usuários. Assim sendo, nas redes sociais, os usuários sentem-se mais à vontade para expor suas ideias e opiniões, mas elas são delineadas conforme as informações que recebem, o que interfere nas suas representações sobre o fenômeno da violência letal.

As publicações de violência letal nas mídias digitais têm implicações diretas nas vidas dos moradores de Luziânia. As informações circulam com rapidez e chegam a praticamente toda a população. Notícias que antes eram divulgadas através das mídias de massa ou em narrativas orais agora são acompanhadas de vídeos e fotografias e chegam instantaneamente à população. As mídias digitais influenciam diretamente na circulação dos discursos sobre a violência, o que implica na mudança de comportamento dos moradores. As informações sobre a violência são intensificadas, e tem profundos impactos na construção da realidade social e das relações sociais.

5.3 Novas formas de representação da Violência em Luziânia: O universal digital da violência letal

De acordo com a Teoria das Representações Sociais (TRS), a violência não é um fenômeno singular, mas plural, em que o termo “violência” está carregado de conteúdos valorativos que estruturam e presidem a vida social. As representações são noções, teorias e práticas que os indivíduos constroem para se situar no mundo que os rodeia, explicá-lo e apreender sua maneira de ser. “O fenômeno chamado implicaria pesquisar, questionar, teórica e empiricamente, a matéria-prima da análise sociológica, isto é, a natureza do social e das relações sociais” (PORTO, 2014. p. 62).

Segundo Porto (2014), devemos interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela. O fato de que as representações sociais não são independentes do campo social no qual são definidas faz com que seja possível observar a solidariedade entre o fenômeno e sua representação, sendo que estas representações são construções de uma consciência coletiva. Considerando os atores sociais como seres capazes de tomar decisões e exercerem – nem que seja mínimo – protagonismo, permitir ao pesquisador captar o sentido que os atores atribuem às suas representações sem desconsiderar o sistema no qual esses atores agem e interagem (PORTO, 2014. p.67).

Quando se trata da violência, de acordo com a autora, não devemos apenas nos debruçar em dados quantitativos, mas interrogar os imaginários construídos, ouvir os interlocutores, os sujeitos que vivem constantemente o fenômeno em questão. O crime violento é um evento que exige a interação mínima entre dois indivíduos, por mais que a experiência seja individual, eles são condicionados pelo tipo de inserção social que os próprios indivíduos produzem e participam da sua constituição.

Assim, os conteúdos das análises sobre sociologia da violência na TRS, segundo Porto, seriam esses sentidos empíricos, julgamentos de valor e de hierarquização que a expressão carrega, pois eles são orientadores de condutas individuais, grupais e de instituições privadas e públicas que podem produzir e elaborar políticas a partir de determinadas representações (PORTO, 2014). Para a autora, o termo violência usado

pelo senso comum está carregado de conteúdos valorativos, e estes valores e crenças estruturam e presidem a vida social.

Um bom exemplo de uma forma de representação sobre a violência que estão na “fala do crime” (CALDEIRA, 2011), pois elas são as formas verbalizadas orientadoras de condutas e de construção das consciências coletivas que estruturam o universo da vida cotidiana. A “fala do crime”, de acordo com Caldeira, é fragmentada e repetitiva, são sensações de perigo que os indivíduos sentem através das narrativas históricas que reproduzem o medo da violência ao mesmo tempo em que o combate e o amplia. A “fala do crime” versa sobre questões de definição e reprovação social e nos remete diretamente às percepções individuais e coletivas de uma população. Nessas percepções, há a ideia de que a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas gerando novas formas de segregação espacial e discriminação.

O medo da violência e de ser vítima de um crime são sentimentos que estão fortemente relacionados com as representações e percepções que justificam o desenvolvimento de novas tecnologias para a administração dos conflitos e do crime, exclusão social, o surgimento de discriminações raciais e étnicas, preconceitos de classe, marginalização e a construção de enclaves fortificados. Segundo a autora, “o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas duas décadas” (CALDEIRA, 2011. p.09).

Estas representações e percepções em conversas cujo tema é o crime – a própria fala do crime – são discursos que estão em um campo de conflito para se estabelecerem como verdade. Como aponta Foucault (1999), os discursos possuem uma ligação com o desejo e com o poder. Eles atravessam os sujeitos, os constituem, normalizam e posicionam na sociedade. Para Foucault, o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade que edifica, regula e reproduz o conhecimento a partir de categorias e conjuntos de enunciados que podem ser orais ou descritivos (FOUCAULT, 1979).

O discurso é uma forma de saber que circula pela sociedade e é gerador de opinião, um campo de disputa em que algumas linhas de pensamento e argumentação se tornaram verdade, enquanto outras ficaram à margem, sendo que os efeitos de verdade,

no interior dos discursos, não são nem verdadeiros nem falsos. As falas sobre o crime são formas de discurso verbalizado, sendo que sua origem pode ser anônima e a autoria irrelevante. Nesses tipos de discursos manifestos repousam secretamente um já-dito, um discurso sem corpo e rastro (FOUCAULT, 1979), em que o mais importante não é a descrição do ocorrido, mas o que é somado e ocultado por ele. “O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não dito seria um vazio minado, do interior tudo que se diz” (ibidem, p.28).

Para Foucault, o discurso é historicamente arraigado e politicamente descentralizado, e coloca em circulação saberes já instituídos que tem a pretensão à verdade e ao justo direito a partir de uma relação de força. O esforço explicativo desse discurso consiste em destacar uma racionalidade fundamental e permanente que se desenvolve por inteiro na dimensão histórica, em que a verdade funciona explicitamente como arma para uma vitória exclusivamente partidária.

A dialética e suas codificações assegura a constituição, através da história, de um sujeito universal, de uma verdade reconciliada, de um direito em que todas as particularidades teriam em seu lugar ordenado (FOUCAULT, 2005, p. 69).

O discurso é o saber, e este saber produz poder graças ao conjunto de uma série de disciplinas, em que é produzido um saber fisiológico e orgânico sobre o corpo. Existem múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social, e este poder só existe em ação, uma relação de forças que produz efeitos de verdade (FOUCAULT, 2005). Esses efeitos podem dissociar-se, deixar de estabelecer-se ou funcionar, em outras palavras, deixar de existir, mas também podem produzir, acumular, circular e funcionar dentro dos discursos. O discurso torna o poder em algo centrado, centralizado e centralizador, podendo gerar uma norma, sendo que, aqueles que estão fora são constituídos como perigosos, originado um discurso de defesa da sociedade.

Embora sabendo que as referências teóricas da TRS não são as mesmas dos estudos foucaultianos sobre o discurso, é possível compreender as representações sociais como manifestações discursivas, cuja circulação demarca posições num campo de disputas sobre o crime, os criminosos, a morte violenta e as formas de administrá-la.

5.4 Da “fala do crime” para “imagem do crime”: a influência da tecnologia das mídias digitais nos discursos, relações e representações sociais

A câmera digital integrada a celulares, somada às novas tecnologias de áudio e distribuição de informação são constantemente utilizadas na divulgação da violência letal. Nota-se que a influência da tecnologia interfere nas relações sociais entre os sujeitos intensificando-as. Isso significa que não é mais possível pensar as interações sem considerar as contribuições que os avanços tecnológicos em comunicação através das mídias digitais.

No caso acerca da violência, antes da “revolução digital” (MISKOLCI, 2016), as notícias sobre crimes circulavam em noticiários, jornais locais e na troca de informação verbal entre indivíduos. As narrativas cotidianas, comentários, conversas, brincadeiras e piadas que têm o crime como tema é nomeado por Caldeira (2011) “fala do crime”, que expressam sensações de perigo através de histórias ou de novas versões. Segundo a autora, a narrativa do crime é dividida em dois períodos, o antes e o depois do crime violento, sendo que a experiência pós-crime violento desestrutura o mundo, reordena as interações sociais e as estruturas de significado. A “fala do crime” contrapõe o medo e a experiência de ser uma vítima do crime, promove a reorganização simbólica de um universo que está ligado a outros tantos processos sociais, políticos, econômicos ou sociais. Caldeira aponta que o crime estabelece marcas temporais e provoca profundas mudanças em uma sociedade, na qual “a fala do crime” constrói uma reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos, que de modo simplista, divide o mundo entre bem e mal e criminaliza certas categorias sociais (Op. cit. p.10).

Atualmente, com o desenvolvimento e maior acesso de tecnologias de informação, internet e telefonia celular a “fala do crime” pode ser acessada por um maior número de pessoas, não sendo restrita apenas a um território. Não é mais necessário ler um jornal ou assistir televisão para saber sobre um homicídio ou um latrocínio ocorrido em um lugar distante. A evolução dos meios de comunicação possibilitou uma maior difusão das informações, fazendo com que a “fala do crime” se expandisse e fosse digitalizada, podendo ser acessada nas mídias digitais e nas redes sociais. A “fala do crime” não é mais reproduzida somente em contos orais, ela se

tornou textos digitais acompanhados de fotografias e vídeos, tornando-o os discursos mais intensos em comparação aos relatados pela autora durante sua pesquisa na cidade de São Paulo. Esses discursos sobre o crime ficam guardados em um banco de dados virtual e podem ser acessados e compartilhados continuamente por diversas pessoas de localidades diferentes. Este fenômeno foi observado em Luziânia desde o início da pesquisa e orientou as escolhas etnográficas do pesquisador em busca de identificar os bairros mais violentos do município.

Quando cheguei em Luziânia, procurei ir nos locais considerados os mais violentos. O Distrito do Jardim Ingá foi recomendado pelos interlocutores. Eles me afirmaram que o local era extremamente perigoso, assim como todos os seus bairros. Diziam que eu deveria tomar cuidado e não ir à noite ao local. Ao perguntar por que consideravam o Ingá o mais violento, me disseram que bastava apenas acompanhar a página do Radar, e lá eu veria todas as mortes que ocorrem no local. Ao acessar à página e filtrar notícias de mortes violentas no Distrito, notei que algumas das publicações vinham com a legenda “mais um homicídio ocorrido no Jardim Ingá”, seguida imagens dos corpos das vítimas. (Diário de Campo, 15/05/2017).

A “fala do crime”, na era digital, circula com maior rapidez e atinge um maior número de pessoas. A utilização de câmeras digitais acopladas em pequenos celulares possibilita que imagens e vídeos sejam adicionados às descrições de crimes cometidos em uma determinada região, assim como observado na página do Radar Luziânia online. As imagens intensificam e legitimam o medo da violência e de ser vítima de um crime, o qual acabam por justificar o desenvolvimento de novas tecnologias de redução ao crime, como as comunidades do WhatsApp citadas no capítulo anterior. A “imagem do crime” seria uma forma reforçada “da fala do crime”, em que fotografias e vídeos de corpos perfurados, dilacerados sem vida impulsionariam as descrições e narrações de uma ocorrência, que antes eram compartilhadas nas conversas pessoais entre os sujeitos e ficavam a cargo do imaginário.

Butler (2015), já havia percebido a importância das mídias nas divulgações de contextos e imagens, e como elas possuem uma estrutura avaliadora de nossa percepção ao constituir o campo de possibilidades do que pode ser apreendido por nossos sentidos, que de modo seletivo atenua a comoção sobre determinadas imagens e sons, e a intensifica sobre outros. Nesse sentido, as mídias seriam uma ferramenta de exercer poder em que determinadas narrativas e imagens estariam sobrepondo ou ocultando outras. Os discursos estariam aparelhados aos interesses de uma classe dominante ou inclinados à algum governo.

Para a autora (2015), a captura das imagens, fotografias e filmagens, enquadram a realidade a partir de um ato de interpretação, que ira determinar o que será visto e de que ângulo, o que deve ser mantido ou excluído, possuindo seus mecanismos reguladores e censuradores. As imagens descrevem as cenas e ganham diferentes significados no tempo e no espaço constituindo-se como prova da realidade. Assim, as imagens atuam sobre os sujeitos como estruturadora da comunicabilidade dos sentimentos. Elas regulam nossas emoções e ações, e fazem com que tal ato registrado seja sempre lembrado.

O que é descrito por Butler pode ser observado em Luziânia, principalmente no que se refere ao caso da página do Radar. Observa-se que o discurso veiculado está relacionado ou são as próprias narrativas das instituições de segurança. Não há neutralidade na produção de conteúdo, e o discurso vinculado está associado à representação que as instituições e os agentes de segurança pública têm sobre o fenômeno da violência letal no município. Neste sentido, há uma desproporcionalidade nos gradientes de poder exercido nas mídias, em que apenas algumas pessoas terão o privilégio de disseminar as informações consideradas verdadeiras.

Em Luziânia, em alguns casos, percebe-se que as intenções da veiculação de imagens não são para atenuar os sentimento ou gerar alguma comoção ou indignação. Pelo contrário, o sofrimento, assim como a morte violenta, é um mercado rentável e contribuí para o reforço da lógica de combate violento a violência letal. A dor e a morte de algumas vítimas de homicídios são comemoradas e exaltadas a partir do momento em que está vítima é rotulada como bandido. Observa-se que mesmo com imagens (fotografias e filmagens), nem toda a vida é passível de luto.

Assim como demonstra Butler (2015), a vida como a reconhecemos é produzida por determinados mecanismos a partir de condições que permitem que alguns corpos sejam compreendidos como vida, porque sua perda é lamentável, e outros não. Segundo a autora, para compreender a noção de vida é preciso entender os mecanismos que produzem as condições e as distribuições desiguais às quais estão submetidas. Assim, de forma semelhante aos enquadramentos de guerra apresentados pela autora, no município de Luziânia como no Brasil, há uma produção de populações cuja perda da vida não será lamentada. Não por acaso, o povo no qual sua vida não possui valor e que não merecem empatia ou consideração são os que sofrem com as mazelas sociais e com a ausência dos direitos legais oferecidos pelo estado democrático. No Brasil, ainda é

possível identificar um recorte racial socialmente e culturalmente construído, que ira determinar que a vida dos negros não são passíveis de luto.

Nas narrativas observadas neste capítulo, há a representação de que a violência letal está sendo cometidas e sofridas por sujeitos que tem envolvimento com crime. Por mais que os dados do capítulo três demonstrem que apenas uma pequena parcela das vítimas dos homicídios tenha alguma ficha criminal, a ideia de que “são bandidos matando bandidos” é compartilhada por quase todos os cidadãos do município, incluindo os agentes de segurança pública e suas instituições.

Essa noção está associada às explicações das mortes violentas como os casos classificados como “acertos de contas” e associação ao tráfico de drogas. Essa concepção desumaniza os que são percebidos como criminosos – o criminoso, não o crime, passa ser o “objeto” a ser extirpado (MACHADO, PORTO, 2015. p.314) – e orienta a ação dos agentes e das instituições de segurança, sendo que “a depender de quem mata e de quem morre e a depender de onde os crimes e a violência ocorrem, o imaginário popular (aí incluída a mídia) não se mobiliza da mesma forma” (MACHADO, PORTO, 2016. p. 229). São falas que situam, para distinguir, o eu e o outro, deixando a este último a acusação de violento, de comportamento animal, de não humanidade, atributos que, em última instância, acabam por objetificar os indivíduos (MACHADO, PORTO, 2016. p.307).

Esses sujeitos não são reconhecidos socialmente e não tem direito a manutenção e proteção de suas vidas, são populações sacrificáveis, As narrativas encontradas em diversos discursos demonstram que certos indivíduos possuem sua morte desejada. Assim, as justificativas morais da sociedade encaram cada caso de homicídio, assassinato de forma diferente. Mesmo sendo criminalizada, a pena pelo crime de matar alguém varia com o perfil das vítimas e dos agressores. O homicídio, o desvio ou a delinquência é definido pelas percepções dos indivíduos, mesmo que haja uma premissa de igualdade institucional. Um ato desviante ou homicídio pode ser encarado como algo bom ou ruim. Um indivíduo cujo o “valor da vida” é reduzido na concepção social pode ter sua morte justificada ou até mesmo desejada.

Neste seção, a pesquisa analisou publicações e a divulgação de vídeos, imagens e comentários em comunidades digitais relacionados ao tema da violência letal no município de Luziânia. Como foram observados, os discursos sobre a violência letal, dentro e fora das mídias digitais, tendem a influenciar as representações individuais e coletivas dos interlocutores a respeito das motivações e causas para a violência no município, e orientam os seus modos de agir. A “nova era digital” se configura como um novo tipo de interação entre os sujeitos e produz consequências no mundo real. Há uma nítida mudança nas formas de interação quando se observa o fenômeno sobre influência das mídias digitais, o que fica mais evidente ao contrapor com as mídias de massa e a relação entre produtores e receptores de informação.

Nas mídias digitais, os mesmo usuários são criadores e contestadores de conteúdos difundidos. Desse modo, a análise não se centrou apenas nos debates orais entre os sujeitos da pesquisa, tendo em vista que, com o avanço da tecnologia de distribuição de informação através da internet e da telefonia inteligente, houve uma modificação e intensificação das formas de interação entre os sujeitos. O avanço da tecnologia originou uma vida conectada permitindo aos indivíduos a troca de informação instantânea e independente das distâncias geográficas. Assim, não é possível mais observar as interações sociais sem levar em consideração o impacto das mídias digitais.

A interação com a violência letal se torna mais próxima a partir presença das imagens mórbidas que estão ao alcance imediato fazendo parte do cotidiano das vidas dos cidadãos. A partir da veiculação desse conteúdo há a produção de um sentimento, há uma construção de processos de diferenciação em níveis que reforçam a hipótese de que as mídias digitais intensificam os efeitos da “fala do crime”, pois enquanto os habitantes de Luziânia se sentem estigmatizados em relação a outros municípios, os moradores do Jardim Ingá sofrem um duplo preconceito. A “fala do crime”, estando intimamente relacionada com as representações sociais, manifesta-se através de

discursos. Porém, com o advento das mídias digitais, são agregados à “fala do crime” imagens, textos e vídeos que são compartilhadas de modo quase instantâneo nas redes sociais, como vimos anteriormente com a página do Radar Luziânia online.

A segregação, discriminação e os preconceitos que antes eram vinculados através de uma narrativa verbal e atingiam uma área limitada pelas interações orais agora possuem capacidade de circulação muito maior. A “imagem do crime”, em comparação à “fala do crime”, estimula uma quantidade maior de percepções individuais e coletivas sobre um indivíduo ou uma população. Percebeu-se que os avanços tecnológicos intensificaram a disseminação de informações sobre a violência letal influenciando diretamente na construção da realidade social e nas vidas dos indivíduos que residem em Luziânia, em vista de que o termo violência é uma representação social e está carregado de conteúdos valorativo.

Assim, buscou-se compreender quais são as representações individuais e coletivas atribuídas a violência letal em Luziânia. No município, como no Brasil, há uma produção de sujeitos indesejáveis, frutos de um contexto histórico e social, onde suas vidas são hierarquicamente reduzidas ou desvalorizadas. Os dados mostram um tendencioso recorte racial, em que negros possuíram um “valor de vida” inferior perante outros pertencimentos raciais. Em Luziânia, há uma representação de que os homicídios são cometidos entre pessoas que estão envolvidas com o crime, sendo que as motivações para as mortes estão relacionadas aos “acertos de contas” e envolvimento com o tráfico de drogas. Porém, a observação do campo em conjunto dos dados estatísticos demonstraram que, ao contrário do discurso veiculado, poucas vítimas possuíam algum antecedente criminal ou relação com o tráfico de drogas.

Essa representação faz com que certos casos mereçam menos atenção das instituições de segurança e das mídias. A concepção de que são “bandidos matando bandidos” serve como justificativa e explicação de certos casos. Desta maneira, há a produção de sujeitos que não são passíveis de luto e não haverá disposição para a investigação de suas mortes. Em certos casos, como foi observado, alguns assassinatos de supostos delinquentes são tidos como um benefício para a sociedade, e nem a divulgação de imagens dos corpos sem vida é capaz de gerar comoção. No caso de Luziânia, observou-se que imagens (fotografias e vídeos) associadas a uma narrativa sensacionalista buscam reforçar a ideia de que são pessoas envolvidas com o crime que estão sendo assassinadas. As imagens procuram explicitar o conteúdo violento e assim,

angariar mais clique e curtidas, para desta forma, adquirir mais fundos e apoios privados e políticos.

Nota-se um reforço da lógica militarizada de enfrentamento violento ao crime e apoio às instituições de segurança, que mesmo estando em estado precário e sucateado, não medem esforços em suas funções diárias. A ideia de direitos humanos é geralmente rechaçada pela população, onde esses direitos humanos são vistos como uma espécie de defesa do bandido, em falas normalmente encontradas no senso comum como a ideia de “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos para humanos direitos”, que é claramente defendida por partes conservadoras da sociedade e por alguns agentes das instituições de segurança pública. Essa representação faz com que sujeitos não sejam considerados humanos, são indivíduos descartáveis que ameaçam a norma e a vida tida como pacífica da sociedade.

Considerações Finais

No Brasil, o desenvolvimento da violência letal atualmente não atinge somente as grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, podendo ser identificado em pequenos municípios que possuem em média 200 mil habitantes e que estão localizados em regiões interioranas. Isso se configura como um novo desafio para estudiosos e pesquisadores que procuram entender as causas da violência no país, pois é evidente a necessidade de mais investigação nessas localidades. Deste modo, o desafio desta pesquisa é compreender e analisar os processos do aumento da violência letal e as implicações na vida cotidiana dos cidadãos em uma dessas regiões, no caso, o município de Luziânia – GO.

Em Luziânia, o desenvolvimento urbano foi algo significativo para o aumento da violência letal. A transferência da Capital Federal em conjunto com o projeto de ocupação do Centro-Oeste intensificaram os fluxos migratórios e o adensamento populacional que se formou no entorno do DF. É evidente o aumento populacional na região, o que engendrou o surgimento de novos municípios e a formação de conglomerados urbanos que carecem de infraestrutura pública básica como educação, lazer, saúde, empregos e segurança para suprir as necessidades de sua população. Assim, esses municípios tornam-se dependentes do DF, que possui melhores condições estruturais em serviços públicos e possibilidades para adquirir renda. Isso indica uma desigualdade entre o DF e sua região metropolitana, que fica mais evidente conforme aumenta a proximidade dos municípios que integram a AMB e a RIDE/DF. Desta forma, nota-se que há contínuas migrações intrametropolitanas e efeitos pendulares entre os moradores do Entorno e em relação à Brasília. Mesmo com o passar dos anos, os fluxos migratórios não cessaram, apesar de apresentarem um menor fluxo entre as regiões do país, o que tem contribuído para um inchaço dessas áreas que continuam a crescer desordenadamente sem receber os serviços públicos básicos para o atendimento à população.

Em Luziânia, é possível afirmar que a violência letal é centralizada em alguns bairros em que a presença do Estado que garanta os direitos civis e serviços é deficitária. Nesses bairros, a falta de infraestrutura urbana, saúde, lazer, trabalho,

educação – marcada pela alta taxa de evasão escolar – tem incidência nas taxas de homicídios, principalmente entre os jovens. Em Luziânia, assim como em outros municípios da AMB há formação de bolsões de pobreza, o que permite que surjam conflitos associados ao universo delinquente, sobretudo por conta do constante envolvimento com a violência e com o tráfico de drogas. De acordo com a literatura mobilizada, a desigualdade no desenvolvimento econômico tem importância para a compreensão da criminalidade violenta, por mais que não explique todo o fenômeno. É evidente que uma parcela da população, geralmente a mais pobre, tem maior probabilidade de participação na vida criminal. Nessas localidades, a pesquisa demonstrou que há ausência de políticas públicas de ordenamento social, porém, o Estado se apresenta como uma instituição que permite a existência da violência, sobretudo através das ações policiais.

Desse modo, é possível considerar que os problemas da violência letal ao mesmo tempo são reflexos, consequências e evidências da ausência de atuação do Estado em garantir direitos básicos que promovam igualdade e equidade, o que realça a fragilidade da democracia brasileira. A desigualdade da atuação do Estado, tanto no exercício da força quanto na garantia de direitos civis provoca o surgimento desses bolsões de pobreza que acabam por facilitar a escolha por uma carreira criminal. Pode-se afirmar que os cidadãos, independente de classe, raça ou gênero, não gozam das suas garantias constitucionais e dos seus direitos civis. Porém, são as populações negras e pobres que estão mais sujeitas a serem as vítimas da violência letal, seja através de homicídios, latrocínios ou do uso abusivo violência do Estado. Nota-se que tanto a classe média como as classes pobres, em decorrência da omissão do Estado, tendem a construir enclaves fortificados e, de acordo com os recursos que possuem, recorrerem a modelos alternativos de administração de conflitos como a autovigilância, a privatização da segurança pública e o autojustiçamento.

De outra forma, a pesquisa demonstrou que, para além das questões estruturais, há influências socioculturais e históricas que contribuíram para o desenvolvimento da violência letal no país, além de afetar exclusivamente apenas uma parte da população. A literatura nacional, assim como esta dissertação, comprova que no Brasil ainda não foram superadas as desigualdades provocadas durante séculos de colonização e escravidão. Os ranços coloniais e escravocratas ainda são perceptíveis quando se observa o tipo de indivíduos que estão mais sujeitos a serem vítimas da violência letal.

No Brasil, mesmo após 130 anos da abolição do trabalho escravo, uma grande parcela da população negra se encontra marginalizada por fatores originários desse processo. Essas conjunções históricas fizeram com que o negro estivesse em uma condição subalterna, e assim exposto a situações de riscos e de criminalidade. Porém, vale apontar que não é por que um indivíduo se encontra nessas circunstâncias que necessariamente morre ou se insere no mundo do crime. As literaturas abordadas em conjunto com os dados estatísticos afirmam que o negro é a principal vítima dos homicídios, da letalidade policial e a maior parte dos encarcerados. O ideal de igualdade perante a lei e recentemente direito a voto não produziram profundas mudanças na vida da população negra, que os mantém em situações semelhantes ao da ordem escravocrata ou pós-escravidão, produzindo uma manutenção dos papéis sociais (FLORESTAN, 2006, 2007). Os negros são construídos como sujeitos indesejáveis, frutos de um contexto histórico, onde suas vidas demonstram-se hierarquicamente reduzidas ou desvalorizadas perante outras “raças”. Assim como Florestan (2006) nos mostrou, quando a escravidão foi abolida o negro foi marginalizado, sendo a violência letal é apenas mais um reflexo do racismo enfrentado pelo povo negro, o qual está claramente sofrendo um genocídio. Esses dados e perspectivas apontam que o negro, periférico, marginal, compõe massivamente o tipo de sujeito social a ser criminalizado, tanto pela sociedade quanto pelo Estado (MISSE, 2014).

Os processos socioculturais e históricos apresentados no capítulo III demonstram que no Brasil, as formas violentas foram utilizadas para solucionar os conflitos entre os sujeitos. Elas ocorriam no âmbito privado e havia pouca intervenção do Estado nos embates que se sucediam. O monopólio da violência era controlado por alguns coronéis ou fazendeiros, que se apropriavam das leis para punir e julgar. Os homens livres e pobres desta época resolviam seus conflitos na intimidade de suas relações, marcados por um extremo senso de virilidade que determinava que às disputas entre os sujeitos em conflito, que poderiam ser solucionadas através do diálogo, tivessem como desfecho os combates mortais (FRANCO, 1997). Desta mesma forma, observa-se que em Luziânia as formas de violência tendem a se acentuar para formas letais, o que está associado a uma construção sociocultural e histórica da virilidade em que homens valorizam a violência física em detrimento de outras formas de resolução de conflitos. Uma forma de reciprocidade negativa que estabelece que homens devam resolver suas disputas através da violência e da hostilidade.

Em Luziânia, há um *habitus*, um saber social incorporado (ELIAS, 2014), que mesmo sofrendo mudanças conforme o tempo e que surge a partir das experiências individuais, incide diretamente na formação da personalidade do sujeito. Este *habitus* define que a violência (principalmente à física) é o modo adotado para administrar os conflitos em que a honra e a masculinidade estão em jogo (ZALUAR, 2014). Isso ficou evidente durante a observação de campo e das análises realizadas sobre as narrativas a respeito da violência letal, proferidas pelos interlocutores. Os dados obtidos durante a investigação afirmam que boa parte destas mortes é decorrente de processos de vingança, ocasionadas por diversos motivos, que tendem a se tornarem espirais contínuas de homicídios. Porém, a violência letal relacionada ao tráfico de drogas, as mortes provocadas sem motivo aparente e os crimes conjugais também são uma parcela relevante que incide nas taxas de homicídios do município.

O atual cenário em que o Brasil e o município de Luziânia se encontram também é reflexo da não consolidação de um estado democrático de direito que tem como resultado a fraca legitimidade de um monopólio da violência. Em determinados territórios, a pacificação é realizada por instituições privadas, como no caso dos enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011), por milícias ou pelo crime organizado, como é o caso de algumas favelas no Rio de Janeiro ou do PCC em São Paulo, e em algumas comunidades pelos próprios moradores dos bairros, o que gera a formação de grupos de extermínio e justiceiros. A realidade de Luziânia é só mais um cenário de tantos outros no Brasil que demonstra que não há uma efetiva monopolização da força física. A coação que deveria ser imposta pelo Estado está longe de se tornar uma autocoação, seja para os cidadãos comuns, seja para os próprios agentes das instituições públicas do Estado.

A fragilidade da democracia também é um reflexo da falência das instituições que lidam com a segurança pública. Em Luziânia, por exemplo, mesmo com as modificações na atuação e investimento em segurança pública, mobilização e criação de delegacias especializadas na administração de crimes violentos, nota-se que os agentes

ainda enfrentam grandes dificuldades diárias em suas atribuições. A pesquisa constatou que há um ceticismo por parte dos agentes de segurança pública, principalmente policiais civis e militares, com as instituições para qual trabalham. O sistema é visto como uma engrenagem em que uma corporação, divisão ou instituição depende uma da outra. Há uma representação de que nada funciona e que as instituições estão sucateadas e seus funcionários desvalorizados. Esses controles formais do crime, de acordo com os interlocutores, se encontram em um estado precário e sem reconhecimento. Os obstáculos ao funcionamento da A da justiça criminal e a impunidade penal também faz parte desta engrenagem, isso faz com os modelos atuais de administração de conflitos não sejam considerados eficazes na preservação da vida e no controle do crime violento. Segundo os interlocutores, isso acaba por incentivar os controles informais do crime, seja através da lógica militarizada de combate ao crime contra um inimigo estereotipado, seja por esquadrões da morte e grupos paramilitares, por grupos organizados da população civil, na privatização da segurança, ou até mesmo pelo crime organizado.

Entre as formas paralelas de administração de conflitos, as novas tecnologias e as mídias digitais se tornaram um fator inovador. Este tema ganhou relevância durante a pesquisa e foi importante para a realização do campo. Durante a pesquisa, observou-se que as novas tecnologias de informação e interação têm sido usadas no controle informal do crime, seja pela população civil, pelas instituições de segurança e por indivíduos relacionados ao universo criminal. Ainda é cedo para estabelecer uma análise mais pormenorizado sobre o fenômeno que apresenta grande potencial de investigação. Porém, vale ressaltar que em Luziânia já é possível notar que as mídias digitais vêm produzindo profundas mudanças na forma de interação entre os sujeitos com o fenômeno da violência letal. Esta é uma pesquisa demonstrou que os conteúdos sobre violência letal intensificam do medo da violência, o que posteriormente justificam o desenvolvimento de novas tecnologias no combate ao crime, exclusão social, o surgimento de discriminações raciais e étnicas, preconceitos, estigmas, marginalização.

O maior acesso à internet e redes sociais tem produzido um processo de digitalização das narrativas sobre o crime violento que é intensificada pela difusão de imagens e vídeos sobre violência letal. As relações sociais encontram-se hoje mediadas pelas redes digitais que estão se consolidando como uma dimensão substancial na pesquisa sociológica. Propõe-se assim, a abordagem desta temática como uma área a

desenvolver, sendo que, as influências do WhatsApp e do Facebook não podem ser mais ignoradas, muito pelo contrário, se demonstram pertinentes para estudos que procuram compreender o fenômeno da violência e da criminalidade no Brasil, que até o presente momento, foram pouco exploradas na sociologia.

As mídias digitais, assim como as mídias massas tem um grande interesse pela violência, sobretudo a letal, interferindo diretamente na construção da realidade social. Além de terem se tornado um instrumento para realização da etnografia, nota-se que os discursos disseminados nas redes sociais têm uma significativa influência nas transformações das dinâmicas sociais dos moradores de Luziânia. Nas mídias digitais são inseridas as representações sociais que modelam e orientam a vida cotidiana dos indivíduos, se tornando um local para os embates discursivos que buscam se estabelecer determinados pontos de vistas e interesses como verdade.

Portanto, esta dissertação apresentou que a característica tragicamente marcante do Brasil se refere a seu grave teor de vitimização por violência letal. Embora na última década tenha havido um aprofundamento nas mudanças sociais conduzidos por políticas públicas assistenciais, redistributivas e afirmativas, ainda carecemos de um projeto efetivo que vise a reduzir o número de mortes violentas no país. Esse é um desafio que está relacionado às desigualdades históricas, culturais e sociais que permanecem através dos séculos no país. Há necessidade de políticas públicas que busquem por igualdade e equidade, e que procurem implementar de fato um estado democrático de direito. Ademais, é indispensável a busca por formas alternativas de administração de conflitos que visem reduzir as oportunidades de que jovens se associem ao crime.

Bibliografia

- ADORNO, W. Theodor. A indústria Cultural. In: Comunicação e Indústria Cultural. Companhia Editora Nacional, 1971. p. 287-295.
- ADORNO, Sergio: Linchamentos e Poder. In: Violência e Conflitos Sociais (BARREIRA, César). Ed. Potes, Campinas, 2010.
- ADORNO, Sergio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.
- ÁLVARES, J. de M. História de Santa Luzia: Luziânia. Gráfica e Editora Independência, Brasília – DF, 1978.
- BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba Zaluar. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. Rev. Saúde Pública vol.48 n.1 São Paulo Feb. 2014.
- BARREIRA, César. Crimes de pistolagem e de mando. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.
- BECKER, Howard S. Outsiders, estudo de sociologia do desvio. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Falando da Sociedade. Zahar, Rio de Janeiro, 2010.
- BORIS, Georges D. J. B. Violência e Masculinidade. In: Poder e Violência (BARREIRA, César). Ed. EUFC, Fortaleza, 1996.
- BORTOLLO PINTO, Marizângela Aparecida. A territorialidade violenta no Brasil: o Jardim Ingá como síntese dos conflitos que definem a segurança pública. Tese de Dissertação de Doutorado, Brasília-DF: Outubro de 2017.
- BUENO, Samira. Letalidade na ação policial. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.
- BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Civilização brasileira, 2015.
- CAIADO, Maria Célia Silva. Deslocamento Intra-urbanos e Estruturação Socioespacial na Metrópole Brasileira. São Paulo em Perspectiva, v.19, n° 4, out./dez, 2005. p. 63-77.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Cidade de Muros. Crime segregação e cidadania em São Paulo”. Editora 34, Edusp, São Paulo, 2011.
- CEDRO, André S. S. Homicídios no Distrito de Santa Luzia – GO: Diretrizes para uma pesquisa de campo. UFSCar 2016.
- CERQUEIRA, Daniel R. de Castro. Causas e consequências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- CERQUEIRA, et al. Atlas da Violência 2016. IPEA/FBSP. Brasília, Março de 2016.

_____. Atlas da Violência 2017. IPEA/FBSP. Rio de Janeiro, Junho de 2017.

CODEPLAN. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Área Metropolitana de Brasília - ODM. Brasília. Outubro de 2011.

_____. A evolução da mortalidade no Distrito Federal na Área Metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010. Brasília. 2012.

_____. A Área de influência de Brasília e proposta de ampliação da RIDE do DF e Entorno. Brasília, 2013.

_____. A dinâmica migratória na área metropolitana de Brasília - AMB entre 1991 e 2010. Brasília. Fevereiro de 2013.

_____. Distribuição da população das regiões administrativas do DF e de sua periferia metropolitana, segundo classes de renda e segmentos sociais. Brasília. Janeiro de 2013.

_____. Perfil socioeconômico dos moradores dos municípios da Área Metropolitana de Brasília - PMAD/2013. Brasília. Janeiro de 2013.

_____. Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010. Brasília. Maio de 2013.

_____. Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília). Dezembro de 2014.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão e SOUZA, Dalva Borges. “A no eixo Brasília-Goiânia”. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v.6 n.2, ago/set, 2012. p. 298-311.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão, et al. Avaliação dos homicídios na área metropolitana de Brasília. In: Isabel de Seixas Figueiredo. (Org.). Pensando a Segurança Pública. 1 ed. Brasília: SENASP, v. 4 2015. p. 93-122.

COSTA, A. T. M.; SOUZA, D, B, de. A violência no eixo Brasília-Goiânia. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v.6, n° 2,Ago/Set de 2012. p. 298-311.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. Campinas, Papirus Editora, 1995.

CRESSWELL, Jonh. Projeto de Pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CURADO, C. L. et al. Luziânia: Cidade da luz. Prefeitura Municipal de Luziânia, Luziânia – GO, 1995.

DEJOURS, Christophe. A Banalização da injustiça. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

DURHAM, Eunice. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, Emile. O Suicídio. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

ELIAS, Norbert. Os Alemães: A Luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. “Os Estabelecidos e os Outsiders”. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

FAUSTO, Boris. “Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)”. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (vol. 1). 5ª edição, São Paulo. Editora Globo, 2006.
- _____. *O Negro no Mundo do Branco*. São Paulo, Global Editora, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 5ª. ed. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. “Microfísica do Poder”. Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 2015.
- _____. “Em Defesa da Sociedade”. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária 1995.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres da ordem escravocrata*. 3. Ed. São Paulo: Kairós, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Editora Record, 2000.
- _____. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1946.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 1990.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. acesso em 05 jan.2017.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- LIMA, Renato Sérgio de. “Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo”. 2000.
- LIMA, M. *Desigualdades raciais e políticas públicas. As ablic afirmativas no governo Lula*. *Novos Estudos*, v. 87, 2010.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Violência e ordem social*, in: *Crime, polícia e justiça no Brasil*. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014.
- MACHADO B. A.; PORTO, M. S. G. *Violência e justiça criminal na Área Metropolitana de Brasília. Dinâmicas organizacionais e representações sociais*. *Tempo Social*, v. 28, n. 3, 2016. p. 217-242.
- MACHADO B. A.; PORTO, M. S. G. *Homicídio na área metropolitana de Brasília: Representações Sociais dos Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e Magistrados*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, nº 40, set/dez 2015, p. 294-325
- MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do pacífico Ocidental*. Coleção os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

MANSO, Bruno Paes. “Crescimento e Queda de Homicídios em São Paulo 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime”. Tese de Doutorado, Junho de 2012.

MEDEIROS, Flávia. “Matar-o-Morto” A construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói. 2012.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea v.6, n° 2, Jul.-dez. 2016. p.275-297.

_____. Novas conexões, notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.v.12, n° 2, Natal, 2011. P. 09-22

MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: Lima, Renato S; Ratton, J. L.; Azevedo, Rodrigo G. Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204-212.

MORAES, Eliane Robert. “A Esfinge em Questão”. Revista Latinoamericana de psicopatología fundamental 2001, IV (Diciembre - Sin mes).

MORENOFF, J. D.; SAMPSON, R. J. RAUDENBUSH, S. W. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. Criminology vol.39 n.3 2001.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia. O paradoxo brasileiro. Paz e Terra: 2001.

PEREIRA, G. M. Curiosidades da Cidade de Luziânia: Baú do acervo do arraial de Santa Luzia 1746. Câmara Brasileira de Jovens Escritores – Rio de Janeiro – RJ, Dezembro de 2013.

PIMENTEL, Antônio. Pela Via de Santa Luzia ou Fragmentos de um Parrado. Gráfica e Editora Independência, Brasília - DF, 1994.

PORTELLA, Ana Paula. Criminologia Feminista. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

PORTO, Maria Stela. A violência e representações sociais. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. A imigração Intrametropolitana no Distrito federal e no Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. XV encontro de estudos populacionais, ABEP, Caxambú-MG, 2006.

RAMOS, Sílvia. Violência, crime e mídia. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

RAMOS, Paulo César. Relações Raciais e violência: um balanço da produção teórica nacional e internacional dos últimos dez anos. IN: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre (RS).

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Tipo de Homicídio e Formas de Processamento: Existe Relação? Revista Contemporânea v.7, n° 2, Jul.-Dez, 2017. p.417-442.

- SILVA, Klarissa Almeida. “Tipologia dos Homicídios Consumados e Tentados. Uma Análise Sociológica das Denúncias Oferecidas pelo Ministério Público em Minas Gerais”. Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte, 2006.
- SILVA, S. de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. Intercom – RBCC, São Paulo, v.38, n° 2, jul./dez, 2015. p. 339-342.
- SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental, in Velho, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano, 4ª Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1979.
- _____. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana, Rio de Janeiro, V.11, n.2, Oct.2005.
- SILVESTRE, Giane et al. Encarcerados do Brasil: seletividade na gestão da riqueza e da violência. 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-Mg - 2015.
- _____. "Enxugando Iceberg" como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese de Doutorado. UFSCar, São Carlos-SP, 2016.
- _____. Enxugando iceberg: o controle estatal do crime em São Paulo sob a ótica de seus operadores. 41º encontro Anual do ANPOCS, Caxambu - MG, 2017.
- SINHORETTO, Jacqueline. Os Justicadores e sua justiça: linchamento, costume e conflito. Dissertação de mestrado. São Paulo - USP. Fev de 2001.
- _____. Linchamento: insegurança e revolta popular. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano.3 ed.4. Fev/Mar 2009.
- _____. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELLO, F. A. L. O Encarceramento em Massa em São Paulo. Tempo Social (USP. Impresso) v.25, 2013. p.83 – 106.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria C. Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. São Paulo: UFSCAR, 2014.
- TONHCE, Juliana. Justiça restaurativa e racionalidade penal moderna: uma real inovação em matéria penal? Revistas de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies. vol. 3. n. 1, Jan 2016. p. 129-143.
- UNODC (2011). Gestão e Governança da Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno. UNODC, 2011.
- UNODC (2014). Study on Global Homicide 2013. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), 2014.
- WEBER, Max. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. Ed. Ática, 2006. Cartilha Prefeitura Municipal de Luziânia 1995. “Luziânia Cidade da Luz”
- WEISELFISZ, Júlio J. Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil. Brasília, UNESCO, 2012
- _____. Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Brasília, UNESCO, 2014.

_____. Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília, UNESCO, 2016.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. Ciência & saúde coletiva. Rio de Janeiro, vol.11 suppl, 2006, p.1147-1153.

WHYTE, William Foot. “Sociedade de Esquina”. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.

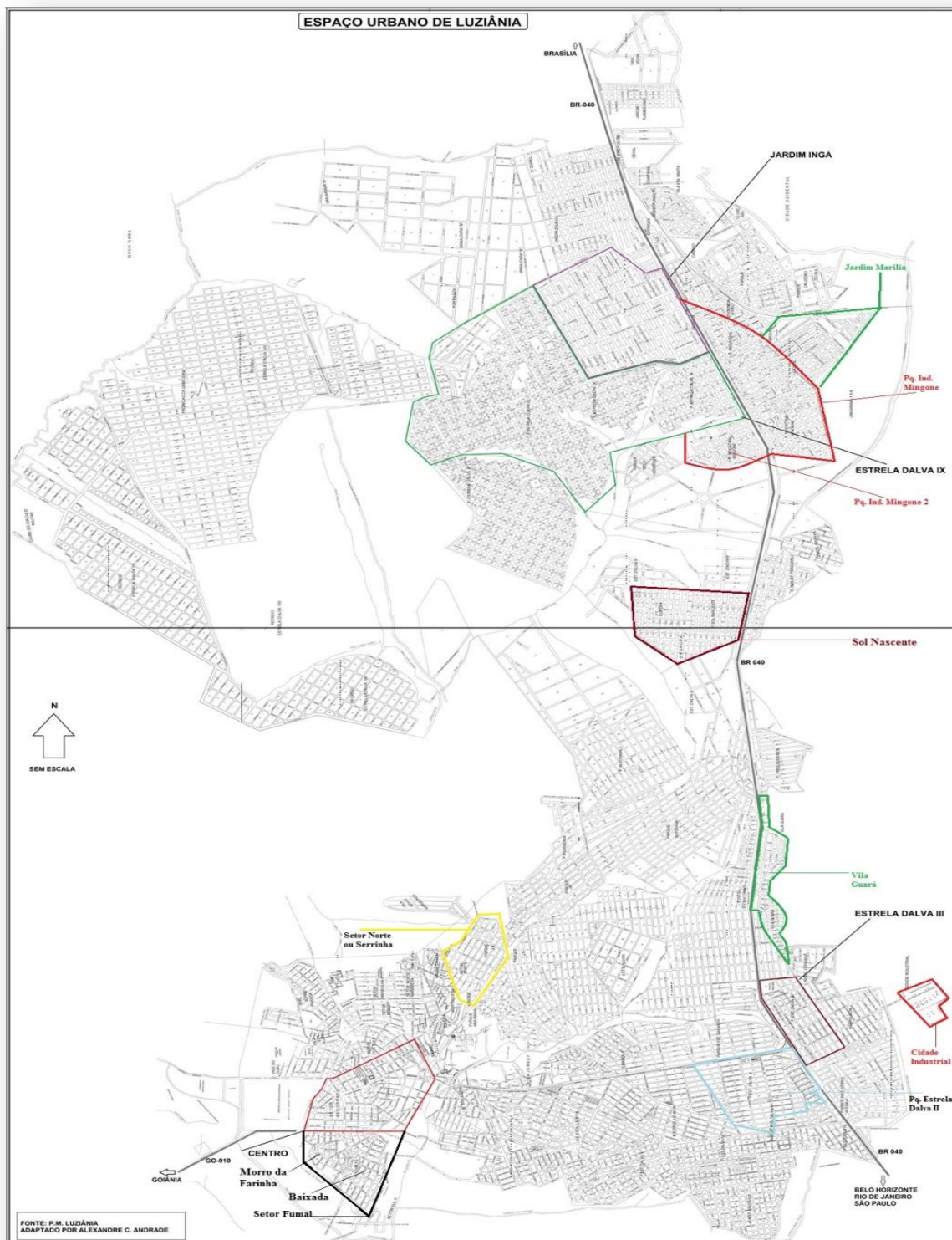
ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: Crime, polícia e justiça no Brasil. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 1999.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos Avançados; São Paulo: IEA, vol. 21, no. 61, 2009. p. 31-49.

Anexo

Figura 20: Mapa de Luziânia - Locais de observação de campo



Fonte: Prefeitura de Luziânia, adaptado por Alexandre C. Andrade.

Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado na pesquisa.

Nome:

Nome Fictício:

Horário:

Local:

Sexo:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Escolaridade:

Natural de:

Moradia:

Questionário

1. Há quanto tempo reside em Luziânia?
2. Sempre morou neste bairro?
3. Você trabalha aqui no município?
4. O que você faz?
5. No caso de trabalhar em outro município: quanto tempo você leva para fazer o percurso de casa para o trabalho?
6. E que tipos de atividades você realiza em Luziânia?
7. Você acha que Luziânia é um bom município para morar?
8. No caso de ser um morador antigo de Luziânia: você notou muitas mudanças no desenvolvimento do município através do tempo?
9. Você acha que Luziânia consegue dar suporte em serviços públicos para a população?
10. Você acha que Luziânia é uma cidade pobre ou rica, por quê?
11. Você considera o município de Luziânia violento, no caso se sim, por quê?
12. Quais as causas que você atribui para a violência no município?
13. A partir de quando essa violência começou a surgir no município?
14. Como era sua vida antes e depois dessas mudanças em Luziânia?

15. Fale-me um pouco sobre os conflitos violentos em Luziânia.
16. Você poderia me dar um exemplo de algum caso de violência letal que você presenciou ou ficou sabendo?
17. Quais são as principais motivações para os homicídios no município?
18. Você acha que a droga influencia muito na questão da violência?
19. Existe alguma facção criminosa em Luziânia? No caso de sim: como se denominam?
20. Qual é o horário em que ocorrem mais crimes em Luziânia?
21. Qual é o bairro mais violento de Luziânia?
22. Quem são as principais vítimas dos homicídios em Luziânia?
23. Qual o tipo de arma utilizada nos homicídios?
24. Em Luziânia, as instituições de segurança pública possuem alternativas para lidar com o crime violento?
25. Como você qualifica o trabalho da Polícia Militar e Civil em Luziânia?
26. Você já presenciou algum crime violento?
27. Você já presenciou corpos em locais públicos e privados?
28. Já teve familiares, conhecidos que foram vítimas ou agressores de crimes violentos?